



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

PÂMELLA SYNTHIA SANTANA SANTOS

**EM NOME DAS REDES: FAMÍLIA, AMIZADES POLÍTICAS E
ALIANÇAS EM SERGIPE**

São Cristóvão - SE
Maio, 2020

PÂMELLA SYNTHIA SANTANA SANTOS

**EM NOME DAS REDES: FAMÍLIA, AMIZADES POLÍTICAS E
ALIANÇAS EM SERGIPE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe,
sob orientação da Prof.^a Dr.^a Fernanda Rios
Petrarca, como requisito final para a aprovação e
obtenção do título de Doutora em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Fernanda Rios Petrarca (Presidente)

Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa (PPGS/UFS)

Prof. Dr. Marco Aurélio Dias de Souza (PPGS/UFS)

Prof. Dr. Ernesto Seidl (PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. José Marciano Monteiro (ProfSocio/UFCG)

São Cristóvão - SE
Maio, 2020

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237e Santos, Pâmella Synthia Santana
Em nome das redes : família, amizades políticas e alianças em
Sergipe / Pâmella Synthia Santana Santos ; orientador Fernanda
Rios Petrarca. – São Cristóvão, SE, 2020.
234 f. : il.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de
Sergipe, 2020.

1. Sociologia política. 2. Partidos políticos. 3. Famílias -
Sergipe. 4. Coligações partidárias - Sergipe. I. Petrarca, Fernanda
Rios, orient. II. Título.

CDU 316.334.3:329(813.7)

AGRADECIMENTOS

Escrevo esses agradecimentos em pleno momento de pandemia pelo novo coronavírus; em que a Ciência vem sofrendo cortes nos investimentos em nosso país, em que as Ciências Humanas vêm sendo atacadas por um governo que nega a sua importância para a Sociedade, em que nos vemos cercados por uma vastidão de fake news, irracionalidade e aversão à lógica. É nesse mesmo momento em que venho aqui agradecer pela oportunidade de ter sido bolsista, desde a graduação até o doutorado. Agradecer pela honra em ter feito parte de um Programa de Pós-Graduação em Sociologia com Conceito 5, um dos melhores da Universidade Federal de Sergipe, Universidade essa em que estive desde 2011 construindo minha carreira acadêmica.

Agradeço à CAPES e à FAPITEC/SE por terem acreditado nessa jovem cientista e pesquisadora. Fui bolsista desde o PIBIC e foram órgãos fundamentais para a minha formação. Mesmo a Ciência vivenciando tempos sombrios, a luta deve continuar para que o desenvolvimento do nosso País continue crescendo. Devemos isso à Sociedade Civil, devemos isso àquelas pessoas que vieram antes de nós e que criaram terreno para que pudéssemos ser o que somos hoje. Eu digo SIM à Ciência.

Devo meus agradecimentos especiais à minha professora e orientadora Dr.^a Fernanda Petrarca por me aceitar como orientanda desde o PIBIC. Foram anos de muito aprendizado, companheirismo, dedicação e desafios; obrigada por sempre ter acreditado no meu potencial e ter me pressionado para conseguir extrair o melhor de mim. Agradeço também ao professor Dr. Wilson Oliveira por todos os questionamentos, leituras, debates, contribuições e conversas nessa minha jornada. Agradeço à Secretaria do PPGS, Dayanne e Jonatas, pela atenção e ajuda durante todos esses anos.

Agradeço ao meu querido Laboratório de Estudos do Poder e da Política, o famoso LEPP, que desde 2012 se constituiu como um espaço onde definitivamente me encontrei como pesquisadora. Através dele, conheci pessoas maravilhosas que também foram importantes nesse percurso, além dos momentos de alívio na nossa querida sala da Didática 2. Deixo meus agradecimentos na imagem de Saulo Barbosa, Jonatha Vasconcelos e Felipe Trindade representando os demais colegas leppianos. Vocês são incríveis! Obrigada pelo companheirismo e pelos debates em sala ou fora dela.

Agradeço à minha amiga, colega, parceira de estudos, confidente, e uma das pessoas que mais me incentivaram nesse percurso todo: Adrielma Santos. Durante todos esses anos de UFS, você foi a única pessoa se fez presente em todas as etapas, seja nas provas da graduação, nas provas das seleções da Pós, nos estudos, nos incentivos quando eu pensava em desistir, nas

conversas para além da Academia; fica aqui registrada a minha grande admiração por você, amiga.

Para além da UFS, tive pessoas que se fizeram presente quando eu mais precisei, amizades que são essenciais na minha vida e que me ajudaram a enxergar que existe vida além do lattes: Priscilla Rocha, Felipe Souza e Kelly Fraga, vocês não têm noção do quanto me ajudaram e ajudam. O companheirismo de vocês é basilar e me fizeram uma pessoa melhor. Obrigada não é suficiente.

Não poderia deixar de mencionar os meus colegas do Colégio José Augusto Vieira, que além de me acompanharem semanalmente, me ensinaram muito e fazem parte de minhas alegrias e risadas; também os meus alunos e ex-alunos, que desde 2017 fazem dessa jovem uma profissional melhor através dos debates sempre calorosos. Agradeço em nome de minha ex-professora e hoje diretora, Leiri Dayana, pelas oportunidades concedidas e por sempre ter acreditado em mim.

Agradeço a Deus por ter estado comigo em todos os momentos, principalmente naqueles em que meu choro transbordava ao escrever várias dessas páginas. Foi Sua mão quem me conduziu à essa linda de chegada. E por mim, àquelas pessoas que contribuíram mais do que ninguém para a formação dessa Pâmella Synthia que aqui vos fala: à minha família, vocês são meu suporte.

Agradeço àqueles que direta e indiretamente colaboraram para essa tese e me acompanharam até aqui.

Muito obrigada!

DEDICATÓRIA

Dedico à todas as mulheres que desbravaram os mais diferentes caminhos e possibilitaram a mim a oportunidade de superar mais uma meta e de contribuir cada vez mais para que a nossa sociedade se desenvolva à luz da Ciência.

Nada é permanente, exceto a mudança. (Heráclito)

LISTA DE ABREVIATURAS

ALESE – Assembleia Legislativa de Sergipe
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CNI – Conselho Nacional de Indústrias
CONADAM – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura
DEM - Democratas
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEL – Instituto Euvaldo Lodi
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
LBA - Fundação Legião Brasileira de Assistência
NUTRAC – Núcleo de Trabalho Comunitário
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PCS – Partido Constitucional Sergipano
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PODE – Podemos
PP – Partido Popular
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPR - Partido Progressista Reformador
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido Republicano
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PRT – Partido Republicano Trabalhista
PSP – Partido Social Progressista
PST – Partido Social Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil

PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTR – Partido Trabalhista Renovador
REDE – Rede Sustentabilidade
SD – Solidariedade
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UDN – União Democrática Nacional
URS – União Republicana de Sergipe

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01 – Governadores do Estado de Sergipe
- Quadro 02 – Senadores de Sergipe 2010-2014
- Quadro 03 – Cargos eletivos João Alves
- Quadro 04 – Cargos eletivos Antônio Carlos Valadares
- Quadro 05 – Cargos eletivos Albano Franco
- Quadro 06 – Cargos eletivos Marcelo Déda
- Quadro 07 – Cargos eletivos Jackson Barreto
- Quadro 08 – Diretórios Partidários em Sergipe
- Quadro 09 – Deputados Federais e seus territórios base 2014
- Quadro 10 – Deputados Federais e seus territórios base 2018
- Quadro 11 – Deputados Estaduais e seus territórios base 2014
- Quadro 12 – Deputados Estaduais e seus territórios base 2018
- Quadro 13 – Deputados Federais eleitos em 2014
- Quadro 14 – Deputados Estaduais eleitos em 2014
- Quadro 15 – Deputados Federais eleitos em 2018
- Quadro 16 – Deputados Estaduais eleitos em 2018
- Quadro 17 – Colégios eleitorais e eleitores aptos do Alto Sertão Sergipano
- Quadro 18 – Colégios eleitorais e eleitores aptos do Médio Sertão Sergipano
- Quadro 19 – Colégios eleitorais e eleitores aptos no Baixo São Francisco
- Quadro 20 – Colégios eleitorais e eleitores aptos no Leste Sergipano
- Quadro 21 – Colégios eleitorais e eleitores aptos do Agreste Central
- Quadro 22 – Colégios eleitorais e eleitores aptos no Centro Sul Sergipano
- Quadro 23 – Colégios eleitorais e eleitores aptos na Grande Aracaju
- Quadro 24 – Colégios eleitorais e eleitores aptos no Sul Sergipano
- Quadro 25 – Deputados Estaduais 2014
- Quadro 26 – Deputados Estaduais 2018
- Quadro 27 – Deputados Federais 2014
- Quadro 28 – Deputados Federais 2018
- Quadro 29 – Deputadas Estaduais 2018
- Quadro 30 – Deputadas Estaduais 2014
- Quadro 31 – Deputadas Estaduais 2010
- Quadro 32 – Deputadas Estaduais 2006
- Quadro 33 – Deputadas Estaduais 2002
- Quadro 34 – Deputadas Estaduais e recurso familiar
- Quadro 35 – Participação em Comissões de Goretti Reis
- Quadro 36 – Participação em Comissões de Maria Mendonça
- Quadro 37 – Participação em Comissões de Janier Mota
- Quadro 38 – Participação em Comissões de Diná Almeida
- Quadro 39 – Participação em Comissões de Maisa Mitidieri

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 01 – Convenção do PSD em 2018
- Imagem 02 – Monteiro e Ribeiros
- Imagem 03 – Propaganda Eleitoral Goretti Reis
- Imagem 04 – Propaganda Eleitoral Goretti Reis
- Imagem 05 – Mitidieri nas eleições 2018
- Imagem 06 – Goretti Reis e Maria do Carmo Alves
- Imagem 07 – Lançamento da campanha eleitoral PSD, PMDB e PT
- Imagem 08 – Hilda Ribeiro e Gustinho Ribeiro
- Imagem 09 – Hilda Ribeiro e Gustinho Ribeiro
- Imagem 10 – Campanha eleitoral Rodrigo Valadares 2018
- Imagem 11 – Campanha eleitoral Rodrigo Valadares 2018
- Imagem 12 – Propaganda com a primeira alteração do logotipo
- Imagem 13 – Propaganda com a primeira alteração do logotipo
- Imagem 14 – Propaganda com a primeira alteração do logotipo
- Imagem 15 – Logotipo sem o sobrenome Valadares
- Imagem 16 – Logotipo sem o sobrenome Valadares

LISTA DE MAPAS

- Mapa 01 – Território Sergipano e suas regiões
- Mapa 02 – Regiões Geográficas de Sergipe
- Mapa 03 – Região Intermediária de Itabaiana
- Mapa 04 – Região Intermediária de Aracaju
- Mapa 05 – Alto Sertão Sergipano
- Mapa 06 – Médio Sertão Sergipano
- Mapa 07 – Baixo São Francisco
- Mapa 08 – Leste Sergipano
- Mapa 09 – Agreste Central
- Mapa 10 – Centro Sul Sergipano
- Mapa 11 – Grande Aracaju
- Mapa 12 – Sul Sergipano
- Mapa 13 – Representatividade por votos dos Deputados Estaduais

RESUMO

Esta tese analisou a relação entre política profissional, recurso familiar e agrupamentos políticos tendo como caso os deputados estaduais e federais eleitos em 2014 e 2018 no estado de Sergipe. Foi problematizada a questão de não somente um recurso específico como validador, mas sim um conjunto que possibilite a inserção e êxito na política profissional através das redes de base familiar. Dessa maneira, os objetivos específicos giraram em torno de a) analisar a história social dos agrupamentos familiares na política em Sergipe para assim compreender a dinâmica política; b) examinar as condições que possibilitam a esses agrupamentos e famílias se perpetuarem na política; c) analisar como se formaram e se encontram as redes entre os grupos do Interior do estado; d) entender a configuração partidária estadual de acordo com as redes de relações; e) analisar as mudanças vividas nos municípios do Interior mediante o impacto partidário; f) compreender a incorporação da herança política através do matrimônio ou apadrinhamento; por fim, g) identificar elementos que possibilitaram o desenvolvimento da carreira política dos atores em questão. Os elementos metodológicos consistiram em: levantamento completo de informações por meio do CPDOC, sites da Assembleia, Câmara, Senado, sites pessoais, etc.; aprofundamento do estudo das famílias desses atores através da história social da questão familiar na política em Sergipe; e leitura dos dados referentes às recomposições políticas no estado por meio do TRE-SE e TSE; Dessa maneira, essa Tese se encontra dividida em quatro capítulos: o primeiro abordou os direcionamentos teóricos acerca das conceitualizações sobre “família”, “agrupamentos” e “política profissional”; o segundo capítulo buscou fazer um resgate sócio-histórico da política de grupos em Sergipe desde as oligarquias até os anos de 2010; o terceiro capítulo analisou a representatividade político-partidária nos 8 territórios sergipanos; por fim, o quarto capítulo debateu a lógica e padrões de recrutamento, como que o recurso familiar é mobilizado pelos atores em favor dos agrupamentos e das redes de base familiar e como isso possibilita a construção de um *self* político-profissional. A tese dessa pesquisa mostra que a lógica do agrupamento e dos partidos devem ser levadas em consideração, haja vista que, no caso sergipano, a concentração dos partidos em determinados grupos se coloca como estratégia crucial para a manutenção das redes, partindo assim do nível municipal para o nível estadual. Além disso, quando são feitos os recrutamentos dentro dos próprios grupos, a dependência e lealdade partidária é maior, o que dá menos autonomia, ou liberdade reduzida na escolha de oportunidades distintas, para o parlamentar direcionar sua carreira. Assim, essa menor autonomia acaba se tornando um suporte garantido, pois o sentimento de adesão e de pertencimento ainda é uma característica dos grupos, principalmente a partir do município. Quando feito de maneira inversa, corre o risco de desestabilizar a estrutura do grupo e assim, não contribuindo para a manutenção do mesmo no poder político. Isso só reafirma que a política feita dentro dessa dinâmica não pode ser algo calculado pelos atores, mas deve ser construída estratégias que vislumbrem essas eventualidades, sempre ponderando os benefícios e malefícios de inserir alguém que não já venha das redes já construídas. Dessa maneira, foi possível identificar a recomposição política de Sergipe que vem se desvencilhando da imagem de antigas famílias tradicionais e construindo uma espécie de “nova-velha rede de base familiar” com novos atores, mas com os grupos renovados e que antes não tinham tanto destaque estadual.

Palavras-chave: Sergipe; redes de base familiar; política profissional; partidos; agrupamentos.

ABSTRACT

This dissertation analyzed the relation between professional politics, family resources, and political groupings with the case of state and federal deputies who were elected in 2014 and 2018 in the Sergipe state. Not only was the question of a specific resource as a legitimator brought to discussion, but also a collaborative that enables the insertion and success in professional politics through family-based networks. Thus, the specific goals revolved around a) analyzing the social history of family groupings in politics in Sergipe to understand the political dynamics; b) to examine the conditions that allow these groups and families to perpetuate themselves in politics; c) to analyze how the networks between the groups of the state countryside were formed and found; d) to understand the state parties configuration according to the relations networks; e) to analyze the changes experienced in the countryside municipalities through the party impact; f) to understand the incorporation of political heritage through marriage or sponsorship; finally, g) to identify elements that made possible the development of the political career of the actors in question. The methodological elements consisted of: complete survey of information through CPDOC, Assembly websites, Chamber, Senate, personal websites, etc.; deepening study of families of these actors through the social history of family politics issue in Sergipe; and reading the data related to political recompositions in the state through TRE-SE and TSE¹; In this way, this dissertation is divided into four chapters: the first addressed the theoretical orientations about the conceptualizations of "family", "groupings" and "professional politics"; the second chapter searched aimed to make a socio-historical rescue of politics groups in Sergipe from the oligarchies until the 2010s; the third chapter analyzed the political-party representativeness in the 8 Sergipe territories; finally, the fourth chapter discussed the logic and patterns of recruitment, how the family resource is mobilized by the actors in favor of family-based groups and networks and how this allows the construction of a political-professional self. The thesis of this research shows the logic of grouping and parties must be taken into account, then, in the Sergipe's case, the concentration of parties in certain groups is a crucial strategy for the networks' maintenance, thus starting from the city level to the state level. In addition, when recruiting from within the groups themselves, dependency and party loyalty is greater, which gives less autonomy, or reduced freedom in the choice of different opportunities, for the parliamentarian to direct his career. Therefore, this reduced autonomy ends up becoming a guaranteed support, since the feeling of adhesion and belonging is still a characteristic of the groups, mainly in the municipalities. When done in a reverse way, it runs the risk of destabilizing the group's structure and hence not contributing to its maintenance in political power. This only reaffirms that the policy made within this dynamic cannot be calculated by the actors, but strategies must be constructed to glimpse these eventualities, always considering the benefits and harms inserting someone who does not come from the networks already built. In this way, it was possible to identify the political recomposition of Sergipe that has been detaching itself from the image of old traditional families and building a kind of "new-old family-based networks" with new actors, but with renewed groups that previously did not have so much state highlight.

Keywords: Sergipe; family-based networks; professional politics; parties; groupings.

¹ TRE: Regional Electoral Court

TSE: Supreme Electoral Court

RÉSUMÉ

Cette thèse a analysé la relation entre la politique professionnelle, les ressources familiales et les groupements politiques en ayant comme cas les députés fédéraux et d'État élus en 2014 et 2018 dans l'État de Sergipe. Il a été mis en question pas seulement un recours spécifique comme validateur, mais aussi un ensemble qui permet l'insertion et la réussite dans la politique professionnelle à travers les réseaux familiaux. Ainsi, les objectifs spécifiques ont tourné autour de a) analyser l'histoire sociale des groupements familiaux dans la politique à Sergipe afin de comprendre la dynamique politique ; b) examiner les conditions qui permettent à ces groupements et à ces familles de se perpétuer dans la politique ; c) analyser la façon dont les réseaux se sont formés et se trouvent parmi les groupes des municipalités de l'intérieur de l'État ; d) comprendre la configuration des partis de l'État en fonction des réseaux de relations ; e) analyser les changements vécus dans les municipalités de l'Intérieur par le biais de l'impact des partis ; f) comprendre l'incorporation de l'héritage politique par le mariage ou le parrainage ; enfin, g) identifier les éléments qui ont permis le développement de la carrière politique de ces acteurs. Les éléments méthodologiques ont consisté à : un sondage complet d'informations par le biais du CPDOC, des sites web de l'Assemblée, de la Chambre, du Sénat, des sites web personnels, etc. ; l'approfondissement de l'étude des familles de ces acteurs à travers l'histoire sociale de la question familiale en politique à Sergipe ; et la lecture des données concernant les recompositions politiques dans l'Etat à travers le TRE-SE et le TSE ; De cette façon, cette Thèse est divisée en quatre chapitres : le premier a abordé les orientations théoriques à propos des concepts de "famille", "groupements" et "politique professionnelle" ; le deuxième chapitre a cherché à faire un recul socio-historique de la politique des groupes à Sergipe depuis les oligarchies jusqu'aux années 2010 ; le troisième chapitre a analysé la représentativité politique partisane dans les 8 territoires de Sergipe ; enfin, le quatrième chapitre a parlé de la logique et les modèles de recrutement, la manière dont les ressources familiales sont mobilisées par les acteurs en faveur des regroupements et des réseaux de base familiale et comment cela permet la construction d'une image politique-professionnel. La thèse de cette recherche montre que la logique du groupement et des partis politiques doit être prise en considération, puisque, dans le cas de Sergipe, la concentration des partis dans certains groupes est placée comme une stratégie cruciale pour le maintien des réseaux, en partant ainsi du niveau municipal vers le niveau de l'État. En outre, quand les recrutements se font au sein des groupes eux-mêmes, la dépendance et la loyauté à l'égard des partis sont plus grandes, ce qui donne moins d'autonomie, ou bien une liberté réduite dans le choix de possibilités distinctes, au parlementaire pour orienter sa carrière. Ainsi, cette moindre autonomie finit par devenir un soutien garanti, car le sentiment d'adhésion et d'appartenance est encore une caractéristique des groupes, surtout à partir de la municipalité. Quand on le fait de manière inverse, on risque de déstabiliser la structure du groupe et donc, de ne pas contribuer à son maintien au pouvoir politique. Cela ne fait que réaffirmer que la politique faite dans cette dynamique ne peut être quelque chose de calculé par les acteurs, mais qu'il faut construire des stratégies pour entrevoir ces éventualités, en pesant toujours les avantages et les inconvénients de l'insertion de quelqu'un qui ne vient pas déjà des réseaux déjà construits. De cette façon, il a été possible d'identifier la recomposition politique de Sergipe qui se détache de l'image des vieilles familles traditionnelles et qui construit une sorte de "nouveau-vieux réseau de base familiale" avec de nouveaux acteurs, mais avec les groupes renouvelés qui, auparavant, n'avaient pas autant de poids dans l'État.

Mots-clés : Sergipe ; réseaux de base familiale ; politique professionnelle ; partis politiques ; groupements.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 QUESTIONAMENTOS TEÓRICOS E BASE PARA O ESTADO DA ARTE	21
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, INSERÇÃO NO CAMPO E ESTRUTURAÇÃO DA TESE.....	26
CAPÍTULO 1 – FAMÍLIA, AGRUPAMENTOS E PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA	31
1.1 – FAMÍLIA, PARENTELA E REDES DE BASE FAMILIAR: ONDE SE INSERIR NO DEBATE?	32
1.2 – PARTIDOS, GRUPOS DIRIGENTES E A CONSTRUÇÃO DE ALIANÇAS NO MEIO POLÍTICO-INSTITUCIONAL	42
1.3 – PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA: CONSTRUÇÃO OU MEDIAÇÃO DE UMA CARREIRA?	51
CAPÍTULO 2 – DAS PARENTELAS ÀS REDES DE BASE FAMILIAR: CONSTRUÇÃO SOCIOHISTÓRICA DA POLÍTICA DE AGRUPAMENTOS EM SERGIPE.....	60
2.1 – CONSTITUIÇÃO DAS PARENTELAS SERGIPANAS	61
2.2 – REVOLUÇÃO DE 30 E O TENENTISMO: NOVA ROUPAGEM DO CORONELISMO	70
2.3 – ESTADO NOVO E O POPULISMO.....	73
2.4 – DITADURA MILITAR E A CONSOLIDAÇÃO DOS FRANCO: ARENA I E ARENA II.....	77
2.5 – PRÉ-REDEMOCRATIZAÇÃO E CAMINHOS PARA A DEMOCRACIA E PÓS- IMPEACHMENT	81
CAPÍTULO 3 – REPRESENTATIVIDADE, PARTIDOS E TERRITORIALIZAÇÃO SERGIPANA.....	101
3.1 – ATORES POLÍTICOS E DINÂMICAS PARTIDÁRIAS EM SERGIPE	102
3.2 – DIVERSIFICAÇÃO DOS RECURSOS NOS GRUPOS DAS REDES DE BASE FAMILIAR	121
3.3 – RECOMPOSIÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA ESTADUAL	130
3.4 – “O INTERIOR MAIS FORTE”: QUAIS MUNICÍPIOS SE DESTACAM?	139
CAPÍTULO 4 – AGRUPAMENTOS, ATORES POLÍTICOS E REDES DE BASE FAMILIAR	162
4.1 – ESTRATÉGIAS, PADRÕES DE RECRUTAMENTO E RELAÇÕES POLÍTICAS	163
4.1.1 – Padrões de recrutamento e lógicas de atuação representativa.....	167
4.1.1.1 – Padrão de recrutamento: os tradicionais	169

4.1.1.2 – Padrão de recrutamento: os intermediários	173
4.1.1.3 – Padrão de recrutamento: os matrimoniais.....	175
4.1.1.4 – Padrões de recrutamento: os profissionais.....	176
4.2 – LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO SERGIPANO	178
4.3 – QUANDO HÁ MAIS DE UMA POSSIBILIDADE: ENTRE O ESTADUAL E MUNICIPAL NA POLÍTICA DE GRUPOS.....	192
4.4 – CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO ATOR NA POLÍTICA DE GRUPOS.....	202
CONCLUSÕES.....	213
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	226

INTRODUÇÃO

Tem sido apresentada como recorrente a utilização de recursos familiares como recurso que leva a vitória em pleitos eleitorais. Nesse caso, a literatura tem colocado casos que exemplifiquem essa afirmativa. Todavia, há outros trabalhos que apresentam a vinculação partidária ou até mesmo uma vinculação com agrupamentos políticos como elemento chave. Mas então quais as condições de acesso para uma inserção na política profissional e consequentemente, manter-se nesse ofício? Em consonância com isso, o objeto de pesquisa desta Tese foi a análise da relação entre política profissional, recurso familiar e agrupamentos políticos tendo como caso os deputados estaduais e federais eleitos em 2014 e 2018 no estado de Sergipe.

Para poder dar conta dessa relação, foi problematizada a questão de não somente um recurso específico como validador, mas sim um conjunto que possibilita a inserção e êxito na política profissional; para além, possibilitam a formação de padrões de recrutamento que constroem lógicas específicas a partir dos grupos políticos. Diferentemente de outros trabalhos que focam somente em um aspecto (família, partido ou agrupamentos), a proposta desta tese foi proporcionar um mosaico com a literatura e usá-la para ajudar a pensar tanto no ator político em si, na sua carreira e suas interações, nos eventos que o possibilitaram à política profissional, como também pensando além dele, no espaço em que este ator está inserido tanto social quanto politicamente, nas redes e agrupamentos, no sistema partidário, etc.

A tese desta pesquisa é a de que a lógica do agrupamento e dos partidos devem ser levadas em consideração de maneira complementar, haja vista que, no caso sergipano, a concentração dos partidos em determinados grupos se coloca como estratégia crucial para a manutenção das redes. Além disso, quando são feitos os recrutamentos dentro dos próprios grupos, a dependência e lealdade partidária são maiores, o que dá menos autonomia, ou liberdade reduzida na escolha de oportunidades distintas para o parlamentar direcionar sua carreira.

Essas características ficaram perceptíveis devido ao direcionamento dado às alianças feitas a nível municipal, e que acabam se reconfigurando quando necessitam se alinhar ao nível estadual aderindo às relações partidárias. De certa maneira, essa menor autonomia acaba se tornando um suporte garantido, pois o sentimento de adesão e de pertencimento ainda é uma característica dos grupos, principalmente os locais. Quando feito de maneira inversa, corre o

risco de desestabilizar a estrutura do grupo e assim, não contribuindo para a manutenção desse no poder político.

Consequentemente, foram identificados padrões de manutenção que contribuem para a compreensão da composição político-partidária dos grupos em Sergipe, pois além do recurso familiar, o recurso partidário e a procura por atores que venham a se agregar nessas redes de relações possibilitam novas dinâmicas e que acabam interferindo no andamento dessas. Ou seja, trata-se de identificar se elas acabam sendo incluídas no cotidiano dos grupos ou se são mera composição de chapa para as eleições estaduais, o que em alguns casos, isso foi confirmado; quando o agrupamento não consegue mais renovar os seus atores dentro do espaço da base familiar, faz-se necessário a inserção dos agregados com maior potencial para a política partidária, saindo assim dos bastidores da política.

O caso sergipano se mostrou significativo devido às relações construídas no âmbito do município, validando assim o entendimento acerca do cotidiano da política; pensando nas associações feitas a partir das redes de base familiar, as análises se atentaram à formação das alianças nesse nível e que, consequentemente elas ultrapassam o nível estadual se moldando a uma nova configuração. Assim sendo, para entender como os agrupamentos conseguem se manter em todo o Estado, deve haver a preocupação para entender a dinâmica dos grupos, pois eles se mostraram elementos constitutivos e formadores das atividades políticas.

O problema de pesquisa surgiu através de questionamentos que apareceram com o desenvolvimento de duas pesquisas: uma monografia de conclusão de curso, intitulada “Ribeiros *versus* Reis: um estudo sobre elites políticas, facções e carreiras” (SANTOS, 2014), sobre a rivalidade entre duas famílias políticas pertencentes ao município de Lagarto e da dissertação de Mestrado, intitulada “O ofício de cabo eleitoral: entre campanhas, comícios e o dia-dia da política” (SANTOS, 2016), defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) que buscou entender o “como se torna um cabo eleitoral?”.

Ambas as pesquisas, que são vinculadas ao Laboratório de Estudos do Poder e da Política, tiveram como principal objetivo a compreensão do ofício da política. Esta última trouxe alguns apontamentos que devem ser considerados: Os grupos políticos realmente são divididos? Esses grupos estão inseridos em agrupamentos? Como é possível a transação de atores em grupos “diferentes”? Há uma hegemonia familiar ou essas famílias fazem parte de uma rede? Se se constituiu enquanto uma rede, como então conciliar diferentes famílias políticas? Como fazer prevalecer o recurso familiar como estratégia se as famílias aparentam ser aliadas? De que maneira os partidos políticos conseguem ser encaixados nessas redes de

relações? Essas perguntas surgiram devido ao fato de que foi mostrado que famílias políticas e agrupamentos do interior do Estado tinham integrantes em grupos que poderiam ser chamados de “adversários”. Dessa maneira, me fez pensar sobre a questão da rede de base familiar, apresentada por Queiróz (1976) e Lewin (1993), que consiste então na existência de várias famílias e agregados presentes em um mesmo agrupamento.

Para tanto, parti das análises micro e macro, buscando entender através da sociogênese da política profissional de grupos em Sergipe, como ela foi se constituindo institucionalmente, levando então para as chamadas redes de base familiar, que além dessas famílias, outros atores estavam integrados e tinham importantes papéis nessas redes. Além disso, o estado de Sergipe se constitui como universo empírico importante porque acaba por demonstrar que vários recursos são mobilizados, porém esses são pensados dentro da configuração dos próprios agrupamentos. Consequentemente, a dinâmica política estadual acaba sendo direcionada a partir de redes de relações diversificadas em que o recurso familiar se destaca quando aliado a recursos como o profissional, econômico, e principalmente partidário, o qual foi mais evidenciado.

Outro ponto que recebeu destaque foi a política institucional para ajudar a entender como os partidos políticos estão divididos no Estado, a sua configuração, para assim adentrar no ator político e como ele se constitui como tal. No caso, foram selecionados os deputados que estão inseridos nas chamadas “famílias políticas” que viriam a constituir as redes e os agrupamentos, sendo possível analisar a partir da perspectiva de “carreira”, como esses atores se constituíram como profissionais da política, partindo de uma identidade profissional para então poder compreender a dinâmica político-profissional em Sergipe.

Nesse caso, a literatura tem mostrado correntes diversas as quais acabam se complementando, como é o caso de análises pensadas na questão da profissionalização ou especialização do saber político e sobre as inserções em grupos, redes, e/ou parentelas juntamente com as chamadas “famílias políticas”, isso pelo fato de certas análises darem mais ênfase a determinado aspecto, e não enfatizando todo o conjunto para a pesquisa – o que também vai depender do seu objetivo –; a proposta teórica desta Tese foi justamente fazer uma junção dessas ideias como possibilidade da relação citada anteriormente.

Como mencionado, o ponto de partida foram os deputados estaduais e federais eleitos em 2014 e 2018. Foram selecionados os casos mais aparentes, ou seja, aqueles que já indicam o recurso familiar como recuso político, utilizando então os “nomes de famílias” para evidenciá-los já no período pré-campanha e então, chegamos a outros atores políticos, observando os agregados, apadrinhamentos, matrimônios que compõe a “parentela” e assim, identificando e

traçando algumas redes de relações presentes na política sergipana, isso porque um conjunto de trabalhos (CANEDO, 2002, 2004, 2011; CORADINI, 2001; GRILL, 2004, 2007, 2008, 2012) demonstraram que as famílias compõem o cotidiano da política em diferentes espaços nacionais.

Esta problemática tem sido apresentada como um elemento constitutivo do ofício político já há muito na literatura das Ciências Sociais, contudo é necessário compreender de que forma as relações de base familiar passam a compor a atividade política e como em certa medida, no que diz respeito à realidade brasileira, ela se torna cada vez mais diversificada. É nessa direção que um conjunto de estudos sobre a política no Brasil destacou mais do que “nomes de famílias” as relações de base familiar.

A ideia de relações familiares permite ampliar o leque de possibilidade dos vínculos familiares utilizados para garantir a iniciação na política (BLONDEL, 1957; DANTAS, 2014; LEWIN, 1993; PEREIRA de QUEIRÓZ, 1976), e assim cristalizar as bases familiares. É a partir desses atores que busco então entender o que viria a ser o profissional da política, a utilização do recurso familiar e os agrupamentos existentes no estado, situação essa que remonta a décadas passadas. Logo, é sabido que essa relação que apresento como objeto de pesquisa é uma situação existente e que constitui a política e o “vir a ser” político.

Dentro do Laboratório de Estudos do Poder e da Política, há uma gama de estudos que percorrem as temáticas das parentelas e redes de base familiar. Se constituiu como uma preocupação analítica o papel delas dentro do contexto dos grupos dirigentes os trabalhos de Bomfim (2019), Lima (2019), Oliveira e Petrarca (2017), Petrarca (2017, 2019, 2020), Santos (2016, 2017a, 2017b, 2018a, 2018b) Vieira e Oliveira (2018), Vieira (2020); buscam analisar a dinâmica política de Sergipe em diversos espaços se valendo do conceito de rede de base familiar, além dos trabalhos de Montalvão (2011), Leandro (2014), Steckel (2010) e Vieira (2013) e outros.

A maioria das famílias que são vistas hoje representadas pelos deputados tiveram o seu início na política através das alianças com a família Franco, a qual estava inserida em outros espaços profissionais como na Medicina e na Indústria. É interessante destacar essa família porque ela foi considerada por muito tempo a principal mandatária da política sergipana, devido a sua grande rede de relações, mas que atualmente não está tão em evidência politicamente, pois nenhum integrante seu está ocupando um cargo eletivo. O que se vê hoje em dia é um conjunto de famílias e grupos aumentando os seus espaços na política eletiva e a diversificação de relações dos mesmos, que a cada pleito, seja ele municipal ou estadual, estão se interligando e criando o que chamo de grupos e agrupamentos. Sendo assim, enquadro ela no que seria uma

rede de base familiar, pensando na construção dos laços que historicamente foram embasados na parentela.

1 QUESTIONAMENTOS TEÓRICOS E BASE PARA O ESTADO DA ARTE

Por se tratar de grupos, famílias e atores políticos que estão historicamente impregnados na política sergipana, conhecer a história social desses grupos, ou melhor, das suas redes é crucial para entender o seu desenvolvimento e como ocorreu a sua participação nas principais esferas sociais, reconvertendo assim para a política. Além de se consolidarem em seus municípios, as famílias aumentam o seu recurso político quando passaram a disputar cargos eletivos para além do âmbito local, opondo-se a outras famílias e grupos na disputa eleitoral.

Uma forma de manutenção na condição de grupo dirigente é expandir os cargos como também se inserirem em outras esferas, como administrativa, empresarial, escolar etc. A socialização dos indivíduos ocorre em diversos domínios da sociedade, como a cultura, a religião, a tecnologia e a política, nos quais tomam lugar as diversas experiências que contribuem particularmente para o processo de construção da identidade social e da autoimagem do indivíduo em relação ao sistema político e às instituições da sociedade. Para os deputados que foram inclusos como universo empírico do estudo, tanto o jogo político quanto o social são duas faces de uma realidade. Para que esses atores conservem o poder adquirido, é necessário que aja não apenas como um profissional da política, mas como um mestre em ambas as faces desse jogo.

Sobre essa discussão, a Sociologia, aliada à Ciência Política e à Antropologia, possui muitos trabalhos que buscam entender pelo menos um desses pontos apresentados. Para tanto, pensando na Sociologia dos Grupos Profissionais, a tese teve enquanto base os trabalhos de Phelippeau (2010), Sawicki (1999) e Offerlé (1999) para entender sobre a formação da política como profissão e como ela conseguiu o seu espaço legitimado – não pensando em credenciais ou aporte jurídico, mas sim como ofício reconhecido e necessário para a manutenção da representação – além de proporcionar o levantamento de questionamentos acerca dessa categoria profissional.

A ideia de política como vocação e profissão de Weber que acaba sendo refletida em outros trabalhos como os de Lehinque (1999), Briquet (1999), Bacot (1999) me deu a possibilidade de aliar à questão da identidade profissional de Dubar (1998) juntamente à noção de carreira de Becker (2008) e conversão à profissão de Hughes (1964). Esses trabalhos da Sociologia francesa possibilitaram embasar a tese no que concerne ao papel da política

enquanto profissão, não segundo as leituras clássicas da Sociologia dos Grupos Profissionais em relação ao credenciamento de “profissões”, mas sim que a profissão política também requer a mobilização de saberes e habilidades.

Já na Sociologia da Política, me baseei na ideia de redes sociais, parentela, famílias e heranças políticas apresentadas por Lewin (1993), Queiróz (1971), Canedo (2002, 2004, 2011), Grill (2004, 2007, 2008, 2012, 2013) e Saint-Martin (2008); na questão da base eleitoral com Bezerra (1999) e Kuschnir (1998, 2000); dos agrupamentos e grupos pensados por Palmeira (1992, 1996), Palmeira e Barreira (2004), Palmeira e Heredia (2010), Camargo (2012), Landé (1977), Carvalho (1997) e Peirano (1987); além de pensar também no que consistem os grupos dirigentes e seus recrutamentos com Coradini (2001), Love e Barickman (2006).

A partir daí foi necessário compreender esse ofício por uma descrição das funções e relacionamentos que compreendem o “fazer política”; o entendimento dessa culta é um pré-requisito para o entendimento do que é um “político profissional”. Phelippeau (2010) analisa a sociogênese da profissão política na França, país em que ela deixa de ser uma ocupação de “notáveis” e passa a ter mais participação dos chamados “amadores”. Nesse caso, para a análise será dada maior ênfase ao recurso familiar aliado a outros recursos.

Estudos como esses proporciona a identificação de elementos instigantes pelo fato de esses ofícios não serem caracterizados como qualquer outro regulamentado. Um dos fatos que é constantemente mencionado por esses profissionais quando se é questionado se eles consideram atuar na política como profissão, é o de que o trabalho deles é mera vocação ou “vontade de ajudar ao povo”, que seriam “alguém que foi eleito para servir a população”, através dos mecanismos disponíveis do legislativo ou executivo. Offerlé (1999) aborda os vários trabalhos acerca da profissão política em diversas visões, seja sobre a legitimação da profissão, da crise de identidade política, das profissões que encaminham para a política profissional, etc., mostrando a importância de dar espaço para essa “profissão” ser analisada.

Para Canedo (2002), designar a política como a atividade principal de uma vida implica considerar as diferentes maneiras de entrada, assim como as chances diversas que são oferecidas aos entrantes, as margens de liberdade de ação para exercer o que se convencionou a chamar de “artes da política”. Qualquer cidadão, preenchendo as condições definidas por lei, pode se candidatar a um mandato eletivo, o qual é juridicamente temporário, pois os eleitores podem votar num outro candidato, quando das eleições seguintes.

Todavia, há exigências preliminares que não se encontram escritas na lei e que condicionam o ingresso e a saída da vida política. Kuschnir (2000) ao se propor a analisar o cotidiano da política de uma vereadora do Rio de Janeiro, e que seu pai também era um político

profissional, pôde demonstrar a importância de o ator já ser apresentado à essas artes da política para quando chegar na prática, poder lidar tanto com a imagem como também na aplicação do saber. Essa tese passa por esse viés, que seria o de compreender como integrantes diversos se valem dos mesmos caminhos que seus precursores, reproduzindo a imagem do seu grupo ou agrupamento.

Devido ao fato de os políticos estarem sempre evidenciando a vocação – que também podemos retomar com Weber (2008) pensando no viver da política e para a política – enquanto justificativa para a atuação na política, não significa necessariamente que é uma regra geral para se tornar um político. Percebe-se pela Sociologia Política francesa que esse debate existiu devido a uma crise de representação porque não houve uma conformidade com os três pontos da construção da identidade profissional: apresentação pública do *self*, designação por outros e a auto percepção; como o senso de si é posto à prova de confrontação com os outros, precisa-se de tempo para uma reflexividade e que ela tem probabilidade de se manifestar.

Esses três pontos são vistos no caso brasileiro e especificamente o sergipano, onde os atores políticos sentem a necessidade de justificar as suas ações e demonstrar que elas estão respaldadas na vontade pública, justamente pelo fato de o ator político ser o seu representante enquanto intermediação da voz popular para com o Estado. Os discursos proferidos nas Casas refletem esse pensamento, como também quando se encontram no “tempo da política” (PALMEIRA, 1996).

No que se refere à apresentação pública do *self*, Briquet (1999) estudou os casos de corrupção na Itália e na França, que gerou uma dificuldade da renovação da política e assim, uma deslegitimação da política profissional, por mais que o que a legitime em si sejam os votos. Essa dificuldade da renovação seria a de que uma progressão na carreira estaria diretamente ligada ao problema da corrupção e assim, não há formas de trazer novos nomes para a política e gerar uma renovação. O exemplo que o autor traz da Itália demonstra a dificuldade, se não a impossibilidade, para a "política profissional" de institucionalizar os mesmos termos as outras profissões aplicam.

O direito de exercer uma profissão é na verdade baseado na legitimidade conferida na posse de conhecimento especializado, geralmente legalmente reconhecida e certificada por uma formação específica, algo que a política ainda não conseguiu constituir, apesar de que essa formação é adquirida ao longo do tempo, através da prática após a conversão a esse ofício. Aliado a esse pensamento, o caso brasileiro também vem passando por dificuldades em relação à imagem política, tendo como empecilhos os casos de corrupção veiculados que atrapalham o

reconhecimento do político como um profissional competente, especialmente os casos mais recentes passados a partir de 2014.

O exercício de reconhecimento e apresentação do *self* deve então estar aliado a outros recursos, já que ter uma carreira política não consistirá em resultado efetivo em pleitos futuros. A estratégia então resulta no conjunto de recursos, tentando resgatar o recurso familiar ou acionar as suas redes e agrupamentos para então resolver esses contratemplos. Construir um monopólio profissional em um determinado setor de atividade social é estabelecido pelos procedimentos de seleção institucionais e de controle formal e os membros do grupo profissional asseguram-se do controle de gestão.

O recurso familiar não consegue dar conta de todo o peso que se tem para se manter na política, pois é necessário aliar ele a outros tipos de recursos, por mais que estejamos colocando aqui a política profissional como ocupação, pois como qualquer outro espaço profissional, elementos variados devem estar ligados como base, assim visto com Coradini (2001). Dessa maneira, os exemplos de atores políticos desta Tese estão inseridos em outros espaços como também há uma variação de áreas ocupacionais e do recurso escolar, o que leva à composição da imagem de um político profissional. Aliado ao que foi dito anteriormente e não muito diferente, Bacot (1999) coloca como os atores veem a política, no caso, como a política é representada para eles e como os políticos se auto representam.

Como em qualquer outro local, a sociedade em si vê o político como um privilegiado entre outros privilegiados, uma pessoa que ocupa um espaço totalmente diferente do espaço comum, justamente pela visão que os atores sociais têm do político. Além disso, também está em negação a representação do mundo político, ou seja, há uma incompatibilidade entre a autorrepresentação do político e a sua própria imagem. Os políticos profissionais possuem competências e habilidades referentes ao que devem exercer no cargo como já mencionado em várias pesquisas que trabalham essa questão da atuação do político profissional. Entretanto, quando se fala em representação e gerenciamento das atividades políticas, eles são vistos como integrantes de um grupo específico, e tendo como seu principal *know-how* a predisposição a enganar, além de somente buscarem a existência, permanência e defesa de seus privilégios.

A dinâmica de lutas entre facções marca as disputas políticas no Brasil e realça o papel das redes políticas. Pode-se indicar a configuração de teias de relações que são maximizadas pelos indivíduos e que se caracterizam pela confluência de aspectos como: a inexistência de um conteúdo de união incorporado ou de uma ideologia comum; a incerteza com relação a sua durabilidade; e a organização em torno de interesses, rivalizando com outras facções similares (CAMARGO, 2012; LANDÉ, 1977; PALMEIRA 1996; PALMEIRA, BARREIRA, 2004;

PALMEIRA, HEREDIA, 2010). Devido à conjuntura partidária brasileira bastante diversa, a utilização de redes de apoio e alianças de diversos tipos é necessária para uma família ou até mesmo para várias famílias almejem postos eletivos. Dito de outra forma, não se faz política local de maneira isolada.

Na realidade sergipana, enquanto perdurou o coronelismo, as regiões eram regidas não somente por um coronel, mas sim por um conjunto de coronéis, os quais tinham o mesmo tipo de poder, e assim mantinha-se uma rede de base familiar, em que, de forma bastante amíuê, os vários coronéis pertenciam a uma mesma família, na qual eram inseridos parentes consanguíneos ou não (DANTAS, 1997; MONTALVÃO, 2011). Pensando nisso, parto da ideia que Saint-Martin (2008) utiliza ao afirmar que tem havido um interesse, de modo crescente, pelas relações que unem ou que às vezes opõem os diferentes grupos dominantes através de conflitos ou de lutas, assim como pelas relações que as elites têm com outros grupos sociais e pelos modos de ação, decisão ou deliberação.

Logo, é visto que a necessidade de relações é de grande importância para essa manutenção e diversificação do poder; Love e Barickman (2006) demonstram as relações entre os diversos atores que faziam parte das elites regionais e como eles estavam interligados. Partindo da perspectiva assumida nesta Tese, é de suma importância corroborar as ligações entre os atores e seus grupos que fazem com que a política seja dinamizada.

Essa configuração foi sendo alterada pelo contexto histórico, deixando de existir a imagem do coronel e abrindo espaço para outros tipos de liderança, apesar de que o coronel não era uno; logo, o envolvimento com a política através da inserção em redes de relações estruturadas em torno de disputas pelo poder (facções partidárias, clubes, agremiações, sindicatos, corporações, movimentos sociais) e na burocracia pública, assim como as tomadas de posição e rupturas daí resultantes funcionam como estratégia corrente na tentativa de acúmulo de um capital simbólico ativo em diferentes espaços. Invariavelmente, a interseção que mescla princípios das lutas político-eleitorais, da burocracia do Estado e de carreiras profissionais assenta-se em relações de reciprocidade, fundamentalmente, o “clientelismo” e a “patronagem” (GRILL; SEIDL, 2013).

O recrutamento de novas lideranças no seio da própria elite política e a consequente transmissão do poder entre membros da mesma família ou de uma mesma rede de base familiar apresenta-se como um dos caminhos de resgate ou perpetuação do reconhecimento, pois a reclamação da qualidade de “especialista político” está diretamente ligada aos movimentos de retenção de “tradições familiares” dentro do espaço político (GRILL, 2008, p. 21). Como exemplo, cito a família Valadares que tem uma grande trajetória na política sergipana e na

história política do município de Simão Dias, onde vários integrantes alcançaram o cargo de prefeito do município, mas que essa foi além do executivo municipal. Através de mandatos como os de deputado estadual e federal, conseguiu alcançar os cargos de governador e um alto posto eletivo, o de Senador Federal.

Reforço aqui a pertinência do uso da noção de redes – colocada por Queiróz (1976) e Lewin (1993) e não pensar somente a questão das grandes famílias com Saint-Martin (1993, 2008) –, principalmente na política, porque a política sergipana (a brasileira de um modo geral, como estudos que serão mencionados mais à frente poderão afirmar) se fez e se consagrou como uma política de base familiar. Dessa maneira, significa que em Sergipe não existe ou existiu o domínio de uma família, mas sim o conjunto de várias famílias, ligadas por diversos aspectos, seja pelo elo econômico, matrimônio, ou outros interesses em comum, que se aliaram para então comandar um determinado local (povoados, cidades, Estado).

Assim sendo, para compreender a dinâmica política estadual que se encontra representada na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados, é importante analisar o *background* dessas famílias, pelo fato de elas fazerem o cotidiano da política continuar ávido em suas cidades natais. Separadamente, elas podem não aparentar que fazem alguma diferença na política estadual, mas a questão se encontra no conjunto delas e nas relações que elas estabelecem, pois cada uma tem uma participação efetiva nos municípios que as fizeram ascender tendo o vínculo partidário como forma de institucionalizar esse controle político.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, INSERÇÃO NO CAMPO E ESTRUTURAÇÃO DA TESE

Para dar conta dessas questões apresentadas anteriormente, foi delimitado como problema de pesquisa a análise da relação entre política profissional, recurso familiar e agrupamentos políticos tendo como caso os deputados estaduais e federais eleitos em 2014 e em 2018 no estado de Sergipe. Será dada atenção em especial a alguns pontos como estratégia para responder ao problema mencionado, sendo eles:

- i) analisar a história social dos agrupamentos familiares na política em Sergipe para assim compreender a dinâmica política;
- ii) examinar as condições que possibilitam a esses agrupamentos e famílias se perpetuarem na política;

- iii) analisar como se formaram e se encontram as redes entre os grupos do Interior do estado;
- iv) entender a configuração partidária estadual de acordo com as redes de relações;
- v) analisar as mudanças vividas nos municípios do Interior mediante o impacto partidário;
- vi) compreender a incorporação da herança política através do matrimônio ou apadrinhamento; e por fim,
- vii) identificar elementos que possibilitaram o desenvolvimento da carreira política dos atores em questão.

Pensando assim, os procedimentos metodológicos para dar conta do que foi apresentado estão divididos em quatro etapas. A primeira etapa, além do mapeamento da literatura que se relacionem com o objeto de estudo, consistiu no levantamento completo de informações sobre os atores vindo a enquadrar os pontos i) e ii), que permitissem mostrar o desenvolvimento da carreira política, o seu envolvimento em diversas atividades as quais contribuíram para a sua atuação na política, como também a ligação de suas famílias nesse espaço, identificar outros atores que possibilitaram a criação de redes e vínculos seja na política como também em outras configurações.

Foram utilizados dados acerca dos atores que se encaixam no perfil de “integrante de família política” e conseqüentemente, levantamento sobre essas famílias e a que grupos elas estão introduzidos (CPDOC, sites da Assembleia, Câmara, Senado, sites pessoais, etc.); contextualização histórica, social e política desses agrupamentos e famílias com o propósito de saber como surgiram e o papel deles no cenário municipal (a que estão inseridos), estadual e até mesmo nacional, a depender de como se organizam nos diferentes espaços; construção de um banco a partir de variáveis para poder traçar um perfil com as características: familiar, escolar, profissional, político, etc. com o propósito de identificar quem são esses atores além da família, como também se há “n” combinações diferentes de recursos ou se há um padrão específico.

A segunda etapa buscou dar conta dos pontos iii) e iv) ao fundamentar-se no aprofundamento do estudo das famílias desses atores com a finalidade de analisar a história social da questão familiar na política em Sergipe. Dessa maneira, foi possível compreender a dinâmica política e as condições de emergência dessas famílias, como também o que lhes possibilitam perpetuarem na política, resultando no recurso político como o principal mantenedor.

Com isso, houve a possibilidade de identificar como foram mobilizadas as redes de base familiar que contribuíram para a ascensão dessas famílias na política local nas cidades as quais pertenciam e a sua participação na conjuntura política do Estado, principalmente no momento em que algumas famílias e agrupamentos se encontravam no comando de determinados partidos. Verificar a formação do cenário partidário pelo Interior do Estado com a reabertura política e como as famílias se ajustaram às novas configurações, observando principalmente a criação ou o rompimento de redes e alianças durante esse período chegando assim na configuração política atual.

Como a pesquisa trata, primeiramente, dos deputados estaduais e federais eleitos na eleição de 2014 e 2018, a terceira etapa consistiu na análise das relações partidárias e como elas influenciaram as recomposições políticas no estado, além do impacto eleitoral, aliando-se aos pontos v) e vi), devido à importância da análise da relação dos mesmos com suas bases eleitorais. Como esses atores necessariamente voltam seus pedidos e requerimentos para as suas bases, analisei como isso se dá haja vista que as rivalidades locais podem interferir nesses repasses, pois ela, de fato, irá dizer muito sobre a participação do grupo familiar do deputado na cidade em que ele cresceu politicamente. Foi possível também observar esses deputados durante as eleições, e como a dinâmica política é completamente volátil, desfazendo redes de relações, criando outras, ou partidos se isolando em pleno pleito eleitoral, também como vão se desenhando os possíveis interesses para as eleições de 2020².

Por fim, a quarta etapa da pesquisa baseou-se na análise das redes de base familiar que foram identificadas. Tentando ainda atender ao ponto vi) e acrescentando o ponto vii), é preciso compreender o papel desses atores dentro dos agrupamentos e como contribuem para a manutenção deles para além do “nome da família”. Basicamente, como se dá o uso do recurso familiar e a construção de “fachadas” para a personificação do político profissional sendo possível entender os efeitos das estruturas de oportunidades e construção de uma identidade profissional.

Como forma de contribuição com todas as quatro etapas do processo da pesquisa, o diário de campo foi utilizado na medida em que este contempla um espaço só do pesquisador onde é possível, já no momento do trabalho de campo, fazer análises dos ambientes de que o

² Até o momento da escrita dessa Tese, o Brasil e o mundo passam pela pandemia do Covid-19, ou o Novo Coronavírus. As medidas de contenção do vírus têm priorizado o isolamento social e somente serviços essenciais continuam funcionando. Ou seja, a realização das eleições municipais pode sofrer impacto direto, mas o Congresso Nacional e o Tribunal Superior Eleitoral não decidiram ainda se haverá adiamento ou não.

ator participa, das interações entre pesquisador-objeto, etc., e assim já exercitar sua imaginação sociológica; o mesmo foi crucial no momento da análise dos dados e da redação do texto.

Assim sendo, essa Tese se encontra dividida em quatro capítulos: o primeiro aborda os direcionamentos teóricos acerca das conceitualizações sobre “família”, “agrupamentos” e “política profissional” e qual a posição que tomo como norteadora para a análise do universo empírico aqui já explicitado. O segundo capítulo faz um resgate sócio-histórico da política de grupos em Sergipe desde as parentelas até os anos de 2010. O terceiro capítulo coloca enquanto objeto central como a representatividade político-partidária se encontra atualmente, pensando assim a relação dos partidos políticos e os atores, além da distribuição da representatividade nos 8 territórios sergipanos. Por fim, o quarto capítulo refere-se a de que maneira o recurso familiar é mobilizado pelos atores em favor dos agrupamentos e das redes de base familiar e como isto possibilita a construção de um *self* político-profissional.

Para tanto, também me vali da pesquisa do Mestrado, pois foi onde tive meus primeiros contatos com os deputados estaduais e federais, com os quais consegui constituir uma rotina dentro da campanha eleitoral de 2014 e o seu desenrolar para a campanha eleitoral em 2016. Menciono isso porque, por mais que tenhamos quatro anos para fazer uma pesquisa e escrever uma tese, problemas podem surgir durante o percurso e o pesquisador precisa ter em mente que o cronograma em algum momento não conseguirá dar conta. É necessário ter os dados ao seu favor, coletar o máximo de informação possível, principalmente porque o objeto de estudo dessa tese possui bastante material já produzido, além de que as mídias sociais passaram a ser parceiras no quesito coleta de dados.

Friso aqui também que esta Tese iniciou com a proposta de analisar a composição da legislatura dos eleitos em 2014. Todavia, como a política é volátil, dinâmica e fluida, foi inserido os atores políticos eleitos em 2018, visto que houve uma mudança considerável no cenário com sua diversificação a partir da eleição municipal em 2016. Nacionalmente, a política em si passou por uma mutação que abalou a sua credibilidade, levando os candidatos a apostarem em um discurso alternativo. No caso do objeto de estudo desta pesquisa, o recurso familiar continuou presente como estratégia eleitoral, e sendo resgatado em momentos pós-eleição.

Não é objetivo desta Tese saber em que medida ainda é pertinente utilizar a família como trunfo no espaço da política, muito menos levantar a bandeira do “contra nepotismo”, tendo em vista que a neutralidade axiológica do sociólogo clássico Max Weber é necessária até certo ponto. Enquanto pesquisadora de um campo complexo como é o estudo das relações políticas no Brasil, principalmente na Região Nordeste, preciso me posicionar sobre “como” a

dinâmica política se dá efetivamente, buscar a sua construção e como ela é apresentada e mantida por aqueles que compõe os grupos dirigentes, ou no caso, as “elites”.

Durante a construção dessa tese, foi questionado o que eu achava sobre “político que bota a sua família na política”, pensando que, eu enquanto Socióloga, deveria mostrar uma solução para essa situação, que por vezes vira sinônimo de “atraso”, “só acontece aqui”, mesmo sendo característica da formação do nosso Estado. Friso novamente que para alcançar o objetivo da pesquisa, não seria relevante mostrar opiniões pessoais, por mais que haja um movimento que defenda o posicionamento dos pesquisadores em seus trabalhos. É natural esse questionamento, tendo em vista que o pesquisador precisa lidar a todo momento com a dualidade “pesquisador-objeto”.

CAPÍTULO 1 – FAMÍLIA, AGRUPAMENTOS E PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar a discussão que vem sendo construída numa perspectiva teórica acerca do recurso familiar, agrupamentos e profissionalização política, haja vista que, nas Ciências Sociais, esses conceitos passeiam em várias perspectivas; consequentemente, demonstrar através dessa discussão o ponto de partida analítica que esta Tese defende o seu universo empírico. A partir do problema de pesquisa e dos objetivos específicos, foram delineados alguns possíveis caminhos interpretativos para poder dar conta da problemática, levando em consideração que a variedade de conceitos desenvolvidos pode interferir em uma análise objetiva.

Ao pretender analisar o recurso familiar, foi feito um resgate na Sociologia no intuito de compreender como que no Brasil o uso desse recurso em específico acaba remetendo a determinados tipos de práticas, como o nepotismo; o foco seria como a formação e constituição de famílias na política brasileira, sendo ela institucional ou não, nos traz um outro olhar para essas práticas. A partir do momento em que as inserimos como nepotistas, implicaria em afirmar que tais atuações são criminais, sendo que o propósito aqui não é enquadrar a partir do viés legal, mas sim, compreender como que esse recurso é utilizado e como os vínculos entre as famílias constituíram as parentelas e posteriormente as redes de base familiar.

Em relação aos agrupamentos, conseguimos identificar determinadas diferenciações, chegando assim ao uso desse termo, pois ele acaba abarcando tanto a dinâmica dos partidos, como também a atuação dos políticos e a configuração das redes de base familiar pensando no nível estadual. Esses três elementos nos proporcionaram compreender como que as alianças e amizades dentro do espaço político institucional se tornou um recurso para o universo empírico desta Tese. Além disso, o sentimento de lealdade e a necessidade de aderir a determinado grupo já é colocada pela literatura como uma característica da política brasileira, e assim sendo, se tornou um facilitador da construção e manutenção das relações políticas.

Consequentemente, para compreender esse contexto também foi preciso colocar no debate a atuação do profissional da política. Dentro da Classificação Brasileira de Ocupações, temos os cargos eletivos e delegados, entretanto, quando falamos em “profissão”, principalmente se partimos dos estudos da Sociologia dos Grupos Profissionais, não conseguiríamos analisar essa atuação, haja vista que para ser político não requer uma credencial como um diploma, assim como a Medicina e Direito, entretanto, lidamos aqui como um ofício que necessita de saberes e habilidades para poder ser colocado em prática. A partir da

perspectiva do Interacionismo Simbólico, além da weberiana sobre o “viver da política” e “viver para a política”, o exame sobre o profissional da política nos mostra como ele está completamente ligado aos agrupamentos em detrimento do desenvolvimento das redes de base familiar.

Assim, é necessário se valer da literatura especializada para interpretar o fenômeno político em que integrantes de famílias e seus agregados acabam participando gerando uma contribuição para essa dinâmica. Vários autores acabam por definir os termos “família”, “rede de base familiar”, “parentela”, “facções”, “grupos” e “agrupamentos”, entretanto, suas análises buscam priorizar determinadas lógicas conceituais. Dessa maneira, seguirá neste capítulo a discussão teórica que embasa esta Tese e seu problema de pesquisa.

1.1 – FAMÍLIA, PARENTELA E REDES DE BASE FAMILIAR: ONDE SE INSERIR NO DEBATE?

Hodiernamente, os questionamentos acerca de como Ciências Sociais no Brasil vêm encarando essa temática têm sido colocados com mais efusão, além da incorporação de conceitos que não cabem à realidade brasileira. Um dos exemplos clássicos nos usos analíticos sobre elites que envolvem “família e política” no Brasil seria a perspectiva de “grande família”, utilizada e desenvolvida por Saint-Martin (1993).

Um trabalho que perpassa por esse conceito seria o de Rocha (2015), que apesar de criticar as terminologias que costumeiramente são usadas para analisar a influência de famílias no legislativo federal brasileiro, acaba por colocar a ideia de “grande família”, recorrendo ao “capital nobiliário”. Entretanto, como utilizar um conceito de fronteira bem específica num contexto onde não existe nobreza? A preocupação de Saint-Martin (1993) girava em torno de compreender a essa nobreza enquanto um “grupo” e não reduzindo somente à ideia de “grande família”, suas estratégias de manutenção dos recursos e como eles poderiam ser convertidas em outros que possibilitassem a constituição deles como tal.

Mas como entender a nobreza como um “grupo” segundo Saint-Martin (1993)? Nada mais representa que um espaço ou subespaços com diversos grupos ou frações que dispõe de maior ou menor quantidade de capital simbólico ou social, de um patrimônio econômico mais ou menos considerável, em vias de empobrecimento ou de consolidação, de um capital cultural eminentemente familiar ou com componente escolar, etc. Não há um sentimento de coletividade nessas famílias porque há diversos grupos, mas dentro deles próprios; quando há um problema fora que envolva a honra de algum integrante, eles agem mais “coesos”. O círculo social não é

utilizado para interesses, ou seja, não é um prestador de serviços; o veem como um espaço com atmosfera familiar, uma ilha preservada e um refúgio das tradições, camaradagem e amizade. A opinião social funda a sua existência; o reconhecimento precisa ser mútuo. A burguesia tenta isso através da cooptação e enobrecimento pela nobreza enquanto que, pelo povo, há o sentimento de respeito, ressentimento ou solicitude, reforçando assim a crença na existência de uma diferença.

É possível ver como a autora está lidando com o conceito de “grupos” e como podemos levar essa ideia para o contexto do objeto desta Tese, entretanto, leva-se em consideração se são vários grupos ou frações desses que se conectam em diferentes níveis, pois os mesmos apresentam diferenças e distintas reações para com os outros ao mesmo tempo em que se reconhecem dentro da categoria de “nobreza”. De início, já podemos enxergar a conexão com um outro termo que pode englobar mais essa ideia de relação, que viria a ser os “agrupamentos” e assim, poderia ser um passo para compreender as diferenças no que tange ao poder de reconhecimento que os mesmos tem ao expressar enquanto atores inseridos numa estrutura de poder, visto que o que se encontra mais presente são as disputas por esses espaços de atuação, e em relação ao objeto de estudo desta Tese seria a política.

Uma das questões que se colocam ao sociólogo é saber como se constituem as relações de poder entre diferentes atores que detém mais ou menos recursos sociais, econômicos, culturais, simbólicos, atores que não detém todos eles, o mesmo volume de recursos, nem tampouco a mesma composição de recursos e não possuem as mesmas oportunidades de ação. O que Saint-Martin (1993) tenta mostrar é também saber como se constituem as relações de poder e de concorrência entre diferentes grupos de elites pela tomada de decisão ou o controle de uma posição importante e como se estabelecem as relações que um grupo mantém com os outros grupos.

Dessa maneira, as divergências e as lutas entre os diferentes grupos dirigentes decorrem, em parte, da distribuição desigual dos poderes e dos recursos. As elites não consistem unicamente na soma do conjunto dos grupos ou dos atores que ocupam posições dominantes nos domínios político, econômico e administrativo e não são apenas uma categoria da estratificação social; elas propõem modelos de comportamento, possuem sistemas de valores e interesses, constituem grupos de influência e, às vezes, de pressão.

Ou seja, no caso desta pesquisa, não é levado em consideração somente em quem compõe esses grupos e que grupos são esses, mas também em como eles contribuem para a dinâmica política no estado, visto que eles acabam circulando no mesmo espaço, criando alianças ou desfazendo-as, redistribuindo seus “jogadores” em outros grupos como estratégia,

por exemplo, matrimonial, para unir famílias que sejam “nomes” em potencial para gerir as relações entre os pares dentro dos grupos.

Outro conceito que é utilizado recorrentemente é o de oligarquia. Geralmente é visto em trabalhos mais voltados para a História como é trabalhado por Alves (2017) e Arraes (2000, 2014), onde esses autores buscam analisar a constituição das chamadas “elites políticas oligárquicas” no estado do Piauí. Apesar de seguirem os estudos clássicos das elites, os mesmos não avançam nas discussões teóricas sobre como essa elite política piauiense se encontra inserida. Mesmo Alves (2017) mostrando que há uma circulação nos cargos eletivos e burocráticos do executivo, afirma somente através dos dados que caso já tenha ocupado esses cargos, acaba configurando em elites, mesmo não mostrando os outros elementos que constituem uma elite política e, para se constituir enquanto político profissional, o ator político necessita de uma gama de recursos onde uns podem acabar se sobressaindo aos outros, mas dificilmente será possível alcançar e manter-se numa carreira profissional na política já tendo ocupado algum posto. O que foi necessário para esses atores chegarem nesses cargos? Os autores mencionam o que chamam de “capital familiar”, no caso, ter parentes que já perpassaram por esse caminho. Mas, esse recurso isolado não consegue dar conta o que viria a ser essa problemática que a tese tentará demonstrar.

Um ponto importante a ser destacado nesta parte da Tese é o de que não estou lidando com algo “novo”, ou no mínimo, um fenômeno recente. A temática “família e política” no Brasil já se encontra nos mais variados estudos, independente da área, seja ela da Sociologia, História, Ciência Política ou qualquer outra que venha a perpassar pelo tema e o objeto de estudo é simplesmente reflexo da formação do Estado brasileiro. O texto clássico de Carvalho (1997) faz um resgate dos conceitos mais utilizados para analisar a política brasileira: clientelismo, mandonismo e coronelismo. Esses conceitos muitas vezes são utilizados de maneiras rasas como justificativas para o jogo político praticado no Brasil, ou seja, tudo se resume a um grupo dominante onde esse controla todos os recursos, até mesmo “oligarquias” que administram os recursos e se mantem no domínio da política, seja ela “local”, estadual, regional ou nacional.

Ainda com Carvalho (1966), ao analisar o município do interior de Minas Gerais, Barbacena, interessa em “como se explica a luta de famílias, qual a natureza desta luta, quais as bases em que se apoia, qual o mecanismo porque se rege, qual o sentido que pode ter para os estudos políticos em Minas Gerais, e, talvez, no Brasil (p. 153-154).”, ou seja, é necessário estar rodeado de todos os questionamentos possíveis que contribuam para explicar essa realidade política. Nesse caso, já que pode contribuir para compreender o funcionamento político a nível

estadual, ou até mesmo nacional, fica evidente que estudos que analisam o “sertão”, o “interior”, o “local”, não conseguem demonstrar que essa não é somente uma característica desses limites regionais, mas que faz parte da constituição política brasileira.

Ainda nessa linha, Figueiredo e Silva (2012) continuam o debate sobre família, latifúndio e poder na região norte do estado de Minas Gerais que retomam as discussões de Sergio Buarque de Holanda e Oliveira Viana sobre o surgimento desse poder político na base dos grupos familiares que giravam em torno principalmente da posse de terras, mas que posteriormente mostraram que não bastava somente ter uma base econômica forte, visto que foi necessária a diversificação de recursos para a manutenção desses grupos durante o coronelismo, período em que o estudo se vale enquanto recorte. Uma das estratégias utilizadas para a diversificação foi a mudança do local de uma das parentelas com o propósito de renovação e ampliação das relações e bases de apoio.

Obviamente, não há nada de errado em partir suas análises do município, tendo em vista que essa tese se baseia na Sociologia de Queiróz (1976) a qual afirma que o ponto de partida para os estudos sobre política é o município, até porque é nele que a política em si acabou se desenvolvendo, que “eram o campo onde os políticos experimentavam as suas forças; das composições, acordos, adesões e defecções observadas no âmbito das Câmaras Municipal, Provincial e Geral, e finalmente do gabinete.” (p. 20). A importância do município sempre esteve presente. Com o mandonismo, ela se intensificou, buscando reforço nos proprietários rurais que “compartilhavam” o poder através do compadrio. Dessa maneira, é necessária uma análise sobre como essa política é praticada, sem partir de um olhar enviesado, já envolto de conceitos que acabem delimitando certas práticas, onde muitas vezes acabam resumindo em “nepotismo”, “oligarquia”, e Queiróz (1976) já criticava essa falta de preocupação com o cotidiano político brasileiro, isto é, o que de fato é da realidade brasileira e não conceitos importados e aplicados de maneira simplista:

Os estudos da política entre nós são histórias das ideias políticas que os brasileiros foram buscar no estrangeiro e tentaram implantar nesta terra, no afã de dar ao país uma fisionomia à altura do progresso mundial; coladas como etiquetas a diversos acontecimentos históricos, sugeriram aos estudiosos problemas que são quebra-cabeças para quem procura esclarecê-los de acordo com tais ideologias, mas que se simplificam se estudados sem uma ideia preconcebida, observando-se apenas o que se passou na realidade. (p. 18)

Essa preocupação ainda persiste, assim como é colocado por Oliveira e Petrarca (2016; 2017) onde os mesmos trazem a discussão da importação de conceitos e como alguns deles, “ocidente”, “moderno”, acabam por distorcer a realidade e aumentam o desejo da Sociologia

Brasileira em tentar alcançar o patamar das Sociologias estrangeiras, ou melhor, o patamar dos grandes centros teóricos da Sociologia.

A partir do momento em que produzimos uma análise nos baseando em tão somente empregar e enquadrar conceitos que não foram constituídos a partir da nossa realidade, podemos cair no mesmo erro cometido por Caio Prado Jr. apontado por Queiróz (1976) apontou que Caio Prado Jr. – aplicar a ideia de classe onde não havia uma consciência de classe, fugindo assim do que ela afirmou ser o “primeiro preceito sociológico que é observar antes de interpretar” (p. 18). Não é querendo tomar o Brasil como um caso em particular, ou demonstrar a sua singularidade (TAVOLARO, 2014) perante os outros países, ou ainda que não se enquadre no conceito de “modernidade” (LATOUR, 1994), mas é, antes de tudo, compreender a partir do contexto brasileiro sem as pré-noções que se encontram imbuídas de teorias e conceitos que acabam por atrapalhar as análises e assim, acabamos por cair no problema desses enquadramentos.

Entretanto, se a política eletiva não constitui o nepotismo, visto que é necessário um número de votos para alcançar o cargo, por que partir desse viés? É nesse momento em que os atores que se enquadram no que Queiróz (1976) e Lewin (1993) colocaram de “parentela”³ poderiam emergir nos cargos do executivo e assim, evitando de certa maneira o nepotismo e mantendo esses cargos à disposição dessas redes de relações pois, como é evidente até pelo senso comum, a ocupação desses postos são peças importantes para a manutenção, renovação e até mesmo a desfeita de alianças.

Além disso, há autores que separam família e política como se essas categorias fossem totalmente distintas a partir do momento em que se “faz família” e se “faz política” e que quando essas duas atuações se juntam, se encontram bem delimitadas, não misturando os seus objetivos (VILLELA, 2009), porém, elas só irão se misturar quando entrar na “época da política”⁴. Seria então quando as características familiares são acionadas para efetivar e legitimar a participação na política. Entretanto, como mostrei em minha dissertação (SANTOS, 2016), a política acaba não tendo um período específico para poder atuar, a não ser que se olhe a partir da política institucional, com o período de campanha legal.

O jogo da política se dá a todo instante, pois o mesmo é totalmente instável e nada se encontra assegurado mesmo quando já inserido no “tempo da política”; apoios entre parentes consanguíneos podem se desfazer ao mesmo tempo em que amigos ou compadres passam a ter mais consideração no momento das alianças. Ser de uma “família política”, ter parentes na

³ Ver tabela sobre Parentela em OLIVEIRA, PETRARCA (2017, p. 206).

⁴ Embasando-se no conceito de “tempo da política” cunhado por Moacir Palmeira.

política, não lhe assegura uma carreira na política, muito menos a construção de uma. O recurso familiar sozinho não consegue dar conta da complexidade que as alianças políticas requerem para angariar votos e apoios de várias bases eleitorais. É necessário um conjunto de elementos que possibilitem a “aprendizagem, iniciação e conversão” (HUGHES, 1964) e que esses contribuam para a manutenção dessa profissionalização política. Quanto a isso, será mais discutido à frente.

Mesmo depois de toda essa discussão, ainda não está claro o que querem dizer com “família”. Villela (2009) toma “família” como uma categoria nativa, bem aliado à Antropologia para se valer do termo e assim, se afasta um pouco da preocupação em conceitualizar o que viria a ser essa tal “família”, mesmo deixando escapar que seria um “agente” (p. 211). Entretanto, pelos relatos de seus informantes, família nada mais é do que o sobrenome em comum que determinados indivíduos acabam carregando, e que se mobilizado de maneira correta, acarretará outros elementos que serão utilizados no momento da “época da política”. A exemplo, tem-se os usos da memória de ascendentes e que possam contribuir com os simbolismos que os mesmos carregam (VILLELA, 2015) e ainda, o autor pontua bem que “a política é um dos elementos através do qual se faz, desfaz-se e se mantém família” (VILLELA, 2009, p. 209).

A partir do momento em que o sociólogo ou cientista social se preocupa em analisar determinado objeto, ele não parte de pré-noções, pensando na neutralidade axiológica que Weber (2008) já mencionava, apesar de que esta é difícil de ser seguida, visto que a relação entre pesquisador e objeto na Sociologia se encontra numa linha tênue. Com isso, quando elementos que se encontram em debates do senso comum, como o que essa tese trabalha, é corriqueiro vê-lo assumir a característica de “positivo” ou “negativo”, levando em conta ao que mencionado anteriormente sobre a questão do “nepotismo”. Entretanto, se aqui optei por não colocar no lado negativo – tendo em vista o peso desfavorável que o termo “nepotismo” carrega – também não será colocado no lado positivo.

Menciono isso pelo fato de Villela (2009) tomar exemplos da Antropologia Social como Palmeira e Heredia (2010), Palmeira (1992, 1996) e Comerford (2003) que, de acordo com o primeiro, “assumiram a positividade da participação da família na política” (p. 211). Ora, a partir do momento em que alguém afirma que um fato é positivo ou negativo, acaba por fugir da análise da essência desse. Os autores em questão não tomaram como algo benéfico, mas como um fato. Entretanto, o questionamento aqui apresentado seria por conta de seus recortes analíticos, que caso não haja uma leitura atenta, determinadas práticas somente fazem parte da

realidade do “interior”, do “sertão”, de “municípios pequenos”, e que em muitas das pesquisas, acabam por mostrar o cotidiano nordestino.

Seguindo a mesma linha de analisar as relações entre família e política, Monteiro (2016) traz uma outra perspectiva do contexto paraibano partindo da Sociologia das Elites, diferentemente de Lewin (1993) que segue na perspectiva das redes de base familiar. Apesar de que essa tese também se encontra no contexto do Nordeste, é tomado em conta que essas práticas acontecem em todo o território nacional. Assim sendo, tomamos aqui a crítica feita por Monteiro (2016) sobre as grandes pesquisas sobre a política atual que não se preocupam em analisar essa relação, tendo em vista que faz parte do cotidiano da política brasileira.

Trabalhos como os de Coradini (2001), Oliveira (2012), Miguel, Marques e Machado (2015) e entre outros mostram localidades que não se resumem ao nordeste, entretanto, focam somente em categorias analíticas de outros contextos ao tratar dos dados com conceitos que remontam a uma falta de modernidade. Dessa maneira, as possibilidades de análise se restringem às perspectivas que não foram construídas a partir do contexto local.

Diante do que foi exposto até o momento, qual o conceito que poderia contribuir para essa análise e que de certa maneira, possa circular na temática “família e política”? Para isso é necessária a construção do que se compreende por família no contexto brasileiro. A família extensa foi a instituição chave a partir da qual se estruturaram as relações sociais e de poder sob o patriarcalismo colonial brasileiro. Ampliação da família nuclear ou conjugal, a família extensa cria laços de aliança que vão além do parentesco direto, da consanguinidade; apesar da preponderância de uniões endogâmicas, a família extensa conta com membros que, por aliança ou afinidade, tornam-se “de casa”, “como se fossem da família”, ampliando o núcleo parental e familiar, constituindo um grupo doméstico heterogêneo e que possibilita uma variação e modulação a depender do contexto das necessidades em que os integrantes estejam inseridos.

A aliança matrimonial passa a ter importância decisiva na conformação de grupos parentais e clãs, reunindo em um mesmo corpo várias famílias proprietárias. Além das alianças, outras relações de tipo parental são também estabelecidas, como aquelas originadas na vida econômica e política – sendo essa última, a de maior interesse para a análise feita aqui, apesar de que o econômico também acaba adentrando pois, não há como fazer campanha eleitoral sem a possibilidade de “gastar”. Sócios e correligionários, apesar de nem sempre manterem laços diretos de aliança ou parentesco, também se transformam em membros da família, compartilhando interesses e relações de afetividade, solidariedade, compromisso e lealdade entre famílias de grupos dirigentes.

Entre estratos sociais diferentes o compadrio cumpre, por sua vez, a função de agregar as famílias a partir de laços rituais de união que podem conferir *status* de parentesco indireto. Na composição da família patriarcal brasileira há um núcleo legal fundado na consanguinidade, moldado pela filiação e pelo matrimônio, composto pelo casal e seus filhos legítimos e por outros parentes diretos, como avós, tios, sobrinhos, primos e netos, e indiretos, como cunhados, genros e noras. Há também um núcleo periférico, constituído por servidores, dependentes, filhos ilegítimos, escravos domésticos, entre outros que habitam e orbitam ao redor da casa-grande (CANDIDO, 1951, p. 294).

O perfil flexível adquirido pela família brasileira permitiu uniões familiares e parentais mediadas pela tradição, pelo costume, pela afetividade e por formas diversas de reciprocidade. Se, por um lado, a família extensa incluía um grande grupo parental e doméstico, abarcando todos os que habitavam sob o mesmo teto, por outro, novas formas de relacionamento parental e familiar também se conformam, tendo em vista a ampliação da ação da família ao universo exterior aos limites da casa-grande e da fazenda. Essa característica diferencial expande o raio de ação das famílias e propicia um considerável aumento dos vínculos de relacionamento social, político e econômico.

A opção pela exogamia proporcionava a expansão dos domínios, promovendo laços de parentesco a partir da união entre famílias dos grupos dirigentes. Essa expansão dos domínios se dava tanto pelo aumento do poder encerrado pelas famílias uma vez unidas, quanto pela aliança entre grupos familiares geograficamente distantes, possibilitando “exportar” o poder e a influência da família para outras regiões (QUEIROZ, 1976). Com a constituição das fortunas da elite cafeeira paulista, cada vez mais dissociadas do meio rural/tradicional, o dote deixa de ser considerado nas estratégias de alianças. Essas passam a ter como objetivo a reunião dos patrimônios e a busca de genros capazes de assumirem os negócios familiares em nome das noivas ou, então, daqueles que aumentassem o prestígio da família, agregando um sobrenome nobre ou tradicional.

Herança e casamento se apresentam como instrumentos de preservação de fortunas e do mandonismo local. A indivisibilidade da herança foi uma forma de repassar, por gerações sucessivas, *status* e poder. O casamento servia a duas finalidades: quando ocorria no interior da parentela, visava manter o patrimônio indiviso, e quando se voltava a elementos exteriores, tinha o objetivo de unir forças familiares, econômicas e políticas (QUEIROZ, 1976). Nesse sentido, há um significado simplificador expresso pelo grande domínio rural, que centripetamente submete todas as relações sociais, políticas e econômicas às suas instâncias de poder (VIANNA, 1987).

Quando a família extensa começa a perder sua força centrípeta, em muitos casos os recém-casados passavam a residir nos núcleos urbanos ou então na mesma fazenda dos pais, embora em casas distintas. A saída dos recém-casados da casa-grande é expressiva da alteração na estrutura do grupo doméstico colonial e imperial, embora represente também a perpetuação do domínio patrimonial pela não divisão da propriedade e da herança. O fortalecimento da família nuclear principia uma dissolução lenta do grande grupo doméstico, representado na imagem da casa-grande e da família extensa.

A descendência tanto patrilinear quanto matrilinear, assim como a opção pela exogamia ou endogamia, e ainda a residência tanto patrilocal quanto matrilocal, indica que, apesar da existência de uma hierarquia patriarcal a moldar a instituição familiar, reger o parentesco e impor uma dominação autocrática, o universo parental, no Brasil, pode se originar de várias formas de união, sacramentadas ou não. O caso particular da família patriarcal brasileira expressa uma estrutura ainda mais ampla e flexível que a *maison*, pois abarca os ligados pelo sangue e pelo casamento, além de outros que por afinidades diversas também compõem o universo familiar, o clã (VIANNA, 1987) ou a parentela (QUEIROZ, 1976).

O apadrinhamento e a afinidade também podem gerar relações parentais sem, contudo, terem como fundamento a filiação ou o matrimônio. Em função da herança e dos critérios constitutivos do *status*, os casamentos tenderam a unir membros do mesmo estrato social que, com as sucessivas gerações e casamentos, conformavam um grupo parental homogêneo e geneticamente unido. Entretanto, isso não impedia a organização de redes de alianças não integradas pela via genética. Tomando-se como pressuposto, portanto, que as ligações familiares são tanto originadas por parentesco quanto por aliança e afinidade, há que se notar que o matrimônio era apenas uma dentre várias formas de congregar membros dos estratos superiores, unindo famílias proprietárias. Relações afetivas com vizinhos e amigos podiam propiciar ligações equivalentes às parentais. Pode-se dizer o mesmo de algumas das relações estabelecidas com sócios e correligionários, que passavam a ser vistos como membros da família, do clã ou da parentela.

Entre famílias de “elite”, o casamento era uma forma de unir patrimônios e sobrenomes. Os sobrenomes dos filhos podiam ser originados tanto da família do pai, quanto da mãe, ou de ambas, a depender da tradição, da fortuna, do poder e do prestígio representado por eles. Sob a ordem senhorial o sobrenome representava não só a filiação direta. Não era incomum ocorrer de pessoas e até famílias inteiras assumirem o sobrenome dos parentes mais importantes, prestigiados ou ricos, mesmo que o grau de parentesco com esses fosse longínquo. O sobrenome representava poder, prestígio e segurança contra outros que também tivessem sobrenomes

“lustrosos” e tradicionais. Afilhados muitas vezes também assumiam os sobrenomes das famílias de seus padrinhos, corroborando o caráter amplo, flexível e indeterminado que o parentesco assume sob o ponto de vista simbólico.

Nesse panorama móvel e indeterminado, outras relações parentais indiretas são constituídas, não originadas de uniões horizontais, como o matrimônio ou a aliança com famílias de amigos, sócios e correligionários, mas de uniões de tipo vertical, como o compadrio. Enquanto o matrimônio foi uma forma usual de aliança entre famílias dos estratos sociais superiores, o compadrio sobressaiu como principal modalidade de união ritual entre famílias de elite e aquelas dos estratos inferiores da sociedade.

Assim como as relações horizontais, de aliança e afinidade, as uniões verticais entre famílias de estratos sociais diferentes assumem, por vezes, o papel equivalente ao de parentesco indireto. Diferente das relações entre senhores de terras e agregados, dependentes ou escravos, os apadrinhados adquiriam *status* de parentes “indiretos”, visto que conformavam uniões estáveis e perpétuas, homologadas pela liturgia do batismo, que consagrava, através da Igreja, critérios divinos de união (CANDIDO, 1951).

A regra geral do compadrio unia os estratos superiores e inferiores em um mesmo patamar imaginariamente isonômico. O batismo expressava a sagração espiritual de uma suposta igualdade humana entre os membros envolvidos, como se o compadre do estrato inferior, fosse pequeno sitiante, agregado, dependente ou até mesmo escravo, ao menos durante o ritual litúrgico, se igualasse ao compadre do estrato superior, o senhor de terras (CÂNDIDO, 1951). Nesse momento, seriam, perante Deus, homens iguais, humanos com os mesmos atributos. As desigualdades sociais e étnicas desapareceriam por instantes, subsistindo uma pseudo isonomia na esfera divina, enquanto na esfera material, os compadres permaneceriam essencialmente desiguais.

A relação eterna que o compadrio fundava unia tanto o padrinho e a madrinha ao afilhado quanto aos pais do afilhado, o compadre e a comadre. A união passa a ocorrer não só entre humanos que se reconhecem como semelhantes, o padrinho e o afilhado, mas, essencialmente, entre famílias. Os compadres e as comadres se tornam de tal forma unidos pela solidariedade fundada no apadrinhamento que esta acaba ganhando feições parentais. Tal característica abre a possibilidade do compartilhamento de relações familiares entre os diversos estratos, sem que a hierarquia social e a dominação política e econômica sejam alteradas substancialmente (QUEIRÓZ, 1976).

Apesar de favorecer a constituição de uma teia relativamente permeável de vínculos de convivência e solidariedade, esse tipo de relacionamento vertical entre os estratos sociais não

anula a posição social hierárquica superior assumida pelo padrinho, seja ele senhor, barão ou coronel. Esse se mantém na chefia fundamentalmente porque é ele que distribui a proteção, as prebendas e os favores. Não obstante, é também ele que se favorece da lealdade dos afilhados e compadres nos momentos eleitorais. Embora na esfera divina ocorra uma relação pseudo isonômica, na mundana a dominação e a desigualdade se perpetuam pela relação de poder e submissão, reconhecida e legitimada pelos afilhados e por suas famílias. Pela via social e econômica o padrinho tem a obrigação de amparar seu afilhado. Este, por sua vez, deve render obediência absoluta tanto ao padrinho quanto à madrinha.

Politicamente, não só o afilhado, mas também sua família e todos aqueles que estiverem sob influência dela têm a obrigação do irrestrito apoio ao padrinho quando necessário, especialmente nos momentos eleitorais. O compadrio foi um importante expediente utilizado pelos estratos sociais superiores para reproduzir a dominação política, ampliar o *status* social e controlar os currais eleitorais. Por outro lado, também foi uma forma de os estratos inferiores criarem vínculos estáveis de convivência com os estratos superiores, favorecendo o seu patrocínio e a sua proteção. Quanto maiores os universos de relacionamentos parentais, maiores as capacidades de obtenção de votos e, por consequência, melhores condições de disputa por favores e cargos a serem distribuídos.

As prebendas, favores, empregos e cargos oferecidos conferem prestígio e legitimidade política ao compadre/padrinho/patrão/chefe. Quanto mais prestígio, poder e riqueza, maiores as possibilidades de ampliar o universo de relacionamentos parentais e de dependência. Em seu estudo sobre o clientelismo, Richard Graham afirma que “o tamanho da clientela era a medida de um homem” (GRAHAM, 1997, p. 40). Entretanto, não quero aqui reduzir a questão da troca de favores ao clientelismo devido ao fato de que ela, por muito tempo, ficou atrelada à discussão do atraso, retomando o debate que Latour (1994) expõe essa problemática. Assim, é necessário continuar a evidenciar que a argumentação aqui presente pretende ir além desses simplismos entre “moderno x arcaico”. Haja vista o exposto, importante compreender a constituição e desenvolvimento das relações de rede de base familiar no contexto brasileiro, que para esta Tese, se constitui como elemento crucial para o entendimento dos agrupamentos em Sergipe.

1.2 – PARTIDOS, GRUPOS DIRIGENTES E A CONSTRUÇÃO DE ALIANÇAS NO MEIO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Dando continuidade ao debate e retomando o que foi colocado, somente o “nome de família” não consegue dar conta de contribuir para a manutenção de um determinado grupo ou até mesmo de colocar essa família enquanto grupo fechado. Queiróz (1976) e Lewin (1993) expõem com clareza a importância da relação entre indivíduos e grupos para uma construção de uma rede de base familiar. É dessa maneira que novas alianças podem ser feitas e a expansão da parentela irá contribuir para as análises em que não focam somente no “rural”, “interior”, que muitas das vezes acabam reforçando o estereótipo de que essa lógica existente na dupla “família e política” não acontece fora do contexto “local”.

Partidos e facções políticas andam lado a lado e muitas das vezes os primeiros acabam sumindo dentro dos segundos, devido à identidade e adesão a uma determinada liderança/candidato, como bem mostrou Kuschnir (2000) sobre “ser gente de fulano”, além dos trabalhos do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP) que demonstram a preocupação em entender o cotidiano da política, suas minuciosidades e elementos que muitas das vezes passariam despercebidos; são fossem feitas análises que usam olhar voltado para além do institucional, levando assim ao esquecimento de características que fazem a política brasileira ser como ela é. Essa adesão ao não normatizar as práticas políticas, mas sim expor sua real concepção possibilita fugir da questão do “atraso”, apesar de que muitas das pesquisas feitas pelo NuAP se encontram no contexto “local”; todavia, isso não impossibilita a contribuição de elementos para o debate do dia a dia da política brasileira, pois fica perceptível com o conjunto de trabalhos apresentados pelo núcleo que a política de grupos fazem parte de fato de um contexto maior sim.

Interessa aqui justamente mostrar como é importante compreender essa dinâmica de grupos juntamente com os partidos políticos. “A política se desenvolveu tendo por núcleo o município” (QUEIRÓZ, 1976, p. 19), afirmação essa que contribui para uma análise partindo do “local”, mas como nessa tese há uma preocupação em entender como os municípios também se encontram interligados através das alianças dos grupos políticos que muitas das vezes estão situados em agrupamentos com lideranças estaduais, onde essas respondem a lideranças nacionais, não é possível deixar de mostrar e debater esse mosaico de nós que a política possibilita.

Mesmo com os partidos perdendo sua visibilidade no cotidiano da política para as facções, na mesma medida que em o voto deixa de ser uma escolha consciente e exemplo de prática cidadã, mas sim uma adesão a um conjunto de práticas tidas como pessoais, a partir do momento em que essas facções tem presentes famílias que acabam dividindo o poder eletivo, o

“tempo da política”, ou necessariamente as eleições, são o momento exato para a reconstituição da adesão e, obviamente, da demonstração de um pertencimento político.

Essa característica é vista mais no cotidiano municipal, isto posto a relação entre político e comunidade se coloca mais próxima, principalmente quando se trata de vereadores e cabos eleitorais, como pude mostrar em minha dissertação (SANTOS, 2016) e são esses próprios atores que irão definir as eleições estaduais; pelo fato de que esses já se encontram numa posição consolidada, politicamente falando, e que podem retomar as suas próprias bases eleitorais, convertendo-as para os candidatos que esses venham a trocar apoios. Assim, as eleições estaduais (pensando principalmente para os cargos de deputados estaduais e federais) tendem a funcionar nos municípios (e aqui me parece que funciona mais o tamanho do que o ser rural ou urbano) como uma forma de referendo das divisões sociais e da distribuição de poder operada pelas eleições municipais.

Entender essa distância entre a realidade das representações e das práticas que fazem a política municipal e não somente as prescrições legais nacionais é importante, mas é necessário fazer a crítica de alguns dos pressupostos que têm presidido as análises da “política local” e do “poder local”. A própria terminologia “local” já passa uma ideia de que é algo do município, do pequeno, lançando mão do que é e o que não é local, e ainda há mais na dualidade entre “política local” e “política nacional” como se fossem coisas totalmente distintas; o município é tão deslocado assim do contexto nacional? Só há facções, relações pessoais, famílias políticas no “local”, no rural, no município do interior? Respostas a esses questionamentos é o que pretendo mostrar aqui nesta Tese, onde todos os níveis se encontram interligados, pois não há como fazer política no município que esteja totalmente deslocada da política estadual, e essa última necessita estar conectada com a política nacional.

Um dos elementos que colocam todos os níveis em conjunto é o partido. Ele é quem burocratiza as relações políticas e não permite que haja discrepâncias que atrapalhem o cotidiano da política, visto que ele é totalmente dinâmico, mas que ao mesmo tempo necessita de uma normatização. Mesmo assim, pesquisas empíricas⁵ feitas no Brasil sugerem a pertinência para boa parte da atividade política em nosso país e a consideração dessa espécie de dualidade da política, feita de relações institucionais e de relações pessoais em todos os seus níveis, do local ao nacional, fornece-nos uma chave para o entendimento da percepção que as populações do interior do Brasil tem do que seja a política.

⁵ Pesquisas como as que são produzidas pelo NuAP.

Entretanto, não se pode pensar a política somente a partir dos atores políticos e institucionais, mas sim acrescentar ao conjunto das análises o indivíduo que adere, que vota, que faz campanha sem ser cabo eleitoral, que vota por tradição, que se identificam com alguma facção, ou com alguma cor, ou até mesmo com determinado político que venha a ter trocado de lado. Sem fazer qualquer corte entre modalidades de política, elas pensam a *política*, de modo aparentemente, como algo externo e temporário, mas feita da mesma matéria de que é feito o seu cotidiano, isto é, de trocas pessoais, em especial da troca de favores, dando assim o termo “tempo da política”, porque esse tempo é quando se evidencia de que lado a população se encontra, ou até mesmo, utiliza esse momento para reforçar e/ou garantir a troca de favores (PALMEIRA, 1996). As relações entre os políticos e os eleitores são relações de amizade ou inimizade suspeitadas mais do que afirmadas, pois “só sabe dos segredos deles quem está lá dentro”.

Por ser externa, por não atravessar no dia a dia o fluxo das ações e interações que fazem o cotidiano das pessoas, a política precisa ser visível de algum modo. Se no caso dos favores entre pessoas comuns, basta a palavra, se no caso dos serviços ou favores prestados por cabos eleitorais ou vereadores (SANTOS, 2016), a palavra deve fazer-se acompanhar da presença física (um vereador que trabalha, mas não aparece pode desqualificar-se diante da comunidade, que se pode sentir “desprezada”); no caso dos políticos plenos (prefeitos, para ficarmos nos limites do município), a distância e a escala tornam indispensável que sua ação se objetive em obras. Essas abrem a possibilidade do favor dirigido a toda uma coletividade (o que alguns autores chamam de “patronagem pública”⁶), singularizando o político face ao grande doador não político.

Ou seja, é dada a possibilidade aos atores políticos de fazer política, seja com favores ou obras para apresentar à população ou ao indivíduo comum. Há um tempo certo e delimitado para a política, o “tempo da política”, a “época da política” ou simplesmente “a política”, que nada mais é o período eleitoral. A política divide e para conjurar essa ameaça é necessário circunscrevê-la no tempo, como uma interrupção do cotidiano, em que a divisão é necessária para ordenar.

Fora do tempo da política, esta última se confunde com a atividade política da facção dominante, mas também com a oposição que é feita principalmente na Câmara de Vereadores, isso levando em consideração a política municipal, e na Assembleia Legislativa a política estadual. Assim, desconsidero que essa visibilidade se encontre somente no “tempo da política”,

⁶ Ver SEIDL, GRILL, 2013

isto posto em todo momento é resgatado os lados e oposições por conta das práticas e cobranças que são feitas pela população, como “isso foi naquela política de Fulano de Tal”, “eu não sou da política dele”, “a política do município é comandada por seu Beltrano” ou “o sindicato não se mete em política” (PALMEIRA, 2004, p. 141).

O grupo ou facção vence a última eleição, assumindo assim o município se encontra automaticamente a situação, podendo ela ser revertida a depender das relações principalmente com a Câmara dos Vereadores, mas que ao mesmo tempo se torna algo totalmente institucional; a característica pessoal é deixada de lado, visto que é necessário governar para todos, apesar de que é muito comum integrantes do grupo ou da própria parentela estar presente no executivo. Apesar disso, não pode dizer que necessariamente a situação reconhece que tem um papel a cumprir perante a população, independente de lado, mas entra em jogo a necessidade de ser reconhecido enquanto poder legítimo pelos *outsiders* como forma de ganhar visibilidade, principalmente se há algum projeto para expandir o domínio político do grupo. Para transformar em realidade a sua pretensão, é preciso anular a facção adversária, neutralizando sua eficácia, monopolizando as funções assistenciais e assim diminuindo a capacidade de doar dos inimigos, cooptando, através de empregos ou cargos na administração, parte de seus membros, ou usando a violência física ou simbólica contra suas lideranças (MARQUES, 2002).

Onde política e poder são assim concebidos, é pelo menos problemática a associação entre voto e cidadania. Mesmo que o desinteresse da população pelas eleições e pela política em geral não tenha consistência empírica no que concerne às eleições municipais e a regra seja o envolvimento ativo e às vezes apaixonado dos “eleitores” (definidos socialmente mais pelo envolvimento do que pelo título eleitoral) nas atividades que compõem o tempo da política – da exibição dos símbolos de seus candidatos à participação nas manifestações públicas do “lado” (facção) com que se identificam –, e que portar um documento eleitoral numa sociedade em que documentos significam reconhecimento social e lugar numa hierarquia, seja valorizado, o voto não é associado ao exercício de um direito individual, mas, como já foi notado, a uma sinalização de adesão a um “lado” da sociedade.

Isso faz com que propostas de transformação social através do voto – que trabalham com pressuposto de que aquela associação é feita ou pode ser inculcada com facilidade na cabeça dos que votam, mesmo que possam ter um efeito pedagógico de longo prazo – enfrentem grandes dificuldades; o período eleitoral é muito importante para os políticos e é por eles considerado muito especial. Todavia, o significado que eles lhe atribuem e o recorte que dele fazem não correspondem exatamente àqueles reconhecidos pelas populações estudadas.

No entanto, se essas diferenças podem parecer, e mesmo ser óbvias, o tempo da política vivido pelos atores políticos não é algo tão óbvio assim.

Estudos anteriores sobre o significado da política em segmentos de trabalhadores rurais revelaram que para essas populações a política não faz parte de seu cotidiano. Ela é, portanto, percebida como externa a elas e, como tal, sempre associada às eleições. Esse caráter temporário da política é delimitado por tais segmentos como “tempo da política”. É durante esse período específico em que os políticos e a política se fazem presentes, e ao fazê-lo interferem no cotidiano dessas comunidades, pois a política agrupa as pessoas segundo critérios diferentes daqueles existentes nessas comunidades, ou seja, agrupa-as segundo votem num candidato político ou outro de modo que a presença dos políticos não raras vezes gera situações de tensão.

Daí a existência de uma certa ambiguidade com relação à visão da política. Por um lado, o “tempo da política” é vivido como tendo um caráter festivo, o que é assinalado pelas formas festivas de que a política se reveste com seus símbolos visuais – bandeiras, faixas e cartazes com exuberância de cores –, músicas, demonstrações públicas, como comícios, passeatas e carreatas, e com massas de gente dando o caráter de festa (BARREIRA, 1998). Por outro lado, trata-se também de um período conflitivo, portanto tenso, já que divide pessoas que em outros momentos encontram-se unidas por relações de parentesco, amizade e/ou vizinhança etc.

Ao ser analisada, a divisão que a política produz na sociedade e o modo como ela entra em choque com as formas de agrupamento em seu cotidiano, se constituiu como objeto de atenção especial os conflitos que emergem e as tensões que se colocam para as pessoas que então vivenciam conflitos de fidelidade. Quando se observa pelo lado dos políticos, constata-se que isso é vivido de maneira diferente. Embora para eles o momento da eleição seja de ajuste de contas quanto a conflitos que estão ocorrendo no momento, ou mesmo preexistentes, eles caracterizam o período da eleição como sendo de festa. Esse tipo de percepção de alguma maneira reproduz aquilo que já dizíamos em outras oportunidades com respeito à legitimidade da presença dos políticos durante esse período, presença essa reconhecida pela população sob a expressão: “é quando os políticos aparecem”.

As ações dos parlamentares orientadas para a obtenção de recursos federais para as localidades a que estão politicamente vinculados (BEZERRA, 1999) estão fundadas numa concepção específica de representação política que não coincide com aquelas discutidas mais frequentemente pela filosofia ou ciência política. Essa concepção se caracteriza pelo fato de fundar-se em laços pessoais e envolver a necessidade, por parte dos representantes, da concessão de serviços e favores, dentre os quais se destaca a obtenção de recursos, para os

membros de suas redes políticas. O exercício dessa forma de representação política ao qual se articulam tanto práticas tidas como legítimas como ilegítimas, estão associadas condutas como as voltadas para o estabelecimento de dependências pessoais que estão na base da criação e da reprodução do poder político.

A ação de parlamentares dirigida para a obtenção de benefícios para os municípios está articulada à sua votação nos mesmos. A organização de uma estrutura política – redes de contatos e apoio logístico, por exemplo – dirigida para a disputa eleitoral é uma das dimensões da mobilização dos vínculos que ligam os políticos situados nos diferentes planos. Se com frequência os vínculos mobilizados nesses momentos já possuem uma história, isto é, não são ocasionais, contudo, as disputas eleitorais têm uma importância significativa para eles na medida em que se prestam tanto à sua atualização – por exemplo, saldando dívidas passadas ou produzindo novas – quanto à criação de novos compromissos. Nesse contexto, poder contar com vínculos verticais é fundamental para o êxito eleitoral dos candidatos aos cargos municipais, estaduais e nacionais (SANTOS, 2016).

Do ponto de vista dos candidatos que concorrem aos cargos estaduais e federais, o apoio dos políticos municipais e a associação de seus nomes às realizações públicas (com placas comemorativas, inaugurações e propagandas) são, entre outros, meios através dos quais buscam assegurar a divulgação de seus nomes nas localidades. Se, por um lado, o apoio e a divulgação das ações políticas fazem parte dos compromissos políticos, por outro, eles são indicadores do estado da relação entre os pares. O “corpo mole” de um suposto aliado durante a campanha ou a sua exclusão de eventos no município, por exemplo, podem ser sinais de um curto circuito na relação ou operar como uma espécie de punição como decorrência de algum desagrado.

A divulgação de seus nomes, uma forma de expressar o vínculo e renovar o seu papel de representante de uma localidade, é uma das expectativas que os políticos federais e estaduais possuem em relação às lideranças políticas com as quais mantêm ligações no âmbito municipal. Em tempo de eleições, a expectativa principal dos candidatos aos cargos estaduais e federais em relação às lideranças locais é poder contar com o seu apoio político, o que não se reduz, certamente, à divulgação de seus nomes. Parte da força que possuem as lideranças políticas municipais em relação aos candidatos a cargos estaduais e nacionais reside, nesse momento, no trabalho eleitoral – organização da campanha, mobilização de cabos eleitorais, pedidos de votos etc. – que podem desenvolver nas localidades.

Especialmente nos municípios do interior, a votação destes candidatos depende, em boa medida, dos vínculos que estabelecem com as lideranças locais. Assim, o candidato espera contar com o prestígio e os votos que as lideranças podem assegurar-lhe. Um dos argumentos

que ajuda esta Tese a explorar o sistema partidário dos estados é a questão da “fidelidade partidária”. No momento que lideranças partidárias se apresentam por partidos diferentes podemos avaliar se eles têm visibilidade própria no eleitorado ou se dependem do endosso de siglas partidárias.

O político pode trocar de partido por diferentes razões: incompatibilidade com a ideologia, potencializar sua candidatura através de outro partido, fusão entre dois partidos ou criação de novos, ter mais acessos a recursos, ter maior influência política em outro partido etc. (DESPOSATO, 2009; HELLER, MERSHON, 2009a; HELLER, MERSHON, 2009b). Sob a ótica do partido, há dois benefícios de aceitar políticos migrantes: aumentar o tamanho do partido e, conseqüentemente, a possibilidade de ter mais cadeiras no Congresso, mais pastas ministeriais e recursos financeiros, enquanto que os migrantes podem levar o apoio eleitoral que já possuem para o novo partido (DESPOSATO, 2009). O que interessa em si não é o porquê os políticos mudam de partidos, mas sim em entender como os partidos que estruturam a dinâmica eleitoral mantêm-se na disputa por conta da entrada de novas lideranças ou da permanência de seus candidatos, assim como, se partidos estão em declínio em função da saída de lideranças influentes (SPECK & NETTO, 2017).

O interesse na obtenção dos recursos federais acaba, numa espécie de círculo vicioso, fortalecendo os parlamentares considerados “fortes”. Sua maior capacidade de conceder esta forma de benefício, disputado pelas lideranças locais, acaba favorecendo a consolidação de compromissos que são convertidos em apoio político nos municípios. A mobilização de parlamentares “fortes” como meio de se ter acesso aos recursos federais tem por efeito o fortalecimento do fenômeno do governismo (BEZERRA, 1999). Não ser oposição seja ao governo estadual, seja federal é algo apontado por políticos locais como condição para a obtenção dos recursos (fundamental, primeiro, é você não ser oposição ao governo).

Quanto aos usos sociais dos laços mantidos entre os políticos situados nos distintos planos de autoridade política, cabe ainda acrescentar que o apoio das lideranças locais aos políticos estaduais e federais serve como um meio para estabelecer distinções e viabilizar a existência de grupos políticos. O foco nos laços estabelecidos entre políticos situados em diferentes planos de autoridade política demonstra que a concessão de benefícios aos municípios (especialmente os recursos federais), a troca de apoio político nas disputas eleitorais e os ganhos econômicos no interior das redes políticas, algumas das dimensões e momentos de uma relação que possui vários lances, são práticas que se articulam de muitas maneiras. Estar atento a essas articulações ajuda a entender, por exemplo, porque certos políticos, e não outros,

são acionados em determinadas circunstâncias, se empenham mais em favor de um município específico e conseguem se destacar eleitoralmente.

De modo geral, as articulações observadas entre esses acontecimentos assentam-se em laços de dominação pessoal e trocas de serviços e favores que são parte das expectativas ligadas às posições ocupadas pelos políticos. Em certa medida, esses laços e essas trocas são responsáveis pela reputação dos políticos, a realização de obras públicas, a organização de estruturas partidárias e eleitorais e o deslocamento de políticos por grupos e facções. A criação e sustentação desses laços decorre, em grande medida, dos interesses que possuem os parceiros em contar com a ajuda, o apoio e os benefícios que podem ser distribuídos por aqueles que se encontram nas diferentes posições. Assim, o que parece unir os políticos situados nos diferentes planos são as trocas de serviços e favores e os vínculos de dependência pessoal construídos ao longo do tempo e a partir das posições ocupadas.

Essa talvez seja uma situação em que os vínculos tidos como políticos se confundem com relações “carismáticas”. A troca de serviços e favores entre políticos é uma das questões examinadas pela literatura sobre clientelismo político. De modo mais frequente, a ênfase dos estudos recai sobre o significado eleitoral destas práticas, particularmente o seu caráter instrumental para a conquista dos votos. Nesse caso, entre outros aspectos, pouco é dito sobre essas práticas e as relações que mobilizam fora do “tempo da política”. Com efeito, os vínculos de continuidade existentes entre certos acontecimentos e os arranjos e esforços implementados visando a garantir o acesso a posições e pessoas que assegurem a distribuição de serviços e favores não são examinados.

Ademais, a associação das práticas clientelistas à “política tradicional” parece contribuir para obscurecer o fato de que a distribuição de serviços e favores pelos políticos situados nos distintos planos são, ao mesmo tempo que moldam, a concretização de uma concepção particular sobre a representação política que é partilhada por políticos e outros atores sociais que integram o universo político. Retomando algumas ideias de Mercklé (2004) como, por exemplo, a noção da força dos laços fracos, podemos perceber como é importante a diversificação de contatos em uma rede, principalmente ao caso aqui trabalhado da base familiar.

Tem-se o laço como combinação entre quantidade de tempo, intensidade emocional, confiança mútua e serviços. No caso dos laços fracos, seriam instrumentos indispensáveis à integração dos indivíduos no seio de uma comunidade, enquanto os laços fortes engendrariam a fragmentação social. Ou seja, esses laços fracos são necessários para poder ser mais fácil a circulação pelas redes. Tomamos como exemplo as que tem sido vistas principalmente no

período eleitoral: redes de base familiar que acabam recebendo apoio de partidos políticos que seriam contrários. É necessária a manutenção dessa dinâmica mais fluida para conseguir assim expandir a sua rede.

Ainda com Mercklé (2004) temos outro ponto importante, o dos buracos estruturais que se baseou em Burt (1992). Esse último se vale do conceito de capital social de Bourdieu o qual afirma que os agentes têm à sua disposição três tipos de capital e que o capital social de um agente consiste de suas relações. Burt (1992) complementa afirmando que o capital reside também na possibilidade de o agente explorar a seu favor os buracos estruturais que uma rede apresenta em torno dele, sendo esses buracos as relações de não-redundância entre dois contatos. Essa não-redundância quer dizer que as relações não são estruturalmente equivalentes. Caso sejam redundantes, elas jogam um papel idêntico nas redes e dão acesso aos mesmos recursos.

Quanto mais um ator dispõe de buracos estruturais em torno dele (menos se conheçam entre si ou ocupem posições estruturalmente equivalentes), mais ele espera tirar benefícios importantes de sua rede. Logo, o capital social não depende, portanto apenas do número de contatos, mas também e, sobretudo de sua não-redundância. Com isso, sugere-se a eficácia relacional da rede de um ator em detrimento ao número de suas relações não redundantes e ao número total de suas relações. Fica clara, então, a importância da diversidade da rede de base familiar e de esta não pensar somente nas famílias e seus nomes, mas também nos agregados que dela fazem parte, pois com eles é possível essa abertura de novas possibilidades sustentando assim essa rede.

1.3 – PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA: CONSTRUÇÃO OU MEDIAÇÃO DE UMA CARREIRA?

A discussão sobre política profissional se encontra presente nas Ciências Sociais tendo como principal teórico Weber (2008) onde ele apresenta a dualidade entre “viver para a política” e “viver da política”. Com isso, vários sociólogos e cientistas políticos se preocuparam ao analisar essa “profissão”. Entretanto, se for dada uma maior atenção aos trabalhos desenvolvidos pela Sociologia dos Grupos Profissionais, será perceptível uma divergência com a utilização do termo “profissão” e iremos nos deparar também com o termo “ocupação” e “ofício” que tem mais a ver com a perspectiva teórica.

Para se pensar nessa Sociologia em específico, também é necessário pensar nos princípios de estruturas da sociedade, que consequentemente, irão moldar a visão que se tem das profissões. É daí que vem essa dualidade entre os termos “profissão” e “ocupação”, sendo essa uma luta de poder e por qual caminho seguir. Em primeiro lugar, tem que se ter em mente que vai ser através da sociedade em questão que irá moldar uma espécie de projeto de profissionalização (BARBOSA, 1993) que irá assim colocar questões de organização e da divisão do mundo social. Por ocupações não reconhecidas ou até mesmo que não haja um credenciamento como um diploma superior a Sociologia está cheia de estudos com esses tipos.

Estudos como esses proporciona a identificação de elementos de grande interesse pelo fato de esses ofícios não serem caracterizados como qualquer outro regulamentado. Um exemplo seria a profissão política, parte do objeto de estudo desta Tese, ou mais especificamente a política eletiva, onde o principal requisito seria obter uma quantidade x de votos (a depender da configuração política do país) para então ser um representante do povo. Entretanto, quando são questionados, o próprio povo não reconhece o político como um profissional, mas sim como alguém que foi eleito para servir à população através dos mecanismos disponíveis do legislativo ou executivo.

Há vários usos do termo profissão e por muitas vezes se confundem. Em primeiro lugar, há o conceito que se refere a um amplo estrato de ocupações relativamente prestigiadas, mas de diversas índoles, cujos membros tiveram algum tipo de educação superior e se identificam mais pelo seu *status* educativo do que por suas habilidades ocupacionais específicas. Em segundo, há o conceito de profissão como um número limitado de ocupações que tem mais ou menos em comum, traços característicos institucionais e ideológicos particulares, sendo esse segundo conceito o único que permite pensar no profissionalismo como uma forma de organizar uma ocupação.

Os principais escritos teóricos sobre as profissões (BARBOSA, 1993) se referem a estar nesse segundo sentido, como um número bastante limitado de ocupações que compartilhem características consideravelmente mais específicas que a simples educação superior, e que podem distinguir-se como ocupações separadas. Obter reconhecimento como profissão era importante para as ocupações, não só porque este título estava vinculado com o *status*, mas também como a sociedade determina quem é e quem não é um profissional, como os profissionais exercem as profissões por meio de suas atividades, e quais são as suas consequências pela maneira em que eles consideram a si mesmos (FREIDSON, 2001).

Sobre ser regulada ou não, as ocupações não conseguem de fato se impor somente pelo seu saber técnico, mas quando conseguem, é porque foram capazes de pressionar o Estado para

lhe dar o poder legitimador. Pode-se pensar que em países onde o Estado não influencie nessas tomadas de decisão, isso não ocorra, pelo contrário, em todos os locais isso ocorre, mas a diferença se encontra no “como” isso acontece. É com isso que a política entra em jogo, para dar suporte ao domínio técnico, via Estado, para propagar essa importância e então, partir para a jurisdição, como bem traz Petrarca (2010) o debate sobre a institucionalização dos saberes profissionais.

Como foi mostrado por Reis e Petrarca (2015), há dois tipos de vertentes que mais são utilizados para analisar o elo entre profissão e política: no primeiro têm-se as análises das estratégias de reconversão de certas formações escolares ou profissionais em postos e posições políticas, possíveis devido a processos históricos e sociais de legitimação de “qualificações” como mais ajustadas aos recursos necessários à participação no jogo político; já no segundo, vale frisar o exame das próprias condições de profissionalização da política em diferentes contextos, presente desde as formulações weberianas até as reflexões nos marcos da Sociologia Política francesa.

As autoras reafirmam que nesse caso é necessário se atentar, pois, para os limites das aplicações diretas e restritivas da “sociologia das profissões” (quando propõem parâmetros preestabelecidos de circunscrição) para a compreensão do espaço da política e suas particularidades, incluindo a noção de que política não é profissão e, sim, uma vocação, como também outros aspectos comuns a uma profissão como carreira, corporativismo, interesses, gratificações, etc. Com isso, deve-se destacar a análise de vários parâmetros de diferenciação que possibilitam pensar na invenção/prescrição de papéis e nas condições de institucionalização da política como profissão.

Um agente social pode justificar a sua entrada para a política por vários fatores: vocação política naturalizada por uma formação, uma erudição, ter conhecimento na área; vocação política por ter uma capacidade de se comunicar com o público, um saber empreender, etc.; vocação política como missão, predestinação etc. (GRILL, 2013, p. 246).

(...) o *habitus* do político supõe uma preparação especial. É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável, nas relações com os profanos ou a do debater, necessária nas relações entre profissionais (BORUDIEU, 1989, p. 169).

Os espaços de socialização sempre ajudaram na criação e manutenção de alianças políticas, criando vínculos para ajudar nas possíveis campanhas e, conseqüentemente, a

necessidade de se relacionar com outros políticos sempre fará parte do cotidiano dessa atividade profissional; e como falou Becker (2008) em relação aos músicos de jazz, “sem o mínimo necessário de competência, a pessoa não pode ter um bom desempenho no novo nível, mas essa competência só resultará no tipo apropriado de trabalho caso se tenha feito os contatos apropriados” (p. 117). A junção de um conjunto de conhecimento com uma rede de relações fará com que o ator político tenha espaço nesse campo profissional. Mais ainda, quando o indivíduo recebe uma “herança política”, que é apoiada sobre a criação e manutenção de laços de parentesco (por consanguinidade ou por aliança) e de vínculos políticos que são pensados e enunciados mediante o modelo e o vocabulário das relações familiares (parentesco simbólico)” (PATRIAT *apud* GRILL, 2008, p. 7).

Certamente o ator social pode exercer outras profissões e se tornar um líder político, isso fará com que a política insira outras esferas sociais e, assim, reconverte em recursos eleitorais, dispensando outras formas de intervenção e admissão social para o ingresso na “política” (CORADINI, 2001, p. 19); mesmo assim, pode atuar nos dois mundos, ou seja, operando ou não diretamente em atividades instituídas como políticas (CORADINI, 2001, p. 22) e não se valendo do exercício da profissão política (médicos com suas clínicas, por exemplo, que se candidatam; eles não dependem da política no âmbito profissional, mas aproveita da sua formação já com uma clientela constituída pelos pacientes, podendo muito bem tê-los como possíveis eleitores).

É interessante comparar a inserção política nos parâmetros que Cunha (2004) utiliza, lançando mão da noção criada por Hughes (1964), para explorar “sobre a fabricação de um tira”, que são a “aprendizagem”, “iniciação” e “conversão”. O primeiro pode-se exemplificar como sendo a socialização em que o ator vivencia, seja ela em associações, sindicatos, assessoria, movimentos estudantis etc. O segundo é a iniciação, comparada a uma campanha, onde o ator presenciara todo o processo de interação com suas bases político-sociais, já se preparando para o terceiro e último passo, a conversão⁷, quando o indivíduo se vê como tal, sendo impregnado nessa cultura, no caso, um mandato político, pois ele passará a ser a sua identificação.

Levando isso em consideração e que por mais que aqui seja utilizado o termo “política profissional”, tomo essa atuação como um ofício, da mesma maneira que tomei o cabo eleitoral como um (SANTOS, 2016). A convivência com a ambiência política permite uma absorção intuitiva do “fazer político”, além das habilidades herdadas, paralelamente a todo o

⁷ Herança de Everett Hughes vinda do seu lado religioso.

investimento escolar e profissional empreendido pelos agentes. As disposições sociais, os hábitos do meio em que se processa a formação do indivíduo, o treino social e as atitudes que lhes são mais úteis no dia a dia também são socialmente incorporados, como os saberes que interferem no rendimento escolar e nas escolhas futuras.

Os mesmos saberes não exprimem as mesmas atitudes e não estão ligados aos mesmos valores: enquanto para uns eles provêm da aprendizagem escolar, para outros eles advêm, em primeiro lugar, do meio familiar. Para se valer de algum recurso, a sua reconversão não é algo direto, pois depende das lógicas sociais vinculadas às diferentes esferas, podendo adquirir significados (CORADINI, 2001). O capital político construído com recursos pessoais é baseado no reconhecimento do próprio indivíduo, em seu prestígio e em sua reputação, que são construídos ao longo de sua carreira e que serão reconvertidos em trunfos eleitorais.

Tem-se em mente que um ator que faz parte de uma “elite política”, ele obviamente teria vários capitais à disposição para reconversão para um possível trunfo político, entretanto, não é exatamente assim. Um indivíduo pode muito bem ter o seu cargo delegado ou eletivo. Quando eletivo, ele não necessariamente será um político profissional de amplo prestígio e reconhecimento.

Somente depois de ter servido para desqualificar as maneiras de fazer dos oriundos da antiga aristocracia nobiliária com vistas a entrar na cena parlamentar é que se impôs finalmente falar de “profissionais da política” para designar o surgimento de novas elites políticas, cujas origens sociais mais modestas as obrigavam a empregar métodos eleitorais opostos aos dos grandes notáveis. Essa visão conduz, pois, a confundir o reino dos profissionais da política com o fim dos notáveis (PHELLIPEAU, 2001, p. 187).

O político profissional irá passar por diversas etapas. Utilizando o exemplo do cabo eleitoral, pude mostrar que é quando ele se encontra na rua para cumprir o seu papel que ele põe em prática, mas também nos bastidores ao fazer alianças e acordos. Assim, além de se habituar a uma prática que apenas é exercida durante a campanha, ele faz uma espécie de exercício durante todo o tempo que antecede uma eleição – saber com quem se aliar, o que receber em troca de seu trabalho, criar estratégias eleitorais, manter suas bases, cooptar outras bases, e além de tudo isso, como trabalhar também para si mesmo.

No caso dos atores que aqui serão analisados, é importante destacar que a cada etapa de suas carreiras, foram necessárias a mobilização de diversas habilidades e é nesse momento em que a construção do saber prático é efetivado, principalmente pelo fato de que não há uma escola preparatória para políticos, isso pensando no contexto brasileiro, diferentemente do caso francês, onde muitos políticos frequentam a École Nationale d’Administration (ENA), apesar de que não são todos os políticos que tem acesso a esse espaço. Podemos afirmar então que esse

pode ser um dos fatores que contribuem para a fluidez da política eletiva brasileira, pois, apesar de haver regras para a política institucional, o “fazer política” fica a cargo de qualquer indivíduo que queira disputar um cargo eletivo, que tenha “vocação” para a política, etc.

Assim como Phelippeau (2001) mostrou, na divergência entre os notáveis e os amadores no que concerne à construção de uma política profissional é comum existir divisões entre grupos ou facções, uns que se achem com mais predisposição à política do que os outros, fazendo com que se crie uma dinâmica política que contribua com as configurações desses grupos, ou seja, o grupo é o que os atores inseridos são e a partir de suas características e carreiras que acabará por dar forma a ele. Da mesma maneira que partidos estruturam a competição eleitoral, lideranças políticas também são referências importantes para os eleitores nas disputas eleitorais.

É importante que determinadas lideranças consigam ocupar posições de destaque durante vários ciclos de eleições pois assim ele consegue consolidar a sua carreira política, como também consegue manter uma continuidade para o seu grupo político. É importante ressaltar que a possibilidade de acumular o recurso político eleitoral por lideranças políticas é limitada em comparação com as organizações partidárias, por motivos já enumerados anteriormente. As lideranças não podem disputar vários cargos ao mesmo tempo, mas podem alternar com os outros integrantes do seu respectivo grupo político. Dessa maneira, fica mais evidente a força do mesmo para assim conseguir a cada dois anos, renovar e/ou consolidar o seu quadro de alianças

Quanto a isso, Latour (2012) sustenta metodologicamente que é preciso seguir os atores em seu curso de associações, e não explicar o social como um conjunto de conceitos interligados. Para isso, em seu livro ele traça um percurso investigativo com alguns sinalizadores indicando como seguir as conexões feitas pelos agentes em ação. E, como primeiro plano neste percurso investigativo se coloca a incumbência de “retomar a tarefa de descobrir associações”. Aqui, sociedade não é um contexto no qual tudo se enquadra, e sim “um tipo de conexão entre coisas que não são em si mesmas sociais” (p. 23).

Isto significa que a cada nova circunstância novos agregados se formam e novas concepções são reformuladas, pois, as anteriores já não falam das associações mais recentes e ao estabilizarem-se perdem o rastro das controvérsias que tensionam para um movimento a mais. A ação na rede não é transparente, ela é bem opaca e visível. Isto significa que não existe uma força estranha ou uma mão invisível que leva os atores a agirem de tal forma. É bom que se diga que o ator aqui não é a fonte da ação, mas sim o alvo de um conjunto de entidades que se digladiam fazendo-o agir, tornando-o ator. Desta forma, a ação na rede é assumida pelos atores-agentes na rede.

Tradicionalmente, quando se lança mão de um vocabulário especializado, e por vezes, com variáveis ocultas para fornecer as “explicações sociais” dos agrupamentos ou fenômenos sociais, é deixado de lado ou ignorado o que os atores em ação nos dizem; muitas vezes, se traduz ou se substitui as várias expressões dos informantes para o vocabulário especializado das forças sociais no pacto infame em que “o analista simplesmente repete a descrição do mundo social tal qual é; e os atores simplesmente ignoram o fato de terem sido mencionados no relato do analista” (Latour, 2012, p. 90). Com isto, o investigador acaba por decidir “como os atores devem ser levados à ação, [ao invés de] detectar os diferentes mundos que os (próprios) atores elaboram uns para os outros” (p. 80). Considerando, é claro, também os recursos colocados ou acionados na rede pelo investigador. Ele não entra e sai imune. Ele também assume a ação da rede e é assumido na ação dos agentes que a constitui.

Sendo assim, interessa aqui compreender como que esses atores construíram a sua carreira política, como se tornaram um político profissional, ou melhor como se “fabrica” um político no contexto sergipano. Depende de quais critérios? O recurso familiar é importante para alcançar um cargo eletivo? Ou ele pode ser substituído por outro? A construção de um saber requer vários passos, principalmente pelo fato de que esse saber não é credenciado, pensando nos termos colocados por Freidson (2001).

Logo, como se dá o recrutamento dentro dos grupos políticos e das famílias que integram os mesmos? Gaxie (2012) afirma que há uma ligação muito próxima entre a representação política de um grupo e a posição social de seus membros, isso devido ao fato de que basta proporcionar liberdade ao jogo político, tendo em vista que a sua concorrência é totalmente dinâmica, possibilitando assim que os atores que já se encontram em hierarquias sociais tomem para si as posições que lhe tragam poder político. Nas condições de um mercado político simbolicamente hierarquizado, a concorrência política só pode ser uma forma de seleção social.

Entretanto, só considerar as etapas percorridas e a chegada ao cume da carreira seria como fixar o olhar unicamente no plano de voo e na aterrissagem de um avião; não se vê aí toda a preparação que precede a saída do avião, o treinamento dos pilotos, os momentos difíceis da viagem, a concorrência entre as empresas aéreas, os acidentes de percurso que impedem certos aviões de chegar ao seu destino e a performance de cada um. (CANEDO, 2002, p. 178).

Assim, não parte somente do indivíduo o desejo de ser um político profissional, mas sim de um conjunto de fatores que contribuem a essa predisposição. Ou seja, só reforça a afirmativa de que é necessário analisar a construção da carreira, pensando nos moldes de Hughes (1964). É nesse momento em que a família é colocada como uma categoria importante

para a prática política, pois é nela que será encontrado o que Canedo (2002) chama de “capital de cumplicidade”, sendo esse encontrado em outros espaços sociais, onde o resultado acabou levando a autora a refletir sobre essa característica das relações familiares, principalmente quando é colocado no mesmo patamar que os outros recursos que são mobilizados no jogo político, visto que o ator político, o candidato, não consegue se manter sozinho; é necessária uma ligação, uma conexão, uma rede, e essa rede aqui em questão é a de base familiar (QUEIRÓZ, 1976; LEWIN, 1993).

A socialização dos indivíduos ocorre em diversos domínios da sociedade, como a cultura, a religião, a tecnologia e a política, nos quais tomam lugar as diversas experiências que contribuem particularmente para o processo de construção da identidade social e da autoimagem do indivíduo em relação ao sistema político e às instituições da sociedade. Para os deputados estaduais e federais que foram incluídos como universo empírico deste estudo, tanto o jogo político quanto o social são duas faces de uma realidade, mas, para que esses atores conservem o poder adquirido, é necessário que ajam não apenas como profissionais da política, mas como mestres em ambas as faces desse jogo. Assim, é fundamental que os recursos mobilizados pelos atores construam o recurso político necessário.

É importante destacar aqui que esses saberes profissionais passam pelo seio familiar, trazendo a ideia de “herança política”, principalmente quando se trata de “famílias políticas” que já possuem um histórico no meio, entretanto, essa passagem da vocação familiar não se encontra somente agarrado ao sobrenome, tendo em vista o fato de que quando trato de rede de base familiar, sendo essa uma “atualização” da parentela, é impossível ignorar os agregados, mesmo aqueles que não carregam o mesmo sobrenome da família em questão. O investimento político pode ultrapassar os laços consanguíneos, e isso somente depende da predisposição dos atores para a política.

O “apadrinhamento” serve como forma de legitimar os recursos de determinado ator dentro da política, especialmente quando esse não possui muitos recursos para lançar-se na política eletiva. Podemos aliar ao trabalho de Phellippeau (2010), onde demonstra que a partir do momento em que os amadores não tinham nem de recursos sociais, nem de bens próprios que lhes permitissem lutar de igual para igual com os grandes notáveis, esses indivíduos vão, por conseguinte, esforçar-se para instituir um novo modo de relação entre os candidatos e seus eleitores, de sorte que o ato de voto possa revestir-se do sentido de um gesto individual e político, isento de todas as coerções sociais e coletivas que entravam o jogo de sua livre expressão.

Valendo-se do termo “fabricação” a partir do legado de Everett Hughes, é possível analisar esse ofício através da Sociologia dos Grupos Profissionais, apesar de ele não ser considerado uma profissão, mas sim uma ocupação, isso levando em consideração a Classificação Brasileira de Ocupações, onde a mesma diferencia os cargos eletivos e do executivo, e devido ao fato de estudos como o de Hughes (1964) e de Becker (2008) entre tantos outros da escola do Interacionismo Simbólico por tratarem de carreiras que muitas vezes não são consideradas pelos estudos sociológicos, os quais priorizam especificamente a grande legitimidade que é dada às carreiras com diplomas. Além disso, analisar o político profissional por esse viés, permite sair da máxima “origens sociais” onde muitas pesquisas acabam se alojando, e que não possibilita muita abertura para o olhar subjetivo dos atores em questão.

Dessa maneira, uma das contribuições dessa Tese se encontra no fato de demonstrar como frequentemente acabamos por cair em armadilhas conceituais ao adotar uma herança teórica que não consegue comportar as características locais do contexto brasileiro, como já mencionadas pelas autoras Queiroz (1976) e Lewin (1993) ao nos trazer o conceito de parentela e redes de base familiar. Além disso, na Antropologia brasileira clássica já mostrava como o nosso conceito e prática de família era composta de vários elementos herdados por nossos nativos, como Darcy Ribeiro já havia trabalhado em *O Povo Brasileiro*.

Ao afirmar isso, não é querendo tomar o discurso da “singularidade brasileira” como já criticada por Tavolaro (2014), mas sim colocar como central os dados que a composição da formação do Estado e do povo brasileiro nos coloca em xeque ao utilizar conceitos que não podem ser validados por eles. Não queremos cometer o mesmo erro mencionado por Queiróz (1976) ao primeiro importar teorias e fazer com que os nossos dados se enquadrem nelas. Assim sendo, justificamos a não utilização de uma literatura predominantemente francesa no que concerne à noção de “família”, haja vista que a configuração dos laços familiares juntamente com a política brasileira se apresenta completamente diversificadas e com capacidade de maior alcance.

CAPÍTULO 2 – DAS PARENTELAS ÀS REDES DE BASE FAMILIAR: CONSTRUÇÃO SOCIOHISTÓRICA DA POLÍTICA DE AGRUPAMENTOS EM SERGIPE

Este capítulo tem como objetivo compreender como que as redes de base familiar se estruturaram de acordo com as mudanças no contexto histórico, social, político e econômico no estado de Sergipe. Essa investigação se mostra válida a partir do momento em que é necessária a assimilação dos processos que contribuíram para que o referente estado se integrasse ao restante do país, no que concerne às relações possibilitadas pelas famílias políticas. Para tanto, o período da República Velha foi escolhido sob a justificativa de que ele delineia a constituição das parentelas e que possibilitou a formação da política de redes de base familiar no estado.

No caso aqui presente, será válido enquanto recorte temporal visto que, como ficou entendido e será mais debatido neste capítulo, os grupos foram gradualmente se diversificando dentro das suas alianças e amizades políticas e formando o que Queiróz (1976) apresentou enquanto “rede de base familiar”. Mais especificamente, a parentela dos Boto, apesar de ela se consolidar pouco antes do período mencionado, possibilitará a delineação das famílias e seus respectivos grupos que controlavam todas as esferas do cotidiano sergipano, chegando então ao período mencionado na Introdução.

Pensando no capítulo anterior, será possível trazer a discussão da temática para esse contexto histórico, haja vista a importância da compreensão das categorias que se encontram na literatura das Ciências Sociais de maneira geral. Entretanto, mais importante ainda é a análise do processo histórico-político sergipano, pois é a partir dele que será possível identificar qual categoria pode ser utilizada para o caso aqui estudado. Até então, é defendida a categoria de “rede de base familiar”, cunhada por Queiróz (1976) e Lewin (1993), que seria o estágio posterior à “parentela” onde a urbanização das relações possibilitou essa alteração, e assim, será possível o entendimento da constituição política sergipana atual.

Partindo do que já foi exposto no capítulo anterior sobre a discussão de como encarar os modelos de grupos familiares que compõe as chamadas “elites”, o propósito neste segundo capítulo é mostrar como que as parentelas, a partir da segunda metade do século XIX em Sergipe, se enquadram nesse modelo de análise. Não considero que o termo seja novo, muito menos que o caso sergipano se molda a partir de uma singularidade, mas penso no que tange ao pouco uso dessa perspectiva de enxergar a constituição familiar de outra maneira, visto que essa categoria já vem sendo trabalhada (QUEIRÓZ, 1976). Entretanto, alguns trabalhos utilizam como mero termo, sem a preocupação em mostrar que a parentela possibilita ser

analisada como um outro tipo de organização social, e claro, demonstra como um fator importante para compreender como as ditas “grandes famílias” estão interligadas, não só por matrimônio ou por interesses na política, mas também em outros espaços da vida cotidiana.

Com a roupagem do coronelismo, as parentelas foram sendo ampliadas, principalmente as que concernem aos Leite, Rollemberg e Graccho Cardoso, além de que esse novo contexto possibilitou o surgimento de novos partidos como consequência dessa necessidade de demarcação política entre os grupos, podendo assim agregar aqueles que fizessem parte das parentelas. Os que estavam inseridos nesse cenário político eram em sua maioria os usineiros, tendo em vista que a economia estava ligada à essa categoria e que Sergipe fora composto por vários pequenos engenhos.

Consequentemente, parentelas foram constituindo as novas redes de base familiar, exemplo as do Leite, Rollemberg, Prado, Barreto, Mandarino, Fonseca e Menezes. Esse fato contribuiu para uma nova configuração a partir do período da ditadura militar, onde o partido da Aliança Renovadora acabou por ser dividido em Arena I e Arena II. No interior do estado isso facilitou as divergências entre grupos locais, pois não havia oposição à Ditadura; aqueles que já possuíam histórico de embate político não poderiam estar no mesmo partido, fato esse que acaba sendo refletido até hoje, principalmente no município de Lagarto entre o Bole Bole e Saramandaia.

Essa dinâmica proporcionada pela Ditadura Militar trouxe novos atores e agrupamentos que perduraram no período da redemocratização política em Sergipe, contribuindo por décadas para as alianças e reproduzindo as redes de base familiar tanto na Grande Aracaju como também pelo interior do estado. Além disso, essas redes conseguiram mais destaque haja vista a ampliação de recursos utilizados, como o matrimônio, profissional, além de estarem presentes no ramo empresarial, midiático e industrial. Entretanto, com tanta diversificação, foi possibilitado para os outros grupos conseguirem conquistarem o seu próprio espaço na política estadual.

2.1 – CONSTITUIÇÃO DAS PARENTELAS SERGIPANAS

Pensando no contexto em que regiões menos ricas, principalmente no que concerne a estados pequenos e dependentes de outros seja política ou economicamente, o poderio dessas famílias a partir de alianças entre as mesmas era o que acabava também controlando o cotidiano dessas regiões. Sergipe seguiu esse modelo, visto que demorou para obter sua emancipação. A

propriedade da terra exerceu um papel importante para formação dessas alianças familiares e oligárquicas. Dentro dessa realidade, Sergipe também se mostrava pequeno em relação a outros estados nordestinos maiores; como a economia na época era basicamente de composição de engenhos, em Sergipe esses eram de baixo e médio porte, possibilitando grande variedade de engenhos em um único município, compostos por várias famílias e contribuindo assim para a formação de alianças (OLVEIRA, PETRARCA, 2017).

As alianças de maneira geral se davam dentro do contexto de vários municípios, visto que várias famílias possuíam propriedades que abarcavam grandes territórios e com isso, a criação dessas alianças se mostrava de importante constituição para o “bom andamento” da vizinhança, seja por laços de compadrio, de matrimônio, ou até mesmo dentro da composição da família extensa. Esse fato justifica a escolha teórica para a presente tese, visto que não se pode falar em “grande família” enquanto várias famílias dividiam o controle de uma região. Além disso, a discussão gira em torno de uma constituição familiar no menor estado da região nordeste, onde essa realidade nobre não compete. Inúmeras famílias se colocavam conectadas através de diferentes coalizões, possibilitando o fortalecimento de lideranças e chefes políticos. Entretanto, não foge também à realidade de que brigas, quebras de alianças, discussões, e conflitos de maneiras gerais também estivessem presentes no cotidiano da parentela. Vários de seus integrantes ocupavam cargos que possibilitavam o uso do exercício profissional e religioso em prol do controle de suas parentelas.

É importante destacar que essas divergências possibilitaram a “criação” de duas regiões onde os donos de engenhos ficaram divididos em região do Cotinguiba e Vaza Barris (DANTAS, 2004). Devido à dinâmica desse pequeno estado, fica como principal característica e até mesmo pode ser apresentada como uma justificativa para a utilização da parentela como forma de analisar a dinâmica política sergipana, que seria a de vários pequenos engenhos em uma mesma terra. Ou seja, pequenas famílias acabavam dividindo o mesmo território e assim, ficava impossibilitada a existência do controle de uma só família. Grupos de chefes locais dividiam o seu poderio e assim, haveria a chance de um determinado equilíbrio, como é o caso do município de Lagarto (FONSECA, 2002).

Formações provisórias, sem a estruturação sólida e estável dos grandes partidos nacionais, desapareciam logo e dissolviam-se, dando origem a partidos pessoais, sem nenhum objetivo superior. Isto de 1824 em diante e durante a vigência do Código do Processo de 32. Em decorrência do Ato Adicional com a reação anti-municipalista e a sua tendência a reforçar o poder provincial em detrimento do poder municipal, surgiram as grandes influências provinciais; quer dizer: chefes de “clãs” rurais com prestígio e mando sobre toda a Província.

Era uma nova figura que surgia: o chefe provincial. Este novo elemento agremiativo – expressão da confiança, simpatia ou amizade do Governador – tornava-se então o chefe dos “clãs” rurais, que formavam o “partido do Governador”, e, em consequência, dono das situações locais na Província. É o caso do Barão do Parnaíba, no Piauí, e de Almeida Boto, em Sergipe. Parnaíba acabou – com o apoio do Centro – dono absoluto da Província, governando-a por longo tempo, em puro estilo feudal e patriarcal. Fundou ali a primeira oligarquia parental do Brasil (VIANA, 1999).

O crescimento político e claro, a sua manutenção nesse espaço, se deu principalmente por conta do investimento no recurso matrimonial. Esse lhe possibilitou um avanço no que concerne às relações familiares que também contribuíam para a sua participação política. O matrimônio como recurso contribuiu para aumentar o seu controle na região, se consolidar como chefe político, como também para ampliar as suas propriedades. Isso se deu através das riquezas que sua família deixou, sendo ela de colonizadores portugueses, e de outra fonte, do seu casamento com a irmã do coronel e chefe político José Pimentel, uma viúva proprietária de três engenhos, criando assim outro tipo de laço dentro da sua parentela (DANTAS, 2009).

É importante destacar que dentro das parentelas, a conexão com os cunhados se tornou um ponto importante, pensando no exemplo de Almeida Botto. Dessa maneira, passou-se a mostrar que esse tipo de parente contribui e muito para a consolidação entre famílias, visto que o cunhado passa a ser um indivíduo ponte. Dantas (2016) apresenta que, dentro da sua parentela, concentra-se basicamente alianças familiares e políticas, que possibilitaram a extensão dessas para além do “núcleo”, como por exemplo o já citado “cunhado”, assim como os observados com o cunhado José de Barros Pimentel e, posteriormente, com Bento de Melo Pereira, presidente da Província, casado com sua tia, irmã do seu pai. Junto com o Capitão-Mor Bento, comandante das Armas e Barão de Cotinguiba, e seu aliado e chefe político José de Carvalho, Almeida Botto teve sob o seu domínio o controle das políticas locais devido ao apoio que recebeu dos Regentes Nacionais.

Seguindo essa mesma lógica, até o início da República, a alternância de poder passou a ser uma realidade mais presente, mas basicamente entre os partidos, visto que esses eram compostos pelas mesmas parentelas. Ou seja, o poder continuava nas mesmas mãos, onde todos participavam desse jogo político. Por não haver necessariamente uma relação consanguínea direta, a possibilidade de abandono de um chefe político era comum, caso não houvesse uma reciprocidade no que concerne aos interesses políticos ou pessoais. Com isso criava-se outro agrupamento que viesse a beneficiá-los. Essa prática sempre foi comum na política brasileira,

visto que como se trata de um jogo e não necessariamente de ideologias, a resposta mais rápida seria a de encontrar um novo espaço de alianças.

Entretanto, isso possibilitava que o cargo de Presidente de Província viesse também a ser ocupado por *outsiders*, como foi o caso de Anselmo Francisco Peretti, que além de presidir em Sergipe, circulou por Alagoas, Piauí e finalizando por Pernambuco. A posse também variava muito de tempo, chegando a durar meses ou até mesmo um mês, como foi caso de Almeida Boto, no seu segundo mandato. Isso demonstra que nesse período, a política não era algo certo, que poderia se valer de uma segurança; por conta disso, as alianças políticas e de amizade acabaram se constituindo como um fator de grande importância para, pelo menos, haver uma tentativa de manutenção do poder, mesmo que houvesse essa constante alternância.

A preocupação em aplicar mais atenção e mais recursos nessas alianças, o levaram a ocupar interinamente por cinco vezes como mencionado, a posição de presidente da província, além claro de ser colocado como liderança na oligarquia. Devido à dinâmica das parentelas, que não é basicamente necessário haver uma conexão simplesmente consanguínea, mas a possibilidade de haver disputas entre as lideranças em torno de qualidades, laços e vínculos pessoais caracterizavam o principal ponto de constituição desses agrupamentos.

Almeida Boto transitara com facilidade por entre diferentes esferas de atuação, convertendo e reconvertendo recursos: suas boas relações políticas, sociais, militares mantidas e realimentadas com membros do alto escalão da Província funcionavam como trunfos passíveis de serem acionados da forma que lhe convinha, inclusive e, sobretudo para garantir a manutenção de sua família, expandindo assim a sua parentela. Com isso, as estratégias de reprodução familiar, a principal e mais eficaz, é aquela baseada nas alianças matrimoniais, instrumento importante de manutenção e ampliação de recursos sociais, simbólicos e econômicos. As alianças matrimoniais unindo parentelas ou multiplicando laços de parentesco já existentes são sem dúvida alguma um recurso ou trunfo que foi, e continua sendo bastante mobilizado para a perpetuação das atuais redes de base familiar.

Almeida Boto possuía uma estreita relação com a parentela dos Dias Coelho e Mello, uma das mais expressivas famílias do período Imperial em Sergipe, que foi detentora de um duplo baronato. Este acabou por adentrar nessa parentela via matrimônio com Joana Dias Coelho de Melo a qual era filha do Barão de Itaporanga, Domingos Dias Coelho de Melo. Além disso, dentro dessa parentela havia a presença do Barão de Estância Antônio Dias Coelho e Melo. O Barão de Itaporanga, nascido em 1775, era filho de outro de igual nome, casado com Maria Micaela Dantas de Melo, filha do Coronel José Rodrigues Dantas.

A percepção do que era tido por família, possibilitava estar em outros patamares, e cada vez mais subindo de degrau, expandindo os horizontes familiares como “parentes lineares (pai, irmãos, avós e netos), parentes colaterais (tios, sobrinhos, primos), parentes não consanguíneos integrados pelo casamento (genro, cunhado, concunhado, sogro, tios) ou por laços de compadrio e compadresco (afilhados adotados ou admitidos)”, de acordo com Oliveira e Petrarca (2017). Assim sendo, como forma de ampliar mais as redes dessa parentela, Sebastião casa suas duas filhas com dois dos filhos de seu cunhado Antônio Dias Coelho de Melo (Barão de Estância) - Ana Luiza Botto Dias casada com Pedro Dias de Melo, e Rita Dias de Almeida Botto, casada com um primo.

Além disso, a parentela correspondia a um sistema complexo no qual poderiam conviver, na condição de aliadas, tanto as famílias de estratos sociais desiguais, quanto aquelas que estavam no mesmo nível socioeconômico. O que garantia a união era a solidariedade, entendida aqui como dependência recíproca, e a lealdade. Nessas condições, não se pode falar em “domínio familiar”, visto que poucos são os casos em que uma família controlava sozinha a política, mas em “relações de base familiar” em que prevaleciam as alianças entre diferentes parentelas (CANDIDO, 1951; QUEIROZ, 1976; LEWIN, 1993).

Essa é uma das práticas para se consolidar alianças, diversificar os recursos e ainda assim estabelecer vínculos mais fortes dentro dessas parentelas, visto que elevavam os laços a outros níveis (LEWIN, 1993). A partir daí o papel do cunhado tomou mais espaço nas relações e alianças familiares conectando duas parentelas. Além, claro, de ter ganhado atenção por conta de outros investimentos através também de casamentos.

A conjuntura possibilitou à família Dias Coelho se encontrar no comando do Partido Liberal na região, levando assim a um aumento do controle e influência do grupo, intensificando também sua aliança com a família Rollemberg. Equilíbrio foi uma das características que resumiram o período em que a oligarquia de Almeida Botto se encontrava no controle do cotidiano político, apesar de que posteriormente, pensando numa coesão na vizinhança, esse controle foi passado por várias mãos para além das mãos sergipanas.

Desde a formação das parentelas, o uso dos partidos como recurso era uma das estratégias aliadas à ampliação das alianças e amizades políticas, pois é possível assim, garantir a permanência de novos agregados. Isto posto, a lealdade passa a ser também um dos elementos constituidores dessas alianças; o pertencimento a uma parentela possibilita novas oportunidades. Dantas (2009) mostra que o declínio de Almeida Botto trouxe a possibilidade de outras lideranças terem a oportunidade de testarem suas reputações políticas ao disputarem nos municípios, surgindo o que foi chamado de “gente do barão” – que podemos fazer alusão

aos casos em que Kuschnir (2000) estudou no Rio de Janeiro – com o Barão de Maruim como personagem principal dessa nova realidade política sergipana.

Dessa maneira, possibilitou o fortalecimento de determinados grupos, constituindo então outras parentelas, como foi o caso dos Rollemberg. Assim como Almeida Boto, os Rollemberg se valeram do matrimônio de maneira a contribuir para com o seu crescimento, no mesmo momento em que se preocupavam também em amplificar sua influência em outros espaços, como o político e econômico. Porém, foi uma mão de duas vias: a partir do momento em que se preocuparam em expandir os seus domínios utilizando do matrimônio como principal estratégia, contribuíram para o esgotamento do seu “nome de família”. Aliando ao que Saint-Martin (1993) analisou com o caso dos Brissac, os Rollemberg foram perdendo a sua essência, mas pensando principalmente em dar continuidade aos seus domínios.

Fato que contribuiu para a constituição da parentela dos Rollemberg dentro da política foi outro matrimônio, entre os filhos dos Barão de Japarutuba e Barão de Estância, além de outro casamento, entre o neto do primeiro e outra filha do segundo. Esses eventos trouxeram um novo contexto nessa passagem para a República, e essas mudanças estiveram presentes em outros níveis. Pensando no ponto de partida que Queiróz (1976) utiliza em suas análises sobre a política brasileira, que nada mais seria partir do município para compreender a política nos outros níveis, como o estadual, regional e federal, percebe-se que as parentelas foram tomando mais corpo e espaço, além de expandirem as suas redes para esses outros níveis; é válido salientar porque para uma parentela conseguir se manter no poder, é necessária a construção de alianças em outros espaços e como foi possível ver, em outros municípios.

Além dos matrimônios, o título de bacharel foi o que também possibilitou a expansão das parentelas. A partir do momento em que um integrante sai do seu município, do estado, para estudar, ao regressar, traz consigo não somente o título na Medicina ou no Direito, mas também toda uma rede de contatos e possíveis alianças, proporcionando assim um leque de recursos diversificados. Como bem mostram Oliveira e Petrarca (2017) as profissões que mais se destacavam no meio das oligarquias eram a médica e jurídica, onde elas possibilitaram meios de aumentar o poderio desses, visto que essa diversificação dos recursos contribuiu para uma maior capacidade da manutenção enquanto grupos políticos. Esse ponto foi crucial para a nova realidade do país enquanto República, principalmente em Sergipe, porque as disputas que as parentelas travavam oportunizaram novas possibilidades de alianças entre as elas, a partir do momento em que as mesmas se encontravam em confrontos, além de proporcionar novos desenhos entre os grupos e chefes políticos.

Ainda assim, Sergipe partia de uma nova realidade e levava consigo desafios perante aos quadros políticos, visto que enquanto fragilidade, foi difícil a adesão aos movimentos revolucionários republicanos, onde Dantas (2009) mostra que somente em trinta e três municípios houve essa adesão; os que aderiram, basicamente se encontravam no grupo dos donos de engenhos frustrados com a abolição da escravatura e atingidos pelos prejuízos financeiros decorrentes desta que estiveram à frente do movimento republicano. O grupo Pebas foi fundado em Laranjeiras, importante polo açucareiro, por algumas lideranças como proprietários rurais, parentelas fortes com formados nas faculdades de Medicina e Direito, dentre eles, se encontram médico Felisbello Freire, primeiro governador do período republicano, e dos bacharéis em Direito Martinho Garcez, Fausto Cardoso e Sílvio Romero. Esses dois últimos, apesar de terem feito carreira no Rio de Janeiro, onde residiam, influenciavam a política sergipana.

Enquanto intelectual, Sílvio Romero resumiu a dependência organizacional da “oligarquia” de uma base familiar que entrelaçava as relações de parentesco com as de clientelismo: “A verdade é que estamos divididos em clãs, com seus donos, em grupos, com seus chefes, em bandos com seus cabecilhas: política social, economicamente – é esse o espetáculo geral [apresentado pelo Brasil]”. Lewin (1993) afirma que Romero errou em sua dissecação das causas profundas da “oligarquia” brasileira, todavia, a sua insistência em que as características da oligarquia foram responsáveis pelo que ele deplorou como a “desunião” do Brasil estava correta.

Todavia, ao criticar o estilo operacional da oligarquia, Romero comparou o Brasil a “um enorme mastodonte dividido em vinte pedaços” e atacou a sua estrutura, qualificando-a como “uma coleção de verdadeiros clãs de espécies várias”. A dependência da política em relação ao parentesco, disse ele, levou a relações de clientelismo que predispuseram todos a viver “em torno dum chefe, dum patrão, dum protetor, dum guia; todos tem o seu homem” (ROMERO *apud* LEWIN, 1993:19). Apesar de criticar a forma como o Brasil estava representado em suas minúcias, Sílvio Romero e a sua família encabeçavam o poder político em Lagarto, tendo sua representação maior a cabo do próprio Sílvio Romero.

Com o surgimento de novos partidos durante a República, como o Partido Democrático Sergipano e Partido Republicano Federal Sergipano, esse último acabou se dividindo em dois: os velhos políticos, muitos deles senhores de engenho, foram denominados, juntamente com os seus adeptos, de “Cabaús”, do nome do mel de engenho, enquanto os adversários tiveram o nome de “Pebas” ou tatus. Essas denominações apareceram em 1894, quando o grupo composto principalmente por militares e republicanos históricos, inconformados pela vitória dos políticos

adesistas nas eleições para a Assembleia Legislativa, resolveu tomar o governo através de golpe (OLIVA, 1991). Isso ocorreu durante o mandato do primeiro presidente eleito do Estado, o General José Calazans.

Essa dinâmica entre as parentelas nos remete às análises de Queiróz (1976) no que tange ao identificar com os municípios proporcionam o direcionamento das redes e alianças. Essa característica é fundamental pois os municípios possuem uma lógica própria, onde as bases possuem a facilidade de levantar determinados recursos para um fortalecimento local. Esse fortalecimento pode ser transpassado para outros municípios, construindo assim uma rede de alianças e amizades políticas, onde acabam por formar agrupamentos que conseguem evidenciar mais as suas redes.

Os republicanos, liderados por Sílvio Romero, ignorando os resultados eleitorais proclamados pelo governo, ocuparam o palácio e consideraram eleitos apenas os candidatos do seu partido. O presidente Calazans e os deputados que o seu governo havia considerado eleitos, saíram de Aracaju para Rosário do Catete, procurando de lá administrar o Estado. Mas os republicanos instituíram novo governo, dirigido por João Vieira Leite, e um Legislativo formado apenas por deputados republicanos. Essa situação que se transformou num caso de repercussão nacional, segundo Oliva (1991), fez a política sergipana dividir-se em Pebas e Cabaús, mantendo-se os Pebas no poder até 1898, quando o Monsenhor Olímpio Campos, que se tornara chefe dos Cabaús, conseguiu aliar-se com uma parte dos Pebas, criando o Partido Constitucional Sergipano (PCS). Os Pebas que não participaram desse acordo com os Cabaús, liderados pelo Coronel Valadão, recriaram o Partido Republicano Federal.

O bloco dos “Pebas” sofria a concorrência do bloco dos “Cabaús”. Enquanto o primeiro se concentrava em Aracaju, o segundo estava ligado a lideranças locais que se reuniam na região dos engenhos. Esses blocos representaram duas grandes dissidências políticas que surgiram em Sergipe no final do século XIX e que levaram à constituição de duas fortes lideranças: Valadão e Olímpio Campos. Frente a essa configuração os partidos republicanos não conseguiram imprimir uma força, permanecendo, como no período anterior, subsidiário do sistema oligárquico (DANTAS, 1989).

Esse período ficou marcado pela forte presença do bacharelismo, médicos, militares e dos proprietários rurais na política sergipana. (BARBOSA, 1999, p. 58). No que diz respeito à sua composição, ambos contavam com o apoio e liderança dos proprietários rurais, donos de engenho, cujo predomínio estava na região açucareira. Por um lado, o grupo dos “Pebas” contava com os bacharéis que haviam liderado o movimento republicano e que eram oriundos das Faculdades de Medicina e direito de Recife, Rio de Janeiro e Bahia, fortalecendo as redes

individuais estabelecidas fora do estado e intensificando o poder das parentelas internamente. Por outro lado, os “Cabaús” eram constituídos pelos proprietários de engenho das regiões mais dominantes do estado na produção do açúcar e contavam amplamente, também, com os bacharéis que os possibilitavam conectar sua influência interna com as redes externas. Diferente dos “Cabaús”, os “Pebas” contavam com proprietários rurais de regiões onde era menor a influência econômica nos engenhos, como Lagarto, – apesar de que com o andamento, os Cabaús foram conquistando seu espaço no município –, Simão Dias e Itabaiana, e, por isso, mesclavam sua produção com o comércio, a criação de gado e a agricultura (DANTAS, 1989)..

Os “Pebas”, tinham como líderes do movimento republicano em Sergipe nomes como Felisbelo Freire, seu tio Baltazar Góis, Fausto Cardoso, Josino Menezes, além de ter a participação do lagartense Silvio Romero e sua família, e outras lideranças locais, exerciam força política no município disputando com os Dantas, que posteriormente passaram a se aliar para enfrentar um grupo de coronéis que representavam os Cabaús em Lagarto. Fausto Cardoso era filho de coronel, proprietário de engenho do município de Divina Pastora e destacado líder político local. Na mesma composição havia a presença de Martinho Garcez, bacharel em Direito, amigo de Silvio Romero e João Vieira Leite, que se encontrava na chamada parentela dos Leite de Estância (DANTAS, 1989). Esse é um dos exemplos de agrupamentos que colocou a conexão entre as bases familiares e relações políticas, ponto que se tornou característica do contexto republicano (BARBOSA, 1999), retomando a importância das análises do município para a composição das dinâmicas políticas no âmbito do Estado (QUEIRÓZ, 1976).

Porém, o próprio grupo dos Cabaús passou por problemas. A partir do momento em que o Cel. Oliveira Valadão e Martinho Garcez entram em conflito devido a resistência de Pereira Lobo no Governo, dividem-se no Partido Constitucional com Martinho Garcez e no Partido Republicano Federal com o Cel. Oliveira Valadão. O governo do primeiro foi marcado pela relação entre ele e Olímpio Campos, possibilitando assim a este último a sua consolidação enquanto um dos principais atuantes no espaço público (DANTAS, 1989).

Ao fim da disputa com a Revolta de 1906, entre faustistas e olimpistas, ocorreu a morte de Fausto Cardoso e o assassinato de Olímpio Campos. Contudo, a morte das duas principais lideranças concorrentes não colocou fim ao jogo das parentelas. Olimpistas e Faustistas se revezaram no comando do Estado até os anos 1930. A parentela olimpista permaneceu até 1911 com o governo do médico Costa Dória e a parentela Valadão-Lobo até a Revolução de 1930 com o governo de Graccho Cardoso (OLIVA, 2014).

Cada vez mais se tornou necessária a preocupação com as redes de relações, visto que ficou perceptível como era importante para o jogo político, e também para os espaços além

dele, como o profissional e econômico, possibilitando assim uma extensão das relações que passavam a ter essa como característica principal. Somando a parentela com os de fora, a ligação com outros grupos se constitui como fator importante para a diversificação de relações; é necessário o investimento em todos os espaços, isso também levando em consideração que não basta pensar no nível municipal, mas também nos níveis estadual e federal.

A partir do que foi exposto nesse tópico, fica perceptível que o que contribuiu para a formação dessas parentelas e para a expansão das redes de base familiar, foi essencialmente o recurso matrimonial. Através dele, parentelas conseguiram se expandir e alcançar novos espaços, municípios e estados. Basicamente, o casamento foi uma característica que conseguiu unificar o restante dos recursos que as parentelas já detinham, além de contribuir para o aumento dos mesmos, como foi o caso dos Rollemberg, apesar de tanto buscar pela diversificação com outras famílias, sua base foi se perdendo.

2.2 – REVOLUÇÃO DE 30 E O TENENTISMO: NOVA ROUPAGEM DO CORONELISMO

O Estado centralizador de Vargas, a partir de 1930, também não conteve essa dinâmica de parentelas que demonstrou sua capacidade de renovação, diversificando ainda mais, a partir deste período, sua base de alianças. A Revolução de 1930, no Nordeste, teve início na Paraíba, onde se encontrava o capitão Juarez Távora, seu principal articulador na região, e um importante grupo de oficiais ligados ao movimento tenentista. Depois da ocupação da capital paraibana, as colunas rebeldes marcharam para o sul, conseguindo adesões e depondo, sucessivamente, os governos de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. A unidade em que Erônides de Carvalho servia colocou-se ao lado dos revolucionários e, em 17 de outubro, com a deposição de Maurício Graccho Cardoso, presidente de Sergipe, Erônides assumiu o governo estadual, entregando-o três dias depois ao general José de Calasans, conforme critério adotado por Juarez Távora. No dia 24 de outubro, consolidou-se a vitória da revolução com a deposição, no Rio, do presidente Washington Luís, e em 16 de novembro Augusto Maynard Gomes — líder de duas sublevações militares em Sergipe na década de 1920 — foi nomeado interventor federal no estado (DANTAS, 2013).

Com a deflagração do movimento de outubro, pelo menos numa primeira fase — compreendendo de 1930 a 1935 —, que havia predominado durante a República Velha, recebeu impacto considerável no campo político. Com a posse de Augusto Maynard como governador provisório e posteriormente como interventor do Estado, a situação tendeu a desagradar a classe

dominante, especialmente algumas frações mais poderosas, na medida em que estas se sentiam menos vinculadas ao poder, por conta dessa mudança no cenário nacional e que aquele que ocupava o cargo não se encontrava no mesmo meio. Embora ele viesse de uma família de senhor de engenho de Rosário do Catete, tinha por outro lado, grande experiência e se identificava com os grupos de tenentes revoltosos, o que já era mais que suficiente para causar desconforto para as “elites”.

A composição dos grupos que iriam ocupar os cargos dirigentes se mostrava diversificada. Havia o grupo dos tenentes, o de alguns intelectuais e civis e o das “elites”, sendo esse último com integrantes do setor industrial, comercial como também militar. Esses setores e o açucareiro passaram por algumas alterações (DANTAS, 1989, 2013). O setor açucareiro protestou porque foi deixado de lado pelo Estado que posteriormente passou a apoiar a sua causa, apesar de que os senhores do açúcar não se colocavam com subordinados, pedindo até ajuda a Augusto Leite, à época senador, mas não tiveram sucesso nas ações do interventor. No que se refere aos setores industrial e comercial, por exemplo, na medida em que o Estado ia se impondo como intermediário nas relações entre capital e trabalho, por força da nova legislação que ia surgindo do Poder Central, mais importantes se tornavam as influências junto ao aparelho do Estado.

Tinha-se a ideia de que o Estado Oligárquico e “patrimonialista” cederia o seu lugar para um Estado Político, possibilitando o fortalecimento da sociedade política e na ampliação das práticas de articulações e alianças políticas. Entretanto, essa realidade estava longe de existir, tendo em vista o contexto em que essas pessoas que ocupavam os cargos estavam inseridas, além de que, como foi visto até agora, não há como se estar na política sem a existência das alianças e redes de contatos. Essa perspectiva parte da idealização de uma sociedade perfeita, atrapalhando assim uma análise sobre a formação desses grupos e entender como esses funcionavam. Assim, esse se mostra um dos erros discutidos no capítulo anterior, onde colocam seus posicionamentos ao invés de se preocuparem no “como?” e não no “por quê?”.

Um grupo de usineiros, composto pela parentela de Augusto Cesar Leite, Eronides Ferreira de Carvalho, Moacir Rabelo Leite e Lourival Fontes, acaba criando um partido para si com o nome União Republicana de Sergipe, a URS, que se colocou veemente contra as políticas da intervenção (DANTAS, 1989, 2013). O sistema de alianças não indicava a predominância de uma classe ou fração que expressasse algum projeto político, visto o contexto em que se apresentavam, até porque os senhores usineiros se mostravam forte, mesmo com ramificações em outros grupos. É a partir daí que apareceriam aqueles contra a Interventoria, sendo o

primeiro grupo com Teófilo Dantas, Manoel Dantas, Humberto Dantas, Leandro Maciel, Francisco Porto e outros. O segundo grupo contava com Pereira Lobo e Graccho Cardoso, que tinham apoio de proprietários rurais e urbanos, além do apoio das parentelas dos Leite e Rollemberg.

Assim, a URS pleiteava contra a parentela de Pereira Lobo e Graccho Cardoso do outro lado, o chamado Partido Social Progressista, além do grupo Liberdade e Civismo, que era apoiado pela Interventoria. Leandro Maciel juntamente com um grupo de amigos, chegaram a criar o Partido Social Democrático de Sergipe, que foi bem visto por alguns ex-membros do Partido Republicano, do período da República Velha, principalmente aqueles que o tinham abandonado por conta da aliança feita com Maynard. Mais uma vez, fica explícita a necessidade de alianças para a composição política, como uma forma para a manutenção desses indivíduos na vida pública. Não há como fazer política sem contatos. Possibilitou a agremiação de dois blocos com dois grupos cada: PSDS + URS e PRS (Partido Republicano de Sergipe, que tinha proprietários rurais e coronéis do interior) + APS (Aliança Proletária de Sergipe, que nada mais era um órgão dos trabalhadores) (DANTAS, 1989, 2013).

Um dos governadores de Sergipe que deu mais atenção aos usineiros foi Eronides Ferreira de Carvalho, visto que se encontrava no mesmo agrupamento que outros usineiros. Filho do coronel Antonio Ferreira de Carvalho, médico de formação, esteve aliado ao também médico Augusto César Leite, filho de Francisco Leite, que foi o proprietário da Usina Espírito Santo em Riachuelo. Também tinha o nome o irmão de Augusto, Julio Leite, que era genro de outro coronel, o Gonçalo das Pedras. Além dessas alianças políticas, sua posição enquanto militar era um trunfo importante, tendo em vista que esse foi um dos elementos que possibilitaram sua presença no cargo do executivo (DANTAS, 2013). Entretanto, em outubro de 1934 a União Republicana de Sergipe obteve a maioria das cadeiras da Assembleia Constituinte estadual que, em março do ano seguinte, encerrou seus trabalhos elegendo Erônides de Carvalho para governador. Inconformado com esse resultado, Maynard Gomes, a princípio, recusou-se a transmitir o cargo para seu sucessor, sem, contudo, conseguir impedir sua posse.

Todos os regimes instalados no Brasil, necessitaram da reorganização de certas alianças políticas, pensando na dinâmica entre o urbano e o rural, e assim, houve a oportunidade de vários grupos se mostrarem enquanto forças políticas em suas bases, sempre fazendo a harmonização entre “família + afins”, interno e externo. Além disso, com a mudança nos regimes, a economia também teve as suas alterações, e isso fez com que as “elites” buscassem novos meios para diversificar, onde um dos caminhos foram os setores empresariais e

profissionais, uma maior busca pela Medicina e Direito (PETRARCA, 2017). Dessa maneira, as parentelas acabavam combinando com as determinações partidárias, visto que ambas as instituições estavam interligadas.

2.3 – ESTADO NOVO E O POPULISMO

Em Sergipe, o período de 1937-1945 foi preenchido pela sucessão de três interventores no governo do Estado. Erônides de Carvalho permaneceu até julho de 1941; Capitão Milton Azevedo o substituiu e esteve dirigindo o Estado até março de 1942, quando houve a volta de Maynard, que ficou no Executivo até a queda do regime ditatorial, onde cada governo representou um momento desse regime. É interessante destacar que com essa nova realidade, foi possível para Erônides de Carvalho fazer uma “limpa” daqueles que não eram do seu círculo de confiança, ou melhor dizendo, de sua parentela (DANTAS, 1989). Médico profissional, no seu governo teve destaque o chamado acerto de contas com os seus adversários, tendo respaldo pela nova Constituição, deflagrou a retirada de todos os chefes do executivo municipal, eleitos por outros partidos. Os mais privilegiados das realocações dos seus clientes e correligionários foram os senhores do açúcar, onde os oposicionistas nada podiam fazer, visto que muitos chegaram a se tornar prefeitos municipais.

Dessa maneira, foi sendo consolidada a importância das parentelas no cotidiano municipal e estadual, visto que ambas as realidades se encontram conectadas devido à dinâmica do jogo político. Milton Azevedo foi indicado por Vargas como forma de intermediar entre Erônides de Carvalho e o seu adversário Maynard Gomes, apesar de que foi bem recebido pelo agrupamento de Maynard, montando seu governo com os seguidores deste último. Em relação aos municípios, depois de exonerações de praxe de prefeitos e delegados, voltavam os nomes vinculados ao maynardismo. Contando com o apoio desse grupo, o novo interventor organizou comissões para apurar denúncias da administração passada e divulgou os relatórios, dando conta de crise financeira e desordem administrativa. Os senhores de açúcar, os mesmos da URS, que apoiavam a administração anterior, procuraram aproximar-se do novo governo, através de seu chefe político Gonçalo Prado. Isso possibilitou um bom retorno a Maynard, que ficou até 1945, após Vargas exonerar o Capitão Milton Azevedo (DANTAS, 1989).

No realinhamento partidário em Sergipe, destacaram-se três agrupamentos políticos: o primeiro era liderado por Leandro Maynard Maciel, agregando representantes de famílias expressivas como os Franco, Diniz, Rollemberg, jovens advogados e fazendeiros de quase todos os municípios criando assim a UDN, União Democrática Nacional; o segundo grupo era

formado pelos adeptos da interventoria, incluindo os novos agregados das parentelas dos Leite, Garcez e Sobral, os que mais se identificavam com o governo vigente, incluindo também funcionários e outras autoridades municipais, entre elas os chamados “coronéis”, levando à criação do PSD, Partido Social Democrático; e o terceiro grupo ficou a cargo de Júlio César Leite, que controlava o PR, Partido Republicano, que também contava com o apoio de usineiros que a partir de 1937 foram se dispersando.

Como Dantas (1989) mostra, no momento em que o engenheiro José Rollemberg Leite tomou posse (1947-1951), as disputas entre direita e esquerda estavam bastante acentuadas como decorrência do quadro externo. Eleito por uma coalização conservadora, através de uma campanha radicalizada, como o apoio da Igreja Católica em ostensiva propaganda anticomunista, o novo governador escolheu o secretariado dentro de sua base política, tentando atender os interesses por vezes contraditórios entre membros do PSD e PRP.

Além dessa natureza, ainda havia o peso familiar. Como membro já de uma parentela consolidada, José Rollemberg Leite tinha os seus familiares e afins na máquina pública, continuando assim uma prática já consolidada em outros momentos políticos. Foi dado um destaque maior ao grupo dos Leite e Rollemberg. Entretanto, em determinados casos da historiografia sergipana alguns historiadores tentam compensar o peso das relações familiares com as ações enquanto políticos profissionais, como se pertencer a um grupo familiar fosse algo ruim. Como exemplo, Dantas (2004) fala sobre José Rollemberg Leite como:

Homem sóbrio, discreto no falar e no agir, manifestou-se austero nos gastos, sem deixar de imprimir melhoria em alguns serviços essenciais da capital e do interior. Atacou os problemas de água e luz, que se encontravam em estado precário, e, dentro de um programa do governo federal, ampliou consideravelmente a rede escolar no setor rural, chegando a inaugurar 218 escolas, além de deixar vinte outras em construção, todas dentro de um modelo padronizado e distribuídas em numerosos povoados dos diversos municípios do Estado. (...) Além do mais, criou as faculdades de Economia e Química que haveriam de prosperar e permanecer atuando, ao contrário daquelas da década de vinte, que não vingaram. (p. 122)

Dessa maneira, percebe-se que por mais que se fale em relações pessoais, manutenção de “oligarquias”, os atores políticos também estavam interessados em fazer valer a sua atuação de profissional da política, visto que estavam ocupando esse posto por um propósito para além da consagração do “nome de família”.

Dentro da mesma parentela, Arnaldo Rollemberg Garcez assumiu o governo sergipano, sendo eleito no pleito de outubro de 1950 para substituir a José Rollemberg Leite, governador de Sergipe na legenda da coligação entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Republicano (PR), derrotando o candidato da oposição Leandro Maynard Maciel, líder da

União Democrática Nacional (UDN) no estado (DANTAS, 1989, 2004). Não tomou posse na data prevista, 31 de janeiro de 1951, devido a recursos interpostos pela oposição, que o obrigaram a aguardar os resultados das eleições suplementares realizadas em diversos municípios do estado. Diplomado pelo Tribunal Regional Eleitoral em 21 de janeiro de 1951, tomou posse no dia 12 de março seguinte na Assembléia Legislativa, presidida pelo deputado Sílvio Teixeira, recebendo do vice-governador Edélio Vieira de Melo, até então interinamente em exercício, o cargo de governador do estado. Seus adversários contestaram a diplomação, impetrando recursos aos quais, ainda naquele mês, o Tribunal Superior Eleitoral negou provimento.

É importante destacar a figura desse governador sergipano. Seu nome de batismo é Arnaldo Barreto Garcez, mas pelo convívio direto com a família Rollemberg, por meio de Adolfo Rollemberg, o qual criou sua mãe após a morte dos avós maternos de Arnaldo Garcez, adotou o nome de “Rollemberg”, sinal de que ilustra que um grupo familiar está para além da consanguinidade, sendo vista também, como um grupo de adesão. A simples adoção de um “nome” sugere também uma “transmissão simbólica” de sua reputação acumulada pela família, apropriando-se dos “trunfos familiares”, assim como os deveres e obrigações pertinentes aqueles que os detêm, tais como constantes renovações dos laços sociais familiares. Assim sendo, o “nome” potencializa o conjunto dos recursos políticos pessoais, e é acionado para criar uma distinção entre aqueles que possuem uma “vocação familiar”, ou “predisposi  o ao poder”, e os “profanos” (GRILL, 2008).

Dessa forma, concebemos que    no meio familiar que se constrói o gosto pela política. As salas de reunião, de jantar e os c  modos que abrigavam os gabinetes particulares dos chefes de familiar se tornavam, por vezes, uma extensão do espaço político, servindo de palco para debates e acordos políticos. Esse “conjugado” entre a política e o espaço doméstico-familiar pode ser ilustrado pelas movimentac  es nos períodos eleitorais, no “casarão dos Rollemberg”, moradia do Sen. Gonçalo Rollemberg e Aurélia Dias de Almeida, que segundo a entrevista cedida por Maria Aurélia da Fonseca Porto, no livro *Memórias de D. Sinh  *: “era uma anima  o a varanda daquela casa, que fervilhava em períodos eleitorais, posto que vários dos seus netos [se referindo ao Senador Gonçalo] nutriram o gosto pela política, na qual se lançaram exitosamente” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 26).

No desenvolvimento familiar dos Rollemberg, o mesmo pode dividir suas rela  es matrimoniais com outras famílias em dois momentos: no primeiro momento, temporalmente marcado pelo período monárquico, a família se relaciona com parentes próximos, e principalmente com a família Dias Coelho e Mello, evidenciando também alguns poucos

casamentos com membros de outras famílias, tais como os “Teles de Menezes”. No segundo momento, que coincide com o período Republicano, é marcado pelo ramo genealógico a partir do Senador Gonçalo Rollemberg, que por apresentar um número elevado de descendentes, foi evidenciado um grande número de alianças matrimoniais com diversas famílias sergipanas, tais como: os “Barreto”, os “Leite”, os “Mandarino”, os “Fonseca”, os “Menezes”, entre outros. Isso ilustra o caso onde foi mencionado sobre o desaparecimento dos Rollemberg em outras parentelas, por conta desse alto investimento matrimonial como recurso de expansão nas redes de relações (LEANDRO, 2011).

Por ocasião da morte de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954, a população da capital sergipana ameaçou de destruição a residência de Leandro Maciel, chefe udenista, e a Rádio Liberdade, que vinha dando grande espaço aos candidatos udenistas para as eleições que se aproximavam. Garcez determinou então a evacuação do local, que ficou sob proteção do 28º. Batalhão de Caçadores. Porém, a vitória dos udenistas possibilitou certa “alternância” de poder, apesar de que Leandro Maciel (DANTAS, 2004, 2017) já fazia parte do quadro político sergipano, como foi visto nos tópicos anteriores. Mesmo que o golpe de 1937 o tenha colocado em certo esquecimento, durante o Estado Novo ele conseguiu, alimentando como pode, a continuidade do seu grupo político, e quando o processo de liberação foi possibilitado, voltou ao movimento político democrático, participando assim da criação da UDN. Seu governo foi permeado por violência, tendo até o assassinato do prefeito de Ribeirópolis, considerando uma afronta por ele ter sido um grande nome político, visto que só acontecia com pessoas com menos prestígio. Tudo isso por conta dos conflitos existentes entre parentelas, levando até a haver uma intervenção do Exército no município de Ribeirópolis.

A partir daí as questões das alianças entre partidos ficaram mais acentuadas, isso pensando no que concerne às coalisões. Exemplo disso é a renúncia do próprio Leandro Maciel (DANTAS, 2017), levando a assumir o mineiro Milton Campos, visto que o próprio presidente Jânio Quadros se encontrava desgostoso com a sua atuação. Entre os correligionários que consideravam o momento certo para uma candidatura estava Seixas Dória, deputado esse que conseguiu se destacar na Assembleia. Os dois maiores partidos, UDN e PSD, dividiram-se e formaram duas coalizões heterogêneas. De um lado, a Aliança Nacional Trabalhista, que acoplava UDN, PTB, PST, parte do PSP e a dissidência do PSD. Do outro lado, a denominada Aliança Social Democrata, era formada pelo PSD, PR, PRT, PSB, PDC e por fim, pela dissidência da UDN, liderada por Seixas Dória, candidato ao governo e que acabou alcançando o pleito. Esse caso é importante ser destacado porque, por mais que o recurso familiar seja importante, a política institucional não pode ser deixada de lado, pois ambas andam juntas. Não

há como uma parentela se manter na política caso não consiga se alinhar às necessidades da política profissional. É necessário um jogo equilibrado entre redes de relações e redes partidárias. Até hoje essa estratégia é colocada em prática, principalmente quem controla que partido nos interiores.

Ainda seguindo a lógica de um governo conturbado, os governos estaduais concentravam suas ações populistas como forma de estratégia política, aliando ao clientelismo que já havia se consolidado enquanto prática corriqueira no cotidiano da política. Esse “clientelismo” tinha carta branca pelo interior do estado, dando assim uma nova roupagem ao coronelismo, que vingou como atividade dos chefes políticos. Obviamente, essa não era somente uma realidade sergipana, ou simplesmente nordestina. Ou seja, não se pode tomar como uma especificidade do nosso estado toda essa configuração de junção entre família e política.

Ao analisar esse contexto, Fortes (1964) baseia suas conclusões nos estudos de Guerreiro Ramos, a “política de oligarquia” tendendo para a “política populista” em certas áreas, principalmente nas organizações urbanas mais industrializadas, apesar de em alguns municípios, como Itaporanga D' Ajuda, permaneça o que ele chamou de uma autêntica “política de clã”. O populismo sergipano, não sendo, em absoluto, monopólio dos Partidos “trabalhistas”, se utilizavam de quatro elementos: a consanguinidade, o parentesco, a dependência residencial e a lealdade.

Esse momento ficou marcado pelas dissidências das antigas parentelas e a formação de outros grupos, visto que os interesses “ideológicos” acabaram contribuindo para as diferenças nas alianças já consolidadas. Assim, o recurso que mais possibilitou a manutenção do jogo político foram as amizades, visto que a parentela dos Rollemberg já se encontrava consolidada e bem distribuída no espaço político (LEANDRO, 2011), além do econômico, isto posto que historicamente possuíam muitos bens. Dessa maneira, novos caminhos foram criados a partir do momento em que a política e a economia sergipana e brasileira passavam por um momento de transição.

2.4 – DITADURA MILITAR E A CONSOLIDAÇÃO DOS FRANCO: ARENA I E ARENA II

A ascensão dos militares e a reestruturação do poder, que se deu entre 1964 e 1965, possibilitaram novas alianças e claro, a motivação partidária que provinha da luta político-

eleitoral que se desenvolvia no Estado desde os anos quarenta, dividindo interesses e paixões sob dois grandes grupos. De um lado o PSD e PR, de outro a UDN juntamente com o PTB e PCB, mesmo este último se encontrando já na ilegalidade. Essa primeira aliança, como foi possível ver, governou Sergipe de 1947 a 1955, enquanto a UDN e os aliados administraram o estado de 1955 a 1963. Uma alternância de poder que já se encontra presente na política brasileira há muito. A UDN tinha como principal chefe Leandro Maciel que desde a República Velha, vinha participando da vida política. Já no PSD, o principal nome era Francisco Leite Neto, entrando nos anos 30, junto com Julio Cesar Leite do PR e Francisco de Araújo Macedo do PTB; o PCB aparecia na pessoa de Roberto Garcia.

Entretanto, houve mudança nesse quadro a partir do momento em que Seixas Dória liderou uma dissidência da UDN e que acabou mesclando os dois blocos partidários mencionados anteriormente, sendo ele o candidato para as eleições de 1962 com apoio do PSD, PR, PSB, PRT, PTR e PDC. No outro bloco, tendo Leandro Maciel com candidato, juntaram-se UDN, PTB, PST e PSP (DANTAS, 2017). Fora eles, havia também o bloco de esquerda, que mais estavam preocupados em modificar o novo cotidiano, mas que possibilitou uma aproximação dos dois outros blocos, de maneira mais discreta e cautelosa. Entretanto, levando à vitória de Seixas Dória, Sergipe acabou se mostrando diferente do caso nacional, devido a deposição do governador, por conta da sua dissidência da UDN, ficando o cargo para o seu vice do PSD.

Já com o bipartidarismo, haveria a possibilidade de uma solução para conseguir uma base parlamentar sólida e as reformas desejadas. Como mostra Dantas (2014), o Executivo esperava subjugar o quadro partidário num processo de polarização explicitada, na medida em que poderia distribuir as suas sanções a atores plenamente identificados. Dentro dessas perspectivas, enquanto que na Aliança Renovadora Nacional, a ARENA, a agremiação governista, o problema maior era acomodar a diversidade dos seus integrantes, visto que muitos faziam parte de parentelas inimigas, como também ficou complicado colocar sob um mesmo “teto”, muitos nomes de grande expressão na política sergipana e no MDB, Movimento Democrático Brasileiro, que se colocava como oposição, a grande dificuldade era encontrar quadros que pudessem estar de acordo com as novas exigências da legislação.

Na Assembleia, Sergipe se mostrou um caso diferente do nacional, onde todos optaram pela ARENA, onde no quadro dos deputados federais houve uma adesão dividida, indo alguns para o MDB. A ARENA ficou composta pelo nome de Arnaldo Rollemberg Garcez, Lourival Batista, José Passos Porto, João Machado Rollemberg Mendonça, nomes esses que já compunham um agrupamento com histórico na política sergipana. O MDB ficou com Ariosto

Mesquita Amado, Walter Batista, e com aquele que acabou se mostrando o maior nome do partido, José Carlos Teixeira, o mesmo que conseguiu perdurar nessa mesma posição por quase toda a tutela militar. Além disso, houve também a perda de alguns dos grandes nomes da política sergipana. Euvaldo Diniz desapareceu em 64, Francisco Leite neto faleceu, Francisco de Araújo Macedo faleceu em decorrência de um câncer, e Euclides Paes Mendonça, juntamente com seu filho Antônio Oliveira Mendonça, foram assassinados em Itabaiana, além de Euvaldo Diniz, também assassinado (DANTAS, 2014).

No interior do Estado, juntar grandes nomes em um só partido, se mostrou ser um caso bem mais complicado. Itabaianinha, Tobias Barreto, Lagarto, Boquim, Ribeirópolis e outros municípios são exemplos da dificuldade da coexistência de adversários, ou até mesmo inimigos irreconciliáveis. Uma solução para tal problema, foi dividir a ARENA em ARENA I e ARENA II, como aconteceu em Lagarto (FONSECA, 2002), dividindo os Reis e os Ribeiro em dois grandes polos.

Com a tutela militar instaurada e consolidada, divergências foram surgindo, apesar de que os políticos continuavam o seu jogo, tentando se equilibrar nessa corda bamba que foi o período, tendo em vista a grande onda de cassações de mandatos que assolou os políticos sergipanos. Nesse quadro, Orlando Dantas ressurgiu dentro da situação, o que causou surpresa, tendo em vista que seu histórico abraçava a causa socialista. Juntamente com Augusto Franco, que já vinha tendo seu nome sendo construindo no meio público através de divulgação no grupo Gazeta, como político credenciado, ambos foram ocupando espaços até mesmo indicados por Castello Branco. Associação Comercial, Legião Brasileira de Assistência e Federação das Indústrias do Estado de Sergipe são exemplos dos mencionados espaços que a dupla conseguiu alcançar para então se mostrarem presentes na vida pública sergipana. Entretanto, não obtiveram sucesso e a parceria acabou se dissolvendo, fazendo com que Orlando Dantas não viesse mais a se vincular a partidos políticos por julgar ter sido traído por Augusto Franco (DANTAS, 2014).

É a partir daí que o nome Franco passa a conseguir mais espaço na política, conseguindo traçar caminhos e novas alianças políticas e econômicas. Seguindo outro caminho, Augusto Franco não desiste da vida política e segue buscando apoios e tentativas de manutenção do seu nome, o que acabou resultando na sua eleição para senador juntamente a Lourival Batista, o que enfraqueceu mais ainda o MDB, principalmente por ter preenchido todas as vagas para deputado federal. Nessa mesma eleição, Antônio Carlos Valadares já se encontrava iniciando na vida política estadual com o seu primeiro mandato eletivo para a Assembleia Legislativa, e que posteriormente, o seu nome viria a ser repetido por outros pleitos. Em 74, com a derrota de

Leandro Maciel (DANTAS, 2017), alguns setores da antiga UDN, que ainda se encontravam fieis ao antigo líder político, passaram a enfraquecer, enquanto que os grupos voltados a Lourival Batista e Augusto Franco cada vez mais passavam a tomar mais participação, além de que suas influencias também ganhavam mais corpo no interior do estado.

Isso tudo abriu caminho para a grande novidade do pleito de 78, que foi o apoio total à candidatura de Augusto Franco, que começou sua vida política após já ter consolidada a sua vida empresarial. Além dele, já tinha colocado o seu filho Albano Franco no mesmo meio, que chegou a se eleger à Assembleia Legislativa. O investimento profissional se deu principalmente no setor industrial, onde além da Federação das Indústrias de Sergipe, passou a dominar também o SESI, Senai e o Instituto Euvaldo Lodi. Mesmo não tendo conseguido antes alcançar o maior cargo do executivo estadual, ao mesmo tempo, conseguiu aumentar o seu patrimônio, tendo em suas mãos 2/3 da produção do açúcar no Estado. Além disso, seu nome cresceu no setor têxtil e na comunicação (DANTAS, 2014). Emissora de rádio, de TV e jornal impresso estavam em suas mãos. Tornou-se o mais bem-sucedido empresário de uma família de usineiros; conseguiu dar um ressignificado para a economia da sua família.

Seu maior desejo foi realizado após reunião onde colocavam ele como governador e Lourival Batista como senador. Entretanto, isso só foi possível por conta da diferença de interesses em relação à ocupação dos postos, além de que havia pretensões totalmente diferentes. Assim, a parceria poderia voltar após os desentendimentos anteriores. Além deles, ainda tinha José Rollemberg Leite para preencher a segunda vaga do senado e entrar na disputa ao lado de Lourival Batista. Os Franco consolidavam seu nome, assim como os Teles de Mendonça em Itabaiana (DANTAS, 2019), diferentemente dos Teixeira que nem o pai e nem o filho alcançaram vitórias no pleito.

Assim acabava a fase da parentela Rollemberg Leite para dar espaço à dos Franco, e mesmo que se encontrassem com vínculos familiares, não pertenciam à mesma parentela. Nesse mesmo momento, João Alves Filho já se encontrava no cargo de Prefeito da capital sergipana, onde até chegou a recusar deixar o posto para entrar nas disputas eleitorais de 78, já que algumas divergências haviam surgido durante a Operação Cajueiros. E com a reorganização para o pluripartidarismo, grandes nomes foram para o PDS, como os Franco, Leite, Rollemberg e Valadares. João Alves e Celso Carvalho foram para o PP, tendo o primeiro comprado a rádio Jornal de Sergipe. O PMDB continuou com alguns dos seus nomes do antigo MDB, pois outros resolveram procurar caminhos diferentes. O PDT ficou com alguns advogados e comerciantes, enquanto o PT se resumiu a um grupo de estudantes, profissionais liberais e jornalistas (DANTAS, 2014).

O governo que antecedeu a redemocratização foi o de Augusto Franco, que teve bastante facilidade ao governar, mesmo dentro de um regime ainda autoritário, visto que sob seu nome, se encontrava um grande patrimônio econômico, além de que conseguiu projetar o nome de sua família para além do empresariado e do setor industrial. Poderíamos dizer aqui que ele estava projetando um “negócio de família”, ao acabar inserindo outros integrantes de sua família na política, porém, para esses atores, a política não é somente um mero negócio para enriquecer, ou até mesmo como espaço de reprodução, mas sim um meio em que o indivíduo não está só; a necessidade de alianças para alcançar isso vai além do seu nome de família. Como foi visto até aqui, não é suficiente ser abastado financeiramente. Se não tiver os laços certos, você não consegue alcançar a vitória no pleito.

2.5 – PRÉ-REDEMOCRATIZAÇÃO E CAMINHOS PARA A DEMOCRACIA E PÓS-IMPEACHMENT

Como os indivíduos que contribuíram com contexto histórico-social a partir do período da redemocratização, tendo em vista que foi em 1983 o primeiro mandato eleitoral após o período de tutela militar, é possível perceber que com a abertura dos partidos essas alianças continuaram contribuindo para o surgimento, consolidação e manutenção de outros atores e grupos políticos. Partindo dos deputados eleitos no pleito de 2014 e dos senadores eleitos nos pleitos de 2010 e 2014, vê-se que a circulação desses nas redes de relações dos ex-governadores do Estado perpassa gerações. Ao todo, são 7 atores que consagraram sua carreira política no governo do Estado e que possibilitaram a abertura de participação de outros atores que são os seguintes:

QUADRO 1: Governadores do Estado de Sergipe

Ano do Mandato	Governador Eleito	Partido	Vice-Governador	Partido
1983	João Alves Filho	PDS	Antonio C. Valadares	PDS
1987	Antonio C. Valadares	PFL	Benedito de Figueiredo	PMDB
1991	João Alves Filho	PFL	José Carlos Teixeira	PMDB
1995	Albano Franco	PSDB	José Carlos Machado	PSDB
1999	Albano Franco	PSDB	Benedito de Figueiredo	PMDB
2003	João Alves Filho	PFL	Marília Mandarino	PFL
2007	Marcelo Déda	PT	Belivaldo Chagas	PMDB
2011	Marcelo Déda	PT	Jackson Barreto	PMDB
2013	Jackson Barreto	PMDB	-	-
2015	Jackson Barreto	PMDB	Belivaldo Chagas	PSB

Fonte: TSE

Ao observar o quadro, é perceptível a frequência da repetição dos nomes dos governadores eleitos. É válido salientar que esses acabaram passando por outros cargos quando não se encontravam no maior cargo estadual – prefeitura da capital, deputado, senador –, visto que essa é uma estratégia comum no jogo político, além de diversificar suas alianças partidárias. Alves, Valadares e Franco são famílias que conseguiram expandir na política, seja utilizando o seu próprio nome, como também através dos apadrinhamentos e casamentos.

O recrutamento de novas lideranças no seio da própria elite política e a consequente transmissão do poder entre membros da mesma família ou de uma mesma rede de base familiar apresenta-se como um dos caminhos de resgate ou perpetuação do reconhecimento, pois a reclamação da qualidade de “especialista político” está diretamente ligada aos movimentos de retenção de “tradições familiares” dentro do espaço político (GRILL, 2004, 2008). Como exemplo, citamos a família Valadares que tem uma grande trajetória na política sergipana e na história política do município de Simão Dias, onde vários integrantes almejam o cargo de prefeito do município, mas que foram além, já que, através de mandatos como os de deputado estadual e federal, conseguiram alcançar os cargos de governador e, atualmente, um alto posto eletivo, o de Senador Federal.

Para ir além da herança política, Canedo (2002) afirma que nela há ainda de se fazer uma distinção entre “hereditariedade política”, isto é, socialização na política, fundada na interiorização, pela “impregnação familiar”, de predisposição para a ação política; e “transmissão”, por adoção ou cooptação, de uma rede de relações, mais conhecida como “apadrinhamento”. No primeiro caso, são as normas e os valores que são legados, enquanto no segundo caso há transmissão, tanto do capital político, como também de um território. Em ambos os casos, a herança se exprime através do prestígio concedido à sua parentela.

Em uma comparação rápida com os atuais senadores de Sergipe, o reaparecimento de antigos nomes do governo do Estado não demonstra surpresa:

QUADRO 2: Senadores de Sergipe 2010-2014

Nome	Partido	Mandatos	Familiares na Política
Antonio Carlos Valadares	PSB	1 mandato dep. estadual, 1 mandato dep. federal, 1 mandato governador e 3 mandatos Senador	Pais: Josefa Matos Valadares e Pedro Almeida Valadares, ambos ex-prefeitos; Sobrinho: Pedrinho Valadares, ex-dep. federal; irmão: José Matos Valadares, ex-prefeito; filho: Valadares Filho, deputado federal.

Maria do Carmo Alves	DEM	3 mandatos Senadora	Esposo: João Alves, prefeito e ex-governador; irmão: José Alves Nascimento, senador.
Eduardo Amorim	PSDB	1 mandato Deputado Federal e 1 mandato Senador	Não tem

Fonte: Senado Federal

Exemplos como os de Antônio C. Valadares e Maria do Carmo Alves são comuns na política brasileira, visto que o investimento é intenso. Entretanto, o exemplo de Eduardo Amorim também não viria a ser um porto fora da curva. Todos os três citados se encontram nas redes de relações dos ex-governadores, visto que um dos senadores em questão também é ex-governador, mas não só isso. Como é visto no quadro 2 acima, ele faz parte de uma família que investe na herança política; o caso dele será explicitado mais à frente.

Casada com o ex-governador de Sergipe e ex-prefeito de Aracaju, João Alves Filho, Maria do Carmo tem formação em Direito pela Universidade Federal de Sergipe e iniciou a sua carreira política se candidatando pela primeira vez à prefeitura de Aracaju em 1996, entretanto, não houve sucesso para chegar a se eleger. Diferentemente de 1998, onde concorreu ao Senado e conseguiu alcançar a sua primeira vitória eleitoral e que conseguiu manter até hoje, em seu terceiro mandato, estando presente da 51^a até a próxima 56^a legislatura.

Além de ter seu esposo dentro da política, há também seu irmão, José Alves do Nascimento, formado em medicina pela Universidade Federal de Sergipe, onde foi diretor do pronto-socorro do Hospital das Clínicas Dr. Augusto Leite, de 1974 a 1975, e médico do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), de 1975 a 1983. No governo de João Alves Filho (1983-1987), seu cunhado, assumiu a Secretaria de Saúde, voltando depois ao exercício da profissão, no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), órgão que sucedeu ao INPS. Na gestão de João Alves (1987-1990), foi representante da Secretaria de Habitação e Ação Comunitária do Ministério do Interior, de 1988 a 1989. Eleito suplente do senador Albano Franco na legenda do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), em outubro de 1990, tornou-se, no ano seguinte, secretário-chefe do Gabinete Civil, no segundo governo de João Alves Filho (1991-1995), cargo no qual permaneceu até outubro de 1994, quando Albano Franco tomou posse como governador do estado. Ao ingressar no Senado, em janeiro de 1995, já estava filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL)⁸.

⁸ Fonte: Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – CPDOC.

Além de exercer o mandato de Senadora, Maria do Carmo alternava-o com a Secretaria de Ação Social da prefeitura de Aracaju onde seus suplentes tinham a oportunidade de assumir. O seu último suplente que chegou a substituí-la durante o último ano do mandato de João Alves na Prefeitura de Aracaju foi Ricardo Franco, filho de Albano Franco, também ex-governador de Sergipe que passou por momentos de alianças e desavenças com João Alves. No último pleito estadual, em 2014, ambos se aliaram para tentar eleger Eduardo Amorim⁹, até então senador, ao governo.

Este último, não se encontra em uma família política tradicional ou em um matrimônio com alguém que tenha um histórico político familiar. Amorim graduou-se em medicina na Universidade Federal de Sergipe (UFS), campus de São Cristóvão, em 1989. Fez residência médica em anestesiologia no Centro Integrado de Campinas (SP) entre 1990 e 1992, e especialização em tratamento de dor no Hospital Clinic de Barcelona, na Espanha, em 1993. O investimento forte na profissão possibilitou uma abertura política para ele, principalmente pelo ofício médico já ter um histórico de envolvimento com a política, citando o caso sergipano (PETRARCA, 2017), como também por ser uma profissão já consagrada no meio social. Além disso, ocupou cargos dirigentes, tendo sido diretor científico da Sociedade de Anestesiologistas do Estado de Sergipe entre 1994 e 1996, e presidente da Sociedade Sergipana de Anestesiologistas e da Cooperativa dos Anestesiologistas, na capital sergipana, entre 1998 e 2002. Nesse último ano atuou como coordenador do centro de oncologia do Hospital João Alves Filho em Aracaju.

Chegou a ser médico anestesista no mesmo hospital e assim, teve as portas abertas para assumir a Secretaria Estadual de Saúde em 2003 e 2004, durante a gestão de João Alves Filho no governo de Sergipe. Entre 2003 e 2006 foi conselheiro da Companhia de Saneamento e da Companhia Estadual de Habilitação e Obras Públicas de Sergipe, e em 2004 fez especialização em Direito na Universidade Tiradentes, também em Aracaju. Filiou-se ao Partido Social Cristão (PSC) em 2005, e nessa legenda se candidatou, no ano seguinte, à Câmara dos Deputados (SEIDL, LEANDRO, 2012). Na eleição para governador, o PSC integrou a coligação de partidos que apoiou a candidatura de João Alves Filho, do Partido da Frente Liberal (PFL), que foi derrotado por Marcelo Déda, do Partido dos Trabalhadores (PT). Vinculou sua campanha à da médica Angélica Guimarães, candidata a deputada estadual, e ambos foram eleitos. Nas eleições realizadas em outubro de 2010, concorreu a uma das vagas sergipanas em disputa para

⁹ Fonte: Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – CPDOC.

o Senado Federal. Na ocasião, em coligação composta por 10 partidos da base aliada ao governo federal, recebeu mais de 600 mil votos, tendo sido eleito como o mais votado do estado.

Construir um monopólio profissional em um determinado setor de atividade social é estabelecido pelos procedimentos de seleção institucionais e de controle formal, e os membros do grupo profissional asseguram-se do controle de gestão e baseia-se na forte racionalização do conhecimento e experiência que constituem o exercício da profissão. É ainda baseado de acordo a procedimentos que a “ocupação” não pode controlar, porque como é através da vocação, eles dependem de mecanismos externos que este grupo nunca pode garantir controle total. O recurso familiar não consegue dar conta de todo o peso que se tem para se manter na política, pois é necessário aliar ele a outros tipos de recursos, por mais que estejamos colocando aqui a política profissional como ocupação, pois como qualquer outro espaço profissional, elementos variados devem estar ligados como base, assim como é visto em Coradini (2001).

A menção à Angélica Guimarães merece atenção nesse trabalho pois ela também não tinha nenhuma relação familiar dentro da política e conseguiu se eleger à prefeitura de Japoatã, assumindo de 1993 a 1996 e posteriormente, foi deputada estadual por 4 vezes, de 1998 a 2010. Não se candidatou novamente, mas lançou o seu esposo, o também médico Vanderbal Marinho, ao mandato de deputado estadual, onde também conseguiu alcançar a vitória. Entretanto, não ficou só por isso, pois antes mesmo de encerrar o seu último mandato na Assembleia Legislativa, Angélica Guimarães assumiu o cargo de Conselheira no Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, vaga que tinha sido aberta devido a aposentadoria de Reinaldo Moura, ex-deputado estadual e pai do atual deputado federal André Moura, onde este último e Vanderbal Marinho estavam juntos na mesma coligação que Eduardo Amorim.

Outra conexão com um dos nossos ex-governadores, seria Reinaldo Moura e Albano Franco: o primeiro foi vereador em Aracaju de 1977 a 1978 e deputado estadual do Estado de Sergipe de 1978 a 2000. Como parlamentar participou e presidiu comissões como a de Redação Final e a de Serviço Social, de Justiça, de Finanças, de Serviço Civil e foi líder do Governo por seis anos, em dois governos. Foi vice-presidente da Assembleia Estadual Constituinte (1989) e da Assembleia Legislativa, em 1988 e 1989; membro da Comissão de Elaboração do Regimento Interno da Constituinte, 1988, presidiu a Assembleia Legislativa de 1993 a 1994 e de 1999 a 2000, onde chegou a assumir o Governo do Estado por duas vezes: de 24/04/1993 a 27/04/1993 e de 10/10/1993 a 17/10/1993. Foi conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, a partir 2001 onde foi Corregedor Geral – 2005 a 2007 e seu presidente de 10/03/2009 a março de 2011.

Por isso que é pertinente usar a noção de redes – colocada por Pereira de Queiróz (1971) e Lewin (1993) e não pensar somente a questão das grandes famílias com Saint-Martin (2008)

–, principalmente na política, porque a política sergipana (a brasileira de um modo geral, como estudos que serão mencionados mais à frente poderão afirmar) se fez e se consagrou como uma política de base familiar, não somente de uma família, mas de várias famílias, ligadas por diversos aspectos, seja pelo elo econômico, matrimônios, ou outros interesses em comum, que se aliaram para ter a possibilidade de comandar um determinado local (povoados, cidades, Estado). A partir daí, para compreender a dinâmica política estadual que se encontra representada na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados, é importante analisar o *background* dos atores, pelo fato de elas fazerem o cotidiano da política continuar ávido em suas cidades natais. Separadamente, elas podem não aparentar que fazem alguma diferença na política estadual, mas a questão se encontra no conjunto delas e nas relações que elas estabelecem, pois cada uma tem uma participação efetiva nos municípios que as fizeram ascender.

Apesar de não ter sido exposto nessa primeira parte e somente mencionado, Antônio Carlos Valadares conseguiu exercer por muito tempo grande influência na política sergipana, tendo sido eleito na última vez pelo PSB em 2010, juntamente com Eduardo Amorim, na época filiado ao PSC, cuja coligação, formada pelos mesmos partidos, acabou recebendo 476 mil votos. Sua carreira política atravessou vários momentos da política nacional e estadual, sendo ainda figura presente nos rearranjos e articulações. No próximo momento, será colocada a sua trajetória política-profissional, assim como os demais que se destacaram nas alianças que foram expostas até aqui.

É possível ver a influência e presença de especificamente três atores do governo do Estado: João Alves, Antônio Carlos Valadares e Albano Franco. Os mesmos se encontram no que é chamado de “família política” e a análise das lógicas de sucessão no interior de “famílias de políticos” e “famílias políticas” permite captar os atributos e os critérios de atribuição de excelência social. Quer dizer, a observação dos mecanismos que levam à substituição de determinadas “famílias de políticos” por outras com diferente *background*, assim como a análise das condições de emergência ou ascensão de agentes e segmentos que originam novas “linhagens” ou “dinastias” (GRILL, 2008a, 2008b) de políticos possibilitam compreender os princípios de hierarquização social e sua reconversão em princípios de hierarquização política.

Para chegar às “redes de base familiar”, as leituras de Lewin (1993) e Queiróz (1976) mostram que a parentela, com o passar do tempo, vai se expandindo no momento em que ela deixa de ser uma realidade do meio rural e passa a ocupar o meio urbano atraindo mais redes, mas sem deixar de ocupar o espaço na família, apesar de alguns autores afirmarem que isso só acontece no meio rural, como Palmeira (1996) e Palmeira e Barreira (2004) mostram, através

de pesquisas realizadas, em sua maioria no meio rural de estados como o de Pernambuco, a presença de facções políticas, redes de base familiar, ou até mesmo “troca de favores”, como se no meio urbano isso não fizesse parte do cotidiano da política.

Entretanto, para conseguir estabilizar um nome ou um grupo, é necessário o investimento na profissão política (GRILL, 2012), além de alcançar uma rede ampla de contatos e apoios. Os casos dos atores que iremos explorar são exemplos do reconhecimento da importância de se concretizar uma carreira na política para assim abrir espaço para outros atores, assim como para expandir as suas redes de relações.

Primeiro governador eleito diretamente, João Alves apresenta uma carreira política de altos e baixos, mas sempre apoiado pela sua própria história. Filho do empresário da construção civil João Alves e de Maria de Lourdes Gomes. Assumiu o cargo de diretor técnico da construtora de propriedade de sua família em 1960, onde um ano depois, acabou ingressando na Escola Politécnica da Universidade da Bahia, pela qual se graduou em Engenharia Civil em 1965. No mesmo ano fundou e assumiu a presidência da “Habitacional Construções S.A.”, que viria a ser uma das maiores empresas de construção civil do Nordeste, tendo em vista a grande participação de João Alves na política durante a ditadura militar, que veio a proporcionar um crescimento no setor da construção civil e consequentemente, beneficiou a empresa da família (DANTAS, 1987). Entre os três governadores do Estado que foi proposta a análise, ele é o único que não se encontra em uma “família política” necessariamente, mas se encontrava dentro de uma rede de relações que proporcionou a sua entrada na política, visto que a sua família já tinha construído o nome dentro do ramo da construção.

QUADRO 3: Cargos eletivos João Alves

Cargo Eletivo	Mandato	Partido
Prefeito – Aracaju	1975-1979	ARENA
Governador	1983-1987	PDS
Ministro do Interior ¹⁰	1987-1999	-
Governador	1991-1994	PFL
Governador	2003-2006	PFL
Prefeito – Aracaju	2013-2016	DEM

Fonte: Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – CPDOC

Sua carreira política teve como primeiro passo em 1975, por intermédio do então governador de Sergipe, José Rollemberg Leite, que o nomeou prefeito de Aracaju, pela ARENA. Após o fim do bipartidarismo em novembro de 1979, entrou para o Partido Popular

¹⁰ Apesar de não ser um cargo eletivo, é válido salientar o cargo ocupado, visto que teve grande importância em sua carreira política.

(PP), tendo sido um de seus fundadores em Sergipe. Pouco tempo depois, afastou-se da vida partidária e voltou às atividades empresariais, sob o argumento de que o PP se tornara inviável no estado. Em fevereiro de 1982, o partido acabou sendo incorporado ao PMDB, sucessor do MDB, como forma de enfrentar a situação política decorrente da aprovação pelo Congresso, em dezembro de 1981, do pacote de reformas da legislação eleitoral proposto pelo presidente João Figueiredo. E como já foi exposto no tópico anterior, sua esposa exerce um papel importante ao expandir a influência do nome Alves na política, além de contribuir para a participação de outros integrantes de seu agrupamento ao dar espaço aos suplentes, como também contribui para a aliança entre políticos no interior do Estado¹¹.

Inicialmente fazia parte do agrupamento dos Franco, que era liderado por Augusto Franco, pai de Albano Franco que veremos mais à frente, passou-se a ter algumas desavenças políticas. Ao final de 1984, uma pesquisa realizada pelo Ibope¹² indicava o aumento de sua popularidade entre os sergipanos, fato que contrastava com a falta de apoio da maioria dos políticos pedessistas, inclusive daqueles que o haviam ajudado a se eleger dois anos antes. Segundo Augusto Franco, o descontentamento destes com o governador era motivado pelo não cumprimento de alguns acordos feitos na cúpula partidária antes das eleições de 1982. Em março de 1985, João Alves acabou rompendo politicamente com a rede dos Franco e ingressou no Partido da Frente Liberal (PFL), agremiação originada da Frente Liberal, dissidência do PDS que se havia unido ao PMDB na Aliança Democrática para apoiar, em janeiro, a eleição presidencial de Tancredo Neves e José Sarney pelo Colégio Eleitoral. Mais à frente serão expostas mais algumas situações que resultaram desta primeira.

Após João Alves, quem ocupou o posto foi o atual senador Antônio Carlos Valadares o qual vem de uma família que o ensinou sobre a profissão política desde cedo, visto que saiu de sua casa um prefeito e uma prefeita da sua cidade natal, Simão Dias, onde também chegou a ser prefeito, sendo esse seu primeiro mandato. Seus pais, Pedro Almeida Valadares e Josefa Matos Valadares foram os responsáveis por apresentar a política e estabelecer o nome Valadares na política. Seu pai chegou também a ser deputado estadual e vereador por dois mandatos, além de seu irmão e tio de Antônio Valadares, José Matos Valadares, ter sido prefeito do município. Na terceira geração, entra Valadares Filho, atual deputado federal em seu segundo mandato, além do sobrinho Pedro Valadares, ex-deputado federal, falecido no mesmo voo que Eduardo Campos durante a campanha presidencial de 2014¹³.

¹¹ Ver SANTOS, 2016.

¹² Fonte: Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – CPDOC.

¹³ Fonte: Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – CPDOC.

Além do investimento na política profissional, Antônio Valadares recorreu também ao investimento escolar, tendo se formado em Química Industrial pela UFS no mesmo ano em que foi empossado como Prefeito de Simão Dias, além de ter se formado em Ciências Jurídicas e Sociais, também pela UFS, no ano em que se reelegeu a deputado estadual. A convivência com a ambiência política permite uma absorção intuitiva do “fazer político”, além das habilidades herdadas, paralelamente a todo o investimento escolar e profissional empreendido pelos agentes.

As disposições sociais, os hábitos do meio em que se processa a formação do indivíduo, o treino social e as atitudes que lhes são mais úteis no dia a dia também são socialmente incorporados, como os saberes que interferem no rendimento escolar e nas escolhas futuras (CORADINI, 2004). Os mesmos saberes não exprimem as mesmas atitudes e não estão ligados aos mesmos valores: enquanto para uns eles provêm da aprendizagem escolar, para outros eles advêm, em primeiro lugar, do meio familiar. Para se valer de algum recurso, a sua reconversão não é algo direto, pois depende das lógicas sociais vinculadas às diferentes esferas, podendo adquirir significados (CORADINI, 2001). O capital político construído com recursos pessoais é baseado no reconhecimento do próprio indivíduo, em seu prestígio e em sua reputação, que são construídos ao longo de sua carreira e que serão reconvertidos em trunfos eleitorais.

QUADRO 4: Cargos Eletivos Antônio Carlos Valadares

Cargo Eletivo	Mandato	Partido
Prefeito - Simão Dias	1966-1970	ARENA
Deputado Estadual	1971-1979	ARENA
Deputado Federal	1979-1983	ARENA
Vice-Governador	1983-1987	PDS
Governador	1987-1991	PFL
Senador	1995-2018	PST/PSB

Fonte: TSE/Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – CPDOC

O último grande nome que se encontra numa rede de base familiar é o filho de Augusto do Prado Franco e de Maria Virgínia Leite Franco, onde em sua família há várias influências para a política. Seu pai foi deputado federal por Sergipe, em seguida senador, depois governador e, mais uma vez, deputado federal. Seu tio, Valter do Prado Franco, foi constituinte, senador e deputado federal. Seu irmão, Antônio Carlos Franco, foi constituinte e deputado federal. Seu filho, Ricardo Franco, é suplente da Senadora Maria do Carmo Alves, esposa de seu antigo rival e hoje aliado, João Alves Filho. Há também Augusto Franco Neto, seu sobrinho, que foi deputado federal e candidato a vice-governador de Eduardo Amorim em 2014, além de outros

integrantes da família que vieram a ocupar cargos eletivos. A influência da família Franco no Nordeste fez-se sentir tanto na esfera política quanto na esfera econômica. O poderio econômico da família centrou-se fundamentalmente na agroindústria do açúcar. Na década de 1990, o grupo Franco passou a ser proprietário também de indústrias têxteis, empresas agropecuárias e uma fábrica de refrigerantes.

Tem formação pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sergipe, e foi nela que Albano Franco começou a exercer sua liderança política, tornando-se, em 1964, presidente do Centro Acadêmico Sílvia Romero. Bacharelando-se em 1966, nesse mesmo ano elegeu-se deputado estadual na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que apoiava o regime militar. Além de político, foi presidente da CNI, cargo no qual permaneceria de 1980 até 1994. Por força do cargo, ocupou também as presidências do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), do Serviço Social da Indústria (Sesi) e do conselho superior do Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

Como político, ocupou vários cargos e além de conseguir reeleições:

QUADRO 5: Cargos eletivos Albano Franco

Cargo Eletivo	Mandato	Partido
Deputado Estadual	1967-1971	ARENA
Senado (Suplente)	1978-1979/1982	PDS
Senado	1983-1994	PDS/PRN
Governo do Estado	1995-2002	PSDB
Deputado Federal	2007-2010	PSDB

Fonte: Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – CPDOC

Vale mencionar também a sua esposa Leonor Barreto Franco¹⁴, bacharela em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe, chegou a ocupar os cargos de superintendente estadual da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) do Sergipe em 1979, onde dois anos depois assumiu a presidência do Núcleo de Trabalho Comunitário (Nutrac) do Sergipe. Em 1985, afastou-se da superintendência estadual da LBA, mas permaneceu à frente do Nutrac até 1992; em novembro de 1992, tomou posse na presidência nacional da LBA. Durante o ano de 1993, Leonor tornou-se membro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conadam) e também do conselho da Fundação Banco do Brasil. Em dezembro do mesmo ano, assumiu interinamente o Ministério do Bem-Estar Social, cargo que acumulou com a presidência da LBA e em março de 1994, foi

¹⁴ Fonte: Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – CPDOC.

confirmada no cargo de ministra que permaneceu até a extinção do Ministério na posse de Fernando Henrique Cardoso em 1995.

A dinâmica de lutas entre os agrupamentos marca as disputas políticas no Brasil e realça o papel das redes políticas. Pode-se indicar a configuração de teias de relações que são maximizadas pelos indivíduos e que se caracterizam pela confluência de aspectos como: a inexistência de um conteúdo de união incorporado ou de uma ideologia comum; a incerteza com relação a sua durabilidade; e a organização em torno de interesses, rivalizando com outras facções similares (LANDÉ, 1977; PALMEIRA, 1996). Devido à conjuntura partidária brasileira bastante diversa, a utilização de redes de apoio e alianças de diversos tipos é necessária para uma família ou até mesmo para várias famílias almejem postos eletivos.

Quando há luta entre os “caciques”, a situação pode complicar muito para as relações entre partidos e entre aqueles que os compõem. Antes mesmo da posse do presidente Collor, o então governador Antônio Carlos Valadares já começava a estabelecer contatos com as principais lideranças políticas do quadro situacionista do Estado, objetivando a montagem de uma chapa consensual com vista ao pleito de 1990. Mas o grande problema inicial era a existência de dois postulantes a chefe do executivo estadual sem que nenhum deles parecesse disposto a abrir mão de sua candidatura.

Os nomes eram João Alves Filho (PFL) e Albano Franco (PRN). O primeiro havia deixado o governo em 1987 como já foi mencionado e o segundo tinha apoio de lideranças do interior (DANTAS, 2002) que não desejavam o retorno de João Alves ao governo e foram os mesmos que provocaram Albano para a disputa. O chamado “Acordão” começou a perder espaço, que viria a ser viabilizado por Valadares, principalmente pela relação da família Fonseca com Albano, levando ao abandono de João Alves, pois principalmente Cleonânio Fonseca se mostrara uma grande influência entre os correligionários do interior. Entretanto, quando passaram a surgir as pesquisas de intenção de votos, João Alves mostrou-se à frente de Albano (DANTAS, 2002). Além da pressão dos seus aliados, Albano ainda tinha em suas costas o presidente da FIESP, que caso houvesse vitória no pleito, São Paulo passaria a controlar totalmente a CNI.

As relações partidárias impossibilitaram um apoio conciso a Albano Franco, visto que muitos estavam dispersos entre os partidos devido ao fato de sua mudança do PMDB para o PRN no momento da campanha, o que levou a alguns de seus apoiadores estarem inviabilizados de lhe acompanharem. Com tudo isso, ainda havia o presidente Collor que não via com bons olhos o empresariado paulista controlando a CNI. Diferentemente, João Alves demonstrava calma e conforto com sua situação política, pois teve um tempo para ampliar os seus recursos

e redes de relações através do cargo de Ministro do Interior, que foi amplamente apoiado por Valadares e assim, suas bases foram reforçadas.

Apesar de ter rechaçado inicialmente qualquer possibilidade de aliança com o PMDB, controlado pela família Franco em Sergipe, a chapa da qual João Alves fez parte como candidato a governador acabou sendo composta por Albano Franco, que pleiteava uma vaga no Senado. Por intervenção direta de Collor, o PFL e o PMDB formalizaram uma aliança no estado para impedir uma disputa entre Albano e João Alves onde resultou um jingle que não poderia haver dúvida da aliança:

“Sergipe Melhor

João e Albano

Albano e João

É a Nossa União” (DANTAS, 2002)

Com a resolução parcial dos conflitos internos, a situação eleitoral ficou mais cômoda para o ex-ministro do Interior, que, além de possuir uma emissora de TV e quatro emissoras de rádio, era apoiado por uma coligação composta por dez partidos, o que o tornava o candidato com maior tempo na propaganda eleitoral gratuita. Obtendo 73,7%¹⁵ dos votos válidos, venceu as eleições do dia 3 de outubro ainda no primeiro turno.

Além desse caso, houve também no momento de Albano Franco se candidatar finalmente ao governo, que foi na legenda do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mesmo partido de Fernando Henrique Cardoso, candidato à presidência da República. Albano conseguiu reunir em torno de seu nome a maior coligação do país — ao todo 12 partidos, incluindo o PMDB, o PFL e o Partido Progressista Reformador (PPR) —, além do então governador de Sergipe, João Alves, e 70 dos 75 prefeitos do estado. O controle que sua família exercia sobre três emissoras de televisão e três importantes jornais de Aracaju foi outro fator que contribuiu para sua campanha. A despeito de toda essa rede de apoios, ao final do primeiro turno, realizado em outubro, a contagem dos votos revelou ligeira vantagem para seu principal adversário, Jackson Barreto, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que obteve 47,61% dos votos contra os seus 47,39%. No segundo turno, contudo, realizado em novembro, saiu vitorioso, graças à ampla vantagem alcançada no interior do estado. Na capital, obteve apenas 38,4% do total de votos válidos. No final de dezembro renunciou ao mandato de senador, e sua vaga foi preenchida pelo suplente José Alves, cunhado do ex-governador João Alves.

¹⁵ Fonte: Eleições anteriores TSE

Candidato à reeleição em outubro de 1998, com o apoio da coligação integrada pelo PSDB, Partido Progressista Brasileiro (PPB), PMDB, PL e Partido Popular Socialista (PPS), além de agremiações de menor peso político, teve como principais adversários João Alves, candidato do PFL, e o senador Antônio Carlos Valadares, lançado por uma frente de esquerda liderada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). No primeiro turno, alcançou 40,17% dos votos válidos contra 38,7% conferidos a Alves. Esse resultado obrigou a realização do segundo turno, no final de outubro, quando garantiu sua reeleição (DANTAS, 2002).

Em 2006, Albano Franco candidatou-se a deputado federal, decisão de última hora destinada a conquistar apoio e palanque para Geraldo Alckmin, candidato à presidência da República, junto ao PSDB de Sergipe. Por conta do apoio dado a Alckmin, teve que subir no mesmo palanque de João Alves, seu adversário político e candidato à reeleição, onde ambos conseguiram vitória no pleito. No mesmo pleito, João Alves foi candidato pela quarta vez ao governo do estado numa campanha marcada por discussões entre PFL e PSDB em torno das alianças eleitorais. Aliados em outros estados, os dois partidos enfrentavam conflitos de interesses em Sergipe, na Bahia e no Maranhão, que dificultavam o apoio ao candidato tucano à presidência, Geraldo Alckmin. Em Sergipe, o PSDB de início fez parte da coligação “Sergipe no rumo certo” para reeleição de Alves, que reuniu dez partidos. Mas, na convenção estadual de junho, o presidente do PSDB no estado, Bosco Costa, rompeu com o PFL, seguido por sua substituta, Maria Mendonça. Os dois deixaram PSDB e passaram a apoiar o candidato do PT, Marcelo Deda. Com isso, acentuou-se a rivalidade política entre pefelistas e petistas sergipanos. Depois de acirrada disputa, Marcelo Déda, foi eleito governador de Sergipe, derrotando o pefelista João Alves, que deixou o governo em 31 de dezembro (DANTAS, 2002, 2004).

Marcelo Deda e Jackson Barreto são os casos que acabam destoando do que antes se via no executivo. Voltados para uma política mais ideológica, surgiram de outro meio. O primeiro foi membro do diretório nacional do PT e disputou em novembro de 1986, uma vaga na Assembleia Legislativa. Foi o candidato mais votado de toda a história de Sergipe até então, e no ano seguinte iniciou seu mandato de deputado estadual constituinte. Líder de seu partido entre 1987 e 1990, presidiu a Comissão de Agricultura durante os dois primeiros anos do exercício legislativo. Vice-presidente da Comissão de Justiça e Redação no biênio 1989-1990, integrou também as comissões de Constituição e Justiça, de Redação, de Economia e Finanças, e de Serviço Civil. Foi primeiro-tesoureiro da comissão executiva nacional do PT entre 1987 e 1989, e no ano seguinte deixou o diretório nacional. Encerrou o mandato em janeiro de 1991, sem ter conseguido se reeleger em outubro do ano anterior.

Em 1992, assumiu a presidência do diretório regional do PT e passou a trabalhar como advogado do Sindicato dos Engenheiros de Sergipe e no escritório de advocacia Déda e Melo, em Aracaju. Assessor jurídico do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (Confea) de 1993 a 1994, em outubro desse último ano foi eleito deputado federal, tendo como principal base eleitoral a capital sergipana. Empossado em fevereiro de 1995, iniciou um biênio como vice-líder de seu partido na Câmara dos Deputados. Nas votações das emendas constitucionais propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, acompanhando a orientação do PT, votou contra a quebra do monopólio das embarcações nacionais na navegação de cabotagem, a mudança no conceito de empresa nacional, o fim do monopólio estatal das telecomunicações e da Petrobras na exploração de petróleo.

QUADRO 6: Cargos eletivos Marcelo Déda

Cargo Eletivo	Mandato	Partido
Deputado Estadual	1987-1991	PT
Deputado Federal	1995-2000	PT
Prefeito - Aracaju	2001-2006	PT
Governo do Estado	2007-2013	PT

Fonte: Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – CPDOC

Em fevereiro de 1998, tornou-se líder do PT na Câmara dos Deputados, assumindo, em consequência, um cargo na executiva nacional do partido. O grande prestígio adquirido com a resistência à reforma da Previdência Social e com a atuação em defesa dos servidores públicos durante a reforma administrativa acabou lhe garantindo a reeleição com 82.464 votos, a segunda maior votação proporcional de todo o país no pleito de outubro de 1998. Em novembro, votou contra o teto de 1.200 reais para aposentadorias no setor público e o estabelecimento de idade mínima e tempo de contribuição para o setor privado, itens fundamentais para a definição da reforma da Previdência. Ainda nesse ano integrou a Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

Iniciou novo mandato em fevereiro de 1999, e em outubro de 2000 elegeu-se prefeito de Aracaju na legenda petista. Entrou na disputa como um dos últimos colocados, mas acabou ganhando a eleição ainda no primeiro turno, com 52,8% dos votos válidos. Em 1º de janeiro de 2001 renunciou ao mandato de deputado federal para assumir a prefeitura. Em 2004, foi reeleito prefeito da capital sergipana no primeiro turno, agora com 71,3% dos votos válidos. Com essas vitórias, foi se consolidando como uma importante liderança na região. À frente da prefeitura de Aracaju investiu em saúde e em obras de infraestrutura. Construiu e reformou hospitais e

postos de saúde, e promoveu a integração de vários bairros através da construção de novas avenidas e de um novo viaduto. Revitalizou a cidade, que chegou a ser considerada a capital com a melhor qualidade de vida do Nordeste.

Em março de 2006, renunciou à prefeitura para se candidatar ao governo do estado. Aliados em outros estados, PFL e PSDB enfrentavam conflitos de interesse em Sergipe, na Bahia e no Maranhão. Em Sergipe, ainda durante a convenção estadual do partido, em junho, o presidente do PSDB no estado, Bosco Costa, rompeu com o PFL, seguido por sua substituta, Maria Mendonça. Os dois deixaram o partido dos tucanos e passaram a apoiar a campanha de Marcelo Déda, candidato do PT ao governo do estado, e de Luís Inácio Lula da Silva, candidato à presidência da República.

Em outubro, favorecido por sua boa avaliação como prefeito junto aos eleitores, Marcelo Déda obteve mais uma significativa vitória, vencendo o pleito com 52,48% dos votos válidos e derrotando o então governador e candidato pefelista à reeleição, João Alves Filho. Tal resultado alterou o panorama político sergipano, tradicionalmente influenciado pelo PFL. A reeleição de Marcelo Déda em 2010 se deu novamente por uma soma significativa de um bloco que outrora saíra vencedor, um bloco que juntava o PMDB liderado por Jackson Barreto, o PSB liderado por Valadares e Belivaldo Chagas, o PSC com Eduardo Amorim, antigo correligionário de João Alves Filho.

Desta vez o seu vice era o ex-deputado federal Jackson Barreto (PMDB), que foi um dos seus opositores nos anos 80-90. Mas que representou uma significativa liderança para o sucesso de Marcelo Déda nesta última eleição. Em 2011, o então senador Eduardo Amorim cancela o seu apoio a Déda e torna-se um dos principais opositores do governo, principalmente isso se reflete nas sucessivas derrotas dos projetos do governo na Assembleia Legislativa, principalmente no projeto PROINVESTE, como também nas críticas feitas dentro do seu próprio partido em virtude da militância petista na educação, em decorrência das greves em razão do Piso Salarial dos Professores. Em 02 de dezembro de 2013, Marcelo Déda faleceu em São Paulo, em decorrência de complicações de saúde ocasionadas por um tratamento de câncer, não concluindo o seu último mandato, que foi assumido por Jackson Barreto.

QUADRO 7: Cargos eletivos Jackson Barreto

Cargo Eletivo	Mandato	Partido
Deputado Estadual	1975-1978	MDB
Deputado Federal	1979-1985	PMDB
Prefeito - Aracaju	1986-1988	PMDB
Prefeito - Aracaju	1993-1994	PDT

Deputado Federal	2003-2011	PTB
Vice Governo do Estado	2011-2013	PMDB
Governo do Estado	2013-2018	MDB

Fonte: Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – CPDOC.

Já Jackson Barreto é o de origem mais humilde entre os já mencionados. Ex-carteiro, ingressou no curso de Direito na UFS vindo a participar do centro acadêmico. Em novembro de 1972 elegeu-se vereador à Câmara Municipal de Aracaju na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar. Empossado em fevereiro de 1973, elegeu-se deputado estadual em novembro de 1974, deixou a Câmara dos Vereadores e assumiu sua cadeira na Assembleia Legislativa de Sergipe em fevereiro do ano seguinte. Ainda em 1975, foi líder da bancada do MDB na Assembleia. Em 1976 foi acusado, juntamente com outras 18 pessoas, de tentar reorganizar o PCB em Sergipe, acusação da qual seria absolvido em todas as instâncias.

Secretário do diretório estadual do MDB em 1977 elegeu-se deputado federal em novembro de 1978, após superar, na Justiça Eleitoral, uma tentativa de impugnação de sua candidatura por parte do procurador da República Evaldo Campos. Tomou posse na Câmara dos Deputados em fevereiro de 1979 e deixou a secretaria do MDB em seu estado. Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, ingressou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No ano seguinte, foi vice-líder do PMDB na Câmara e participou de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre as causas e consequências das cheias do rio São Francisco. Suplente da mesa da Câmara no biênio 1981-1982 integrou também, ao longo da legislatura, a Comissão do Interior, a Subcomissão do Índio e a CPI do Projeto Jari. Foi ainda suplente das comissões de Educação e Cultura, e de Relações Exteriores.

Nas eleições de novembro de 1982 logrou reeleger-se, iniciando novo mandato em fevereiro de 1983. Em 1984, deixou o PCB, ainda na clandestinidade. Em 25 de abril votou a favor da emenda Dante de Oliveira, que propunha a realização de eleições diretas para a presidência da República ainda naquele ano, mas foi derrotada. Na reunião do Colégio Eleitoral que escolheu o novo presidente em 15 de janeiro de 1985, votou no candidato oposicionista Tancredo Neves, que derrotou o candidato do governo, Paulo Maluf. Contudo, Tancredo não chegou a ser empossado na presidência por motivo de doença, vindo a falecer em 21 de abril seguinte. Seu substituto no cargo foi o vice José Sarney, que já vinha exercendo interinamente o mandato desde 15 de março.

Com o restabelecimento de eleições diretas para as prefeituras das capitais estaduais, foi eleito prefeito de Aracaju no pleito realizado em 15 de novembro de 1985, à frente de uma coligação de partidos composta, além do PMDB, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), o PCB e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), os dois últimos na legalidade desde maio daquele ano. Apoiado pela máquina administrativa da capital sergipana e do governo estadual, chefiado por João Alves Filho, do PFL, obteve 71,8% dos votos válidos, tendo sido o candidato com maior votação proporcional em todas as capitais do país.

Empossado em janeiro de 1986, ocupou o lugar de José Carlos Teixeira, deixando, por conseguinte, sua cadeira na Câmara dos Deputados, que foi ocupada pelo ex-governador de Sergipe João Seixas Dória. Em março de 1988, foi denunciado pelo procurador do Tribunal de Contas de Sergipe, que pediu a intervenção do governo do estado na prefeitura de Aracaju devido à suposta existência de crimes de falsificação, fraude e estelionato, num lote de 61 processos sobre as contas da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, que em 1986 era dirigida por Eleonora Barreto, irmã do prefeito.

Ameaçado de ser expulso de seu partido por haver indícios de que estava envolvido em atos de corrupção, Jackson acabou deixando o PMDB em maio, mesmo mês em que a Assembleia Legislativa aprovou, por 13 votos a 11, a intervenção do governo estadual em Aracaju. Afirmando que havia sido traído pelo governador Antônio Carlos Valadares, do PFL, seu ex-aliado político, Jackson assistiu à chegada do interventor Antônio Militão Filho, auditor-geral do estado de Sergipe, e um dia após a posse deste, em 11 de maio, renunciou à prefeitura. No dia 25, o Tribunal de Contas decidiu, por unanimidade, condená-lo a devolver ao município 1,4 milhão de cruzados, com juros e correção monetária. De acordo com os primeiros levantamentos, essa verba fora gasta ilegalmente em 1986, em pagamento a firmas contratadas em licitações fraudulentas.

Ainda em maio de 1988, Jackson Barreto reassumiu seu cargo de auxiliar administrativo da Delegacia do Ministério da Fazenda, em Sergipe. Pouco depois, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). No mês de julho, foi indiciado, juntamente com Eleonora Barreto e mais três assessores, no inquérito policial que procurava apurar irregularidades na Secretaria de Serviços Urbanos da prefeitura. Novamente indiciado em novembro seguinte — dessa vez sob acusação de crime de peculato —, afirmou ser vítima das articulações de Antônio Carlos Valadares, que procurava prejudicar a convenção do PSB, legenda na qual pretendia disputar o mandato de vereador. Nas eleições municipais foi o candidato ao Legislativo mais votado de Aracaju.

Filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) desde 1991, nas eleições municipais de outubro de 1992 elegeu-se pela segunda vez prefeito da capital sergipana, obtendo 68% dos votos úteis no primeiro turno. Empossado em janeiro de 1993, afastou-se da prefeitura em março de 1994 para disputar o governo de Sergipe no pleito de 3 de outubro, sendo substituído pelo vice-prefeito José de Almeida Lima, seu primo. Apoiado por uma coligação encabeçada pelo PDT e integrada ainda pelo PSB, o PCdoB, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Progressista (PP) e o Partido da Mobilização Nacional (PMN), obteve expressiva votação no primeiro turno, superando por uma pequena margem de votos o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), senador Albano Franco. Apesar dessa pequena vantagem, do apoio da máquina administrativa da capital e do apoio do ex-governador Antônio Carlos Valadares, foi derrotado no segundo turno. Apoiado pelo então governador de Sergipe, João Alves, do PFL, Albano venceu o pleito, assumindo o governo do estado em 1º de janeiro de 1995.

Em abril desse último ano Jackson desligou-se do PDT e voltou para o PMDB, tornando-se presidente do diretório estadual e membro do diretório nacional do partido. Em outubro de 1998, disputou uma cadeira no Senado, mas não foi bem-sucedido. Foi presidente do PMDB sergipano e membro do diretório nacional do partido em 2000. Nas eleições municipais desse ano apoiou o candidato petista à prefeitura de Aracaju, Marcelo Déda, vitorioso no pleito. Em 2001, filiou-se ao PMN e tornou-se presidente da agremiação em Sergipe.

Na legenda do PMN, candidatou-se novamente à Câmara dos Deputados em 2002 e foi o terceiro mais votado em Sergipe, com quase 58 mil votos. Tomou posse em seu segundo mandato de deputado federal em 1º de fevereiro de 2003. Ainda em 2003 deixou o PMN e retornou ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 2006, concorreu à reeleição na Câmara dos Deputados e foi o único deputado federal de Sergipe eleito na legenda do PTB, com pouco mais de 100 mil votos. Durante a campanha eleitoral integrou a coligação de partidos que apoiou Marcelo Deda, do PT, candidato ao governo do estado. Encabeçada pelo PT, a coligação "Sergipe vai mudar" contou com o PMDB, o PTB, o Partido Liberal (PL), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e elegeu Déda.

Em 2007 passou a vigorar uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que visava ao fortalecimento da fidelidade partidária. Determinou o TSE que o candidato eleito deveria permanecer ligado ao partido pelo qual se elegera e seguir suas diretrizes, e que a desobediência à determinação implicaria perda do mandato. Nesse mesmo ano, Jackson Barreto mais uma vez desligou-se do PDT e voltou para o PMDB. Nessa legislatura participou da comissão mista de

Planos, Orçamentos Públicos e Finanças e da Comissão de Desenvolvimento Urbano, da qual foi primeiro vice-presidente. Integrou ainda as comissões de Legislação Participativa, de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Viação e Transportes, de Turismo e Desporto, e foi suplente na comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

No ano seguinte, o PMDB decidiu pelo lançamento de candidaturas que mantivessem, em Sergipe, a composição das alianças com a base governista do plano nacional. Assim, nas eleições realizadas em outubro daquele ano, Jackson Barreto concorreu como vice-governador, na chapa do então candidato à reeleição, Marcelo Déda, do PT, e, para o Senado Federal, compôs aliança com os candidatos da base, Eduardo Amorim e Valadares, respectivamente, do PSC e do PSB. Para o governo de Sergipe, a eleição foi disputada com o ex-governador João Alves Filho, do DEM, mas a chapa liderada por Marcelo Deda recebeu 52% dos votos válidos e foi eleita em primeiro turno. No plano nacional, os candidatos da base aliada ao governo também obtiveram êxito, tanto pelo Senado, quanto pela Presidência da República, para a qual foi eleita Dilma Vana Rousseff, do PT.

Eleito vice-governador de Sergipe, encerrou seu mandato de deputado em dezembro de 2010 e foi empossado no executivo estadual em janeiro seguinte. Em virtude do diagnóstico de câncer do então governador Marcelo Deda, assumiu interinamente o cargo por diversas vezes, e, em dezembro de 2013, com o falecimento do titular, foi empossado Governador de Sergipe. Foi eleito nas eleições de 2014 chegando a estar no cargo até esse ano, 2018, para poder se candidatar ao Senado.

Todos esses atores se encontram interligados. Pode-se então dividir em dois polos: o agrupamento das “famílias” tendo os Franco como aquela parentela que possibilitou a inserção de outras famílias e agregados, mas que acabou perdendo seu espaço por conta dessa grande diversificação dos recursos e das alianças, como acabou acontecendo com os Rollemberg, e o outro polo seria o agrupamento da política partidária, com a militância tendo sido a principal forma de inserção do cotidiano da política. Durante o período da ditadura militar, os Franco tiveram grande participação no interior do estado, possibilitando assim a consolidação e/ou surgimento de outras parentelas. Por muitos anos, se colocaram como grande nome da política estadual e também em outros setores; a partir do momento onde outros recursos como a militância se colocou como importante para aqueles não necessariamente tinham a família como principal recurso ou até mesmo como um recurso próprio, mas claro, estavam inseridos em grupos que possibilitaram a inserção deles no jogo político.

Por isso que interessante recorrer ao termo que Queiróz (1976) e Lewin (1993) utilizam para tratar dessas relações entre famílias e afins: a base familiar. Com ele, é permitido observar

para além das ditas “oligarquias familiares”, pois essas famílias não agiam sozinhas, até porque era necessária a ampliação de suas redes e contatos, e o chefe político precisava desses recursos caso quisesse permanecer no poder. Nos casos apresentados aqui, é demonstrado que nunca houve um chefe político em si, mas um conjunto onde todos contribuíam para o jogo político estadual, além de não se prenderem especificamente ao seu nome de família, visto que há aqueles que não tinham parentesco com nenhum outro político antes de iniciar na política profissional. Há também de se explicitar que o jogo político depende de alianças, mesmo que sejam feitas com aqueles que anteriormente não foi leal às suas redes ou interesses. As disputas são recorrentes e não há como preveni-las, pois não depende só de um ator, mas sim de um conjunto, de uma rede, e como seria no caso sergipano, uma rede de base familiar.

Dessa maneira, é importante compreender como que esses atores foram surgindo no contexto histórico e foram moldando o curso da política através das suas alianças, das quebras delas e da inserção de outros atores, pois, apesar de que há uma preocupação em se manter no poder, também há a preocupação em reinventar as lideranças, mas claro, sempre no seio das suas redes de base familiar. Há aqueles que destoam desse caminho, como os últimos exemplos no governo de Sergipe, entretanto, outros agrupamentos estiveram ligados a eles e que utilizavam o recurso familiar para a política.

Para poder entender como que a política se encontra hoje, é necessário fazer esse resgate, pois todos esses fatos se encontram numa cadeia de eventos que possibilitaram a formação das atuais alianças. A partir daí, pode-se entender como que essas redes estão conectadas e como que elas atuam no cotidiano da política; além disso, possibilita também a compreensão sobre como que esses atores mobilizam o recurso familiar para a política profissional e para contribuir com a manutenção desses agrupamentos no jogo da política sergipana, além da política a nível nacional.

CAPÍTULO 3 – REPRESENTATIVIDADE, PARTIDOS E TERRITORIALIZAÇÃO SERGIPANA

Este terceiro capítulo tem como objetivo demonstrar, através dos deputados estaduais e federais, como a representatividade político-partidária podem contribuir para a dinâmica estadual através das divisões das bases eleitorais pelos territórios sergipanos. Devido à importância da análise da relação dos atores políticos com suas bases eleitorais, acaba sendo relevado algumas desavenças, construções de laços e retomada de alianças dentro do contexto local. Como eles necessariamente voltam seus pedidos e requerimentos para as suas bases, deve-se analisar essa relação representativa, pois ela, de fato, acaba por dizer muito sobre a participação da família do deputado na cidade em que ele cresceu politicamente, seja através de visitas à cidade, seja em reuniões de partido, seja o seu dia a dia em seu gabinete, recebendo outras lideranças ou tratando diretamente com a população, o cotidiano tem muito a oferecer e a dizer sobre o papel de um político de base familiar.

Para tanto, nossa análise parte das oito divisões territoriais do estado de Sergipe, divididas em: Alto Sertão Sergipano, Médio Sertão Sergipano, Baixo São Francisco, Leste Sergipano, Agreste Central, Grande Aracaju, Centro-Sul Sergipano e Sul Sergipano. Nesses territórios, a representatividade varia basicamente entre os deputados que se valem do recurso familiar, possuindo as maiores votações nos municípios. Foram identificados 30 diretórios partidários ativos em Sergipe, com presidências diversificadas entre deputados, vereadores e lideranças locais; com as eleições de 2014 e 2018, o estado passou por uma recomposição partidária e que, conseqüentemente, afetou as alianças já existentes, levando assim à necessidade de cooptação de outros atores como forma de trazer mais estabilidade aos agrupamentos.

Todavia, na dinâmica política, a busca por incluir outros agregados aos grupos pode ser um risco a ser corrido; um dos fatores que contribuem para um agrupamento sólido é justamente a lealdade e o tempo em que essas alianças levam para ser construídas. Outro ponto importante que é pontuado seria de onde esses novos atores vem: são de outros grupos? Desfizeram alianças a partir de desavenças? Mudou-se de agrupamento por conta das filiações partidárias?

Assim sendo, caso algum ator político busque apostar em se inserir em outro agrupamento, precisa levar em consideração que a dinâmica seria completamente outra, e estaria assim disputando um espaço em que se leva tempo para ser construído e estabilizado. As análises partindo dos territórios e do desempenho dos atores políticos nos municípios nos ajuda compreender como a dinâmica das alianças vai sendo proporcionada. A

representatividade se constitui a partir das necessidades que os municípios vão colocando como importante e as possibilidades de elegerem mais de um deputado, ou que consegue mobilizar redes em outros municípios a depender da sua base eleitoral.

Como foi apresentado no capítulo anterior, a história do estado de Sergipe foi construída através de diversas alianças entre parentelas que consequentemente foram instituídos grupos políticos que se consolidaram de acordo com as dinâmicas de seus municípios e interesses dos mesmos. Entretanto, durante muito tempo, a capital aracajuana ditou as regras do jogo político, principalmente sob o sobrenome Franco, esse que como foi visualizado, conseguiu inserir na atividade política e empresarial estadual e federal grandes nomes; hoje em dia, esse mesmo sobrenome não é visualizado nas disputas e nem nos cargos eletivos e delegados. Essa situação foi mudando gradativamente a partir do momento em que o Executivo do Estado esteve sob comando do PT. Além disso, acabou possibilitando a inserção de novos atores, o reaparecimento de determinadas famílias e consequentemente de outros grupos políticos.

Assim sendo, essas recomposições político-partidárias e ampliação das redes de base familiar viabilizaram a inserção e destaque dos grupos políticos provenientes do interior do Estado, onde por muito tempo estiveram subjugados aos grupos da Grande Aracaju. Devido à possibilidade de ampliação dos grupos, os municípios de Lagarto, Itabaiana e Boquim conseguiram destaque no que concerne à representação política na Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, contribuindo assim para a construção de uma nova narrativa referente aos grupos políticos do interior sergipano.

3.1 – ATORES POLÍTICOS E DINÂMICAS PARTIDÁRIAS EM SERGIPE

Para compreender politicamente como o cenário sergipano se apresenta, tomo como ponto de partida as formações dos grupos e buscar como as suas alianças se modificam conforme os pleitos. Em minha pesquisa de mestrado (SANTOS, 2016) acabei observando que certos atores conseguiam circular em grupos diferentes através da formação de redes, mas essa característica consegue perpassar as eleições municipais? Se você é aliado em um grupo, você tem autonomia de fato de buscar apoio no grupo rival? O caso demonstrado foi somente naquele momento e naquela configuração? O que vemos, pensando no contexto estadual, é propício para essa dinâmica? Esses questionamentos são importantes devido à volatilidade da política, os quais se fazem necessário que sejam colocados em pauta tendo em vista o não enquadramento dos atores e de suas atuações. Porém, isso não quer dizer que o que constatei

não faça mais sentido; até o momento dessa Tese, quando havia a possibilidade de “apoio” ao rival, isso ficava basicamente no terreno das Casas, ou seja, quando se tratava de algo relacionado a um projeto de lei, alguma emenda parlamentar, onde precisa de articulação da Câmara dos Deputados com os Executivos municipais.

Quando se fala sobre grupos políticos, é preciso retomar a ideia mais importante que os constituem e essa seria a adesão. Muito antes de Kuschnir (2000) trabalhar com o cotidiano da política, Goffman (2014) já trabalhava essa perspectiva ao analisar a carreira do doente mental e a construção das instituições totais. Seguindo essa linha, esse último já afirmava que “numa entidade social impõe compromisso e adesão”, ou seja, não existem grupos sem pertencimento. Porém, como é construída essa representação? Já no que concerne à construção do indivíduo, é necessária a participação dele. Existe um contrato formal? Se existe, esse contrato seria representado pela filiação ao partido? Um mesmo grupo político acaba concentrando vários partidos; seriam através das famílias? Existem integrantes da mesma família que acabam tendo desavenças entre si, e conseqüentemente, criam rachas familiares. Como mensurar essa adesão?

Na Sociologia Clássica, Durkheim já havia mencionado que, por trás de cada contrato, existem suposições não-contratuais a respeito do caráter dos participantes. Essa afirmativa me trouxe outro questionamento: como o indivíduo enfrenta essa definição de si mesmo? Por mais que possa haver uma mobilidade entre os grupos, devido à dinâmica política, como fica aquele que optou por seguir outro rumo? E quando acabam convergindo a presença de atores políticos de grupos locais diferentes?

As redes estão em constante transformação, pela criação e pela quebra de vínculos, pelo surgimento de novos atores e agrupamentos, alinhamento com outros projetos, sem acabar esquecendo a necessidade de também estar nivelado com o contexto nacional. Entretanto, há alguns processos sistemáticos de transformação em curso nas redes, principalmente no que concerne às dinâmicas municipais; o mais importante elemento temporal de longo prazo a destacar diz respeito à dinâmica geracional que é proporcionada nesse nível. Como era de se esperar, a entrada e saída dos partidos gera impacto nessas redes, causando transformações pela inclusão e exclusão de novos membros e pela criação ou desmontagem de grupos.

Os grupos são conjuntos de indivíduos e entidades com intensos vínculos internos e similar padrão de relacionamento com o restante da rede. Sob o ponto de vista político, podem representar agregações de visões comuns sobre a política, ou mesmo unidades de ação coletiva. No interior das redes há sempre grupos mais centrais ou menos centrais em termos de poder, não apenas pela localização de quem ocupa cargos institucionais, mas também pela posição

relativa dos grupos na rede, que lhes garante maior ou menor acesso ao conjunto (ou a partes específicas) do tecido relacional.

Como as redes estruturam o relacionamento entre os atores num vínculo até o Estado, a gestão das organizações estatais inclui uma constante negociação entre quem é de dentro (e controla não apenas os cargos, mas também contatos e posições na rede) e quem vem de fora. A partir do momento em que as dinâmicas estão coesas no nível municipal, é então possível que elas sobressaiam a nível estadual, se conectando a partir das redes de base familiar. As diferenças na estruturação dos grupos se associam com a maneira pela qual as redes se integram nos ambientes políticos mais amplos que as cercam.

Aqueles que já se encontram na máquina pública precisam de pontos de apoio no interior da comunidade política. Nesse sentido, para poder levar em consideração o tecido do Estado, precisamos primeiramente compreender como que os municípios se colocam enquanto facilitadores dos grupos políticos; a dinâmica municipal nos permite compreender de forma mais complexa a interdependência e o contexto na política, incorporar a informalidade que marca diversas dimensões do jogo do poder e levar em consideração mais precisamente elementos de estabilidade e inércia que cercam a política.

O tecido do Estado tem efeitos diferenciados nas dinâmicas políticas dependendo da forma pelas quais os padrões de relações se vinculam com os desenhos institucionais e as diferentes configurações de atores presentes em cada caso. A associação entre estes três elementos produz importantes impactos sobre a política. Antes de adentrar nas análises sobre os agrupamentos, se faz importante compreender o contexto sergipano no que concerne à sua localização geográfica e como as divisões de suas territorialidades influenciam na representação política.

O estado de Sergipe situa-se na região Nordeste, tendo como limites os estados da Bahia e Alagoas e o Oceano Atlântico. Possui 75 municípios e se dividem em 8 territorialidades: Alto Sertão Sergipano, Médio Sertão Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano, Leste Sergipano, Agreste Central Sergipano, Centro-Sul Sergipano, Grande Aracaju e Sul Sergipano. Em 2017, o IBGE atualizou as regiões no território brasileiro, dividindo o estado em regiões intermediárias e imediatas; são 2 intermediárias e 6 imediatas. A região intermediária de Aracaju é composta pelas regiões imediatas de Aracaju, Estância e Propriá, num total de 46 municípios. A Região Intermediária de Itabaiana é composta pelas regiões imediatas de Itabaiana, Lagarto e Nossa Senhora da Glória, chegando ao total de 29 municípios. Entretanto, para as análises feitas aqui, seguiremos ainda com a divisão das 8 territorialidades tendo em

vista que os próprios deputados utilizam essa nomenclatura para referenciar às suas bases eleitorais e reforçar a identidade local.

Mapa 01 – Território Sergipano e suas regiões



Fonte: Governo de Sergipe

A partir dessas divisões, poderemos identificar quais agrupamentos se encontram mais fortes, tanto em questão de representação como também de base eleitoral, onde que os deputados devem manter o investimento, como também onde há falta de representação legislativa, tendo em vista que algumas dessas regiões não possuem um nome na Assembleia Legislativa ou na Câmara dos Deputados.

Todavia, o que importa aqui são os agrupamentos: como que eles contribuem para a representatividade e em determinada região sendo que não possuem cargos eletivos? É onde se

percebe como são fundamentais a manutenção das redes de relações e a criação de novos laços, dando assim vida ao cotidiano da política.

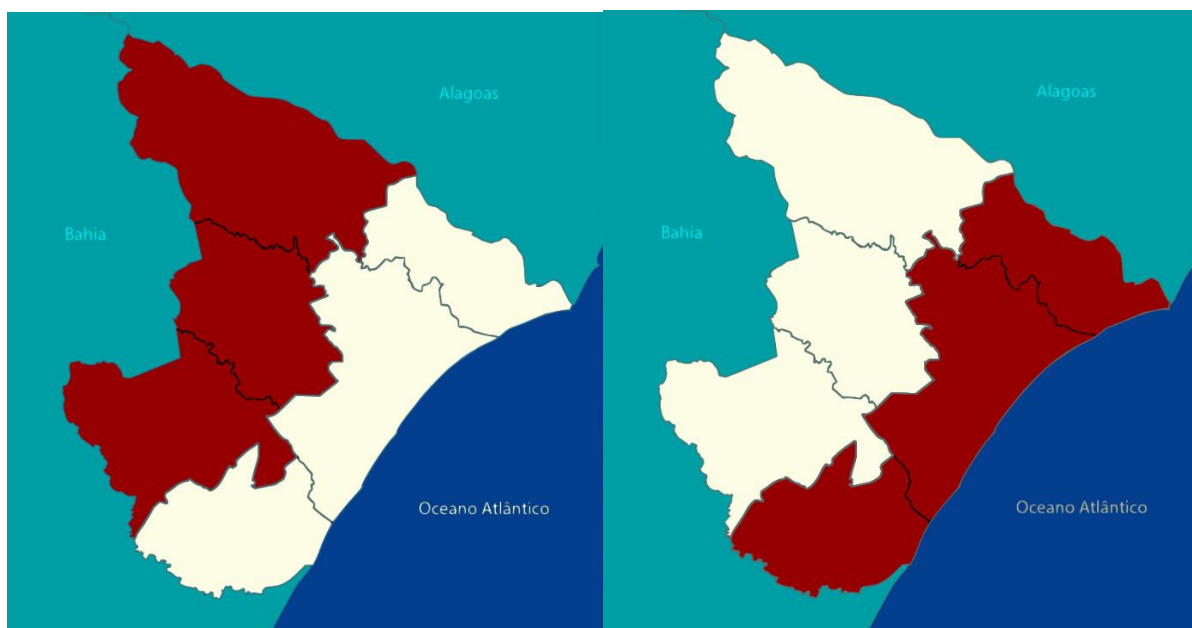
Mapa 02 – Regiões Geográficas de Sergipe



Fonte: IBGE

Mapa 03 – Região Intermediária de Itabaiana

Mapa 04 – Região Intermediária de Aracaju



Fonte: IBGE

Sob registro do Tribunal Superior Eleitoral, o estado de Sergipe conta com a presença de 30 diretórios partidários ativos¹⁶ como mostra o quadro a seguir:

QUADRO 8: Diretórios Partidários em Sergipe.

Partido	Presidente	Número
Avante (antigo PT do B)	Clovis Silveira	70
Cidadania	Alessandro Vieira	23
Democracia Cristã	Airton Costa Santos	27
Democratas	José Carlos Machado	25
Movimento Democrático Brasileiro	Sérgio Reis	15
Novo	Luiz Claudio Alves de Souza	30
Patriotas	Uezer Licer Mota Marquez	51
Partido Comunista do Brasil	Antonio Bittencourt Junior	65
Partido Democrático Trabalhista	Fábio Henrique	12
Partido Liberal (antigo PR)	José Edivan Amorim	22
Partido da Mulher Brasileira	Juraci Nunes de Carvalho Junior	35
Partido da Mobilização Nacional	Augusto César Cardoso	33
Podemos (antigo PTN)	José Macedo Sobral	19
Progressistas	Antonio Fernando Pereira de Carvalho	11
Partido Republicano da Ordem Social	Sérgio Costa Viana	90
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	José Almeida Lima	28
Partido Socialista Brasileiro	Antonio Carlos Valadares Filho	40
Partido Social Cristão	André Luis Dantas Ferreira	20
Partido Social Democrático	Jeferson Luiz de Andrade	55
Partido da Social Democracia Brasileira	Eduardo Alves do Amorim	45
Partido Social Liberal	Fabio Santana Valadares	17
Partido Socialismo e Liberdade	Carlito Santos Lemos Brito	50
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	Gilvani Alves dos Santos	16
Partido dos Trabalhadores	João Somariva Daniel	13
Partido Trabalhista Brasileiro	Rodrigo Santana Valadares	14
Partido Trabalhista Cristão	João Augusto Botto de Barros Nascimento	36
Partido Verde	Reynaldo Nunes de Moraes	43
Rede Sustentabilidade	João Bosco Santos	18
Republicanos (antigo PRB)	Jony Marcos de Souza Araújo	10
Solidariedade	Adriel Correia Alcântara	77

¹⁶ O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi suspenso relativo às Contas de 2016

Fonte: Diretórios Regionais em Sergipe – TRE/SE

Levando em consideração que a representação político-institucional se dá através dos partidos políticos, primeiramente é necessário saber como eles estão distribuídos no estado sergipano, como também quem o tem sob seu domínio. É comum também haver a disputa pela presidência do diretório partidário estadual ou municipal. Apesar de que o que mais conta nas disputas são as relações sócio-políticas, ter o controle de um partido pode contribuir e muito para competição eleitoral.

Ao observar os nomes dos presidentes dos respectivos partidos, é perceptível que há alguns nomes já conhecidos da política sergipana. Alguns exercendo cargos no legislativo ou que já exerceram no passado. Aqueles que não se encontram mais exercendo um mandato, utilizam o partido como estratégia para manutenção e controle das redes de relação no cotidiano da política. Dessa maneira, há uma liberdade para os atores que já se encontram em um mandato, mas também há a abertura para outros nomes estarem ocupando cargos altos na hierarquia partidária.

De maneira mais ampla, os partidos brasileiros não são tão fracos e desorganizados como boa parte da literatura indica. Seguindo os passos de autores como Figueiredo e Limongi (1999; 2007), embora sob prisma distinto, apresento que os partidos são capazes de agir de maneira coordenada nas eleições para a Câmara e Assembleia, estabelecendo estratégias de acordo com elementos mais conjunturais (a perspectiva de contar com “puxadores” de votos, por exemplo) ou estruturais (a necessidade de organizar a lista geográfica e socialmente, para coordenar recursos). A partir dessa verificação cabe checar se outras variáveis influenciam esse processo e como esse controle está relacionado à atuação dos partidos políticos em outras arenas como no Executivo.

Já foi mencionado aqui que o ponto de partida para toda a análise da tese será através dos deputados estaduais e federais. Sabe-se também que, por mais que os partidos estejam ativos, não são todos que conseguem projeção para a Assembleia ou para o Congresso Nacional, limitando-se às Câmaras de Vereadores e Prefeituras. Entretanto, sabe-se que isso faz parte da conjuntura política: bases eleitorais municipais se aliam e alinham aos agrupamentos em prol da campanha de seus representantes.

Assim sendo, para compreender como esses partidos se agregam aos agrupamentos, deve-se primeiro ter em mente de que local esses deputados vêm e para quem é a sua representação. Na Assembleia Legislativa, temos o total de 24 deputados, sendo 12 deputados que utilizaram o recurso familiar no pleito de 2018 e 11 deputados que utilizaram no pleito de

2014. Na Câmara dos Deputados, são 8 deputados; em 2018 e em 2014 foram 4 deputados que utilizaram o recurso familiar para a campanha eleitoral. Ou seja, metade da representação na Assembleia e na Câmara se valem desse trunfo eleitoral.

Além disso, há uma distribuição entre os que representam a capital e os que representam o interior do estado. Ao focar no interior, é possível visualizar a divisão dessa representatividade, tendo em vista a concentração dos votos nos mesmos locais entre dois ou três deputados, tanto para a Câmara como para a Assembleia. Juntamente com a divisão, a viabilidade de identificar os agrupamentos será mais fácil também.

Alguns municípios do interior se destacam pela rivalidade entre atores, famílias e grupos políticos; Lagarto e Itabaiana são exemplos das disputas pelo poder municipal. Desde o período da Ditadura Militar que essas cidades são palco de conflitos que passam o período eleitoral (DANTAS, 2019). Até hoje a necessidade de se identificar a um político ou a um grupo se faz cada vez mais forte, apesar de que as formas de fazer política atualmente venham mudando conforme a sociedade avança. Acompanhar os trabalhos exercidos pelos políticos através das mídias sociais seria uma dessas mudanças.

Mesmo com essas alterações, o sentimento de adesão permanece, principalmente se observarmos os deputados que estão há muitos mandatos ou que transferiram o seu cargo para outros integrantes. Entretanto, aqui não cabe mencionar se essa prática é construtiva para a política ou não, mas sim analisar como que ela funciona em relação ao contexto social. Os trabalhos de Kuschnir (1998, 2000) já há muito vinham dando ênfase nessa problemática, além de que a formação do estado brasileiro se deveu à essas relações sócio-políticas próximas e a interferência do privado no público como os clássicos Holanda (2014) e Faoro (1998) já haviam analisado.

Como já foi bastante mencionado até aqui nessa tese, de maneira direta ou indireta, a política sergipana, como também a política brasileira, não é possível de ser feita caso não esteja baseada nos agrupamentos, pensando também numa hierarquização dos atores que fazem parte deles. A política de grupos possibilita a circulação dos atores como também pode inviabilizar a mobilidade dentro do próprio espaço. A exemplo, pode não haver a possibilidade de determinados atores não conseguirem disputarem outros cargos maiores. É sabido que para isso, deve-se possuir prestígio para ser lançada uma candidatura e obter apoio, além de mobilização em prol dessa.

Alguns trabalhos mencionam essa transição de cargos eletivos, a construção de uma carreira política sempre em ascensão, seja do legislativo para o executivo municipal ou do legislativo municipal para o legislativo estadual. Todavia, necessita-se de recursos que

possibilitem essa passagem para cargos maiores. O foco aqui seria mostrar como o recurso familiar possibilita a construção, manutenção, como também o avanço da política profissional.

Isso demonstra, por exemplo, que um recurso sozinho não será o que facilitará qualquer tentativa de promoção político-partidária, tendo em vista que há aqueles que não conseguem mais se eleger, ficando na posição de suplente de deputado estadual, como foi o caso de Venâncio Fonseca. Com 6 mandatos na Assembleia Legislativa de Sergipe, o ex-deputado está hoje como Diretor de Assuntos Institucionais da mesma Casa. Necessário então observar as bases eleitorais para compreender através de quais elementos e recursos os agrupamentos se mantêm.

QUADRO 9: Deputados Federais e seus territórios base 2014

Deputados Federais	Partido	Cidade	Votação na cidade	Território base
Valadares Filho	PSB	Aracaju	14.731	Centro Sul/Agreste Central
Fábio Mitidieri	PSD	Aracaju	11.000	Centro Sul/Alto Sertão/Leste Sergipano
Fábio Reis	MDB	Lagarto	16.877	Centro Sul/Sul
André Moura*	PSC	Aracaju	5.083	Leste Sergipano/Centro Sul
Mendonça Prado	DEM	Aracaju	20.340	Grande Aracaju/Agreste Central

Fonte: Eleições anteriores – TRE/SE

* Os votos do deputado André Moura não tinham sido computados no momento da apuração devido ao enquadramento na Lei da Ficha Limpa. Em dezembro de 2014, o TSE votou favorável à validação dos votos, assumindo assim a vaga que seria ocupada por Mendonça Prado.

QUADRO 10: Deputados Federais e seus territórios base 2018

Deputados Federais	Partido	Cidade	Votação na cidade	Território base
Fábio Mitidieri	PSD	Aracaju	15.712	Centro Sul/Alto Sertão/Leste Sergipano
Fábio Reis	MDB	Lagarto	16.997	Centro Sul/Grande Aracaju
Gustinho Ribeiro	SD	Lagarto	11.294	Centro Sul/Sul
Fábio Henrique	PDT	N ^a Sr ^a do Socorro	13.421	Grande Aracaju

Fonte: Eleições anteriores – TRE/SE

QUADRO 11: Deputados Estaduais e seus territórios base 2014

Deputados Estaduais	Partido	Cidade	Votação na cidade	Território base
Silvia Fontes	PDT	Nossa Senhora do Socorro	17.166	Grande Aracaju
Maria Mendonça	PP	Itabaiana	20.999	Agreste Central
Gustinho Ribeiro	PSD	Lagarto	5.633	Centro Sul/Agreste Central
Jeferson Andrade	PSD	Nossa Senhora de Lourdes	1.345	Alto Sertão/Baixo Sertão
Luiz Mitidieri	PSD	Aracaju	5.176	Centro Sul/Agreste Central
Dr. Vanderbal	PTC	Aracaju	5.150	Baixo São Francisco/Grande Aracaju
Luciano Bispo	PMDB	Itabaiana	18.419	Agreste Central
Goretti Reis	DEM	Lagarto	12.184	Centro Sul
Valmir Monteiro	PSC	Lagarto	18.793	Centro Sul
Paulinho da Varzinhas Filho	PTdoB	Laranjeiras	2.663	Centro Sul/Grande Aracaju
Venâncio Fonseca	PP	Boquim	2.332	Centro Sul/Agreste Central
Georgeo Passos	PTC	Ribeirópolis	4.253	Agreste Central

Fonte: Eleições anteriores – TRE/SE

QUADRO 12: Deputados Estaduais e seus territórios base 2018

Deputados Estaduais	Partido	Cidade	Votação na cidade	Território base
Talysson de Valmir	PR	Itabaiana	17.220	Agreste Central
Maisa Mitidieri	PSD	Aracaju	5.050	Centro Sul/Sul
Jeferson Andrade	PSD	Nossa Senhora de Lourdes	1.589	Alto Sertão/Baixo São Francisco
Luciano Bispo	MDB	Itabaiana	14.560	Agreste Central
Ibrain Monteiro	PSC	Lagarto	15.639	Centro Sul
Dr. Vanderbal	PSC	Aracaju	3.002	Grande Aracaju
Georgeo Passos	Rede	Ribeirópolis	3.863	Agreste Central
Goretti Reis	PSD	Lagarto	12.173	Centro Sul
Diná Almeida	Pode	Tobias Barreto	10.318	Centro Sul
Maria Mendonça	PSDB	Itabaiana	7.960	Agreste Central
Rodrigo Valadares	PTB	Aracaju	3.676	Centro Sul

Fonte: Eleições anteriores – TRE/SE

Os quadros acima representam basicamente onde os deputados estaduais e federais tiveram sua maior votação, pensando nas divisões territoriais do estado, como também a votação na cidade em que moram. Além disso, apresentam a comparação entre os pleitos de 2014 e 2018. É perceptível que alguns tiveram mudanças no que concerne à concentração de representação e outros numa alteração no número de votos para mais ou para menos.

Isso se deve também pelo fato de que em 2018 outros atores acabaram adentrando na cena política estadual causando assim uma divisão do eleitorado. Esse momento é importante pela possibilidade de que os grupos acabam sendo testados em relação à sua relevância nas cidades e territórios do estado. Além dos novos atores, têm aqueles que saem e a transferência de sua base eleitoral pode sofrer com a mudança da liderança tendo em vista que a dinâmica municipal se coloca como catalizadora das relações políticas. Há também os casos de mudança do cargo eletivo, seja dentro do legislativo, como também a passagem do executivo municipal para o legislativo.

Adentrando nos casos, temos alguns nomes que acabam se destacando. Além dos nomes, é interessante observar também que os territórios das bases eleitorais também acabam se repetindo, principalmente se as cidades são as mesmas, causando assim mais conflitos dentro do cotidiano político desses locais. Ressalto novamente que aqui está sendo analisada a relação entre o recurso familiar, agrupamentos e política profissional, ou seja, por mais que sejam apresentados outros atores que não se valem desse recurso, somente a faço para revelar as circunstâncias desses conflitos; não há como aprofundar mais nessa discussão, tendo em vista o objetivo da tese, todavia, é necessária a contextualização justamente para compreender como que essas situações se dão.

Um dos requisitos básicos para uma campanha é ter uma boa base eleitoral, principalmente na cidade em que o candidato reside ou é natural, ou melhor dizendo, onde o ator mais interage socialmente. Dessa maneira, é construída uma relação que será resgatada em momentos cruciais, seja pelos candidatos no momento da campanha eleitoral, seja pelos seus eleitores quando necessitarem de atenção às suas comunidades por meio dos projetos e emendas dos eleitos. Sendo assim, a manutenção das redes se faz importante e as estratégias para ela ser feita dependerá de ambas as partes; quando há outros que disputam o mesmo cargo na mesma cidade, a ampliação das redes se coloca mais em evidência, principalmente a nível estadual. É nesse momento em que os agrupamentos se fazem mais significativos ainda.

Outro fator interessante que ajuda a compreender como os agrupamentos funcionam foi a minha pesquisa (SANTOS, 2016). Quando se trata da atuação do cabo eleitoral, foi observado que ele tem uma maior liberdade para trabalhar para além dos seus grupos. Por exemplo, apoiar

candidatos de outros agrupamentos visualizando a sua própria campanha depois de dois anos. No caso, os cabos eleitorais seriam os vereadores que intercalam essa atuação com o seu trabalho como representante municipal (além da categoria cabo eleitoral secundário, a qual também trabalhei na pesquisa). Essa flexibilização possibilitou uma diversificação na circulação dos atores entre os grupos, o que pode acarretar também em novas recomposições políticas.

Os quadros sobre os deputados estaduais e federais e os territórios das bases eleitorais deram abertura para alguns questionamentos do problema de pesquisa. Friso, entretanto, que ao mencionar os territórios, seria como forma de termos uma visualização geográfica onde há um maior número de votos e para isso, foi levado em consideração o tamanho dos colégios eleitorais; tendo em vista que devido a proporção territorial do estado de Sergipe, alguns municípios possuem um pequeno número de eleitores, o que não quer dizer que eles não contribuem para a eleição. Todavia, estrategicamente falando, quem não possui uma base forte num grande colégio eleitoral necessita investir nesses pequenos municípios, haja vista a necessidade de correlação entre os grupos nesse nível.

Menciono aqui então os casos dos deputados Maria Mendonça (antes PP), Luciano Bispo (PMDB) e Talysson de Valmir (PR), os três provenientes e residentes do município de Itabaiana, localizado no Agreste Central Sergipano. Os dois primeiros já possuem uma carreira política-profissional consolidada, intercalada entre o legislativo e executivo da cidade que leva o título de “Capital Nacional dos Caminhoneiros”, e o último se encontra no seu primeiro mandato no legislativo estadual, apesar de já ter contato com a política através de seu pai, Valmir de Francisquinho (PR), atual prefeito do município.

Destacando os números de votantes em 2014, segundo dados do TRE-SE, Maria Mendonça conseguiu se colocar como a preferida da sua terra ao alcançar a marca de 20.999 votos, e em seguida vem Luciano Bispo com 18.419 votos. Ambos são de grupos políticos opostos, seja pelo partido como também pelas redes de relações. Com a chegada de Talysson em 2018, esses números sofreram uma grade redução. O deputado estreante conseguiu tirar Maria Mendonça, que disputou o cargo pelo PSDB, do protagonismo itabaianense ao conseguir 17.220 votos, enquanto a deputada teve seus números reduzidos para menos da metade: 7.960 votos. Já Luciano Bispo, que permaneceu no mesmo partido, conseguiu um desempenho melhor que a colega de legislativo, recebendo 14.560 tendo um déficit de 3.859 votos.

O município de Itabaiana possui 66.769 eleitores aptos. Somando os votos dos três deputados, temos 39.740, equivalente a quase 60% desse número. Por mais que Luciano Bispo tenha sofrido redução em seu eleitorado, estar na mesma coligação do candidato ao governo

Belivaldo Chagas (PSD) e a presidência da Alese lhe possibilitaram a manutenção de sua representatividade político-profissional. O resultado do estreante nas disputas eleitorais se deve à figura de seu pai, que conseguiu construir transferir seu eleitorado do executivo municipal para o legislativo estadual. Já Maria Mendonça se desfilou do PP passando a integrar o corpo de candidatos do PSDB, que é liderado estadualmente pelo ex-senador Eduardo Amorim e que tinha disputado o cargo para o Governo do Estado, perdendo para Belivaldo Chagas (PSD)

Devido à proporção dos municípios e a história da formação do estado sergipano que se deu a partir da constituição de diversos engenhos em um mesmo local – como já analisado no capítulo 2 –, vários grupos políticos acabam disputando as mesmas bases eleitorais. A partir do momento em que essa disputa é transpassada para o nível estadual, eles acabam recorrendo aos agrupamentos como forma de ampliar o alcance da representatividade. Esse trabalho não pode ser feito à curto prazo, mas deve ser construído com antecedência para poder dar conta das possíveis falhas e brigas internas, principalmente se elas se constituírem a partir das eleições municipais.

Além do caso triplo de Itabaiana, há também o de Lagarto, município localizado no território Centro-Sul Sergipano, e que atualmente possui a maior representação do interior quando se junta o legislativo estadual e federal. Em 2014, três deputados estaduais de agrupamentos divergentes conseguiram se eleger: Valmir Monteiro (PSC), Goretti Reis (DEM) e Gustinho Ribeiro (PSD). O primeiro, que já vem de uma carreira que também perpassa o legislativo estadual e executivo municipal lagartense, conseguiu a maior votação dentre os três, alcançando 18.793 votos. A segunda deputada também segue essa linha em seu histórico político-profissional, diferenciando somente no executivo, onde assumiu uma secretaria municipal em Aracaju; em Lagarto, Goretti Reis conseguiu 12.184 votos em sua cidade natal. Já Gustinho Ribeiro, que se candidatava pela primeira reeleição a deputado estadual, conseguiu somente 5.635 votos. Esse seu desempenho é considerado até relevante, tendo em vista que o grupo Bole-Bole vinha sofrendo um racha entre os Ribeiro e Monteiro. Além desses nomes do legislativo, não podemos esquecer a figura do deputado federal Fábio Reis, sobrinho da deputada Goretti Reis que conseguiu mais um mandato na Câmara Federal, alcançando 16.877 votos em Lagarto.

Em 2016, o então deputado Valmir Monteiro se afasta do cargo para lançar sua volta à chefia do executivo municipal, mas dessa vez com a volta da aliança com a família Ribeiro, alcançando então a vitória juntamente com a vice-prefeita Hilda Ribeiro, esposa do deputado federal Gustinho Ribeiro. O cenário lagartense muda nas eleições de 2018; Valmir lança o seu filho Ibrain Monteiro (PSC) para deputado estadual, - se afastando do cargo de vereador e de

Presidente da Câmara na gestão de seu pai – e Gustinho Ribeiro sai do PSD entrando então no Solidariedade (SD), por conta de divergências das redes partidárias, se lançando como deputado federal. Em sua primeira candidatura a estadual, Ibrain Monteiro conseguiu arrematar 15.639 votos em Lagarto, enquanto Gustinho alcançou 11.294 votos para a Câmara dos Deputados.

Essa relação acabou por não durar muito, gerando mais um outro racha. Devido ao afastamento de Valmir Monteiro das atividades de gestor do município logo após as eleições estaduais em novembro de 2018¹⁷, a vice-prefeita assume interinamente o município, viabilizando mudanças no corpo do secretariado que não agradaram ao grupo. Isso acabou implicando também nos trabalhos dos representantes do grupo da oposição lagartense.

Conseguindo mais uma reeleição, Goretti Reis agora disputou a manutenção do cargo pelo (PSD), se afastando partidariamente de Maria do Carmo Alves e João Alves, seus aliados políticos de longa data e se alinhando às redes de relações do seu sobrinho Fábio Reis (MDB) que também obteve a permanência no cargo em Brasília. A deputada conseguiu manter quase a votação entre as duas eleições, chegando a 12.173 votos com uma diferença de somente 11 votos. Já Fábio Reis conseguiu aumentar em 120 votos, totalizando então em 16.997. Dessa maneira, apesar de ter reduzido os seus representantes na Assembleia Legislativa, Lagarto aumenta a visibilidade de seu nome na Câmara dos Deputados, tendo então dois nomes em cada Casa.

Ainda sobre o interior sergipano, as cidades que conseguiram manter os seus representantes na Assembleia Legislativa foram Nossa Senhora de Lourdes e Ribeirópolis. Enquanto a primeira se encontra no Alto Sertão Sergipano, a segunda se encontra no Agreste Central. O deputado estadual Jefferson Andrade (PSD) tentou a sua primeira reeleição, conseguindo alcançar o pleito com 1.345 votos em sua cidade e em 2018 alcançou 1.589. Obviamente não se trata de uma votação que seja expressiva se pensarmos no total de votos do deputado. Todavia, o colégio eleitoral é composto por 5.532 eleitores aptos, ou seja, o total é visto como a representatividade de Jefferson Andrade permanece forte. Além de que o próprio deputado se encontra na presidência do partido, o que possibilita uma maior notoriedade, e a filiação do governador Belivaldo Chagas contribuiu mais ainda para ela.

Por se tratar do Agreste Central, pode-se confundir com a mesma base eleitoral dos deputados itabaianenses, porém o município de Ribeirópolis possui representação própria. O deputado Georgeo Passos (PTC) estreou na Assembleia Legislativa em 2015 – apesar de já ter se colocado como candidato a vice-prefeito na chapa junto com sua mãe –, conseguindo levar

¹⁷ Devido a irregularidades na administração do matadouro municipal, o TJ/SE determinou o afastamento acatando um recurso do Ministério Público Estadual.

de sua cidade 4.253 votos. Na eleição de 2018, já pelo REDE Sustentabilidade, esse número foi um pouco reduzido, chegando a 3.863 votos. Porém, no total ele acabou por ter um crescimento de 3.122 votos em comparação às eleições de 2014. Uma das causas foi o aparecimento de Talysson de Valmir que acabou por conseguir 1.336 votos na cidade natal de Georgeo. Apesar disso, o seu primeiro mandato viabilizou a volta do seu pai Antonio Passos ao executivo ribeiriopolense no pleito de 2016.

Alguns deputados eleitos em 2014 não retornaram à Alese em 2018. O representante do município de Laranjeiras, Paulinho da Varzinhas Filho (PTdoB) tinha alcançado 2.663 votos, ficando em segundo lugar nos mais votados e atrás de Jeferson Andrade (PSD) que alcançou 3.562 votos no município. Apesar de que o seu pai conseguiu alcançar o pleito ao executivo do município de Laranjeiras pelo DEM, Paulinho não disputou pela reeleição pois teve seu mandato interrompido. O deputado foi afastado do seu cargo por ser suspeito de desvio das verbas de subvenção e posteriormente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe decidiu por cassar o seu mandato, enquadrando-o na inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa¹⁸ acarretando assim a sua prisão.

O município de Boquim tinha um nome já bastante conhecido como seu representante na Alese. O deputado Venâncio Fonseca alcançou o sexto mandato na Assembleia Legislativa em 2014, com a ajuda de 2.332 votos dos boquinhenses mas não conseguiu chegar ao sétimo mandato consecutivo. Entretanto, não saiu de fato das atividades da Alese, ocupando atualmente o cargo de Diretor de Assuntos Institucionais da Casa. Esse município, como será visto ainda nesse capítulo, tem o seu eleitorado dividido por outros grupos, o que ocasiona então uma votação nesse nível para um deputado com história de vários mandatos consecutivos, além de que a Família Fonseca sempre ocupou cargos eletivos, seja no executivo ou legislativo no município. Esse é mais um caso demonstrativo que a tradição precisa ter uma maior atenção aos outros nomes que vem surgindo com o passar das eleições.

O deputado federal André Moura, reeleito em 2014 pelo PSC, foi o representante direto do território Leste Sergipano na Câmara dos Deputados. Durante a apuração dos votos em 2014, os seus acabaram não entrando, tendo em vista o seu enquadramento na Lei da Ficha Limpa, tendo sido aceitos pelo Tribunal Superior Eleitoral em dezembro de 2014, podendo então assumir o cargo de deputado federal. Sua cidade natal, Japaratuba, lhe concedeu 2.331 votos, e apenas 3.465 votos para a sua candidatura ao Senado em 2018, tendo ficado em terceiro na disputa que elegeu Alessandro Vieira (REDE) e Rogério Carvalho (PT).

¹⁸ Além dele, o ex-deputado Augusto Bezerra também foi afastado e preso no mesmo caso.

Apesar disso, devido às suas redes de relações, foi líder do governo no mandato de Michel Temer no pós-golpe que retirou a Presidente Dilma Rousseff (PT), eleita democraticamente pela população brasileira. Não tendo alcançado o Senado, André Moura continua na política, estando secretário da Casa Civil do Governo do Rio de Janeiro. Foi prefeito do município de Pirambu e sua esposa foi prefeita do município de Japaratuba, além de seu pai Reinaldo Moura e sua mãe Lila Moura terem também participado da vida legislativa na Alese. Além de deputado, Reinaldo Moura também foi Conselheiro no Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

Temos a novata no legislativo estadual Diná Almeida (Pode), eleita deputada no pleito de 2018. Uma das representantes do Centro-Sul Sergipano, a deputada vem do município de Tobias Barreto, onde conseguiu 10.318 votos. Sua candidatura se deu por já ter passado pelo executivo do município de base onde o seu marido Diógenes Almeida está Prefeito onde esteve como Secretária de Assistência Social antes de se afastar para a candidatura, tendo exercido o mesmo cargo no primeiro mandato do marido. O caso da deputada se encontra no que já havíamos mencionado acerca do uso do matrimônio como estratégia política. Tendo em vista também que divide a representação tobiense junto a Dilson de Agripino (PPS).

Chegando à Grande Aracaju, damos continuidade com deputados federais Mendonça Prado (DEM) e Fábio Henrique (PDT), e os deputados estaduais Silvia Fontes (PDT) e Dr. Vanderbal (PTC/PSC). O primeiro não chegou a assumir o cargo, por conta da validação dos votos de André Moura ficando assim como suplente. Entretanto, vale mencionar a sua participação tendo em vista a grande votação de acabou alcançando; somente em Aracaju conseguiu 20.340 votos. Mendonça Prado é genro da senadora Maria do Carmo e do ex-governador João Alves. Em sua carreira político-profissional, além da Câmara dos Deputados, ocupou cargos de vereador e deputado estadual, sendo filho de Luciano Andrade Prado, ex-deputado estadual por Sergipe. É importante frisar também o caso do ex-deputado federal pois ele seria um dos que se valeram do matrimônio como estratégia para aumentar o seu recurso familiar, adentrando então em uma das famílias mais importantes da política sergipana.

Chegamos então nos casos específicos de quando o matrimônio se torna um recurso familiar. Dr Vanderbal iniciou a vida na político-profissional ao se candidatar a deputado estadual em 2014, levando 5.150 em Aracaju e em sua reeleição sofreu uma queda para 3.002 votos. Sua esposa Dr^a Angélica foi prefeita do município de Japoatã e deputada estadual por 4 mandatos consecutivos, saindo então para assumir o cargo de Conselheira no Tribunal de Contas do Estado, tendo sido a responsável por deixar para o seu marido a incumbência de ter uma representatividade na Alese.

Já Silvia Fontes (PDT) foi eleita deputada estadual em 2014 representando a sua cidade de Nossa Senhora do Socorro, onde conseguiu 17.166 votos, cidade essa que tinha o seu esposo Fábio Henrique (PDT) como chefe do executivo. Este último se elegeu deputado federal em 2018 com 13.421 votos pelo seu município onde foi vereador e prefeito. A ex-deputada não tentou a reeleição e se juntou a Valadares Filho para tentarem o Governo do Estado, não alcançando a vitória.

Ao mencionar o nome de Valadares Filho (PSB), por si só vem carregado de história da política sergipana. Reeleito em 2014 a deputado federal, conseguiu em Aracaju o total de 14.731 votos. Sofreu uma grande queda no número de eleitores. Do primeiro mais bem votado, ficou somente em quinto de um total de oito deputados eleitos. Em 2016, lançou candidatura para a prefeitura de Aracaju, indo ao segundo turno com Edvaldo Nogueira (PCdoB), este último conseguindo levar o pleito. Em 2018 não quis tentar mais uma vez o cargo para a Câmara dos Deputados e quis seguir os passos de seu pai, Antonio Carlos Valadares (PSB), ao Governo do Estado, como mencionado no capítulo anterior. Valadares pai também não conseguiu permanecer no Senado Federal, deixando o cargo que ocupava desde 1995.

Ainda na mesma família, surge Rodrigo Valadares (PTB) nas eleições de 2018 com a sua primeira candidatura a um mandato eletivo, o qual obteve a vitória, mesmo que acirrada. Filho do ex-deputado federal Pedrinho Valadares, primo de Valadares Filho, conseguiu 3.676 votos em Aracaju e disputou a vaga diretamente com o colega de partido, o candidato Vardo da Lotérica (PDT), do município de Itabaiana; Rodrigo Valadares conseguiu o total de 15.221, enquanto Vardo conseguiu 15.219. O resultado somente foi definido com a apuração dos votos da última urna, dando assim a vitória ao político iniciante. Trago os Valadares como representantes pela Grande Aracaju tendo em vista o afastamento para com a cidade natal, Simão Dias, principalmente Rodrigo Valadares, por ter passado sua vida na capital sergipana, pernambucana e na capital brasileira.

Ainda no mesmo território, temos a passagem do antigo para o novo, sem perder a essência familiar como estratégia adotada pelo deputado estadual Luiz Mitidieri (PSD), que conseguiu 5.176 votos em Aracaju, mas tem muito da sua base eleitoral em outros territórios do estado, com presença mais forte em alguns municípios do Centro Sul e alguns do Agreste Central, apesar de que conseguiu perpetuar seu nome em vários municípios do estado. Passando o cargo para a sua filha Maisa Mitidieri (PSD) nas eleições de 2018, a deputada conquistou 5.050 na capital sergipana. Manteve muitos municípios na sua base eleitoral e conseguiu alçar outros, principalmente no território do Sul Sergipano, mantendo Boquim entre eles. Além deles, o deputado Fábio Mitidieri (PSD) manteve a sua reeleição: de 11.000 subiu para 15.712 votos

em Aracaju. Ele concentra a sua base eleitoral nos mesmos territórios que a sua irmã e o seu pai. No último pleito, Fábio alcançou a maior votação entre os oito deputados federais de Sergipe.

Os casos mencionados nesse tópico possibilitam demonstrar que, por mais que o recurso familiar esteja presente, faz-se necessário estabelecer critérios principalmente dentro do que concerne à representação política nos municípios e territórios sergipanos. Como também é identificado que o fato de já possuir vários mandatos na carreira, não isenta do fato de futuramente não ser mais viável a manutenção dela. Muda-se a estratégia, passando para outro ator, ou arrisca-se para outro cargo eletivo. Além disso, o matrimônio continua se mostrando como uma grande estratégia para a diversificação dos atores e cargos na política profissional.

3.2 – DIVERSIFICAÇÃO DOS RECURSOS NOS GRUPOS DAS REDES DE BASE FAMILIAR

A partir das candidaturas das eleições de 2018, tivemos a construção do parâmetro de como os atuais agrupamentos se encontram; todavia alguns dos atores que se colocaram na corrida eleitoral desse pleito não provém de “famílias políticas”, mas estão inseridos no que chamamos de rede de base familiar. Para um agrupamento conseguir se consolidar politicamente, é necessário o investimento em recursos que possibilitem isso. Muitas das famílias que fazem parte desses grupos atualmente estão alcançando certa estabilidade política, com grande investimento nos mandatos eletivos.

Todavia, até que ponto se torna imprescindível a variedade de recursos para que os grupos consigam se manter no poder? Somente o recurso familiar não dá conta, muito menos estar inserido numa rede de base familiar conseguirá garantir que o sucesso sempre esteja à frente do agrupamento. Quais os elementos a serem conferidos como um diferencial para esses grupos? Existe padrões que possam ser identificados como possíveis caminhos para o gerenciamento deles? Como construir o investimento numa carreira político-profissional modalizando essas partes elementares sem deixar de lado a essência do fazer parte de uma rede de base eleitoral?

De acordo com a exposição dos dados até aqui, foram vistos alguns elementos que se destacaram como a presidência de partidos, a fidelidade partidária e o próprio recurso familiar. Entretanto, quando esse agrupamento não consegue mais renovar os seus atores dentro do espaço da base familiar, faz-se necessária a inserção dos agregados com maior potencial para a política partidária, saindo assim dos bastidores da política. Dessa maneira, a diversificação dos

recursos se faz importante como estratégia para o agrupamento não cair no esquecimento ou até mesmo acabar se esvaindo do nível de importância da política estadual.

Assim, foi dividido em três grandes agrupamentos representados por Belivaldo Chagas (PSD), Valadares Filho (PSB) e Eduardo Amorim (PSDB). Cada agrupamento acaba comportando grupos específicos que se destacam no interior do Estado a cada pleito. Além disso, essa composição partidária se deveu ao rompimento dos Valadares com os Amorim após as eleições de 2014 e com a disputa pela prefeitura da capital sergipana entre Valadares Filho e João Alves, este último padrinho político de Eduardo Amorim, hoje afastado das disputas político-partidárias por conta de graves problemas de saúde. Ou seja, o que antes era um grande agrupamento sólido, baseado totalmente nas redes de base familiar, teve suas alianças rompidas justamente pela disputa por cargos que mais dão força a um grupo e por vezes, os grupos não entram em consenso.

A partir do momento em que houve o rompimento, o agrupamento dos Valadares necessitou a investidura em outros indivíduos, principalmente tendo em vista que as eleições de 2018 acabou trazendo divergências relacionais. Dentro da chapa “Um novo governo para nossa gente” um nome que acabou se destacando dentre os já conhecidos no meio da política foi o candidato novato ao senado Henri Clay (PPL), segundo nome após Antonio Carlos Valadares (PSB) que buscava a sua reeleição.

Apesar de já estar inserido em um meio político, a construção de uma fachada político-profissional se deveu à campanha eleitoral. Pensando nos processos da identidade profissional, Henri Clay necessitou basicamente a iniciação, tendo em vista que a aprendizagem se deveu claramente à sua carreira dentro da advocacia. Sua trajetória profissional se deve basicamente à presidência da OAB/SE. Ou seja, a familiaridade com postos dirigentes lhe proporcionou experiência na condução de uma candidatura. O então candidato Henri Clay é formado em Direito pela Universidade Tiradentes e é pós-graduado em Direito Processual pela Universidade Federal de Sergipe e foi presidente da OAB até o fim de 2018, tendo se licenciado para poder concorrer ao Senado Federal.

Dentro dessa perspectiva profissional, historicamente o Direito e a Medicina sempre estiveram presentes no cotidiano da política sergipana. Como Petrarca (2017, p. 6) apontou, “a oratória e o conhecimento jurídico fortaleceram os investimentos políticos”, sendo essas características importantes para que os bacharéis estivessem qualificados para dividirem os cargos eletivos junto com os bacharéis em Medicina. Apesar de que a dedicação nessa área para a política já não seja a mesma desde a formação de grupos em Sergipe, ela acaba se tornando um elemento a mais a partir da inserção no meio. Bachareis em Direito acabam ocupando cargos

delegados nos municípios como forma de trazer técnica e seriedade dentro da política de grupos, como é o caso de Adriel Alcântara, presidente do Solidariedade e secretário da gestão de Hilda Ribeiro em Lagarto.

Dentro do Direito, trabalha como advogado há 26 anos onde foi presidente da OAB/SE por três vezes. Em suas falas de campanha e profissionais, afirma que o seu trabalho sempre foi voltado para os direitos sociais, se apresentando como o “senador da justiça social”, se valendo então do recurso profissional e escolar, fazendo assim a sua imagem enquanto possível político que venha a defender essas pautas. Um dos pontos mais destacados pós-eleição foi o não abandono aos princípios da advocacia, e afirmando que não se descaracterizou, que não traiu e não “vendeu a alma”. E dentro do discurso profissional, afirma que é possível “fazer política” com honestidade, com sinceridade, com propostas.

A partir dessa fala, ele constrói a imagem de um político sério, mesmo tendo se aliado a grupos políticos que já estão nesse espaço há mais tempo e que por muitas vezes, passam a impressão de que não contribuem para a seriedade da causa política. Apesar de ter sido sua primeira candidatura, sua recepção foi satisfatória tendo em vista o empenho da categoria para com a sua eleição. Entretanto, a principal falha a inserção tardia no meio político-partidário somente no período pré-campanha eleitoral.

Dessa maneira, percebe-se que participar desse agrupamento, aliando ao uso do recurso profissional possibilitou assim uma maior projeção no território Grande Aracaju, onde teve sua mais expressiva votação, apesar de que todos os outros candidatos a senador já haviam lançado suas pré-candidaturas há mais de um ano, além de muitos deles já terem suas bases eleitorais consolidadas e suas participações nos grupos já enraizadas. Isso demonstra que somente um recurso, por mais que ele seja forte, necessita de uma combinação que traga a diferença para ele.

Como já foi mencionado nessa tese, a construção de uma candidatura ou do que viria a ser o “tempo da política” não necessariamente se dá em um período específico. A partir do momento em que há uma projeção para tal, é necessário mobilizar elementos específicos que possibilitem a perpetuação da candidatura. Quando tratam de um candidato inexperiente dentro da disputa partidária, se faz mais necessário ainda o lançamento de que determinado nome se faz possível dentro do cenário político local. Como disputar a atenção entre um candidato de primeira viagem ao lado de um dos nomes mais proeminentes de Sergipe?

Lidar com grandes nomes dentro do grupo só se torna um problema caso não haja uma preparação dentro do mesmo. Dessa maneira, o maior problema pode não ser esse enfrentamento, mas sim a falta de planejamento de acordo com o tempo; logo, não basta ter os

recursos, mas saber utilizados. Trago o caso de Henri Clay por ter sido um nome que se destacou dentro do agrupamento e se tornou um exemplo de como Valadares Filho e seus correligionários estavam conduzindo as suas redes. Dentro da família Valadares, há nomes que circulam pelo bacharelismo, como o próprio Antonio Carlos Valadares, Pedro Valadares, a viúva Simone Valadares, pais do deputado estadual Rodrigo Valadares que também possui bacharelado em Direito. Apesar de não ter havido um investimento direto na área, a titulação possibilita a construção da imagem enquanto possuidor de conhecimento acerca das leis, o que ajuda na gestão e legislação.

A partir do momento em que o período eleitoral se encerra, a hora da avaliação da campanha toma uma maior proporção tendo em vista que é o momento em que se reorganiza para poder assim identificar os possíveis erros e acertos. Para o candidato, a sua campanha foi vista como atípica, isto posto que não estava alinhada com todo o agrupamento, pensando especificamente com o interior do Estado: obteve uma votação expressiva na Grande Aracaju, mas devido ao seu trabalho enquanto profissional do Direito. Já no interior do estado, a sua campanha não foi trabalhada como deveria, pois é necessária uma maior atenção nesses grandes colégios eleitorais.

O caso de Henri Clay apesar de não ter sido bem-sucedido, exemplifica a forma como os recursos além de mobilizados, precisam estar alinhados aos demais do agrupamento, pensando principalmente na construção de uma base eleitoral em comum, haja vista a proporção que uma candidatura ao Senado acaba apelando, além de que a imagem de Antonio Carlos Valadares já se encontrava em desgaste. Tendo em vista o conjunto do agrupamento dos Valadares, apesar de poucos eleitos, acabaram mobilizando os mesmos tipos de recursos: familiar e profissional. Luciano Pimentel (PSB) e Rodrigo Valadares (PTB) contribuíram para a representatividade da chapa no legislativo sergipano, juntamente a Fábio Henrique (PDT) na Câmara dos Deputados.

Dentro da chapa “Coragem para mudar Sergipe”, o nome que ganhou destaque pela estratégia de diversificação de recurso do agrupamento de Eduardo Amorim foi Ivan Leite, ex-prefeito de Estância, ex-deputado estadual e empresário sergipano. Depois das tentativas de tentar colocar um nome feminino na chapa para ser vice-governadora, como Janier Mota e Silvia Fontes, o chefe do agrupamento findou por optar por um nome já conhecido na política estadual. O ex-prefeito estanciano tem como principais recursos o profissional e econômico, que poderiam agregar ao conjunto do agrupamento, que já possuía o recurso familiar como principal estratégia.

Quando falo aqui em recurso profissional, no caso de Ivan Leite, falo também do recurso escolar. Assim como Eduardo Amorim utiliza o seu diploma de Médico Anestesiologista para validar a sua competência enquanto possível gestor, a titulação de engenheiro eletricista com mestrado em Engenharia Elétrica, além da graduação em Administração – todos pela USP – qualifica mais ainda o ex-deputado, tendo em vista que sua família é a fundadora da SULGIPE, Companhia Sul Sergipana de Eletricidade, além da titulação em Direito pela Unit. A Sulgipe possui a concessão do Governo Federal para distribuir energia elétrica para 14 municípios, sendo doze na região sul do estado de Sergipe e duas na região nordeste do estado da Bahia. Os municípios atendidos no estado de Sergipe são: Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Pedrinhas, Riachão do Dantas, Santa Luzia do Itanhy, Tobias Barreto, Tomar do Geru e Umbaúba e pelo estado da Bahia são: Jandaíra e Rio Real. A extensão territorial total da concessão corresponde a 5.764 Km², sendo 4.445 km² no estado de Sergipe e 1.319 km² na Bahia.

Dentro dessa competência, Ivan Leite havia sido convidado para compor a chefia do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços no governo de Michel Temer. Optou por não assumir a pasta, tendo em vista que estava como Presidente da Sulgipe, ocupando o lugar de seu pai Jorge Leite, Presidente Fundador. Tendo esse prestígio junto ao então governo, Ivan Leite possuía assim notoriedade dentro do meio político, o que poderia agregar mais ainda à campanha de Eduardo Amorim, que tinha acabado de desfazer alianças com o grupo dos Valadares pós eleições de 2014.

Entretanto, como viemos destacando, os partidos cada vez mais veem se constituindo como forte recurso para as estratégias políticas. Apesar de haver essa mobilização por parte de outros recursos, as redes de base familiar têm se mostrado mais atentas às relações partidárias. O ex-prefeito de Estância, Ivan Leite (PRB) era aliado do governador Belivaldo Chagas (PSD), tendo em vista a parceria entre a Sulgipe e o Governo Estadual. Antes da chapa se consolidar, ele precisou conversar e comunicar ao seu então aliado que havia sido convidado para ser o candidato a vice-governador na chapa do então senador Eduardo Amorim (PSDB) e que decidiu aceitar fazer parte do que antes era o agrupamento rival.

Retomo essa discussão pois o motivo principal dessa nova aliança teria sido a pressão do partido em que Ivan Leite se encontrava filiado, o PRB, que utilizou como trunfo a possível não homologação da candidatura da vice-prefeita de Estância e sua esposa, Adriana Leite, para a disputa a uma vaga na Assembleia Legislativa. Dessa maneira, Ivan Leite optou por fechar com a chapa majoritária do grupo liderado pelo PSC e PSDB ao aceitar ser o vice. Além disso, havia o caso da candidatura do Pastor Heleno, ex-prefeito de Canidé, ao Senado, levando assim

à decisão do PRB em deixar o Governo e se aliar ao PSDB. De início, Ivan Leite havia anunciado que se manteria aliado de Belivaldo Chagas, porque não se imaginava apoiando os candidatos da oposição. Porém, tendo em vista a decisão do partido em vetar a candidatura de sua esposa, acatou as ordens do partido.

Necessário observar também que, após as eleições de 2018, tendo em vista que Eduardo Amorim não passou para o segundo turno, Ivan Leite e Belivaldo Chagas retomaram as alianças, pois não havia mais sentido nessa relação, criada justamente para um momento e contra a vontade inicial de um dos afetados. Interessante observar que o primeiro a ser procurado foi Ivan Leite, sendo que Belivaldo sempre enxergou a sua aliança com o estanciano como produtiva para o seu governo. Haja vista, pode-se ponderar como alguns recursos dependem especialmente do momento em que serão acionados. Apesar do recurso partidário ter sido colocado como evidente, os recursos mobilizados por Ivan Leite para contribuir para a campanha de Eduardo Amorim não foram o suficiente para, pelo menos, ter um resultado bem sucedido pelo menos no território Sul Sergipano, somente em alguns municípios que a Sulgipe se encontra que Eduardo Amorim foi o mais votado, a exemplo de Estância.

Dessa maneira, percebe-se que a forma como os recursos são conduzidos depende especialmente das alianças construídas, social e politicamente. Ora, se temos um grande empresário que pode proporcionar elementos significativos para o agrupamento, mas que já se encontra dentro de outros laços, como seria produtivo para a campanha? Isso não causa desconfiança por parte da base eleitoral? Como de fato será o empenho desse para com as novas relações? Provavelmente tivesse sido mais proveitoso para Ivan Leite ter aceitado o convite para ser Ministro, ou investido mais quando houve a especulação de que era um nome a compor a chapa junto a Belivaldo. Todavia, isso vai demonstrando como as alianças necessitam ser arquitetadas previamente haja vista a volatilidade da política, e passar uma confiança precisa de certa estabilidade para que as redes de base familiar contribuam com os demais recursos.

Com a indecisão entre Janier Mota (PR) e Silvia Fontes (PDT), havendo também as especulações de que Maria Mendonça (PSDB) poderia também ser um nome para vice-governadora e, enfim, chegando ao nome de Ivan Leite, demonstra como a inconstância das redes de relações pode influenciar nos usos dos recursos para impulsionar durante a campanha eleitoral e posteriormente para a manutenção dessas redes que findam não sendo alicerçadas. No início de 2018, Ivan Leite acabou deixando a presidência da Sulgipe justamente para se colocar à disposição para as eleições, todavia, os olhares estavam direcionados para a campanha de Belivaldo e de Jackson Barreto ao Senado. Essa relação de Ivan com Belivaldo também se

dá por conta de que ambos foram colegas na Assembleia Legislativa, onde o primeiro assumiu desde 1991 a 1998.

É importante mencionar que o responsável pela mediação entre Eduardo Amorim e Ivan Leite foi o então deputado estadual e candidato ao Senado André Moura (PSC), líder da bancada do governo de Michel Temer na Câmara. Nesse momento, entra em jogo o acionamento das redes, se valendo dos recursos sociais para assim construir novas ligações que de certa maneira já tinham uma pré-formação, principalmente pelo fato de que Ivan Leite foi convidado a se juntar ao corpo ministerial do ex-presidente. Dessa maneira, poderia ser uma justificativa para a consolidação do laço e que não pesasse então a relação com Belivaldo.

Vale ressaltar também que essa mistura de relações faz parte do passado político e empresarial de Ivan Leite. Relações com os que já passaram pelo governo estadual como Jackson Barreto, Marcelo Deda e Albano Franco exemplificam a maleabilidade das suas redes e a capacidade de construir um ambiente de certa maneira neutro e favorável. A partir de 1997, Ivan Leite assumiu o cargo de secretário de Indústria, Comércio e Turismo no governo de Albano Franco, mesmo período em que o Instituto Tecnológico e de Pesquisa do Estado de Sergipe (ITPS) se tornou um órgão delegado do Inmetro, coisa que até o momento era representado pelo Instituto de Pesos e Medidas da Bahia (IPEM-Ba). Essa mudança só foi possível porque, primeiramente, ocupou o cargo Diretor da Região Nordeste do FONSCIT-Fórum Nacional de Secretários de Indústria Comércio e Turismo e depois foi eleito presidente nacional deste fórum à época, sucedendo Emerson Kapaz, que era o Secretário de São Paulo. Tendo em vista a notoriedade do ex-deputado, é possível perceber que ele por muito consegue se desdobrar em redes de relações mais diversas.

Apesar de não terem o mesmo sobrenome, Ivan Leite e Albano Franco compartilham raízes genealógicas. Ivan Leite é neto de Julio Leite, ex-senador, enquanto Albano Franco é neto de Augusto Cesar Leite, ex-senador e ex-deputado estadual, família essa que compôs as elites médicas e políticas em Sergipe juntamente com os Rollemberg, Prado e os Franco (PETRARCA, 2019; BOMFIM, 2019). Apesar desse histórico familiar, a figura paterna é a que mais lhe confere estima, tendo em vista o maior contato com Jorge Leite, também engenheiro e que contribuiu para o crescimento das indústrias no município de Estância. Mas, por que um ator com uma vastidão de contatos não conseguiu contribuir para pelo menos uma ida ao segundo turno?

Como é tratado nesse capítulo, além dos líderes desses agrupamentos, é necessário um alinhamento com as bases eleitorais, tendo em vista que não basta somente ter um grande nome, mobilizar recursos variados, e não possuir mediadores locais que possam contribuir para a

formação e ampliação das redes de base familiar. Ou seja, não é somente ser possuidor de grandes recursos, mas para quem e para que serão acionados e dentro de qual espaço e momento serão utilizados. Ora, em 2014 outro nome de destaque que concorreu como vice de Eduardo Amorim foi Augusto Franco Neto (PSDB), empresário e ex-deputado federal, filho de Walter Franco e sobrinho de Augusto Franco. O lançamento de ambas as candidaturas necessitou do aval do então presidente do partido e candidato ao governo Aécio Neves. Ou seja, por mais que as redes de relações contribuam para o lançamento de determinados candidatos, é necessário que estes passem pelo crivo de lideranças partidárias maiores.

O acionamento do recurso familiar sempre esteve presente no agrupamento de Eduardo Amorim. Sua carreira político-profissional se deu justamente pelo apadrinhamento de João Alves Filho, inserindo-o nessa rede de base familiar, que até então era um dos agrupamentos do estado totalmente consolidado e continuava tentando resgatar o governo estadual que já se encontrava na posse do governo do PT com o então falecido governador Marcelo Deda. Sendo assim, se o agrupamento era tão forte, como acabou perdendo no interior do estado? Isso demonstra que a diversificação que a família Franco passou, proporcionou assim uma desterritorialização de suas redes a qual abriu precedentes para que os grupos locais fossem formando suas próprias alianças, o fortalecimento de alguns atores e suas respectivas representatividades.

Dentro do mesmo agrupamento de Eduardo Amorim, há conflitos em que a rede de base familiar acaba por não ter controle. Os candidatos da chapa “Coragem para mudar Sergipe” para o Senado André Moura (PSC) e Pastor Heleno (PRB) proporcionaram um desses momentos pós-eleição, haja vista que o candidato do PRB optou por deixar o agrupamento de Belivaldo Chagas e se juntar ao projeto do ex-senador. O conflito se deu pelo Pastor Heleno ter afirmado que seu colega de chapa teria boicotado a sua campanha e promovido a desunião do agrupamento que já demonstrava indícios de desmembramento.

Além disso, muitos discursos acabam não sendo condizentes com a postura do agrupamento. Para isso, uso o exemplo de Reinaldo Moura, ex-deputado estadual e conselheiro aposentado do TCE-SE que no segundo turno das eleições de 2018 optou por apoiar Belivaldo Chagas para o governo, mas que havia sido liberado pelo filho André Moura para votar como bem interessasse, assim como os demais do partido. Essa opção se deveu pelo fato de que, apesar de reconhecer bons atributos políticos em Belivaldo Chagas, de quem foi colega na Assembleia como deputado estadual, Reinaldo Moura admite que sua opção tinha o propósito claro e objetivo de rejeitar e barrar o projeto do senador Antonio Carlos Valadares, PSB, de eleger o candidato Valadares Filho governador.

Devido às amizades políticas, essa atitude também reflete as desavenças políticas, onde o ex-deputado valia-se do momento para votar num amigo e votar contra o então senador Valadares e não necessariamente contra Valadares Filho. Além disso, afirma que se deu por conta de o senador Antonio Carlos Valadares ter sido um dos maiores dificultadores e críticos do projeto de eleição de André Moura ao Senado na última eleição.

Diferentemente dos outros dois agrupamentos, Belivaldo Chagas optou por consolidar as alianças feitas em conjunto com Jackson Barreto e alinhar partidariamente os atores políticos desse novo fechamento. A chapa “Para Sergipe Avançar” contou com um novo nome, mas dentro da mesma rede de base familiar, para compor a aliança para o Senado. Rogério Carvalho (PT) teve como seu primeiro suplente Jorge Mitidieri (PSD), irmão de Luiz Mitidieri e tio de Fábio e Maisa, candidatos à Câmara e Assembleia respectivamente.

Vindo do ramo empresarial-educacional, Jorge Mitidieri é sócio-dono do Colégio Master, um dos maiores colégios da rede privada da capital e do estado, além de ser sócio-proprietário das revendas Ambev CBB (Comercial Brasileira de Bebidas) e CBS (Comercial de Bebidas Sergipana). Formado em Engenharia Civil, o atual suplente de senador também se tornou uma liderança política no município de Boquim, onde a família ainda tem como uma de suas principais bases eleitorais no território Sul Sergipano. Soma-se assim ao recurso profissional e escolar que a família Mitidieri possui, a qual era dona do Plano de Assistência Médica (PLAMED) e que foi adquirida pela operadora Hapvida. Vale salientar que era administrada pela agora deputada estadual Maisa Mitidieri, que além da nova ocupação, é biomédica e advogada.

Além da consolidação dos Mitidieri e Andrade, o agrupamento de Belivaldo conseguiu trazer todos os integrantes dos Reis para compor e ampliar a rede de base familiar, que contribuíram assim para a eleição de vários candidatos. Isso demonstra que a solidificação dos laços familiares e de apadrinhamento, em consonância com os partidos, contribuem bem mais que possuir um conjunto de recursos. Até o momento, foram aqui mencionados os recursos: familiar, profissional, econômico, social, partidário, escolar. Dentre esses, o que acabou sobressaindo foi o recurso partidário e familiar, pois eles seriam assim medidores da importância das redes de base familiar como também mediadores para tais relações, haja vista a necessidade de reger de acordo com os interesses futuros; pois, quando uma campanha não termina com a vitória do candidato, as relações partidárias tendem a ser revistas.

O que acaba diferenciando esses grupos não seria necessariamente quais recursos que são mobilizados, mas sim como que eles são mobilizados e como é feita a manutenção com o tempo. Percebe-se que a principal forma de mobilização seria através de uma relação

consolidada no seio da rede de base familiar, alinhar os partidos e produzir um discurso uno. É exemplificado através do quantitativo eleito de deputados estaduais e federais que o agrupamento de Belivaldo Chagas alcançou diferentemente dos demais: além do próprio governo, conseguiu 1 vaga no Senado, 4 vagas na Câmara dos Deputados, sendo todos esses reeleitos e 9 deputados estaduais, sendo o presidente da Alese, seu aliado partidário. Apesar de ter chegado ao segundo turno, o agrupamento de Valadares Filho somente elegeu 2 deputados estaduais e 1 deputado federal, enquanto o de Eduardo Amorim, tendo ficado em terceiro na disputa ao governo, conseguiu eleger 9 deputados estaduais e 3 deputados federais. Os demais deputados estaduais se encontravam no partido REDE, que optou por não fazer parte de coligação, além do outro senador eleito.

Após as eleições de 2018, as alianças desfeitas daqueles atores que não alcançaram o pleito demonstram como é importante que as relações sejam feitas de acordo com as possibilidades prévias, isso em relação às garantias que cada agrupamento pode dar ao novo integrante. Tomo como exemplo a citação de um versículo da Bíblia que o então candidato ao Senado Pastor Heleno Silva (PRB) utilizou para demonstrar o seu descontentamento com o agrupamento que ele escolheu para lançar a sua candidatura; ao ser questionado sobre o que deu de errado em sua campanha, o ex-prefeito de Canidé falou “casa dividida não fica em pé”, referenciando ao livro de Mateus, capítulo 12, versículo 25 que diz “todo reino dividido contra si mesmo é devastado; e toda cidade ou casa, dividida contra si mesma não subsistirá”. Ou seja, ao retratar a falta de união do agrupamento, demonstra como as novas amizades e alianças necessitam de uma base sólida, e essa somente é conquistada se o projeto for uno e vier sendo trabalhado há um determinado tempo.

3.3 – RECOMPOSIÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA ESTADUAL

É trivial que a política nunca será uniforme, enquadrada e previsível. As eleições estaduais de 2014 e 2018 compuseram cenários completamente diversificados, haja vista a contribuição das eleições municipais de 2016 para essa última. Como já foi mencionado, é durante esse intervalo que os deputados e senadores voltam às suas bases para demonstrar apoio àqueles que foram seu suporte (SANTOS, 2016). É também nesse momento em que as redes de relações são acionadas para o delineamento de pontos convergentes ou se muda completamente os planos, por exemplo, pela saída do partido devido a divergências entre grupos locais.

Apesar de dar prioridade em nessa análise para o recurso familiar, é importante compreender como que esse tipo de recurso se colocou como uma significativa estratégia na política de grupos. Falo isso tendo em vista que nenhum ator político conseguirá construir e manter uma carreira profissional nesse meio caso não consiga mobilizar e acionar recursos específicos, principalmente a depender da situação em que esteja inserido. Reafirmo aqui mais uma vez que o recurso familiar não é o mais importante, muito menos o que irá garantir a vitória do candidato, mas que é relevante para a compreensão dos agrupamentos pensando também nas suas dinâmicas e como eles se constituem com a formação de grupos nas redes de base familiar, correlacionando assim os níveis municipal e estadual, sendo o principal foco dessa tese.

Dentro do contexto estadual, a estratégia da formação de agrupamentos tem se mostrado relevante partindo assim das redes de relações sociais que a política sergipana foi criada. Isso não quer dizer que esse recurso nunca falhará, visto que a política é completamente dinâmica e a vitória em uma eleição depende muito mais do que ter recurso financeiro ou uma rede de relações ampla. É preciso saber como usar esses mecanismos. Da mesma maneira, é necessária a consciência de como o recurso familiar pode fazer diferença em uma campanha eleitoral.

Como já havia demonstrado, Lewin (1993, p. 127) afirma que “a segmentação oferecia a solução apropriada, pois assegurava que o grupo familiar não se tornasse demasiado numeroso proporcionalmente aos recursos disponíveis”, ou seja, não basta mobilizar vários recursos, mesmo dentro desse espaço, mas é necessário saber delimitar justamente para não causar conflitos entre os “grandes” e por fim, acabassem se diversificando tanto correndo o risco como o grupo dos Franco passou, chegando assim a perder sua hegemonia na rede de base familiar.

Para tanto, quem são os atores que se destacam nessas disputas entre os grupos? Ou melhor, quem compõe esses grupos? Quais são os grupos? Como estão as distribuições partidárias no estado sergipano? O ponto de partida será novamente os deputados eleitos nos pleitos de 2014 e 2018, tanto para a Assembleia Legislativa como também para a Câmara dos Deputados.

Para compreender essa dinâmica e distribuição partidária, é preciso entender que os agrupamentos seguem uma lógica própria, haja vista que suas alianças e redes de relações precisam estar alinhadas para evitar atritos que possibilitem aos mesmos perderem o foco e não conseguirem colocar a sua chapa e candidatos no centro da vitória eleitoral. Assim sendo, os partidos compõem um recurso específico para os agrupamentos, ou seja, o recurso partidário, aliado ao recurso familiar possibilitam maior cooptação de atores e, conseqüentemente, variam as bases eleitorais que possam vir a contribuir e ampliar o acesso delas a outras bases.

QUADRO 13: Deputados federais eleitos em 2014

Deputado Federal	Partido	Votação
Adelson Barreto	PTB	131.236
Laércio Oliveira	SD	84.198
Fábio Mitidieri	PSD	83.401
Fábio Reis	PMDB	80.895
Valadares Filho	PSB	68.199
Pastor Jony	PRB	53.455
João Daniel	PT	52.959
Mendonça Prado*	DEM	44.263

Fonte: Eleições Anteriores – TRE-SE

QUADRO 14: Deputados estaduais eleitos em 2014

Deputados Estaduais	Partido	Votação
Silvia Fontes	PDT	42.613
Maria Mendonça	PP	35.192
Gustinho Ribeiro	PSD	34.863
Zezinho Guimarães	PMDB	34.140
Jeferson Andrade	PSD	33.898
Luiz Mitidieri	PSD	33.847
Dr. Vanderbal	PTC	32.794
Garibaldi Mendonça	PMDB	31.401
Pastor Antonio	PSC	31.219
Luciano Bispo	PMDB	29.763
Augusto Bezerra	DEM	27.755
Goretti Reis	DEM	26.886
Robson Viana	PMDB	26.875
Ana Lúcia	PT	26.334
Dr. Gilson Andrade	PTC	26.170
Luciano Pimentel	PSB	26.158
Valmir Monteiro	PSC	26.032
Francisco Gualberto	PT	25.405
Capitão Samuel	PSL	23.984
Paulinho das Varzinhas Filho	PTdoB	23.268
Venâncio Fonseca	PP	23.143
Jairo de Glória	PRB	22.560
Georgeo Passos	PTC	20.233
Pe. Inaldo	PTdoB	14.510

Fonte: Eleições Anteriores – TRE-SE

QUADRO 15: Deputados federais eleitos em 2018

Deputado Federal	Partido	Votação
Bosco Costa	PR	47.788

Fábio Henrique	PDT	35.226
Fábio Mitidieri	PSD	102.899
Fábio Reis	MDB	64.879
Gustinho Ribeiro	SD	64.132
João Daniel	PT	59.933
Laercio Oliveira	PP	68.014
Valdevan Noventa	PSC	45.472

Fonte: Eleições Anteriores – TRE-SE

QUADRO 16: Deputados estaduais eleitos em 2018

Deputados Estaduais	Partido	Votação
Talysson de Valmir	PR	42.046
Maisa Mitidieri	PSD	35.707
Jeferson Andrade	PSD	34.736
Gilmar Carvalho	PSC	34.160
Luciano Bispo	MDB	33.705
Ibrain Monteiro	PSC	32.059
Zezinho Guimarães	MDB	28.094
Iran Barbosa	PT	26.961
Dr. Vanderbal	PSC	26.054
Zezinho Sobral	Pode	25.764
Janier Mota	PR	25.731
Francisco Gualberto	PT	24.637
Georgeo Passos	Rede	23.355
Garibalde Mendonça	MDB	22.819
Adailton Martins	PSD	22.400
Goretti Reis	PSD	21.306
Diná Almeida	Pode	20.168
Maria Mendonça	PSDB	19.102
Dilson de Agripino	PPS	18.038
Kitty Lima	Rede	18.008
Luciano Pimentel	PSB	16.907
Capitão Samuel	PSC	15.770
Rodrigo Valadares	PTB	15.221
Dr. Samuel Carvalho	PPS	14.216

Fonte: Eleições Anteriores – TRE-SE

A partir dos deputados listados acima, os quais conseguiram se eleger nos pleitos mencionados, pode-se ter uma noção do rearranjo político-partidário referente ao estado de Sergipe. Em 2014, foram quatro composições de partidos, sendo as duas maiores representadas pelos candidatos ao governo Jackson Barreto (PMDB) e Eduardo Amorim (PSC). Já em 2018

foram três grandes composições do total de nove: Belivaldo Chagas (PSD), Eduardo Amorim (PSC) e Valadares Filho (PSB).

A começar pelo primeiro pleito, a chapa “Agora é a vez do Povo” era composta por onze partidos: PMDB, PSB, PT, PSD, PDT, PRB, PROS, PCdoB, PRTB, PSDC, PRP. Seu candidato ao governo era Jackson Barreto (PMDB) que esteve governador após o falecimento do saudoso Marcelo Deda, o vice ao governo era Belivaldo Chagas (PSB), o candidato ao Senado foi Rogério Carvalho (PT) e seu suplente foi Gilberto dos Santos (PT). A chapa conseguiu eleger onze deputados estaduais e cinco deputados federais.

A segunda chapa “Agora sim” era composta por quinze partidos: PSC, DEM, PTB, PR, PR, PP, PV, PTC, PSL, SD, PTdoB, PPS, PMN, PHS, PSDB e PEN. Contava com o então senador Eduardo Amorim (PSC) como candidato ao governo, seu vice foi Augusto Franco Neto (PSDB), a candidata ao senado era Maria do Carmo Alves (DEM) e como suplente tinha Ricardo Barreto Franco (PSDB). A chapa conseguiu eleger treze deputados estaduais e três deputados federais.

Em 2018, a chapa “Pra Sergipe Avançar” foi composta por sete partidos: PP, PT, DC, PSD, PHS, MDB e PCdoB. Contou com Belivaldo Chagas agora pelo PSD como candidato ao governo, Eliane Aquino (PT) – viúva de Marcelo Deda e à época vice-prefeita de Aracaju – como sua vice-governadora, Rogério Carvalho (PT) como candidato ao Senado e Jorge Mitidieri (PSD) como o seu 1º suplente e Jackson Barreto (MDB) com Sergio Gama (MDB) como seu 1º suplente. Elegeu nove deputados estaduais e quatro deputados federais.

A chapa “Coragem pra mudar Sergipe” foi composta por sete partidos: PPS, PSDB, PTC, PR, PSC, SD e PRB. O candidato ao governo foi Eduardo Amorim (PSDB), agora já concluindo o seu mandato de oito anos de senador com Ivan Leite (PRB) – ex-prefeito de Estância – como seu candidato a vice-governador. Os candidatos ao Senado foram André Moura (PSC) com Luiza de Aguiinaldo de Verso (PPS) como sua 1ª suplente e o ex-prefeito de Canidé do São Francisco Pastor Heleno (PRB) com Adailton Souza (PR) como 1º suplente. Elegeu nove deputados estaduais e três deputados federais.

E por fim, a chapa “Um novo governo para a nossa gente” foi composta por seis partidos: PROS, PRP, PSB, PTB, PPL e PDT. O candidato ao governo foi então deputado federal Valadares Filho (PSB) e a então deputada estadual Silvia Fontes (PDT) como sua vice-governadora. Para o Senado, o seu pai Antonio Carlos Valadares (PSB) tentava mais um mandato com Cris Teixeira (PTB) como sua 1ª suplente e Henry Clay (PPL) junto de Marcos Cruz (PSB) como 1º suplente. Elegeu dois deputados estaduais e um deputado federal.

Desses candidatos ao Senado, somente Rogério Carvalho (PT) quem conseguiu se eleger. O outro a ser eleito foi o Delegado Alessandro Vieira (REDE) – atualmente está no Cidadania –, do mesmo partido que os deputados estaduais Georgeo Passos e Kitty Lima, esta última estreante no legislativo estadual e ex-vereadora por Aracaju. O partido Rede Sustentabilidade não fez coligação com nenhum outro partido; o seu candidato ao governo foi Dr. Emerson.

Essa recomposição partidária, além de novas filiações, segue com naturalidade a dinâmica política, haja vista a fluidez que a própria política proporciona. Entretanto, não somente elas acabam restaurando algumas coligações que passaram por turbulências entre uma eleição e outra, como também são reflexos das eleições municipais que sempre propõem novos arranjos no contexto eleitoral (SANTOS, 2016). Dessa maneira, o que foi visualizado nos dados se deve à uma necessidade de confluência e realinhamento.

Ao tratar dessa fluidez, vemos como o intervalo entre as eleições estaduais é um momento em que as alianças e projetos passam por duas situações: renovação ou consolidação. Assim sendo, as eleições municipais proporcionam o terreno em que os agrupamentos irão retornar para poder dar conta das novas demandas que eles mesmos criaram ao dar corpo às alianças. Esse é um trabalho que requer fôlego e alinhamento das intenções entre os grupos.

Ao observar os partidos, as coligações e quem são os atores inseridos neles, à primeira vista pode-se estranhar vários nomes terem estado num mesmo agrupamento. O maior exemplo seria Belivaldo Chagas e Valadares Filho compartilharem o mesmo partido. Além do caso lagartense onde Gustinho Ribeiro esteve junto aos seus rivais políticos Fábio Reis e Goretti Reis, e assim vê-se a importância de equilibrar os embates dos grupos municipais à nível estadual.

A convite do presidente do PSD, Jeferson Andrade, Belivaldo Chagas passou a integrar o partido do grupo dos Mitidieri e Andrade, fortalecendo mais ainda o agrupamento, tendo em vista a proporção estadual que o então vice-governador poderia dar para a expansão da influência dos mesmos. Além dele, Goretti Reis acabou por se juntar ao partido. A deputada fazia parte do agrupamento dos Alves, tendo também trabalhado na gestão de João Alves como Secretária de Saúde. Sua saída do DEM partiu de sua própria iniciativa, porém, devido à pressão familiar por conta de seu sobrinho Fábio Reis que estava no agrupamento de Jackson Barreto e teria apoio direto para a sua campanha.

A saída de Gustinho Ribeiro do PSD para o Solidariedade se enquadra na mesma situação. Por conta da rivalidade em Lagarto entre os Reis e Ribeiros, não foi fácil para Gustinho, muito menos para a sua base eleitoral vê-lo compartilhando campanha juntamente

com Fábio Reis (PMDB). Em 2014, o deputado estava lançando sua reeleição à Assembleia Legislativa no mesmo pleito em que disputaria com seu antigo aliado Valmir Monteiro (PSC) e com a tia de Fábio, Goretti Reis. Caso Gustinho não conseguisse ampliar as suas bases eleitorais, poderia não atingir o coeficiente necessário para sua reeleição.

Quando trato das diferenças a nível municipal por conta dos grupos refiro-me a essas situações, haja vista que elas acabam proporcionando reconfigurações aos agrupamentos a nível estadual, pois consequentemente interferem na dinâmica dos partidos políticos. Assim sendo, o momento para realinhamentos dos laços políticos se dá justamente em que o município acaba por ter mais destaque no cotidiano da política, ou seja, entre as eleições estaduais.

Dessa maneira, acompanhar o candidato ao governo lhe possibilitaria essa expansão necessária, tendo em vista que em Lagarto ele estaria em total desvantagem. Nesse momento, os grupos não conseguiram se sobressair à preservação do mandato e caso contrário, os Ribeiro não estariam com representação legislativa. Em 2018, optou por não continuar no PSD partindo assim para o Solidaridade. Esse partido tem como presidente estadual um aliado de Gustinho Ribeiro, o advogado Adriel Alcântara, atual Secretário Municipal de Planejamento do município de Lagarto, chefiado pela esposa de Gustinho, Hilda Ribeiro.

Por mencionar Lagarto, a rivalidade dos Reis e Ribeiro também permanece no controle dos partidos. O atual MDB tem como presidente o ex-deputado Sérgio Reis e atual pré-candidato do grupo Saramandaia para a prefeitura do município. É sabido que estar no cargo de presidência estadual de um partido reflete muito o poder político de um grupo. O controle sobre quem entra, as pautas, os projetos e poder direcionar tudo isso para o propósito do grupo é muito importante.

O PSB tem como chefe maior o ex-deputado Valadares Filho, com quem Belivaldo acabou por romper. Este último consegue interferir diretamente as alianças entre os partidos a nível local, principalmente em Aracaju. E foi justamente por conta da candidatura de Valadares Filho à prefeitura da capital que foi o momento para o atual governador sergipano se desfiliar. Basicamente se deu por conta da criação de alianças entre o PSB, PSDB e PR, partidos esses controlados pelos Amorim.

Uma mesma família pode controlar mais de um partido, como é o caso dos Amorim. O PSDB em Sergipe tem como presidente o ex-senador Eduardo Amorim e o antigo PR, atual PL, tem como presidente o seu irmão Edivan Amorim. E além do PSB com Valadares Filho, Rodrigo Valadares está atualmente presidente do PTB, e seu irmão Fábio Valadares está presidente do PSL, partido esse que Rodrigo espera se filiar. Além disso, ambos já ensaiavam

o lançamento de Fábio a vereador ou a prefeito em Simão Dias, a depender do que as lideranças do município colocassem, tendo em vista a preferência dos grupos locais.

As eleições para Prefeito mostra como as redes de relações acabam se tornando muito mais fluidas quando se trata de cima para baixo, ou seja, quem está no controle das relações partidárias, diferentemente se observarmos as adesões dos nativos para com os seus chefes e grupos. A exemplo disso, até a escrita dessa tese, o governador tinha reafirmado que o PT não poderia formar aliança com o PSB para as eleições de 2020. Entretanto, o PT estaria livre para lançar candidatura própria para a prefeitura da capital, por mais que o seu apoio fosse direcionado ao candidato à reeleição Edvaldo Nogueira, que por sinal, migrará para o PDT de Fábio Henrique, que compôs a chapa de Valadares Filho em 2018.

Por mais que falemos em grupos políticos e das influências deles nos municípios, não pode ser deixado de lado que os partidos são a via institucional da política e que de certa maneira eles ditam as regras. O que acontece com os grupos seria então a criação de estratégias para usar a favor a institucionalidade e assim legitimar o seu poder. A exemplo, o MDB é controlado em Lagarto há vários anos por um grupo específico, fazendo até um dos seus nomes mais experientes na política abandonar um grupo que lhe acolheu, como foi o caso de Goretti Reis. Todavia, enquanto deputada, Goretti segue mantendo relações político-profissionais com Maria do Carmo e com o presidente do DEM, o ex-deputado federal José Carlos Machado.

Outro partido grande que se encontra nas mãos de integrantes dos grandes agrupamentos sergipanos é o PSC, sendo o seu presidente estadual André Moura, que está secretário no Governo do Rio de Janeiro. André Moura se candidatou nas eleições de 2018 ao Senado Federal, não conseguindo alcançar resultado favorável à sua eleição, ficando somente em terceiro lugar com 251.213 votos; o segundo a se eleger, Rogério Carvalho, conseguiu 300.247 votos.

Vale lembrar que aqui não estou falando da adesão dos populares a determinados grupos, mas enquanto identificação partidária. Além disso, não levo em consideração o posicionamento ideológico dos atores políticos para com os partidos, tendo em vista que a formação do estado brasileiro não foi pensada nesses quesitos. O que está em jogo seriam as relações que são construídas em torno de um projeto político voltado a interesses de agrupamentos e grupos específicos. Caso fosse pensando sobre os eleitores e como eles enxergam a importância dos partidos, estaria assim em um outro viés analítico. Se o partido realmente importa para o voto do eleitor não é o que a tese pretende abordar, mas sim como as interações dos atores políticos dependem diretamente dos partidos.

A importância que é dada aos partidos se refere ao fato de que eles acabaram conferindo uma imagem aos atores e aos grupos, isso a partir das mudanças políticas proporcionadas pelas novas configurações que vinham sendo formadas já no pós-Jornadas de Junho de 2013. Esse novo contexto, onde a política em si foi se constituindo como parte dos debates cotidianos, deu aos partidos um caráter mais protagonista nas relações políticas, onde muitas vezes ficavam somente relegados aos principais políticos e grupos.

Consequentemente, a imagem do partido estava aliada ao ator e vice-versa; dessa maneira, os partidos passam a ter mais destaque e o uso deles como estratégia nas alianças se torna mais evidente. É claro que não estou falando do viés ideológico que carregam, mas as redes criadas através deles necessitam que estejam alinhadas com um discurso pelo menos a nível estadual, justamente para lidar com possíveis conflitos. Como exemplo, um conflito de interesses acabou sendo exposto durante o processo de impeachment que a Presidente Dilma Rousseff sofreu em 2016.

Em 2014, a chapa que levou Jackson Barreto a se reeleger para o governo era formada principalmente pelos partidos PMDB, PSB, PT e PSD. Os deputados desses partidos eram respectivamente Fábio Reis, Valadares Filho, João Daniel e Fábio Mitidieri; os dois primeiros votaram pelo impeachment e os dois últimos votaram pelo não prosseguimento do processo de retirada do mandato conquistado democraticamente. Valadares Filho afirmou que o seu voto seguiria as orientações do partido; Fábio Reis foi chamado pelo seu líder maior Jackson Barreto e amigo de Dilma Rousseff para orientação ao voto, apesar de que o deputado acabou por não aceitar os argumentos e prosseguiu pelo sim. Apesar de o PSD ter saído da base do governo e sido favorável ao processo, Fábio Mitidieri acabou por votar não ao impedimento, e estando no partido da Presidenta, João Daniel também votou pelo não.

Apesar de o processo de impeachment ser um evento extra ao cotidiano da política, são situações como essa em que os grupos locais muitas das vezes acabam não pensando e colocando em jogo no momento da escolha dos partidos para composição de suas redes. Pode aparentar que no momento da eleição, as chapas são somente para eleger determinado candidato. Todavia, deve ser levado em consideração que os partidos são componentes importantes para a condução de um governo, seja ele municipal, estadual ou federal. As orientações, os direcionamentos, os projetos são elementos constituintes de um planejamento, por mais que a política seja totalmente dinâmica.

É sempre retomada a discussão acerca da influência dos partidos tendo em vista que, quando se falam em grupos e agrupamentos, as análises focam somente nessas dinâmicas, enquanto que as análises sobre partidos buscam focar pelo viés institucional, seja em

participação de bancadas, se faz parte da minoria ou maioria. Não são elementos a serem desconsiderados, mas ambas as perspectivas contribuem para compreender essas relações que não deixam de ser complementares.

Assim sendo, não há como analisar os grupos dos Reis, Ribeiro e Monteiro no município de Lagarto se não é captado o papel que eles exercem nos agrupamentos onde estão inseridos, tendo em vista que o primeiro controla o MDB, o segundo controla o SD, ambos a nível estadual, e o terceiro se encontra subjugado ao diretório do PSC, partido esse controlado por André Moura, um dos atores do agrupamento de Eduardo Amorim em que o próprio SD se encontra inserido. Ao exemplificar esse fato, fica perceptível como as dinâmicas municipais contribuem às alianças construídas nos agrupamentos, mas que ao mesmo tempo, possuem suas próprias particularidades, onde atualmente o SD e PSC se encontram brigados, contribuindo assim para a volta de um terceiro grupo no município.

Apesar de ter sido mencionado os agrupamentos através de 3 atores políticos, não valho da noção de que eles são as únicas lideranças dos mesmos, mas que eles obtiveram destaque por representá-los nas eleições de 2018 e que ainda constituem personagens significativos para a política estadual justamente por conta do recurso partidário que mobilizam. Assim sendo, foi optado por não nomear os agrupamentos para não cometer falhas para com a atual composição, tendo em vista que ela é totalmente fluida. Isto posto, partindo do nível estadual, os agrupamentos se formam através dos grupos que são mobilizados a nível municipal, valendo-se assim dos partidos que estes últimos acabam por controlar, possibilitando uma maior dinamização das redes de base familiar, pois consegue alcançar mais espaços e territórios pelo interior do Estado, como será possível identificar no tópico que se segue.

3.4 – “O INTERIOR MAIS FORTE”: QUAIS MUNICÍPIOS SE DESTACAM?

A frase que mencionada no título deste subtópico foi retirada do slogan de campanha de um dos deputados do universo empírico dessa tese. Por muito tempo, a capital sergipana esteve no centro das relações políticas no estado, principalmente por conta da expansão de determinadas famílias e grupos, a exemplo dos Rollemberg e Franco, mencionados no capítulo 2. Dentro do contexto brasileiro, essa característica da parentela nunca foi algo presente somente no Nordeste ou até mesmo somente em Sergipe.

O ponto principal enquanto aspecto das redes de base familiar é a questão da reciprocidade. Os estudos sobre interação social desde Weber até a Sociologia atual podem ser

retomados para demonstrar como a reciprocidade é importante no que tange as relações sociais. Entretanto, no que concerne aos estudos que Queiróz (1976) e Lewin (1993) produziram, é importante ter conhecimento de que a reciprocidade se dava além da família nuclear, como foi mencionado desde o início dessa Tese. No contexto sergipano, com a passagem da parentela para uma nova forma de redes de base familiar, foram surgindo outras famílias e pequenos grupos que foram conseguindo destaque, principalmente no que tange ao interior sergipano. Além da entrada do PT no governo do Estado, novos atores apareceram dando outra roupagem aos grupos políticos, dinamizando mais ainda as redes de relações. A partir das eleições de 2010 fomos vendo algumas alterações no cenário político sergipano principalmente no que concerne ao legislativo estadual.

O interior do Estado sempre esteve subjugado aos grupos da capital desde a ditadura militar; as relações não mudaram com a redemocratização, tendo em vista que esses grupos só adquiriram mais poder político, como vimos com a Família Alves. Com o passar das eleições e com a própria dinâmica da política, a diversificação de estratégias, redes e recursos foram despontando, possibilitando então que os grupos do interior fossem ocupando cada vez mais seu espaço no quadro sergipano.

Importante salientar também que devido a história político-partidária sergipana, existe o interesse por querer interiorizar determinados elementos como a constância da hegemonia dos grupos Franco e Alves. Entretanto, foi visto como esse imediatismo de que determinados recursos não seguem necessariamente nessa perspectiva. Ter um recurso não significa sucesso ao usá-lo, haja vista que dissolve o ponto de vista de que os recursos possuem ações instintivas, ou seja, que eles por si só produzem um resultado esperado; essas especificidades só valem dentro do contexto dos agrupamentos.

Sendo assim, alguns conseguiram se sobressair ao conquistar cargos e acrescentar outros atores; outros reconheceram o momento de parar para não perder o que já havia conquistado, logo, dá-se nova roupagem aos grupos. Para poder identificar quais são os municípios do interior que vem se destacando na conjuntura, parto do universo empírico da tese. Os deputados eleitos para a Assembleia Legislativa e para a Câmara dos Deputados nas eleições de 2014 e 2018 dá abertura para encontrar pontos importantes para apontar esses municípios e consequentemente, suas redes político-partidárias. Pelos quadros já trazidos nesse capítulo, foram identificados alguns territórios onde os deputados mais tiveram destaque.

Todavia, como estão concentrados os colégios eleitorais? Por haver vários grupos se faz importante fazer questionamentos como esse tendo em vista a necessidade de divisão do eleitorado, principalmente se houver vários nomes grandes disputando por um mesmo cargo e

ainda, se são do mesmo agrupamento ou não. Para ajudar a ilustrar, recorreremos aos mapas de cada território pois dessa maneira, poderemos discernir que parte desses territórios estão mais voltados a determinado grupo ou família.

Atualmente, o Estado de Sergipe possui 1.562.627 eleitores aptos segundo levantamento do TRE em 2018, representando pouco mais de 1% do total nacional. É interessante observar que esse número não quer dizer necessariamente que são residentes no estado. Dando início às análises, começamos assim com o território do Alto Sertão Sergipano, que concentra 7 municípios ao total: Canidé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha. Com um total de 115.973 eleitores, o Alto Sertão representa na faixa de 7,4% do total sergipano.

Mapa 5 – Alto Sertão Sergipano



Mapa: QGIS

O território atualmente tem como representante o deputado estadual Jeferson Andrade (PSD), natural do município de Nossa Senhora de Lourdes, onde obteve 1.589 votos em 2018 e 1.345 votos em 2014. Por mais que seja um número pequeno, o eleitorado está bastante concentrado na base eleitoral do herdeiro de Ulices Andrade. Além dela, Jeferson tem bastante representatividade em Canidé de São Francisco, onde conseguiu arrematar 1.619 votos, dividindo o colégio eleitoral com o Breno “Silveira” Martins, genro do ex-deputado federal Almeida Lima, que recebeu 1.729 votos e com Jairo de Glória (PRB), com 1.183 votos. Este

último foi eleito deputado estadual em 2014 com 11.401 só no município, é residente e liderança Nossa Senhora da Glória, mas tendo uma caída na representação recebendo então 5.320 votos em 2018, e não alcançando a reeleição. Jeferson recebeu 1.733 votos crescendo em comparação a 2014 onde recebeu 822 votos.

Ambas as votações dos deputados do PRB e PSD no último pleito se devem também à candidatura da deputada estreante Janier Mota (PR). Apesar de não ser residente do município, a legisladora cresceu na cidade juntamente com sua família, quebrando assim um pouco da hegemonia dos dois experientes deputados. Além de Glória, Jeferson Andrade e Jairo de Glória dividiram o colégio eleitoral de Gararu: o primeiro com 1.038 e o segundo com 923 votos. Em Monte Alegre, Jairo conseguiu manter o favoritismo com 1.326 votos, porém, disputando com a candidata Maisa Mitidieri (PSD), que conseguiu 1.040 votos, votação essa que nem o seu pai Luiz Mitidieri (PSD) conseguiu em 2014, tendo somente 18 votos. Em seguida vem Janier Mota com 904 votos e Jeferson Andrade com 444 votos. O colégio eleitoral de Poço Redondo acabou por dar preferência à herdeira de Luiz, confiando então 2.146 votos, que ampliou os 713 votos recebidos por ele, e em seguida, veio o deputado e apresentador Gilmar Carvalho (PSC) com 2.028. Sua atuação também foi reconhecida no colégio eleitoral de Porto da Folha com 2.121 votos, seguido pelo deputado Zezinho Guimarães (MDB) com 1.945 votos.

QUADRO 17: Colégios eleitorais e eleitores aptos do Alto Sertão Sergipano

Colégio Eleitoral	Eleitores Aptos 2014	Eleitores Aptos 2018	Crescimento de Eleitores
Canidé de São Francisco	20.813	22.724	1.911
Gararu	8.120	8.760	640
Monte Alegre de Sergipe	9.508	10.965	1.457
Nossa Senhora da Glória	23.325	26.014	2.689
Nossa Senhora de Lourdes	5.049	5.532	483
Poço Redondo	17.468	19.761	2.293
Porto da Folha	16.693	22.217	5.524
Total	100.976	115.973	14.997

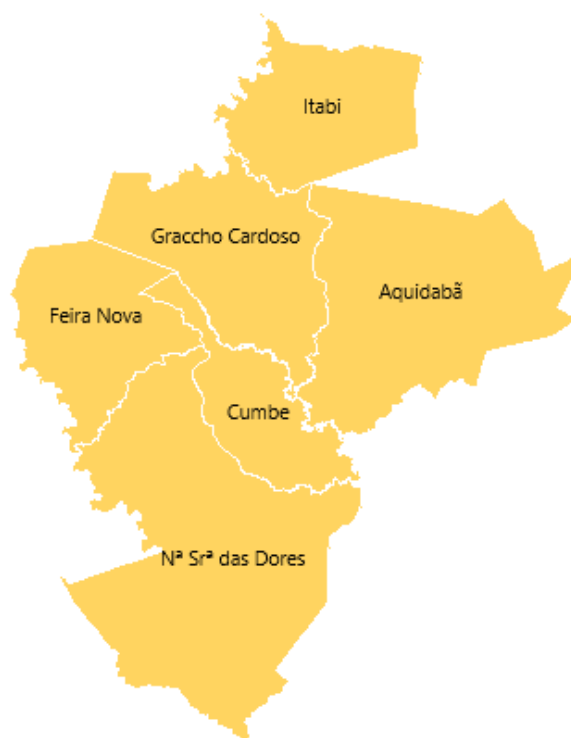
Fonte: Estatísticas Eleitorais – TRE/SE

Dessa maneira, o território do Alto Sertão Sergipano tem suas representatividades no grupo dos Andrade e Mitidieri que dividem o espaço do PSD como será demonstrado no próximo capítulo mais detalhadamente. Ao total, os colégios eleitorais tiveram um crescimento de 14.997 eleitores aptos entre as duas eleições estaduais. Essa também é uma das

características que possibilitaram a ampliação dos votos entre os principais nomes do Alto Sertão. É validada também a evidência da política de grupos e do recurso familiar como estratégia de manutenção da carreira político-profissional.

O segundo território a ser analisado é o Médio Sertão Sergipano que compreende 6 municípios: Aquidabã, Cumbe, Feira Nova, Itabi, Graccho Cardoso e Nossa Senhora das Dores. Ele fica entre os territórios do Alto Sertão e Baixo São Francisco. Possuindo 54.821 eleitores, o território teve um crescimento de 4.852 eleitores em comparação a 2014 quando tinha 49.969; atualmente representa em torno de 3,5% do eleitorado estadual.

Mapa 6 – Médio Sertão Sergipano



Mapa: QGIS

Apesar de não haver um representante direto do território, o Médio Sertão também faz parte da atual base eleitoral do agrupamento dos Andrade e Mitidieri. Os deputados do PSD conseguiram ampliar o seu eleitorado, dividindo assim os pequenos colégios eleitorais com outros deputados. Aquidabã e Graccho Cardoso são os únicos municípios onde Jeferson e Maisa não possuem vantagem eleitoral. O primeiro município teve à frente em 2018 o deputado Francisco Gualberto (PT) com 2.549 votos, enquanto Jeferson Andrade e Maisa Mitidieri tiveram 828 e 651 votos respectivamente. Em 2014 os dois primeiros colocados foram Silvia

Fontes (PDT) com 1.939 votos e Augusto Bezerra (PHS) com 1.308 votos, enquanto Jeferson Andrade conseguiu 650 votos; demonstra como o mandato possibilitou um aumento significativo na cidade. O ex-deputado Augusto Bezerra não repetiu o feito por ter sido condenado e preso por desvio de verbas de subvenção da Alese no mesmo caso que também levou à prisão do ex-deputado Paulinho da Varzinhas Filho. Já em Graccho Cardoso, a representatividade de Jeferson Andrade cresceu pouco, de 273 para 318 votos. O mais votado foi o deputado Luciano Pimentel (PSB) com 960 votos em 2018, mas com uma leve redução de votos em comparação aos 1.143 do pleito de 2014.

Os colégios eleitorais de Cumbe e Itabi são, respectivamente, os dois menores colégios eleitorais do território em questão, mas que deram a preferência para os deputados do PSD. Jeferson Andrade saiu na frente em ambos os municípios com 714 votos em Cumbe e 430 votos em Itabi. Porém, seus números também caíram em relação às eleições de 2014 tendo em vista o aparecimento de sua colega partidária; Maisa Mitidieri alcançou 375 votos em Cumbe, um resultado bastante promissor levando em consideração os 14 votos que seu pai tinha alcançado em 2014, e em Itabi com 384 votos, 99 a mais que o patriarca dos Mitidieri.

A deputada estreante conseguiu estar à frente nos resultados dos colégios eleitorais de Feira Nova e Nossa Senhora das Dores. No primeiro colégio eleitoral, Maisa conseguiu 532 votos, superando o resultado de seu pai com 327 votos. No segundo colégio, o resultado foi mais expressivo com 2.889 votos, mais que a soma dos votos de Jeferson Andrade e seu pai Luiz Mitidieri em 2014 com 984 e 871 respectivamente e mesmo enfrentando o ex-prefeito do município João Marcelo Montarroyos Leite com 2.642 votos.

Com os dados apresentados, fica destacada a participação efetiva de Maisa Mitidieri com o objetivo de também conquistar o seu espaço, mesmo tendo “herdado” de seu pai a cadeira de deputada na Assembleia Legislativa. Exemplifica também que, por mais que haja na família a carreira política como norteadora, não é sinônimo de vitória garantida. Abaixo segue o quadro dos eleitores aptos no território em questão.

QUADRO 18: Colégios eleitorais e eleitores aptos do Médio Sertão Sergipano

Colégio Eleitoral	Eleitores Aptos 2014	Eleitores Aptos 2018	Crescimento de Eleitores
Aquidabã	14.401	15.613	1.212
Cumbe	3.363	3.858	495
Feira Nova	4.859	5.491	632
Itabi	4.075	4.392	317
Graccho Cardoso	5.149	5.581	432

Nossa Senhora das Dores	18.122	19.886	1.764
Total	49.969	54.821	4.852

Fonte: Estatísticas Eleitorais – TRE/SE

O território do Baixo São Francisco é o terceiro a ser analisado. Ao lado do Agreste Central, compreende o maior número de municípios do estado sergipano com 14 ao total: Amparo do São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Patacuta, Propriá, Santana de São Francisco, São Francisco, Telha. É banhado pelo Rio São Francisco e pelo Oceano Atlântico. Os 14 colégios eleitorais compreendem atualmente 102.739 eleitores, representando assim 6,5% do total sergipano.

Mapa 7 – Baixo São Francisco



Mapa: QGIS

Dentre os deputados eleitos, temos como representante indireto o Dr. Vanderbal (PSC). Menciono o “indireto” devido ao fato da sua esposa e atual conselheira do TCE do estado ter sido prefeita do município de Japoatã durante a década de 1990, antes de se lançar como deputada estadual. É nesse território que Dr. Vanderbal passa a ter uma maior representação no sentido de ter alcançado mais colégios eleitorais entre 2014 e 2018. A começar pelo melhor

colégio eleitoral do território, o município de Amparo do São Francisco, o deputado do PSC subiu de 367 para 516 votos; seguido por Adailton Martins (PSD) com 200 votos e Jeferson Andrade com 169, tendo uma queda de 80 votos em relação aos dois pleitos.

Em Brejo Grande, Dr. Vanderbal precisou dividir espaço com o ex-prefeito de Nossa Senhora das Dores, João Marcelo Montarroyos (PTC) que levou 958 votos enquanto que o primeiro alcançou 787 votos. Em 2014, o cenário era diferente: Jeferson Andrade tinha arrematado 1.206 votos, seguido pelo ex-colega de partido Gustinho Ribeiro com 886, enquanto Dr. Vanderbal só tinha conseguido 448 votos. No município de Telha, Vanderbal acabou perdendo a sua hegemonia conquistada em 2014 com 708 votos, caindo para 426 votos em 2018, dando o primeiro lugar para Jeferson Andrade que conquistou 804 votos

Os colégios eleitorais de Ilha das Flores e Japoatã deram preferência para o médico. No primeiro com 875 votos, mesmo tendo caído dos 1.190 votos de 2014, continuou à frente de Jeferson Andrade com 621 votos e Georgeo Passos (REDE) com 268 votos em 2018. No segundo colégio mencionado, o deputado do PSC disputou os votos com os dois Mitidieris: em 2014 levou 3.181 contra 1.180 de Luiz e em 2018 levou 2.946 contra 1.208. Mesmo tendo perdido votos, possivelmente para a deputada Maisa, conseguiu continuar à frente no município que já foi representado pela sua esposa na Alese.

Já os municípios de Canhoba, Cedro de São João, Malhada dos Bois, Muribeca, Pacatuba e São Francisco deram maior vantagem a Jeferson Andrade; em 2018, o deputado conseguiu 900, 780, 560, 1.079, 1.263 e 333 votos respectivamente. Foi em Canhoba que o nome do estreante Rodrigo Valadares (PTB) surgiu conseguindo 635 votos, ocupando o segundo lugar que tinha sido ocupado pelo ex-deputado Augusto Bezerra que também tinha alcançado os mesmos 635 votos.

Em Cedro de São João, Jeferson aumentou o seu eleitorado em 538 votos, pouco mais que os números que Augusto Bezerra tinha conquistado; em Muribeca, Jeferson superou os 695 votos do ex-deputado. Já em Malhada dos Bois, seus 560 votos não superaram a mais votada do colégio eleitoral Conceição Vieira (PT) com 910 votos, porém, esteve à frente no município. Pacatuba continuou dando a preferência a Jeferson Andrade com os 1.263 votos, um pouco menos que os 1.535 conquistados em 2014; esteve à frente de Francisco Gualberto (PT) com seus 842 e 698 votos e de Dr. Vanderbal com 612 e 647 votos nos dois pleitos respectivamente.

Somente os municípios de Neópolis, Propriá e Santana do São Francisco não deram espaços prioritários aos agrupamentos familiares. Dr. Vanderbal conseguiu uma pequena votação em Neópolis com 942 votos, sendo o terceiro mais votado no município e em Santana

do São Francisco com 361 votos; este último continuou com o deputado Francisco Gualberto como o principal com 883 votos.

Devido ao seu tamanho, fica difícil somente um grupo ter o controle de todo o território. Assim, vemos a divisão entre o grupo de Jeferson Andrade, aliado do governador Belivaldo Chagas e o de Dr. Vanderbal, aliado de Eduardo Amorim (PSDB).

QUADRO 19: Colégios Eleitorais e eleitores aptos no Baixo São Francisco

Colégio Eleitoral	Eleitores Aptos 2014	Eleitores Aptos 2018	Crescimento de eleitores
Amparo do São Francisco	2.342	2.586	244
Brejo Grande	5.732	6.352	620
Canhoba	3.827	4.217	390
Cedro de São João	4.500	4.910	410
Ilha das Flores	6.498	7.051	553
Japoatã	9.599	10.362	763
Malhada dos Bois	3.349	3.788	439
Muribeca	6.056	6.702	646
Neópolis	13.133	13.933	800
Pacatuba	10.060	11.123	1.063
Propriá	19.067	19.508	441
Santana do São Francisco	5.032	5.473	441
São Francisco	3.237	3.499	262
Telha	2.870	3.235	365
Total	95.302	102.739	7.437

Fonte: Estatísticas Eleitorais – TRE/SE

O quarto território representa o Leste Sergipano que conta com 9 municípios: Capela, Carmópolis, Divina Pastora, General Maynard, Japaratuba, Pirambu Rosário do Catete, Santa Rosa de Lima e Siriri. Possui 83.964 eleitores aptos, representando 5,4% do total de eleitores em Sergipe.

Mapa 8 – Leste Sergipano



Mapa: QGIS

Diferentemente dos outros territórios já analisados, não existe uma hegemonia representativa de grupos familiares na Assembleia Legislativa do estado no Leste Sergipano. Os municípios de Capela, Carmópolis e Pirambu tiveram as suas maiores votações para candidatos que somente ficaram na suplência. No maior colégio eleitoral do território, o município de Capela, Dr. Vanderbal conseguiu a segunda melhor votação com 1.588 votos, e em 2014 quem conseguiu essa posição foi o ex-deputado Venâncio Fonseca com 1.010 votos.

No segundo maior colégio eleitoral, Carmópolis, quem obteve a segunda melhor votação foi Maisa Mitidieri com 902 votos, sendo Augusto Geambastiane (popularmente conhecido como Pinha Motos) do PRP o mais bem votado no município com 2001 votos, tendo em vista o seu mandato de vereador que lhe proporcionou essa votação; em 2014, o pai de Maisa Mitidieri quem tinha alcançado o primeiro lugar com 2.832 votos, seguido pelo ex-deputado Reinaldo Moura (PSC) com 958 votos.

O município de Pirambu deu as duas primeiras posições a candidatos que não conseguiram se eleger tanto em 2014 como em 2018. Isso demonstra que, apesar de os candidatos conseguirem uma boa votação, precisam expandir a sua base eleitoral, como foi o caso de Reinaldo Moura em 2014.

Já os municípios de Divina Pastora, Rosário do Catete e Santa Rosa de Lima deram prioridade aos candidatos de grupos familiares. O colégio eleitoral responsável por 6.673 eleitores ficou entre Jeferson Andrade e Dr. Vanderbal em 2018, enquanto em 2014 ficou entre Jeferson Andrade e Silvia Fontes (PDT). Rosário do Catete abriu as portas para Georgeo Passos

(REDE) conseguir 497 votos, também seguido por Dr. Vanderbal com 435 votos enquanto em 2014 o mais bem votado no município tinha sido Gustinho Ribeiro (PSD) com 686 votos. O terceiro menor colégio eleitoral, Santa Rosa de Lima, continuou tendo Jeferson Andrade como o preferido para estadual: em 2018 com 367 votos e em 2014 com 358 votos.

Dois municípios do Leste Sergipano optaram por não contribuir para os grupos familiares: General Maynard deu a melhor votação para Francisco Gualberto (PT) lhe dando 252 votos enquanto em 2014 dava ao ex-deputado Augusto Bezerra 221 votos. Japaratuba deu 1.888 votos de seus 13.908 totais a Adailton Martins. Somente Siriri que a segunda votação foi para a família Mitidieri: em 2018 para Maisa conseguindo 459, superando os 108 votos que seu pai Luiz Mitidieri alcançou em 2014. Ambos os pleitos tiveram a preferência por Luciano Pimentel: 669 votos em 2018 e 670 em 2014.

QUADRO 20: Colégios eleitorais e eleitores aptos no Leste Sergipano

Colégio Eleitoral	Eleitores Aptos 2014	Eleitores Aptos 2018	Crescimento de Eleitores
Capela	21.702	24.299	2.597
Carmópolis	12.835	13.196	361
Divina Pastora	3.397	3.673	276
General Maynard	2.270	2.603	333
Japaratuba	12.414	13.908	1.494
Pirambu	6.594	7.794	1.200
Rosário do Catete	7.705	8.315	610
Santa Rosa de Lima	3.469	3.831	362
Siriri	5.660	6.345	685
Total	76.046	83.964	7.918

Fonte: Estatísticas Eleitorais – TRE/SE

Seguindo então com o quinto território de Sergipe, o Agreste Central também conta com 14 municípios: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo. Ao total, possui 187.299 eleitores aptos ao voto, representando em torno de 12% do eleitorado sergipano com uma concentração maior no colégio eleitoral de Itabaiana.

Mapa 9 – Agreste Central



Mapa: QGIS

Ao falar em Agreste Central, os olhos sempre se voltam para o município de Itabaiana, principalmente devido ao peso político-histórico do município. Os pleitos de 2014 e 2018 representam as mudanças nas disputas eleitorais e o direcionamento dos grupos não só na Capital Nacional do Caminhão, mas no restante do território. É o território com maior número representativo na Assembleia Legislativa, no total de 4 deputados: Talysson de Valmir (PR), Luciano Bispo (MDB), Maria Mendonça (PSDB) e Georgeo Passos (REDE). O deputado estreante Talysson de Valmir (PR) conseguiu liderar as urnas em 7 colégios eleitorais: Areia Branca, Campo do Brito, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita e Pinhão. Em outros seis colégios, ocupou a segunda ou terceira melhor votação: Carira, Frei Paulo, Nossa Senhora Aparecida, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo.

Somente em Pedra Mole, menor colégio eleitoral do território do Agreste Central, que não houve votação expressiva. A começar por ele, em 2014 e 2018 o ex-deputado Venâncio Fonseca levou a melhor votação, apesar de não ter sido reeleito: 732 e 417 votos respectivamente. Foi seguido por Maria Mendonça com 434 votos e por Luciano Bispo com 392 votos, sendo estes dois últimos grandes nomes da política partidária de Itabaiana.

Em Areia Branca e em Itabaiana houve a disputa direta dos 3 representantes itabaianenses. No primeiro colégio em 2018, Talysson de Valmir conseguiu 2.913 votos, seguido por Luciano Bispo com 1.887 e Maria Mendonça com 613 votos. Em 2014 o cenário era diferente: Maria Mendonça com 1.514 votos, Luciano Bispo com 1.324 votos e em terceiro veio Paulinho da Varzinhas Filho com 708 votos. No segundo colégio a diferença foi

contrastante: Talysson alcançou 17.220 votos, Luciano com 14.560 votos e Maria somente com 7.960, totalmente diferente de 2014, onde essa tinha alcançado os incríveis 20.999 votos e Luciano Bispo com os 18.419. Já com o resultado em Itabaiana se vê claramente a perda da hegemonia da experiente deputada, diferentemente do deputado emedebista que conseguiu manter boa parte do seu eleitorado no município.

Em Campo do Brito, Talysson de Valmir alcançou 2.339 votos, seguidos pelos 940 votos de Maria Mendonça e 755 votos de Jeferson Andrade. Em 2014, Venâncio Fonseca ficou com a primeira posição com 1.633 votos seguido também por Maria Mendonça com 1.068 votos. O colégio eleitoral de Malhador possibilitou a Talysson superar os 1307 votos de Maria Mendonça nas eleições de 2014 conseguindo assim 1.399 votos. Em Macambira, Jeferson Andrade tinha preferência, tendo conseguido 1.084 votos, tendo caído para 511 votos em 2018 com a chegada do deputado do PR que alcançou 1.111 votantes. Em Moita Bonita com 1.632 seguido por Georgeo Passos com 797 votos; em 2014, as duas primeiras posições tinham ficado a cargo de Silvia Fontes (PDT) com 1.505 votos e Maria Mendonça com 900 votos. O último município o qual Talysson obteve o primeiro lugar foi Pinhão que em 2014, Luciano Bispo e Maria Mendonça tinham a preferência com 755 e 522 votos respectivamente. Talysson então conseguiu 1.436 votos, deixando Maria Mendonça somente em terceiro lugar com 276 votos.

O deputado experiente do MDB somente obteve liderança no colégio eleitoral de Frei Paulo com 3.021 votos, diferentemente de 2018 onde somente havia chegado ao quinto mais bem votado no município com 423 votos. Talysson e Jeferson vieram em seguida com 2.256 e 548 votos, este último tendo seu eleitorado reduzido em comparação ao pleito estadual anterior. Em 2014, os melhores resultados foram do ex-deputado Almeida Lima com 1645 votos e Jeferson Andrade com 808 votos.

O colégio eleitoral de Carira continuou dando preferência aos Mitidieri: em 2014 Luiz Mitidieri levou 3.319 votos enquanto sua filha conseguiu 2.250 votos em 2018. O primeiro foi seguido por Maria Mendonça com 1.632 votos e a segunda por Talysson de Valmir com 1.572 votos. Já São Domingos permaneceu fiel ao ex-deputado Venâncio Fonseca: em 2014 lhe concedeu 1.862 votos e no pleito seguinte 1.413 votos. Enquanto em 2014 Gustinho Ribeiro recebeu 1.728 votos, em 2018 Luciano Bispo e Talysson dividiram esses votos do deputado lagartense: 981 e 672 votos respectivamente.

Os três últimos colégios eleitorais a seguir tiveram como prioridade o nome de Georgeo Passos, que tentava a sua primeira reeleição para dar continuidade aos seus trabalhos como legislador estadual. O município de Ribeirópolis, sua cidade natal, permaneceu como sua principal base eleitoral, mesmo tendo perdido alguns eleitores: de 4.253 para 3.863 votos. Em

2018, Talysson ocupou o segundo nome no município com 1.336 votos enquanto anteriormente a preferência tinha ido para o deputado Zezinho Guimarães (MDB) com 2.006 votos. Nossa Senhora Aparecida possibilitou um pequeno aumento nos votos a Georgeo: de 1.216 para 1.261. Seguidamente, veio Zezinho Guimarães com 1.043 votos, Jeferson Andrade aumentou de 424 para 1.101 votos, enquanto em 2018 Talysson ocupou a terceira posição com 603 votos. Finalizando o território do agreste, temos São Miguel do Aleixo que em 2014 tinha dado 485 votos a Jeferson enquanto para George somente 155 votos, ocupando o sexto nome. Diferentemente de 2018 com Georgeo conseguindo 1.197 votos seguido por Talysson com 226.

Somente em 4 anos de diferença, percebe-se que a política pode mudar completamente. Modificar a estrutura dos grupos políticos nos municípios onde há uma grande tradição não é algo fácil de se conseguir. Entretanto, quando o trabalho político feito no âmbito municipal, as estratégias mobilizadas, podem fazer muita diferença. Talysson de Valmir tinha ao seu lado o executivo itabaianense chefiado por seu pai. Mas, e os outros colégios eleitorais que Talysson conseguiu desbancar os dois principais nomes políticos do agreste? Também se deve ao município de Itabaiana, porque além de reduto político, é um dos principais centros econômicos de Sergipe. Isso consideravelmente possibilita a conquista de mais eleitores para a construção e manutenção da base eleitoral do deputado estreante.

QUADRO 21: Colégios eleitorais e eleitores aptos do Agreste Central

Colégio Eleitoral	Eleitores Aptos 2014	Eleitores Aptos 2018	Crescimento de Eleitores
Areia Branca	11.903	13.097	1.194
Campo do Brito	13.230	13.994	764
Carira	15.230	16.388	1.158
Frei Paulo	11.052	12.053	1.001
Itabaiana	60.078	66.769	6.691
Macambira	5.522	6.055	533
Malhador	8.924	9.425	501
Moita Bonita	8.343	8.947	604
Nossa Senhora Aparecida	6.632	6.966	334
Pedra Mole	2.847	3.065	218
Pinhão	4.961	5.161	200
Ribeirópolis	13.047	13.645	598
São Domingos	7.384	7.921	537
São Miguel do Aleixo	3.248	3.813	565
Total	172.401	187.299	14.898

Fonte: Estatísticas Eleitorais – TRE/SE

Outro território sergipano que segue a mesma linha que o Agreste Sergipano é o Centro Sul, que comporta 5 municípios: Lagarto, Riachão do Dantas, Poço Verde, Simão Dias e Tobias Barreto. Grandes nomes da política sergipana saíram desses municípios, além de grandes figuras históricas como o próprio Tobias Barreto, Silvio Romero e Laudelino Freire, esses dois últimos, filhos de Lagarto. Com 178.706, representa 11,5% do eleitorado sergipano.

Mapa 10 – Centro Sul Sergipano



Mapa: QGIS

O terceiro maior colégio eleitoral do estado de Sergipe se encontra no município de Lagarto, atualmente leva o nome de “Capital do Interior”, slogan da atual gestão do executivo. Seria o segundo município do interior com maior representação legislativa de Sergipe: Goretti Reis (PSD) e Ibrain Monteiro (PSC). Mas se levarmos em consideração os deputados federais, Lagarto se coloca à frente, com Fábio Reis e Gustinho Ribeiro. As maiores votações tanto de 2014 como em 2018 pertenceram aos Monteiro: Valmir Monteiro conseguiu 18.793 votos e seu filho Ibrain Monteiro conseguiu 15.639 votos. Ambos foram seguidos por Goretti Reis, uma das deputadas mais experientes que ainda se encontram na Alese, que contou em 2014 com 12.184 votos e em 2018 com 12.173 votos. Gustinho Ribeiro tinha alcançado 5.633 votos, número pequeno em relação aos seus conterrâneos, e em 2018 quem ficou com a terceira votação lagartense foi a deputada estreante Diná Almeida (Pode) com 1.126.

Foi em Lagarto que Diná Almeida conseguiu sua segunda maior votação no território do Centro Sul, sendo a sua maior na sua terra natal Tobias Barreto com 10.318 votos, pouco

menos que o seu marido e atual prefeito do município Diógenes Almeida que tinha conseguido 10.668 votos, tendo ficado na suplência. Porém, a deputada ficou em segundo, seguindo o deputado Dilson de Agripino (PPS) que levou 14.530 votos.

Os colégios eleitorais de Poço Verde e Simão Dias contribuíram para eleger o também estreante Rodrigo Valadares (PDT). No primeiro, o filho do falecido ex-deputado federal Pedrinho Valadares conseguiu 2.034 votos, sendo que em 2014 a maior votação tinha ido para Gustinho Ribeiro (PSD). No segundo, Valadares conseguiu a segunda maior votação com 2.644 votos, sendo que o primeiro não chegou a ser eleito, o qual tinha levado 3.041 votos; em 2014, quem havia conseguido a preferência dos simão-dienses tinha sido Luciano Pimentel com 3.868 votos. Assim como os outros territórios, os Mitidieri conseguiram manter sua presença no Centro Sul com pelo menos um colégio eleitoral. Riachão do Dantas deu a Mitidieri pai 1.870 votos em 2014, seguido por Gustinho Ribeiro com 1.509 votos. Em 2018 Maisa superou mais uma vez o patriarca, conseguindo assim 2.638 votos, seguida por Gilmar Carvalho.

Diferentemente dos outros territórios, o Centro Sul Sergipano não possui hegemonia de grupos familiares, como por exemplo no Agreste Central. Entretanto, cada município possui as suas próprias dinâmicas, o que possibilita uma rede de relações mais segura para os que já se encontram há mais tempo na política partidária.

QUADRO 22: Colégios eleitorais e eleitores aptos no Centro Sul Sergipano

Colégio Eleitoral	Eleitores Aptos 2014	Eleitores Aptos 2018	Crescimento de Eleitores
Lagarto	66.282	72.228	5.946
Riachão do Dantas	14.994	16.298	1.304
Poço Verde	16.693	18.180	1.487
Simão Dias	13.733	33.832	20.099
Tobias Barreto	34.370	38.168	3.798
Total	146.072	178.706	32.634

Fonte: Estatísticas Eleitorais – TRE/SE

Chegando no território de maior concentração de eleitores do estado, a Grande Aracaju possui 9 municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão. Possui os dois maiores colégios eleitorais do estado: Aracaju com 407.888 e Nossa Senhora do Socorro com 103.308 eleitores. O total de 662.551 representa na faixa de 42% do eleitorado sergipano.



Mapa: QGIS

O território em questão é o que acaba mais se diferenciando em relação ao padrão estabelecido pelos outros já discutidos. Somente dois municípios permaneceram com os mesmos grupos familiares: Maruim e Riachuelo. O colégio eleitoral de Maruim confiou a Luiz Mitidieri 1.158 votos, seguido por Silvia Fontes com 813 votos nas eleições de 2014; já em 2018, Maisa Mitidieri passa o seu pai ao conseguir 1.266 votos, seguida pelo estreante na Alese Ibrain Monteiro com 602 votos. O segundo município confiou o primeiro lugar a Jeferson Andrade: em 2014 com 692 votos e em 2018 com 714 votos. Além dele, Garibalde Mendonça também continuou como segunda opção: 432 e 634 nos respectivos anos eleitorais.

Jeferson também conseguiu espaço em dois outros municípios, porém como segundo nome; Itaporanga d'Ajuda lhe repassou 1.155 votos, seguindo a ex-prefeita Gracinha Garcez (PMDB) que conseguiu 7.843 votos que permaneceu na suplência, um feito que não tinha acontecido em 2014, pois o ex-prefeito Cesar Mandarinó – também suplente – e Gustinho Ribeiro conseguiram os dois primeiros postos no município: 5.383 e 2.943 votos respectivamente. Em Laranjeiras, Jeferson Andrade acabou por disputar com os 3.799 votos de Zezinho Sobral (Pode) em 2018, tendo conseguido menos que em 2014: 1.948 e 3.562 votos. O deputado Zezinho Sobral vem de uma família de políticos do município de Laranjeiras, onde seus pais e um avô foram prefeitos do município. Porém, sempre atuou no executivo enquanto Secretário.

A capital e suas vizinhas Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro fugiram à essa regra. Aracaju contou com Gilmar Carvalho (PSC) e Iran Barbosa (PT) como preferidos,

dando 14.128 e 14.099 votos respectivamente; em 2014 foram Robson Viana e Garibalde Mendonça que conseguiram as maiores votações com 14.466 e 14.088 votos respectivamente. A Barra dos Coqueiros optou por Adailton Martins (PSD), enquanto em 2014 tinha dado 2.023 votos a Francisco Gualberto (PT). Enquanto isso, em Nossa Senhora do Socorro deu 8.268 votos ao Dr. Samuel Carvalho (PPS) e 5.204 votos a Gilmar Carvalho; em 2014 a ex-deputada Silvia Fontes (PDT) quem tinha levado a maior quantidade de votos no município: 17.166 votos, seguida pelo atual prefeito Padre Inaldo com 9.323 votos.

A primeira capital sergipana, São Cristóvão, possibilitou 2.501 votos a Francisco Gualberto enquanto em 2014 tinha concedido 3.576 votos ao atual prefeito do município, Marco Santana (PMDB) e 2081 votos a Silvia Fontes (PDT). Já Santo Amaro das Brotas teve suas maiores votações para candidatos que ficaram somente na suplência: Pastor Welington (PRB) com 740 votos e Dr. Manuel dos Santos (PSDB) com 600 votos em 2018. Já em 2014, Gustinho Ribeiro e Zezinho Guimarães quem conseguiram os votos: 587 e 576 votos.

As disputas para a Alese tendo como panorama a Grande Aracaju nos mostra como se mostra mais difícil a participação de famílias nos grupos políticos dessas cidades no que concerne à representatividade no legislativo estadual. Todavia, isso não é resultado de que não exista mais grupos familiares. Suas estratégias podem simplesmente estar concentradas nas disputas em torno do executivo municipal ou que passaram a agregar somente como apoio nos bastidores.

QUADRO 23: Colégios eleitorais e eleitores aptos na Grande Aracaju

Colégio Eleitoral	Eleitores Aptos 2014	Eleitores Aptos 2018	Crescimento de Eleitores
Aracaju	389.268	407.888	18.620
Barra dos Coqueiros	17.147	21.122	3.975
Itaporanga d'Ajuda	23.053	25.931	2.878
Laranjeiras	19.440	21.338	1.898
Maruim	11.410	12.220	810
Nossa Senhora do Socorro	93.654	103.308	9.654
Riachuelo	6.980	7.800	820
Santo Amaro das Brotas	7.904	8.655	751
São Cristóvão	50.022	54.289	4.267
Total	618.878	662.551	43.673

Fonte: Estatísticas Eleitorais – TRE/SE

O último território que analisaremos é o Sul Sergipano que compreende 11 municípios: Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Santa

Luzia, Tomar do Geru e Umbaúba. Atualmente, os colégios eleitorais totalizam 191.005 eleitores aptos, compreendendo cerca de 12% do eleitorado sergipano.

Mapa 12 – Sul Sergipano



Mapa: QGIS

Em relação à Grande Aracaju, vemos nesse território uma maior homogeneização das redes de relações e dos nomes do legislativo. Como em todos os outros, os Mitidieri permanecem presentes. Boquim e Santa Luzia do Itanhy repetiram a preferência para a família que mais se encontra presente no estado sergipano. Em 2014, Boquim deu a Luiz Mitidieri 5.047 votos, seguido de outro grande nome do município, o ex-deputado Venâncio Fonseca. Em 2018 a sequência foi a mesma: Maisa Mitidieri com 3.671 votos e Venâncio com 2.255 votos, mas com o aparecimento da estreante Diná Almeida com 777 votos. O município sempre teve os Fonseca como uma das referências políticas a nível local e estadual, além dos próprios Mitidieri. Em Santa Luzia do Itanhy, Luiz Mitidieri conseguiu 1.906 votos, seguido pelo atual prefeito de Estância Dr. Gilson Andrade (PTC) com 1.417 votos. No pleito seguinte, Maisa Mitidieri seguiu com a preferência conseguindo 1.525 votos e logo atrás veio Zezinho Guimarães com 1.010 votos.

No maior colégio eleitoral do território Sul, a preferência ficou com os conterrâneos de Estância: Adriana Leite (PSL) com 8.066 votos e Dr. Carlos Magno Garcia (PSB) com 6.544 votos. Em 2014, o atual prefeito quem conseguiu a maior votação na Cidade Jardim, com

13.876 votos. Arauá foi o único colégio eleitoral em que os dois mais bem votados não foram eleitos: Venâncio Fonseca com 1.064 votos e Breno Martins com 1.014 votos. Em 2014 as melhores votações ficaram com Garibaldi Mendonça com 1.581 votos e Venâncio Fonseca com 761 votos, onde ambos conseguiram ser eleitos.

Pedrinhas, Tomar do Gerú e Umbaúba foram os colégios eleitorais que optaram por Zezinho Guimarães (PPS). No primeiro, Zezinho conquistou 719 votos dividindo o espaço com a estreante Janier Mota (PR) que levou 376 votos, enquanto em 2014, Gustinho Ribeiro e Gilson Andrade tinham levado 736 e 605 votos respectivamente. No segundo, o deputado Zezinho conseguiu 1.174 votos, seguido por Adailton Martins com 904 votos. Reduziu em pouco menos de 1.000 votos em comparação aos resultados de 2014, onde tinha alcançado o número de 2.156 votos, seguido pelo Dr. Gilson Andrade com 1.694 votos. No terceiro, há uma disputa entre o deputado e os Mitidieri: em 2018 Zezinho Guimarães consegue 1.888 votos seguido por Maisa com 1.531. O deputado acabou por desbancar os 1.861 votos conquistados por Luiz, enquanto tinha ficado em segundo com 1.778 votos.

Já em Itabaianinha, o deputado Zezinho Guimarães perdeu a sua hegemonia conquistada em 2014 com os 9.199 votos para a empresária, ex-vice-prefeita e deputada Janier Mota (PR) com os 8.123; acabou por ficar em segundo, mas ainda com uma votação expressiva: 6.654 votos. Perdeu também no município de Cristinápolis: o genro de Almeida Lima levou 2.009 votos seguido por Jeferson Andrade com 1.1697 votos. E por fim, no município de Salgado, enquanto em 2014 o melhor resultado tinha ido para Gustinho Ribeiro (PSD) com 1.978 votos, em 2018 acabou por ir para Ibrain Monteiro (PSC) com 1.805 votos.

QUADRO 24: Colégios eleitorais e eleitores aptos no Sul Sergipano

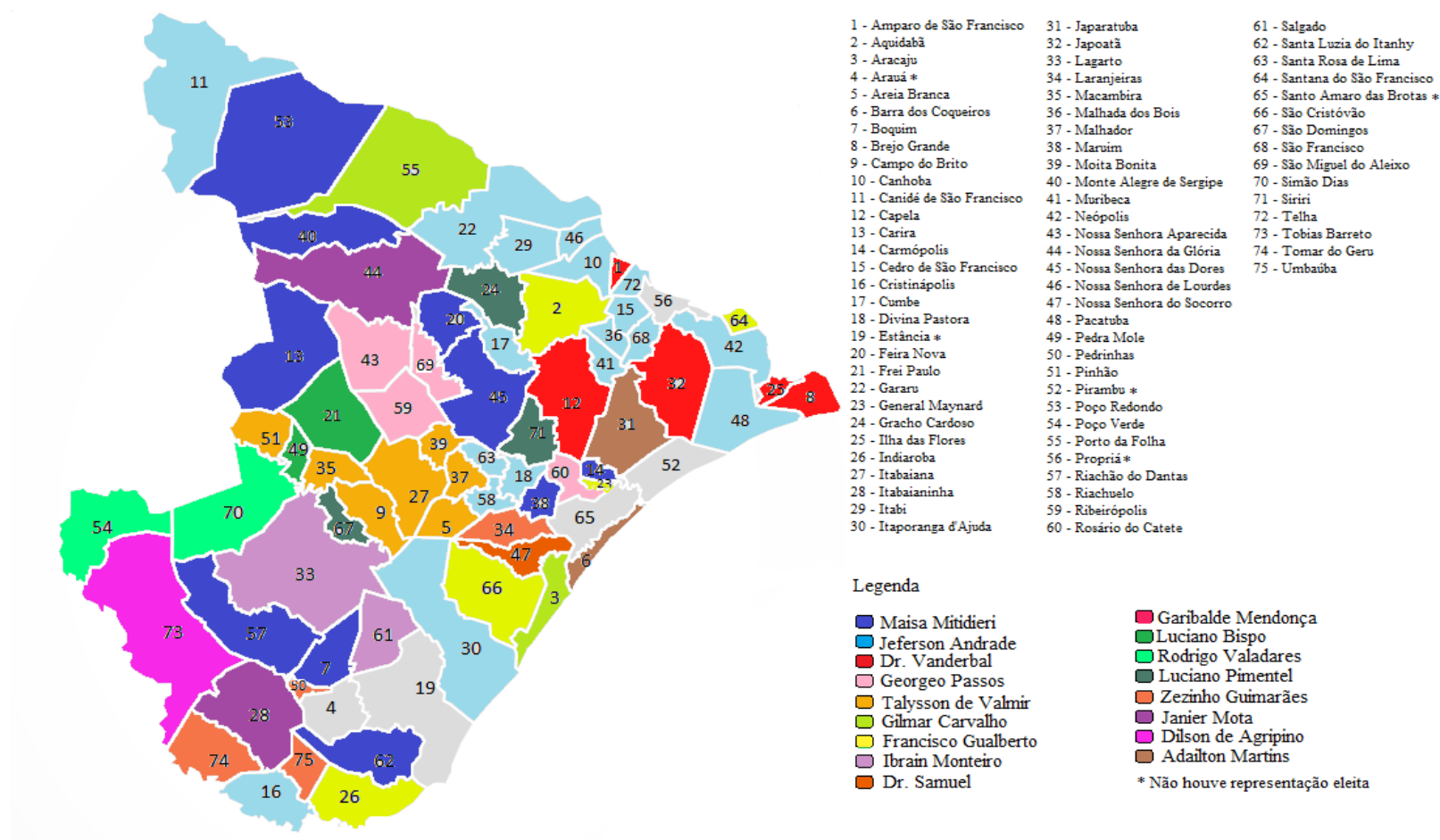
Colégio Eleitoral	Eleitores Aptos 2014	Eleitores Aptos 2018	Crescimento de Eleitores
Arauá	8.432	9.056	624
Boquim	19.258	20.686	1.428
Cristinápolis	11.710	12.938	1.228
Estância	43.026	47.425	4.399
Indiaroba	10.470	11.860	1.390
Itabaianinha	25.890	28.526	2.636
Pedrinhas	6.577	7.233	656
Salgado	13.733	15.228	1.495
Santa Luzia do Itanhhy	9.442	10.407	965
Tomar do Geru	9.335	9.690	355
Umbaúba	16.010	17.956	1.946
Total	173.883	191.005	17.122

Fonte: Estatísticas Eleitorais – TRE/SE

Com as demonstrações acerca dos votos em cada colégio eleitoral do Estado de Sergipe, conseguimos visualizar que não basta somente estar em um agrupamento ou obter o recurso familiar. As estratégias precisam exceder a “zona de conforto” política. Ao mesmo tempo, acabou por demonstrar que uma das possibilidades de manutenção dos grupos no seio do cotidiano da política é apostar em novos atores sem esquecer da velha base eleitoral, tendo em vista, por exemplo, os casos de Maisa Mitidieri, Talysson de Valmir e Ibrain Monteiro.

Vale destacar, porém, que esses novos atores já tinham passado pelo processo de iniciação e imersão na vida política. Ou seja, é necessário um planejamento em que seja uma das prioridades a visualização do futuro do grupo, e quais os caminhos que se pode seguir sem que não coloque em jogo tudo o que o grupo conquistou. Os agrupamentos continuam sendo peça-chave para a manutenção da política mobilizando assim vários atores e recursos que possibilitem a perpetuação de sua dominação, seja a nível municipal ou estadual. Além disso, demonstra também que os partidos possuem grande papel para além da sua institucionalidade e que há sim essa interdependência para que os agrupamentos não sofram mais rachadas dando brechas para a formação de grupos que futuramente possam causar prejuízos políticos.

Mapa 13 – Representatividade por votos dos Deputados Estaduais



Observando os oito territórios sergipanos e as mudanças entre os pleitos de 2014 e 2018, os atores políticos que conseguiram demonstrar uma forte inserção na política partidária, dando meios para a construção e renovação das bases eleitorais foram Jeferson Andrade, Maisa Mitidieri e Talysson de Valmir. Entretanto, os municípios que conseguiram manter a sua representatividade e ainda ampliar os cargos foram Lagarto e Itabaiana; o primeiro divide entre a Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa com dois representantes cada, e o segundo município possui três representantes na Alese, além de um ser o presidente da Casa.

A partir do momento em que os grupos reconhecem que estão em uma posição de desigualdade no que tange aos demais territórios, existe a possibilidade de que, entre si, ajam de acordo com os interesses que encontraram em comum, proporcionando novas alianças e amizades; ao partilhar, a representatividade desses grupos se fortalece. Ou seja, historicamente, os grupos usualmente visualizavam uma situação desigual perante os grupos da Grande Aracaju; ao se colocarem dentro dessa relação dividiram interesses que, como resposta, trouxeram um maior desempenho dos grupos do interior, estimulando o prestígio dos grupos interioranos.

Consequentemente, é necessária a análise de como esses recursos familiares e partidários são mobilizados. Através de quais modelos e padrões esses grupos se constituem? Quais os recursos que se enquadram nas lógicas de atuação dos atores políticos? Em que medida a “tradição” pode contribuir para o sucesso dos grupos? Como são construídas as personificações necessárias para conseguir viabilizar novas alianças dentro das redes de base familiar? Como lidar com a diversificação de possíveis nomes de lideranças dentro de um mesmo grupo? Esses questionamentos serão norteadores para as análises presentes no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – AGRUPAMENTOS, ATORES POLÍTICOS E REDES DE BASE FAMILIAR

Este quarto capítulo tem como objetivo demonstrar a dinâmica dos agrupamentos em relação ao local que os atores políticos se embasam, bem como a mobilização de recursos variados aliados ao recurso familiar, constituindo assim o que tomo como rede de base familiar; ou seja, a discussão gira em torno de como os padrões de recrutamento e lógicas de atuação possibilitam uma dinamização frente aos laços sociais e amizades políticas, além da formação de como esses influenciam nas dinâmicas a um nível estadual e municipal. A partir do levantamento de dados já produzidos, como por exemplo CPDOC, sites dos atores políticos, entrevistas já produzidas, conversas informais, possibilitou a categorização dos agrupamentos existentes em Sergipe, além de que foram identificadas quatro formas de padrão de recrutamento e lógicas de atuação representativa no cotidiano da política, assim com os grupos que se destacam e que contribuem para a atuação dos atores políticos.

Saliento que, nessa Tese, foram encontradas diferenças nos termos “agrupamentos” e “grupos”. Quando é usado o primeiro, refiro-me àqueles que comportam a nível estadual, haja vista a necessidade de relações que compreendam a todo estado sergipano; em relação ao segundo, refiro-me àqueles que conseguem ter uma dinâmica mais fluida ao nível municipal. Ou seja, a dinâmica política sergipana compreende diferenças nos níveis estadual e municipal, onde os grupos necessitam se aliar através da constituição que se dá na rede de base familiar a qual proporciona uma maior adesão, tendo em vista que a fidelidade se colocou como elemento importante no contexto das alianças e amizades políticas. Dessa maneira, os agrupamentos em Sergipe se dividem atualmente em três representados por Belivaldo Chagas (PSD), Valadares Filho (PSB) e Eduardo Amorim (PSDB). Já os grupos que constituem as redes de base familiar são Andrade, Mitidieri, Reis, Ribeiro, Monteiro.

Além dos agrupamentos e dos grupos, os padrões de recrutamento e lógicas de atuação constatados seriam quatro nomeados como: tradicionais, intermediários, matrimoniais e profissionais. O primeiro retrata aqueles que seguem a linha da reprodução familiar e que prezam uma continuidade; o segundo retrata aqueles que apesar de possuírem uma carreira extensa na política, não conseguiram expandir para outros integrantes; já o terceiro padrão foi identificado por aqueles que se valeram do matrimônio como estratégia de ampliação de dominação, e o quarto padrão seriam aqueles que por carregarem uma história familiar, construíram sua imagem política pelo viés institucional.

As contribuições analítica e empírica da constatação desses padrões de recrutamento nos possibilitaram entender a estruturação político-partidária dos grupos políticos em Sergipe. O uso do recurso partidário, do recurso familiar, e a cooptação de atores que venham acrescentar outros elementos nessas redes de relações, viabilizam outras dinâmicas e, consequentemente, acabam influenciando o andamento dessas.

Isto posto, os novos atores acabam sendo incluídos no cotidiano dos grupos; há a possibilidade de serem mera composição de chapa para as eleições estaduais ou se, de fato, venham a contribuir para o crescimento do agrupamento. Alguns casos esse falso pertencimento foi confirmado, pois quando esse agrupamento não consegue mais renovar os seus atores dentro do espaço da base familiar, faz-se necessária a inserção dos agregados com maior potencial para a política partidária estadual saindo assim dos bastidores da política. A aposta por atores que já compõem outros agrupamentos é um risco que os agrupamentos de Valadares Filho e Eduardo Amorim correram nas eleições de 2018.

Além disso, as composições das alianças entre grupos mudam de estratégias de acordo com as demandas, ou melhor dizendo, a partir de que nível se encontre: pensando no contexto estadual ou pensando no contexto municipal. Assim sendo, a dinâmica desses dois níveis possibilita múltiplas composições, pois os propósitos são diferentes, mas isso sempre de acordo com as alianças que os partidos constroem durante todo o processo político, e não somente o que antecede as eleições. Fazer alianças somente nesse período é arriscar todo o processo de construção e consolidação dos grupos como foi o caso de dois agrupamentos.

Constituindo assim o desenvolvimento dos grupos, esses acabam por contribuir para com a formação da imagem do ator político, pois eles acabam atuando a partir dessas dinâmicas e organizando as mesmas de acordo com os recursos mobilizados, sejam os familiares, partidários, profissionais, escolares etc. De certa maneira, se correlacionam aos padrões de recrutamento e lógicas de inserção e representação política, pois esses elementos se desdobram nos mesmos parâmetros que os grupos mobilizam como estratégias, contribuindo assim para a dinamicidade das redes de base familiar.

4.1 – ESTRATÉGIAS, PADRÕES DE RECRUTAMENTO E RELAÇÕES POLÍTICAS

Pensar a família como um acontecimento constituído por múltiplas experiências e potencialidades é um argumento que Ana Carneiro (2017) reforça quando descreve a variação nos usos das categorias povo, família e comunidade entre os moradores das localidades de Chapada Gaúcha. Para entender essa variação, Carneiro propõe “pensar a família como

princípio organizador de relações cuja lógica e valor moral atravessam outras modalidades de vínculo social” (CARNEIRO, 2017, p. 2). Assim descreve os arranjos relacionais ali experimentados tendo como suporte “planos de continuidade entre a experiência doméstica e a vida pública”. Isso porque tais relações não se encerram em entidades, cujas conexões partem de integrações consolidadas. Também não se limitam a um ou outro modo de pertencimento. Afinal as diferentes formas de designá-las (família, povo, comunidade) antes de estabilizar a pertença se apresentam como associações que se articulam e indicam uma dinâmica marcada por transformações constantes.

Nesse sentido, ao se voltarem para as intersecções entre família e política, trabalhos nessa perspectiva atualizam ideias-chave da proposta do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP). Tal proposta dedica um olhar mais atento às concepções e recortes contextuais, a fim de conhecer delimitações que não encerram ou limitam a política a instituições ou a algum âmbito da vida social. Pautam-se no pressuposto de que essa é uma atividade que se faz e se qualifica a partir de significações criadas em determinadas circunstâncias. Esse ponto de partida é incorporado nas elaborações de Figurelli (2017), Carneiro (2017), Perutti (2017) e Leal (2017) quando falam sobre vínculos pessoais, familiares e outras elaborações associadas ao parentesco.

As autoras entendem que, assim como a política, tais conexões não escapam às tramas criadas coletivamente. Sabe-se também que o conhecimento etnográfico elaborado em diferentes pesquisas realizadas no NuAP destaca o encontro da política vivida com diversas noções de família. Entendo que os estudos de Carneiro, Figurelli, Perutti e Leal problematizam esse encontro ao descreverem as práticas que estão em jogo na constituição dos vínculos familiares. Casamentos, criação e adoção de filhos, acontecimentos do amor e outros afetos, práticas de proximidade e da amizade, pureza do sangue e/ou suas misturas compõem uma linguagem comum utilizada para falar do doméstico e da vida pública, da política e do poder.

A observação empírica desses trabalhos mostra que a probabilidade de exercer um poder político (seja qual for) aumenta conforme a posição na hierarquia social e que a posição social de origem (medida, por exemplo, pela última profissão antes da entrada na política) dos políticos é tanto mais elevada quanto mais altas as posições ocupadas na hierarquia política. Independentemente do cargo considerado (prefeito, gestor departamental, candidato às eleições legislativas, deputado ou ministro), pode-se estabelecer uma correlação estreita entre a representação política de um grupo e a posição social de seus membros. Porém, há casos em que a profissão não interfira tanto em relação a isso, mas sim em relação à construção da base eleitoral.

Desse modo, a representação parlamentar pode fornecer uma imagem a depender do contexto que esse ator esteja inserido. Por exemplo, por mais que a família tenha um histórico na política em tal município, isso não será um sinônimo de que ela possui um forte recurso econômico, tendo em vista que é necessário muito dinheiro para campanhas e poder se manter nos cargos eletivos. Desse ponto de vista, a competição política interessa (em todos os sentidos), acima de tudo, a todos os atores situados no topo da hierarquia social, ou melhor, às diferentes frações das classes superiores.

Correlatamente, as características sociais do corpo político tornam-se mais “elitistas” à medida que se galga a hierarquia de poder e de prestígio dos cargos em competição. Ou seja, não é qualquer ator político que pode se lançar ao cargo de deputado federal ou de senador que projete vitória. É preciso estar consciente da sua própria realidade, tendo em vista que o fundo partidário não é direcionado para um candidato. Logo, a porcentagem dos atores que tem acesso a uma maior variedade de recursos aumenta quando se avança nas hierarquias partidárias, quando se observa quem está à frente dos diretórios estaduais ou quando se observa a composição dos agrupamentos: dos já eleitos aos seus correligionários.

Basta, portanto, deixar o livre jogo da concorrência política agir para que os atores que possuem essa maior quantidade de recursos se apossam das posições de poder político e assim reforcem a supremacia social e a autoridade política que os marcam. Nas condições de um mercado político simbolicamente hierarquizado, a concorrência política só pode ser uma forma de seleção social, mas, sempre dependendo da mobilização de recursos específicos.

No primeiro capítulo dessa tese, tratei dos trabalhos referentes às conceitualizações sobre “família”, “parentela”, “agrupamentos”, “política profissional”, e outros conceitos que acabam norteando as análises e trazendo várias outras dimensões sociológicas acerca da temática aqui proposta. Ainda assim, é visualizada uma ligação em relação a um senso comum que condena o uso da política pela família, onde então vemos o uso do “nepotismo” como categoria de análise para os usos do recurso familiar. Desses entendimentos destaquei a percepção de um risco vinculado à captura da política pela família e suas tendências patrimonialistas.

Alguns desses trabalhos estão atentos aos momentos nos quais seus interlocutores afirmam que o melhor seria se política e família não se misturassem. Dessas perspectivas, a política é vista como experiência potente em expressar conflitos e disputas, de modo que a boa vivência das relações familiares preconiza seu distanciamento dos envolvimento políticos, dado o reconhecimento da importância da união e harmonia. Em tais contextos encontramos a preocupação com a influência de uma política que pode dividir, criar brigas e desentendimentos

entre aqueles que deveriam se manter unidos. No entanto, nessas interlocuções ficou perceptível que a separação é mais idealizada do que experimentada, pois sua afirmação acontece justamente quando parentes, vizinhos e comunidades se envolvem em acontecimentos eleitorais e partidários.

Assim, essa perspectiva não está nos objetivos desta Tese, mas sim como que esse recurso se torna importante, aliado a outros, na construção e manutenção de uma carreira política-profissional. Com o objetivo de refletir sobre esses modos de articulação entre família e política, os estudos de Ana Claudia Marques (2002) e John Comerford (2003) investiram na relativização dessa oposição. A abordagem elaborada por Marques sobre as “lutas de famílias” no sertão de Pernambuco, comumente interpretadas como extensões políticas, questiona os limites dessas “famílias” e/ou facções políticas e o desdobrar de “conflitos” em duas figuras – “questões” e “intrigas”. Comerford interessado nos sindicatos de trabalhadores rurais deparou-se com instituições marcadas por conflitos familiares.

No entanto, se como assinalei acima a ênfase na separação parece ser mais idealizada do que experimentada, penso que não podemos desconsiderar o fato de que a constância das experimentações não anula o imperativo desse afastamento. Nesse sentido, as proposições de Carneiro em diálogo com a etnografia apresentada por Perutti incentiva a reflexão sobre outras potências etnográficas para a afirmação da separação entre política e família nesses contextos. As descrições de Perutti sobre os lados que marcam o coletivo comunitário e os lados do partidário local conduzem à ideia de que a mistura entre família e política é vista como um problema porque ela pode potencializar ainda mais as cisões que marcam a convivência familiar.

Disputas por terras vividas entre irmãos e outros dissabores próprios da convivência entre parentes podem se acirrar quando combinadas aos acontecimentos eleitorais, por exemplo: “(...) pirraças e ofensas próprias do “tempo da política” entre pessoas de uma mesma família podem ter conotações mais graves do que entre amigos, vizinhos ou conhecidos da rua, resultando em afastamentos drásticos” (PERRUTI, 2017, p. 06). Por meio das pirraças a política parece mexer em propensões de uma convivência que se por um lado deseja a paz, por outro “nunca se esquece totalmente da guerra” (CARNEIRO, 2017, p. 10). Nesses casos, a afirmação de que política e família não devem se misturar deixa ver semelhanças pouco desejadas entre esses dois acontecimentos.

A política pode capturar a família porque a família tem algo das potências da política. Relacionada à divisão, política está na família quando pensamos sobre algumas das instabilidades constitutivas das dinâmicas familiares: as práticas da desfamiliarização

(COMERFORD, 2003) descritas em casamentos mal casados, brigas entre irmãos, em lados da família que são lados do partidarismo local revelam a relação entre cisão e intimidade. Reconhecendo essa partilha de traços e propensões entre política e família o mais recorrente são as tentativas de separar, distinguir e distanciar. De modo que, em “tempo de política” entre parentes o melhor mesmo é não tocar no assunto, evitar encontros com os mais exaltados e exercitar demais formas de evitação (PERUTTI, 2017). Tais considerações sugerem que se o “tempo da política” é o tempo de conflitos (HEREDIA; PALMEIRA, 2010) isso também se deve porque sua ocorrência ativa algo da vida entre os parentes que se encontra latente em outros tempos.

Para tanto, como já mencionado, essa tese segue a linha de análise das redes de base familiar, onde a parentela veio a preceder. Esta última iria além do que uma simples “organização social”, pois se encontrava incluída na “base da rede de parentes e amigos de um político” (LEWIN, 1993, p. 113). Sobre isso, a autora nos fala que viria a ser

O núcleo dos seguidores políticos a que ele se vinculavam de maneira personalística constituía-se dos membros de sua parentela. Os membros de grupo de base familiar organizavam localmente o eleitorado para fornecer-lhe os votos, defendiam seus interesses partidários sem seu município natal e o serviam lealmente nos cargos políticos de que fossem detentores ou nos postos do serviço público em que ingressavam por nomeação. Finalmente, na medida em que uma parentela pode ser considerada um grupo quase-corporativo de maior duração que o período de vida de um político, pode-se dizer também que ela constituía uma organização econômica, em virtude dos direitos coletivos e individuais sobre a terra detidos por seus membros. Além disso, dois ou mais ramos de uma parentela geralmente coordenavam suas atividades econômicas de maneira a aumentar a solidariedade como um grupo corporativo. (p. 113)

Assim sendo, não se pode compreender a política sergipana, ou a brasileira em geral, sem se atentar a essas nuances que configuram os agrupamentos políticos, sejam a nível municipal ou estadual. Além disso, essas relações alcançam outras unidades federativas justamente como ampliação destas, a exemplo Rodrigo Valadares que tinha conexões diretas com a família Campos de Pernambuco.

4.1.1 – Padrões de recrutamento e lógicas de atuação representativa

Em toda a Tese, vim resgatando a problemática da relação entre recurso familiar, agrupamentos e política profissional partindo então dos deputados estaduais e federais do estado de Sergipe eleitos nos pleitos de 2014 e 2018. Ou seja, o foco partirá daqueles deputados que se valeram do recurso familiar para a sua eleição e construção da carreira político-partidária. Os deputados em questão são:

QUADRO 25: Deputados Estaduais 2014

Deputados Estaduais	Partido	Votação
Silvia Fontes	PDT	42.613
Maria Mendonça	PP	35.192
Gustinho Ribeiro	PDS	34.863
Jeferson Andrade	PSD	33.898
Luiz Mitidieri	PSD	33.847
Dr. Vanderbal	PTC	32.794
Goretti Reis	DEM	26.875
Valmir Monteiro	PSC	26.032
Paulinho da Varzinhas Filho	PTdoB	23.268
George Passos	PTC	20.233

Fonte: Eleições anteriores – TRE/SE

QUADRO 26: Deputados Estaduais 2018

Deputados Estaduais	Partido	Votação
Talysson de Valmir	PR	42.046
Maisa Mitidieri	PSD	35.707
Jeferson Andrade	PSD	34.736
Ibrain Monteiro	PSC	32.059
Dr. Vanderbal	PSC	26.054
Janier Mota	PR	25.731
George Passos	Rede	23.355
Goretti Reis	PSD	21.306
Diná Almeida	Pode	20.168
Maria Mendonça	PSDB	19.102
Rodrigo Valadares	PTB	15.221

Fonte: Eleições anteriores – TRE/SE

QUADRO 27: Deputados Federais 2014

Deputados Federais	Partido	Votação
Fábio Mitidieri	PSD	83.401
Fábio Reis	PMDB	80.895
Valadares Filho	PSB	68.199
Mendonça Prado	DEM	44.263

Fonte: Eleições anteriores – TRE/SE

QUADRO 28: Deputados Federais 2018

Deputados Federais	Partido	Votação
Fábio Mitidieri	PSD	102.899
Fábio Reis	MDB	64.879
Gustinho Ribeiro	SD	64.132
Fábio Henrique	PDT	35.226

Fonte: Eleições anteriores – TRE/SE

Ao dar uma breve visualizada nos quadros acima, vê-se a repetição de alguns atores e sua circulação na esfera legislativa. Isso é bastante comum tendo em vista a necessidade de manutenção de uma carreira profissional, além de pensar na projeção em termos de mandatos. Porém, a partir do tratamento dos dados, foram identificados quatro tipos de padrões de recrutamento e que possibilitam lógicas de atuação representativa diferentes, sendo eles: tradicionais, intermediários, matrimoniais e profissionais.

4.1.1.1 – Padrão de recrutamento: os tradicionais

O primeiro padrão identificado compreende aqueles que, dentro do seio familiar, conseguiram proporcionar uma continuidade e reprodução do discurso tradicional, que buscam expandir para outros integrantes dessa família e consequentemente, engendram a dinâmica político-partidária com outros atores. Dos deputados mencionados nos quadros acima, os Mitidieri representam o caso mais típico da política de base familiar.

O ex-deputado Luiz Mitidieri afastou-se do espaço político-eleitoral mas com uma representação consolidada do seu grupo com dois filhos, os quais ocupam cargos eletivos de relevância e que obtiveram grande êxito eleitoral – o Fábio Mitidieri, reeleito deputado federal com 102.899 votos e Maisa Mitidieri (PSD), eleita estadual em segundo lugar, com 35.707 votos. Além desses, há também o filho empresário Jorge Mitidieri que ocupa a posição de primeiro suplente de senador de Rogério Carvalho (PT).

Haja vista toda a composição de redes de relações construídas ao longo dos seis mandatos, o ex-deputado não se encontra afastado de fato o qual se deve principalmente pela atuação nos bastidores da política. Assim como aconteceu com a Família Franco – que durante muito tempo ocupou vários cargos eletivos e delegados no governo estadual –, na imagem do ex-governador Albano Franco, Luiz Mitidieri (PSD) o qual possui vasta experiência na política, não deixaria de fazer-se presente no grupo, a julgar pelo fato do crescente prestígio representativo.

Dessa maneira, a sua imagem assume enquanto mentor político. A política de bastidores é crucial para essa vista no “tempo da política”. Já a partir de 2019, o filho Fábio Mitidieri (PSD) começou a trabalhar as condições de disputar o Governo de Sergipe dentro do agrupamento que elegeu Belivaldo Chagas (PSD) a governador. Essa projeção se deve ao fato de que é uma estratégia que muitos atores utilizam: o termômetro municipal possibilita a criação de um cenário favorável ou não para os agrupamentos.

O ex-deputado consolidou 33 anos – com uma lacuna de oito – na política eletiva sergipana, sendo cinco mandatos de deputado estadual diretamente eleito e mais da metade de um na condição de primeiro suplente. Trabalhou seus últimos mandatos pensando na construção da carreira de seu filho Fábio. Em entrevistas aos diversos jornais políticos do estado, afirma que vislumbra uma modificação no cenário político onde o governo e senado terão nomes certos como o do seu filho e do atual governador de Sergipe aos respectivos cargos. O trabalho que é levantado para um cargo majoritário requer uma base forte, principalmente quando o agrupamento possui nomes de destaque e com histórico no interior do estado.

Imagem 1 – Convenção do PSD em 2018



Imagem Reprodução Site Fabio Mitidieri

O segundo caso que segue o padrão tradicional de recrutamento seriam os Andrade. Representados na Assembleia Legislativa por Jeferson Andrade (PSD), que já se encontra no seu terceiro mandato consecutivo, o primeiro pelo PDT e os dois seguintes pelo PSD, é filho de outro ex-deputado estadual e atual conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Ulices Andrade – além de Jeferson, Gustinho Ribeiro também é filho de um dos atuais

conselheiros do TCE-SE —; esse assumiu por 5 mandatos consecutivos e atuou no governo de João Alves Filho em diversas secretarias, além de ter atuado como vereador no município de Canhoba. Apesar disso, a família materna de Jeferson que influenciou o pai. Seus avós maternos foram prefeitos do município de Nossa Senhora de Lourdes.

Devido à sua relação com o pai, que o levava para encontros políticos, Jeferson Andrade (PSD) optou em 2010 por disputar o seu primeiro mandato eletivo. Obteve 33.726 votos, sendo uma boa votação, principalmente pela inexperiência na política eletiva. Geralmente há uma série de passos para poder se alcançar altos cargos na hierarquia política, todavia, isso depende de quem é o ator. Por exemplo, é comum muitos começarem a sua atividade sendo lideranças de bairros e consequentemente cabos eleitorais (SANTOS, 2016). Disso, conseguem se eleger para vereador, e caso consigam uma maior projeção, após alguns mandatos, sobem para o cargo de deputado estadual. Dificilmente conseguem chegar ao executivo municipal caso existam grupos políticos em que outros tenham maior preferência. Porém, quando já há uma inserção prévia na política, e a depender do background desse ator, a possibilidade de vitória se torna maior, como o caso do nosso deputado mencionado.

Como mostrado no capítulo 3, os Andrade possuem alta representatividade no Alto Sertão Sergipano, haja vista que durante todos os mandatos, suas ações foram voltadas para esse território, além da construção da carreira política das famílias que inseriram esses atores na política partidária. Além disso, os Andrade possuem o recurso partidário como outro recurso importante, sendo Jeferson Andrade o presidente do diretório estadual do PSD, onde juntamente com os Mitidieri, vão constituindo uma rede de base familiar forte, alcançando outros territórios do estado, como o Baixo São Francisco, Leste Sergipano e Sul Sergipano. Assim como Maisa Mitidieri (PSD), Jeferson Andrade (PSD) segue dando continuidade aos trabalhos do pai na Assembleia Legislativa sergipana.

Além disso, se mostra importante a relação com outros atores para além da família. O objetivo dessa tese é justamente esse: como o recurso familiar contribui para os agrupamentos políticos e para a construção e manutenção de uma política profissional. Somente o nome da família não é suficiente. Reforço isso, pois pode aparentar que ao mencionar o sobrenome, estaria sendo dada ênfase à família e não ao recurso; analisamos aqui a relação entre esses três elementos e como eles se complementam.

O terceiro caso tradicional a ser enquadrado seriam os Reis, onde seguimos na imagem de Fábio Reis (MDB) e Goretti Reis (PSD). O primeiro é deputado federal, se encontra no seu terceiro mandato onde tem dado continuidade ao trabalho feito pelo pai Jerônimo Reis que possui em sua carreira política o cargo de ex-prefeito do município de Lagarto, a 75 km da

capital Aracaju. Goretti Reis possui dentro da sua carreira política cargos tanto dentro do executivo como Secretária da gestão de seu antigo aliado político João Alves, como no legislativo estadual, que segue assim os passos do patriarca Artur Reis. Além da figura do seu pai e dos já mencionados, há também o ex-deputado federal Sérgio Reis que até a escrita dessa tese, é o pré-candidato à Prefeitura de Lagarto pelo grupo conhecido no município como Saramandaia.

Factualmente, a história política desse município sempre foi marcada pela disputa entre o Bole-Bole e Saramandaia, como já mencionados no Capítulo 3. Entretanto, quando saímos do âmbito municipal, somente os Reis que conseguiram manter-se tanto na Assembleia como na Câmara, diferentemente dos Ribeiro e Monteiro, que só tem um representante em cada família.

O quarto e quinto caso a serem analisados como tradicional seriam os Monteiro e Ribeiro, que além de se encontrar presente no legislativo estadual, consegue variar com o executivo municipal. Entre os Monteiro, vemos uma alteração nos nomes no que concerne à Assembleia Legislativa, que já foi ocupada por Valmir Monteiro por três mandatos, sendo os dois últimos interrompidos para ocupar o cargo de prefeito em Lagarto, em 2008 e 2014. Em 2014, Valmir Monteiro conseguiu se eleger, se afastando em 2016 quando se candidatou à Prefeitura Municipal de Lagarto, e seu filho Ibrain Monteiro se elege em 2018, se afastando do cargo de vereador e Presidente da Câmara Municipal de Lagarto.

Nomes que remetem ao grupo adversário dos Reis, o Bole Bole liderado pelos Ribeiro, tinha aliança com os Monteiro, onde Hilda Ribeiro (SD), esposa do deputado federal Gustinho Ribeiro (SD) era a vice-prefeita de Valmir, tendo assumido quando este último teve seu mandato cassado. Gustinho, filho de outra família tradicional de Lagarto traz em seu histórico os mandatos de vereador e deputado estadual, além de ter influência direta do seu falecido avô Ribeirinho. Com isso, o executivo municipal teria dois deputados de grupos rivais na Assembleia e um na Câmara, apesar de contar com apoio de um outro.



Foto reprodução site 93Notícias

O último caso que parte da mesma perspectiva seriam os Valadares. Na Câmara dos Deputados tivemos Valadares Filho (PSB), que posteriormente se candidatou à prefeitura de Aracaju em 2016, perdendo para Edvaldo Nogueira (PDT) e ao governo do Estado em 2018, ficando novamente em segundo lugar, perdendo para Belivaldo Chagas (PSD). Ocupou o posto de deputado federal por três mandatos consecutivos, chegando a dividir a bancada com nomes de destaque da política sergipana, como o ex-governador Albano Franco, de quem seu pai foi secretário de Educação. Entretanto, sua história política se deve muito à família proveniente do município de Simão Dias, a 106 km de Aracaju. Para além do ex-governador e ex-senador Antonio Carlos Valadares (PSB), seus avós Pedro Almeida Valadares e Josefa Matos Valadares também foram prefeitos do município. O caso do ex-senador foi tratado no segundo capítulo devido ao seu protagonismo em diversos governos do estado sergipano, tendo ocupado o cargo de Senador da República desde 1995 até 2019, pois não conseguiu a reeleição onde Rogério Carvalho (PT) e pelo Delegado Alessandro Vieira (REDE).

4.1.1.2 – Padrão de recrutamento: os intermediários

O segundo padrão de recrutamento identificado a partir dos casos levantados foi nomeado como “intermediário”. Nesse tipo, seriam enquadrados aqueles que possuem uma

carreira na política eletiva, mas que não proporcionam uma expansão ou que os seus apadrinhados não conseguiram dar continuidade, ou seriam os que já ocupam o lugar de outros através do matrimônio.

O primeiro caso viria a ser o da deputada Maria Mendonça (PSDB) que vem de uma carreira política sólida com seis mandatos no legislativo e um no executivo de sua cidade natal; evoca a memória de seu falecido pai, antigo chefe político e ex-deputado Chico de Miguel, a quem deve a sua entrada na política. Porém, sua votação diminuiu em comparação à eleição de 2014: de 35.192 para 19.102 votos. Em sua história política, apesar de ter iniciado por influência de seu pai, a deputada não conseguiu expandir o seu domínio político, haja vista a complexidade dos grupos em seu município natal. Além da deputada, há também o caso de Luciano Bispo (MDB), atual presidente da Assembleia e com uma carreira política de destaque no estado. Todavia, sua entrada não se deu por conta do uso do recurso familiar, mas sim por se aliar ao grupo opositor do pai da deputada Maria Mendonça, Manoel Francisco Teles. Foi prefeito de Itabaiana por cinco vezes, sendo a última disputa justamente contra Maria Mendonça que tentava a reeleição em 2008. Conseguiu melhorar o seu resultado eleitoral comparando os pleitos de 2014 e 2018: de 29.763 a 33.705 votos.

O representante do município de Laranjeiras, Paulinho da Varzinhas Filho (PTdoB) se enquadra como um padrão intermediário. Com uma carreira composta por três mandatos consecutivos como deputado estadual, seria o principal sucessor de seu pai Paulo Hagenbeck. Apesar de que este último conseguiu alcançar o pleito ao executivo do município de Laranjeiras pelo DEM, Paulinho não disputou pela reeleição pois teve seu mandato interrompido. O deputado foi afastado do seu cargo por ser suspeito de desvio das verbas de subvenção e posteriormente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe decidiu por cassar o seu mandato, enquadrando-o na inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa¹⁹ acarretando assim a sua prisão.

Por fim, há o caso do ex-deputado Venâncio Fonseca, o qual alcançou o sexto mandato na Assembleia Legislativa em 2014 se equiparando a Luiz Mitidieri (PSD). Entretanto, como já mencionado no capítulo anterior, não conseguiu se eleger e chegar ao sétimo mandato consecutivo, ao contrário do ex-deputado do PSD que optou por inserir sua filha em seu lugar. Apesar de não ter saído de fato das atividades da Alese, ocupando atualmente o cargo de Diretor de Assuntos Institucionais da Casa, inserimos o deputado boquinhense nesse padrão justamente por conta de sua história político-partidária e que não conseguiu dar conta do desgaste e com o surgimento de outros atores que disputavam as mesmas bases eleitorais, como exemplo a filha

¹⁹ Além dele, o ex-deputado Augusto Bezerra também foi afastado e preso no mesmo caso.

de seu colega do legislativo Maísa Mitidieri (PSD). Destaco aqui que a necessidade de ampliação é fator crucial para as redes de base familiar e nos valem de Lewin (1993) tendo em vista que

Os costumes brasileiros relativos às denominações familiares refinaram ainda mais os critérios subjetivos aplicáveis à generalidade dos sistemas de descendência bilateral ou cognática para o reconhecimento do parentesco. Evidenciaram também a importância da manipulação das afiliações de linhagem com propósitos políticos. (p. 119).

Os Fonseca possuem grande história política no território Sul do estado, mas não conseguiram diversificar e ampliar as suas redes, ficando assim, relegados somente à sua história.

4.1.1.3 – Padrão de recrutamento: os matrimoniais

O terceiro padrão a ser analisado se enquadra em uma das perspectivas do trabalho de Lewin (1993). A autora em questão mostra que a mulher se constituiu como personagem que configura importância para a rede de base familiar, tendo em vista que o seu papel vai além do matrimônio, mas que possibilita uma nova gama de elementos que proporcionam a ampliação dessas redes. O lugar da casa e do matrimônio sempre estiveram presentes no cotidiano da política. Com isso, não só os filhos, mas os cônjuges têm o dever de acompanhar e dar suporte aos atores, caso a manutenção na carreira política seja um objetivo. Como exemplo, temos o casal Silvia Fontes (PDT), que foi eleita deputada estadual em 2014 e Fábio Henrique (PDT), ex-prefeito de Nossa Senhora do Socorro e atual deputado federal. O deputado federal saiu da prefeitura para a Câmara dos Deputados e sua esposa não tentou a reeleição, entrando na chapa de Valadares Filho como vice-governadora. Apesar de obter sucesso em sua própria eleição, não foi possível dar continuidade ao projeto de ampliação do casal de Nossa Senhora do Socorro.

O matrimônio também atua de maneira inversa como é caso do Dr. Vanderbal. (PTC) que sempre atuou na Medicina na área de Pneumologia. Sua atuação na política se deu a partir da saída de sua esposa Dr.^a Angélica Guimarães da Assembleia Legislativa, onde permaneceu por quatro mandatos consecutivos, além de ter ocupado o cargo de Prefeita do município de Japoatã, localizado a 74km da capital sergipana. Quando se é analisada a entrada de um ator na política, ocorre que geralmente a influência seria feita através de um parente próximo, um pai, avô, irmão, e costumeiramente seria um parente do sexo masculino. A ex-deputada Dr.^a Angélica tinha conhecimento de sua indicação ao cargo de Conselheira do TCE e necessitava deixar alguém na sua cadeira do legislativo. Em sua primeira campanha, Dr. Vanderbal (PTC)

conseguiu 32.794 votos e em sua reeleição com 26.054; um pouco menos de 7 mil votos, mas levando em consideração a presença de uma diversidade maior de novos candidatos.

O quarto caso viria a ser o da deputada Diná Almeida (PODEMOS) que se encontra em seu primeiro mandato eletivo, tendo conseguido através dos 20.168 votos válidos nas eleições de 2018. Porém, foi eleita através de seu trabalho como secretária de Assistência Social de Tobias Barreto, situada à 128 km da capital sergipana. Ocupou a pasta em dois momentos, sendo o primeiro de 1997 a 2000 durante o primeiro mandato do seu marido Diógenes Almeida (MDB) e o segundo foi de 2016 a 2018 na segunda gestão do prefeito tobiense, pois se afastou do cargo justamente para concorrer ao mandato de deputada estadual, o qual ocupa até então.

As práticas do mundo familiar e doméstico podem atuar como forma de controlar as dissensões, o que nos permite considerar outras possibilidades de conectar um saber fazer família a um saber fazer política. Tendo em vista as potências que participam da vida familiar e da política o que resulta da articulação dessas práticas nem sempre é o mais almejado. No entanto, isso não diminui o interesse desses coletivos em criar formas circunstanciais e específicas de oposição, separação, aproximação e conexão, indicando assim como o doméstico, o íntimo, o poder e o público são atividades em constante realização.

4.1.1.4 – Padrões de recrutamento: os profissionais

O quarto e último padrão de recrutamento foi nomeado como “profissional” tendo em vista que, apesar de possuírem uma construção político-partidária através das redes de base familiar, são novos atores que buscaram constituir-se mais para o lado profissional da política, e assim sendo, vivendo para a política enquanto representantes partidários. Seguindo essa linha, o primeiro caso seria o do deputado Georgeo Passos (PTC) se encontra em seu segundo mandato na Assembleia Legislativa, sendo o integrante de uma terceira geração de políticos da família Passos, vinda do município de Ribeirópolis, com distância de 76 km da capital Aracaju.

Georgeo é filho do ex-deputado estadual – que esteve presidente da Assembleia – e atual prefeito do município Antonio Passos em seu terceiro mandato e de Regina Passos, também ex-prefeita do município por dois mandatos, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo do executivo municipal. É neto do ex-prefeito Francisco Passos, mais conhecido por Chico Passos, que exerceu oito mandatos consecutivos de deputado estadual e dois mandatos de prefeito. Em sua biografia no site da Alese, Georgeo afirma que “é um jovem pautado pela renovação sem deixar

de lado a tradição”²⁰. Apesar disso, pauta a sua atuação não em cima do discurso familiar, mas sim da sua atuação através do atual partido Cidadania, ocupando um grupo de novos deputados como Dr. Samuel, Kitty Lima e Rodrigo Valadares. Além dessa característica, busca ampliar o alcance do seu partido pelo estado de Sergipe pensando nas eleições municipais de 2020.

Apesar de Rodrigo Valadares fazer parte do que chamado de “família tradicional”, o seu caso se afasta dessa característica haja vista a constituição das desavenças dentro da própria família Valadares e do rumo que a sua carreira política foi tomando. O ex-deputado e candidato ao governo Valadares Filho é primo do ex-deputado Pedrinho Valadares, pai do deputado do PTB, morto no acidente Cessna Citation prefixo PR-AFA em 2014 que também levou a morte do ex-governador de Pernambuco e à época candidato à Presidência Eduardo Campos. Rodrigo se encontra no primeiro mandato eletivo, que afirma ter sido proporcionado pela relação do pai com a política. Porém, o deputado já tinha contato com a política ao trabalhar no governo de Pernambuco, tendo permanecido até 2016, quando foi para Brasília assumir a função de assessor do então Ministro de Minas e Energia Fernando Bezerra Filho. Ou seja, sua experiência na política partidária e institucional vai além do seu primeiro mandato.

Além disso, a construção do seu perfil como deputado se afastou da história política da família, como é abordado no último tópico desse capítulo. Isso possibilita ao deputado Rodrigo se enquadrar numa perspectiva da política partidária profissional, vestindo a imagem de “funcionário do povo”, principalmente ao não utilizar mais o sobrenome Valadares, o que acaba retomando a noção weberiana do “viver para a política”, passando assim a assumir como “Deputado Rodrigo”.

Outro caso ligado ao padrão Profissional seria o deputado Talysson de Valmir (PR), que se encontra no primeiro mandato eletivo. Apesar de ser iniciante na política eletiva, Talysson foi o mais votado no pleito de 2018 com 42.046 além de ter grande adesão em seu município natal. É filho do atual prefeito de Itabaiana, Valmir de Francisquinho, que exerceu o cargo de vereador por 5 mandatos, tendo conseguido alcançar o executivo em 2012 e se reeleger em 2016. O seu caso é enquadrado nesse padrão a partir de sua atuação na Alese, que busca se distanciar da imagem do seu pai que acabou por sofrer alguns afastamentos da prefeitura por conta de casos de improbidade administrativa, e ainda teve o seu mandato quase cassado, pois o TRE/SE havia entendido que o prefeito de Itabaiana havia exercido influência para eleger o filho, usando a estrutura da administração municipal, e consequentemente teria contribuído para afetar o equilíbrio do pleito eleitoral.

²⁰ In: <https://al.se.leg.br/deputado/georgio-passos-2/> acesso em 22/03/2020

Por fim, a deputada de primeiro mandato na Assembleia Legislativa Janier Mota (PR) se enquadraria nesse padrão. Empresária no ramo de cerâmica, sendo sócia de 3 empresas, além de gestora do Parque Gabriel Mota, localizado em Itabaianinha, à cerca de 120km de distância de Aracaju. Se lançou na política partidária através de um convite participar da chapa como vice-prefeita, tendo atuado por dois anos, que interrompeu para começar a vida de legisladora. Seu marido não faz parte da vida político-partidária, mas foi presidente do Sindicato da Indústrias de Cerâmica e Olarias (Sindicer/SE) do estado, além de ser sócio juntamente com a deputada. A deputada havia sido cogitada a fazer parte da chapa de Eduardo Amorim para ser vice-governadora em 2014, mas optou por seguir sua própria trajetória, tendo alcançado o pleito com 25.731 votos, tendo sido mais votada que deputados com maior história e prestígio político.

O caso da deputada se enquadra nesse padrão tendo em vista que a construção de sua carreira se deu por se basear tanto em seu lado empresarial e de participação política tanto pelo seu marido como também de sua posição como vice-prefeita de Itabaianinha, e como foi mencionado no capítulo anterior sobre a atuação feminina na Assembleia e que acaba por constituir uma diferença no que se chama de família política.

As oposições entre política e família constituem um desejo por parte do senso comum, o que diferente completamente daqueles que se valem desse recurso, e por isso mesmo, é um jogo a ser jogado, cujos resultados quase sempre não são os idealizados. Nesse jogo, percebe-se a articulação entre práticas domésticas que são acionadas com a finalidade de conter dissensões políticas. Aqui retomamos o foco sobre as articulações entre práticas da política e práticas da família que possibilitaram a constituição de padrões de recrutamento, marcando suas diferentes potencialidades.

A análise não foi aprofundada em alguns casos tendo em vista que estão presentes em toda a tese, como por exemplo as deputadas que serão o foco no tópico a seguir. Entretanto, eles demonstram a importância de diversificação nas estratégias de manutenção do discurso familiar para assim manterem-se em cargos eletivos. Assim como o capítulo 3 demonstrou que as redes de relações precisam estabelecer certos critérios para poder consolidar uma base eleitoral, ou até mesmo se aventurar em outros locais, esse capítulo vai se encaminhando para demonstrar os resultados em relação ao uso do recurso familiar como tática para esses agrupamentos.

4.2 – LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO SERGIPANO

Tem sido colocada como importante a discussão com recorte de gênero na política, tendo em vista que houve uma crescente participação feminina na legislatura concernente ao mandato de 2019-2023 em comparação ao mandato de 2015-2019. Não se trata aqui criar o discurso de que há a necessidade de mais mulheres na política, muito menos questionar se as que se encontram em exercício, se elas estão levantando uma “bandeira feminista”. É significativo tendo em vista que a mulher também tem sido apresentada como uma figura importante para a política partidária, mesmo não sendo tão expressiva em relação aos números. Entretanto, cabe também salientar aqui o porquê de haver tão pouca representação feminina, tanto no nosso contexto estadual, como também nacional, e que isso não é somente um problema atual.

É trivial que as características de nossos representantes acabam implicando diretamente no tipo de políticas públicas implementadas; conseqüentemente, há um controle dos partidos em relação às candidaturas: Quem vai receber mais investimento? Quem somente irá para “cumprir a cota”? Quem tem potencial para se eleger? Quem pode cooptar novas adesões? Essas são somente alguns dos questionamentos que, se fôssemos responder somente pelo que vemos durante as eleições, conseguiríamos facilmente chegar a uma conclusão: a mulher não tem espaço significativo.

Pode-se questionar que há também vários candidatos homens que não recebem incentivo, muito menos conseguem ter espaço nos partidos e nos grupos políticos, e que nem por isso, há grande preocupação. Obviamente, a problemática vai bem mais além quando se é apresentado que a mulher, para conseguir certo triunfo eleitoral, ela acaba se atrelando ao recurso familiar. Pouquíssimos são os casos das deputadas que não se valem desse recurso, entretanto, se destacam com outro tipo de recurso, como é o exemplo da atual deputada estadual Kitty Lima (REDE) e seu ativismo animal, ou a ex-deputada Ana Lúcia (PT), com o ativismo sindical. É certa a necessidade de recursos para conseguir alcançar o pleito por parte de qualquer outro ator político que venha a se candidatar. Não há como alcançar a vitória eleitoral sem recursos, mas a depender de quem esteja disputando o cargo eletivo, determinados recursos fazem toda a diferença, como é a maioria dos casos das atuais deputadas sergipanas.

Institucionalmente, pós-redemocratização brasileira, temos a Lei 9504/97 que estabelece as normas para as Eleições e a sua alteração com a Lei 12034/09, que estabelece a porcentagem mínima de candidaturas, sendo essa de 30% para as eleições proporcionais. Todavia, uma pesquisa ²¹mostrou que nas eleições de 2018, pelo menos 35% das candidaturas

²¹ IN: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47446723> acesso em 21/12/2019.

de mulheres para a Câmara dos Deputados eram, basicamente, candidatas laranja para repassarem a sua parte do fundo partidário aos candidatos que mais apresentam condições de se elegerem.

Em Sergipe, a participação feminina vem mantendo seus números no que concerne à Assembleia Legislativa nas últimas duas décadas, como demonstram os quadros a seguir:

QUADRO 29: Deputadas Estaduais 2018

Deputadas Estaduais	Partido	Votação
Maísa Mitidieri	PSD	35.707
Janier Mota	PR	25.731
Goretti Reis	PSD	21.306
Diná Almeida	PODEMOS	20.168
Maria Mendonça	PSDB	19.102
Kitty Lima	REDE	18.008

Fonte: Eleições anteriores – TRE/SE

QUADRO 30: Deputadas Estaduais 2014

Deputadas Estaduais	Partido	Votação
Silvia Fontes	PDT	42.613
Maria Mendonça	PP	35.192
Goretti Reis	DEM	26.886
Ana Lúcia	PT	26.334

Fonte: Eleições anteriores – TRE/SE

QUADRO 31: Deputadas Estaduais 2010

Deputadas Estaduais	Partido	Votação
Maria Mendonça	PSB	32.937
Susana Azevedo	PSC	29.925
Dra. Angelica	PSC	25.797
Goretti Reis	DEM	23.157
Ana Lúcia	PT	20.000

Fonte: Eleições anteriores – TRE/SE

QUADRO 32: Deputadas Estaduais 2006

Deputadas Estaduais	Partido	Votação
Ana Lúcia	PT	30.021
Susana Azevedo	PSC	24.958
Celinha Franco	PFL	22.414
Dr ^a Angélica	PSC	19.077

Fonte: Eleições anteriores – TRE/SE

QUADRO 33: Deputadas estaduais 2002

Deputadas Estaduais	Partido	Votação
----------------------------	----------------	----------------

Lila Moura	PFL	27.024
Celia Franco	PPS	21.068
Ana Lúcia	PT	20.074
Maria Mendonça	PSDB	19.680
Susana Azevedo	PPS	18.580
Dr ^a Angélica	PSC	16.251

Fonte: Eleições anteriores – TRE/SE

Por ser mulher, muito se questiona sobre a sua participação e o seu papel enquanto legisladora. É obrigação dela defender somente pautas voltadas para a mulher ou para o cuidado familiar? Ou seja, defender causas específicas relacionadas ao gênero são prioridade? Ou elas se constituem como uma nova oportunidade de manutenção do agrupamento familiar e não somente ficarem relegadas ao matrimônio e serem usadas como ponte entre famílias? Essas deputadas, de certa maneira, levantam a bandeira de uma maior participação feminina ou enxergam pelo viés da meritocracia o local ocupado? Elas enxergam a problemática das cotas com que visão? Ao observar os quadros, vemos que os nomes vão se repetindo, mas acabam dando espaço para outros, que possivelmente, virão a manter essa realidade. É perceptível também como a quantidade de deputadas eleitas vem perdurando com o passar do tempo.

É importante destacar de dentre as deputadas listadas, nem todas se valeram de um recurso familiar para a eleição. Algumas delas, a exemplo de Kitty Lima (REDE) e Ana Lúcia (PT) tinham como principal trunfo o recurso militante, sendo a primeira defensora da causa animal e a segunda como defensora da classe docente e sindical. Entretanto, em sua maioria, a bancada feminina é composta por mulheres que entraram na política devido aos seus pais/maridos, como forma de continuidade de seus trabalhos.

Há somente um caso que foge à essa regra: Dr^a Angélica acabou se afastando das atividades da política eletiva para assumir o cargo de Conselheira no Tribunal de Contas do Estado, lançando assim o seu marido Dr. Vanderbal Marinho para a vida política, onde já se encontra no seu segundo mandato. Em relação à Câmara dos Deputados, até hoje, a população sergipana não elegeu nenhuma deputada federal, diferentemente do Senado, com a única representante sendo Maria do Carmo Alves (DEM), eleita em 1998 e atuando até hoje.

É visível então a necessidade que essas deputadas enxergam em relação ao protagonismo feminino, tendo em vista a preocupação principalmente com o seu qualitativo, o qual é cobrado socialmente e é esperado que acabe se sobressaindo aos demais, assim como em qualquer espaço de destaque a mulher venha a ocupar. Além disso, em relação às legislações anteriores, a atual se mostrou enquanto renovadora no quesito protagonismo feminino, não só

pelo fato de novas deputadas terem sido eleitas, mas também pelo fato de elas carregarem a responsabilidade da manutenção do recurso familiar como estratégia representativa. Basicamente, a mulher tem se mostrando como importante no seio político familiar, saindo da estrutura da casa e alcançando a Casa.

Outro ponto que merece destaque seria a repetição dos nomes das deputadas. Isso muito se deve à confiabilidade que essas mulheres proporcionam às suas bases eleitorais e que conseguem mostrar sua capacidade de manter um trabalho institucional. Devido aos casos das deputadas eleitas, seria então crucial ter um recurso familiar para alcançar o pleito? Aparentemente, sim. Principalmente porque os votos dos pais e maridos acabam sendo transferidos para elas, pois acredita-se que a atuação será continuada da mesma forma que antes. Além disso, pode ser também que essas mulheres já tenham tido um trabalho em outro cargo eletivo ou delegado que possibilitou a sua entrada e manutenção na política.

Para este tópico, focaremos nas deputadas que se valeram do recurso familiar para as suas campanhas eleitorais nos pleitos de 2014 e 2018. Logo, as mencionadas serão:

QUADRO 34: Deputadas estaduais e recurso familiar

Deputada	Partido	Mandato
Silvia Fontes	PDT	2015
Maísa Mitidieri	PSD	2019
Janier Mota	PR	2019
Goretti Reis	PSD	2009; 2011; 2015; 2019
Diná Almeida	Pode	2019
Maria Mendonça	PSDB	1995; 1999; 2003; 2011; 2015; 2019

Fonte: Eleições anteriores – TRE/SE

Ao observar a quantidade de mandatos, destacam-se as deputadas Goretti Reis e Maria Mendonça. Poder-se-ia pensar que, devido ao fato de já estarem há muito na política profissional, não precisariam mais recorrer ao recurso familiar para as suas campanhas, tendo em vista que a essa altura sua base eleitoral já estaria totalmente consolidada, valendo-se somente do seu próprio nome e suas alianças políticas. Todavia, ambas as deputadas são naturais de dois municípios do interior que possuem uma história política de grandes disputas em Sergipe: Lagarto e Itabaiana.

O caso de Goretti Reis, pertencente ao grupo Saramandaia, se deve principalmente ao seu pai, o ex-deputado e ex-prefeito Arthur Reis. A mesma sempre reafirmou o seu dever como mulher da política devido aos ensinamentos de seu pai.

Imagem 3 e 4 – Propaganda Eleitoral Goretti Reis



Imagens reprodução instagram @goretti_reis

Como já mencionado, além da figura do seu pai, outros integrantes da família Reis se encontram constantemente presentes em seu cotidiano político. Nas eleições de 2014 e 2018, Goretti Reis teve ao seu lado nos comícios o seu sobrinho Fábio Reis, que em ambas as eleições, se elegeu para deputado federal. Há os irmãos Jerônimo Reis, ex-prefeito e ex-deputado e Sérgio Reis ex-deputado federal Sérgio Reis e até a escrita dessa tese, o pré-candidato à Prefeitura de Lagarto pelo grupo.

No mandato anterior, a deputada do PSD ocupou o cargo de 2ª secretária na Mesa Diretora da Ales e atualmente se encontra presente em cinco comissões, estando Vice-Presidente da Comissão Permanente de Saúde, Higiene, Assistência e Previdência Social. Goretti Reis tem em seu histórico parlamentar a causa da saúde da mulher, principalmente devido à sua formação como Enfermeira, além do Mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Sergipe. Suas proposituras legislativas, na sua maioria, são voltadas para a mulher e para o interior sergipano, principalmente o seu reduto eleitoral: Lagarto e região centro-sul.

QUADRO 35: Participação em Comissões de Goretti Reis

Comissão Permanente	Cargo
Saúde, Higiene, Assistência e Previdência Social	Vice-Presidente
Ciência, Tecnologia e Informática	Membro
Energia e Comunicações	Membro
Defesa do Consumidor	Membro
Legislação Participativa	Membro

Fonte: Alese

Durante os seus 6 mandatos como deputada estadual, Maria Mendonça (PSDB) constantemente recorreu à imagem de seu pai, Francisco Teles, mais conhecido como Chico de Miguel. Esse foi prefeito de Itabaiana e causou muitas situações que o fizeram ser preso por duas vezes. A primeira ele afirma que foi injustiçado, entretanto, na segunda vez ele assume a autoria do crime: o assassinato do pistoleiro Pernambuco, entretanto, alegou legítima defesa pois o pistoleiro pretendia matá-lo também, segundo o ex-deputado. O mesmo tinha grande influência na cidade, que o via como coronel, apesar dele não gostar dessa imagem.

Na última campanha eleitoral, Maria Mendonça utilizou o nome do seu pai para revalidar a sua importância na política sergipana e itabaianense. Na propaganda eleitoral para a televisão, a deputada usou o seu maior recurso familiar:

Sergipanos, sou Maria Mendonça e mais uma vez estou na disputa por uma vaga na assembleia legislativa. Desde cedo aprendi com meu pai, Chico de Miguel, a importância do compromisso e do trabalho sério. Sempre pautei a minha vida fazendo por Sergipe e por você. Para renovar o meu mandato, preciso do seu voto. 45 555. Governador Eduardo, 45.

Por mais que a deputada já esteja em seu sexto mandato, a mesma reconhece a necessidade de preservação do histórico familiar, tendo em vista que grande parte do seu eleitorado vem do município de Itabaiana e ao ter mais um concorrente da mesma terra, se valer da história do seu pai, que consequentemente também é a história da cidade, lhe possibilita então a continuidade de sua carreira política.

QUADRO 36: Participação em Comissões de Maria Mendonça

Comissão Permanente	Cargo
Administração e Serviço Público	Membro
Ciência, Tecnologia e Informática	Vice-Presidente
Energia e Comunicações	Membro
Defesa do Consumidor	Membro

Fonte: Alese

Alguns estudos indicam a influência da condição feminina nas vivências do doméstico e da política. No artigo de Figurelli (2017) encontramos as valorizações distintas para práticas semelhantes: se por um lado o casamento e a adoção de filhos são entendidos como propiciadores à constituição da família, por outro, a agregação de herdeiros a partir da aliança de outro casal é identificada como um intensificador das disputas entre a família e a consequente divisão dos recursos e das casas, assim como é visualizado na história de Sergipe e seus diversos

engenhos em pequenas localidades (PETRARCA, 2017). Entretanto, a mulher pode ser vista como uma pessoa importante para gestão da família, mas isso também depende de como essa família é constituída e qual a posição que ela ocupa social e politicamente, levando assim a que tipo de crédito é dado pela sociedade.

No entanto, em diálogo com outros trabalhos, esse caso provoca reflexões sobre outros sentidos evocados nessas valorizações, a exemplo de certas habilidades femininas necessárias ao fazer família e fazer política. No texto de Perutti (2017), a importância e o lugar dessas habilidades se destacam quando trata dos agenciamentos maternos. O caso viria a ser quando o pai de família, João Magalhães, saiu no mundo em busca de um território para a morada, devendo-se então à mãe, Dona Sebastiana, a criação de condições necessárias à estabilidade e permanência da família naquela terra. O vínculo com a terra-território depende da busca do lugar, mas também da sua fixação. É a mãe quem produz o temperamento dos filhos, principalmente da vontade de se aquietar e se estabilizar nesse lugar. Dona Sebastiana também influencia na configuração das casas, dos lugares onde os filhos devem morar, aspectos que nos levam a questionar sobre sua agência nos momentos em que a política intensifica a divisão do território, assim como quando influi em outras cisões no coletivo familiar. Dessa maneira, por si só a mulher já constrói uma habilidade de gerenciamento, pois é ela que está a todo momento construindo o cotidiano da casa. Por que então ainda é renegado à mulher somente o papel do cuidado?

Devido à sua atuação enquanto empresária e mulher, a deputada Janier Mota (PR) conseguiu aprovação de suas quatro PL Ordinárias, sendo três delas: a primeira institui o “Dia estadual da Vaquejada, Vaqueiro, Pega de Boi no Mato e Cavalgada” para o dia 25 de outubro, sendo o dia em que 5 mil vaqueiros foram até Brasília manifestar a despeito da defesa da vaquejada como atividade legal. Já a segunda PL seria sobre a instituição da “Rede de Proteção à Saúde e Assistência Social da Mulher Vítima de Violência”. A terceira seria a instituição do “Carnaval de Itabaianinha” como patrimônio estadual. Além disso, se alinham também às suas participações nas Comissões Permanentes:

Criada no Sertão de Nossa Senhora da Glória, a deputada evidencia a sua constante participação na atividade da pecuária e do gado, tendo construído o Parque Gabriel Mota – que leva o nome de seu falecido filho – para as competições no município de Itabaianinha. Essa relação do ser mãe acaba sendo estendido à política, principalmente pela característica do cuidado, além da Casa de Apoio que ela mantém com recursos próprios. Como já mencionado, Janier não necessitou de intervenção direta do seu marido para entrar na política.

QUADRO 37: Participação em Comissões de Janier Mota

Comissão Permanente	Cargo
Saúde, Higiene, Assistência e Previdência Social	Presidente
Educação, Cultura e Desporto	Vice-presidente
Obras Públicas, Desenvolvimento Urbano, Transporte e Turismo	Membro
Agricultura e Meio Ambiente	Vice-presidente
Cidadania e Direitos Humanos	Vice-presidente
Defesa do Consumidor	Membro
Legislação Participativa	Membro

Fonte: Alese

Ao ser convidada para compor a chapa de Danilo Carvalho (MDB) como vice-prefeita, Janier se filiou ao PPS, deixando o partido quando resolveu lançar a sua pré-candidatura pelo PR; nisso, já havia rompido com o seu colega do executivo, que não chegou a apoiar a sua campanha, pois ela estaria em um partido do grupo da oposição, que seria encabeçado por Eduardo Amorim (PSDB) que à época, havia se candidatado a Governador do Estado. Esse fato demonstra como os partidos continuam servindo aos grupos políticos, e não necessariamente a uma ideologia dentro do projeto político-partidário.

Ainda nessa perspectiva de associação ao cuidado temos a deputada estadual pelo Podemos, Diná Almeida. Apesar de também estar no seu primeiro mandato, para o qual foi eleita com 20.168 votos, a deputada já tinha contato com a gestão e cuidado. Seu marido Diógenes Almeida (MDB) é o atual prefeito da cidade de Tobias Barreto, localizada à 105 km da capital, além de que nas eleições de 2014 ficou como suplente de deputado estadual. Na gestão de 1997 a 2000, Diná assumiu a secretaria de Assistência Social, voltando ao cargo no primeiro ano dessa última gestão, afastando-se somente para a campanha de sua candidatura à Assembleia Legislativa. É comum o cargo dessa secretaria ser ocupado pela primeira-dama, tendo em vista a formação do Estado brasileiro.

Segundo pesquisa de 2018²² do IBGE sobre os municípios brasileiros, há a demonstração de dados significativos sobre a persistência dessa cultura patrimonialista na assistência social. Dentre os municípios que declararam ter órgão gestor da assistência social, 1.352 responderam que a política de assistência social naqueles municípios era conduzida pela primeira dama, num total de 24,3% dos municípios brasileiros. Chama a atenção ainda o movimento de primeiras damas em busca de qualificação universitária: 47,4% destas gestoras

²² Pesquisa feita através do <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/pesquisa/1/74454?ano=2018> acesso em 16/12/2019

possuíam o ensino superior completo e/ou Pós-graduação, com maior incidência nas seguintes formações: 45 assistentes sociais, 194 pedagogas, 42 advogadas, 43 administradoras e 257 com formações variadas não discriminadas no questionário.

Diferentemente, Diná aproveitou a sua formação como técnica em Contabilidade para assumir a presidência da Comissão Permanente de Economia, Finanças, Orçamento e Tributação, além da justificativa de que é seu papel assumir a orientação de ajudar a contribuir para uma gestão econômica mais inteligente.²³

QUADRO 38: Participação em Comissões de Diná Almeida

Comissões	Cargo
Economia, Finanças, Orçamento e Tributação	Presidente
Energia e Comunicações	Membro
Agricultura e Meio Ambiente	Membro

Fonte: Alese

Além disso, se coloca como representante de sua cidade Tobias Barreto, apesar de também dividir o posto com o deputado Dilson de Agripino (PPS), que municipalmente são de grupos políticos divergentes.

A advogada, biomédica e empresária Maisa Mitidieri (PSD) foi a segunda maior votação dentre os 24 deputados eleitos, alcançando 35.707 em sua primeira eleição. Filha do ex-deputado Luiz Mitidieri, Maisa chegou à Alese justamente para dar continuidade aos trabalhos do pai e sempre deixou isso claro. É a única deputada a compor a Mesa Diretora, estando como 4ª secretária, cargo também ocupado por seu pai em seu último mandato.

QUADRO 39: Participação em Comissões de Maisa Mitidieri

Comissão Permanente	Cargo
Constituição e Justiça	Membro
Administração e Serviço Público	Membro
Economia, Finanças, Orçamento e Tributação	Membro
Saúde, Higiene, Assistência e Previdência Social	Membro
Obras Públicas, Desenvolvimento Urbano, Transporte e Turismo	Membro
Segurança Pública	Membro
Legislação Participativa	Membro
Redação Final	Membro
Ética e Decoro Parlamentar	Membro

Fonte: Alese

²³ IN: <http://jlpolitica.com.br/noticias/estado/dina-almeida-2019-foi-um-ano-de-amadurecimento-na-politica> acesso em 23/01/2020.

Por mais que tenha consciência de que o seu sobrenome é de grande peso, haja vista os trabalhos do pai e do irmão, a deputada afirma que a sua vitória seria resultado do conjunto desses elementos e que ela própria batalhou por isso²⁴. A sua batalha teria sido em relação à sua atuação durante o último mandato do pai, onde ela o acompanhava nos atendimentos, nas idas às Secretarias do Estado, ou seja, construindo o seu próprio cotidiano da política, estando presente e sendo vista.

Imagem 5 – Mitidieri nas eleições 2018



Fonte: reprodução site jlpolitica

Além disso, Maisa Mitidieri também enfatiza, em uma entrevista a um site local, a importância da participação feminina na política como uma de suas bandeiras.

Vamos procurar fazer com que a mulher se valorize cada vez mais, que a mulher esteja na política cada vez mais, que tenha poder na sua vida pessoal. Costumo dizer que não adianta apenas a mulher entrar para a política. Ela tem que se encontrar e fazer parte do dia a dia. Como posso cobrar dos políticos se eu não me envolvo, não procuro saber como estão essas coisas?

Essa fala vai justamente na direção de que, ao chegar a um mandato, é seu dever proporcionar o caminho e preparar o terreno para que mais mulheres venham a se interessar pela política, não ficando somente como opção para o preenchimento da cota feminina.

A relação analítica entre recurso familiar, agrupamentos políticos e política profissional investem na ideia de que família e política, mais do que entidades são atividades, vividas em contextos e criadas a partir de saberes específicos. Reconhecendo que todo “saber fazer” requer

²⁴ IN: <http://jlpolitica.com.br/coluna-aparte/nova-alese-2-mais-que-o-sobrenome-mitidieri-maisa-carrega-amor-pela-politica> acesso em 12/12/2019.

determinadas práticas e habilidades, baseando-se na linha da Sociologia dos Grupos Profissionais, a leitura trazida aqui acaba diferindo de alguns outros trabalhos pois busca demonstrar as intersecções entre práticas da família e práticas da política. Com esse exercício quis também apontar as possíveis apostas, riscos, felicidades e infelicidades particulares nas conexões, oposições e misturas entre política e família experimentadas nos contextos retratados pelas autoras.

Historicamente, vê-se a fixação das categorias “do lar” e “cuidado” relacionadas à mulher, mesmo tendo avançado em muitos espaços da vida social. Isso se deve à construção do papel da mulher na sociedade. Todavia, as tentativas de avançar essa linha não tão tênue como gostaríamos continuam existindo, e pensando nas instituições políticas, temos muito o que conquistar ainda. Obviamente que o discurso de gênero pautado nas relações familiares para a política pode não aparentar conexo, visto que, caso pensemos no que viria a ser um discurso político “correto”, seriam utilizados outros meios para a obtenção da chegada ao pleito.

Essa foi uma das pautas da ex-deputada Silvia Fontes (PDT), sendo a mais votada do pleito de 2014 com 42.613 votos. Atualmente ocupando o cargo de coordenadora adjunta de Comunicação Social do TCE, Silvia integrou a chapa de Valadares Filho nas eleições de 2018 como vice-governadora, tendo recusado o convite de Eduardo Amorim, que também tentou sondar Janier Mota para ser sua vice, findando então com Ivan Leite, ex-prefeito do município de Estância. Silvia Fontes é casada com o atual deputado federal Fábio Henrique (PDT), ex-prefeito de Nossa Senhora do Socorro.

Apesar de haver o apoio do marido em sua campanha eleitoral à época prefeito do município, a ex-deputada Sílvia Fontes deixa claro, precisou se posicionar perante ao próprio agrupamento, composto por onze vereadores, um deputado estadual e um ex-prefeito, tendo em vista que até nele acabou encontrando resistência e se vendo obrigada a enfrentar grandes nomes políticos do seu município liderados por esses outros e além de encarar uma campanha em tempos de indiferença e descrédito nos políticos brasileiros que pairou nas campanhas em 2014. Não obstante, alcançou o eleitorado, levando à maior votação para a Assembleia Legislativa.

Foi o reflexo da minha verdade, do trabalho do meu grupo, da gestão e da trajetória política de Fábio Henrique [prefeito de Nossa Senhora do Socorro] e das pessoas que encontraram em mim a verdade que eles buscavam para minimizar o descrédito com a classe política. Encontrei pessoas que, depois que conversavam comigo, diziam: ‘vou votar em você porque você olha no olho da gente e a gente pode ver a sua alma e porque a senhora é mulher’. Isso influenciou muito nesta votação.²⁵

²⁵ IN <https://infonet.com.br/noticias/politica/silvia-fontes-pdt-pleiteara-vaga-na-mesa-diretora/> acesso em 16/01/2020.

Porém, a sociedade é movida através dos sentidos que o ator dá para as suas ações; a partir do momento em que cada vez mais vamos observando a mulher em espaços antes majoritariamente masculinos, nossas ações serão pautadas pensando nesse viés. Além disso, não podemos esquecer que se a família ainda continua sendo utilizada como um recurso para a política partidária, é porque aqueles que já estão há muito tempo possibilitaram essa ação. Assim como qualquer outro ofício que requer mobilização de habilidades e saberes, a política profissional é um espaço onde todos podem se inserir resgatando o background social e familiar.

Desde o artigo de Beatriz Heredia (2010) sabe-se do papel do pai de família em receber políticos em casa, construir certos consensos entre os membros do coletivo familiar em torno dos votos e das adesões e expressar publicamente esses compromissos. Tomamos como exemplo os pais de Goretti Reis e Maisa Mitidieri, colegas de legislatura com o mesmo estilo de background social: filhas de pais políticos que buscaram seguir os seus legados. Tais aspectos sugerem uma política vivida por homens adultos, visto que as mulheres que tomam frente nessa cena aparecem como exceções à regra. A política descrita por Heredia é aquela associada às campanhas eleitorais municipais, vividas principalmente em contextos rurais e interioranos, nesses momentos as casas e localidades camponesas se abrem aos acontecimentos do seu tempo, as suas promessas e seus perigos.

Ali é o homem quem faz a recepção, acionando modos de relacionar com esses eventos que permitem expressar solidariedades e vínculos com determinados lados e facções e ao mesmo tempo evitar que a divisão própria desses momentos contamine o ambiente familiar. Nesse sentido, a vivência da política por esposas, filhos menores e filhas está conectada ao protagonismo do pai de família. Isso não significa dizer que as mulheres, meninos e meninas não participam da política, pelo contrário, a questão é que não fazem como os homens adultos fazem. Esse exemplo foi tratado em Santos (2016) durante a campanha eleitoral. Foi observado que toda a família se mobiliza em prol do pai, do homem, onde cada um executaria um papel para contribuir com o sucesso dos eventos.

As considerações de Heredia (2010) em diálogo com o lugar da mãe na constituição do território (PERUTTI, 2017) e das avaliações singulares que são feitas para os casamentos (Figurelli, 2017) nos levam a questionar sobre as possíveis conexões entre a política da domesticidade e a política dos lados e das facções. Há uma particularidade da política criada nos agenciamentos femininos? De que maneiras as práticas da criação/adoção e outras vivências protagonizadas por mães de família, mulheres solteiras/sozinhas, assim como suas diferentes escolhas e vivências incidem nas divisões e adesões criadas e suscitadas no tempo da política e

em outros acontecimentos do poder? Esse último comentário tem como objetivo chamar a atenção para o modo como gênero se apresenta nesses trabalhos.

Assim, indico-o como dimensão significativa para pensar determinadas conexões entre família e política. Se focarmos nas pesquisas realizadas no âmbito do NuAP, estudos de Beatriz Heredia (2010) e de Irllys Barreira (1998) são pioneiros à medida que acrescentam às reflexões etnográficas a particularidade dessas relações e as afecções dos acontecimentos do gênero nas dinâmicas do poder e vice-versa. Em diálogo com os trabalhos apresentados neste tópico, penso que esse é um tema tão importante quanto aqueles consagrados em discussões e publicações do NuAP, a exemplo da violência, do conflito, da família e das relações pessoais, e por isso deveria ser alvo de maiores investimentos em futuras elaborações teóricas e etnográficas desenvolvidas pelas Ciências Sociais.

A exposição desses casos demonstra que, por mais que o quantitativo feminino tenha aumentado no cenário legislativo sergipano, que haja mais incentivo por parte do Estado em relação à criação de cotas com propósito de trazer mulheres para a política, fica evidente que isso ainda acaba dependendo da lógica dos agrupamentos; principalmente, a partir da mobilização do recurso familiar dentro desse espaço, pois é necessário, assim como outro ator político, constituir-se no contexto das redes de base familiar, isso pensando no caso sergipano. Além dos casos de Kitty Lima (REDE) e de Ana Lúcia (PT) que adentraram na política profissional através da militância, as demais possuem a inserção em redes de base familiar dos agrupamentos de Belivaldo Chagas, Valadares Filho e Eduardo Amorim.

É perceptível também que a construção do papel da mulher para a política em sua grande maioria se deve justamente por se encontrar num espaço em que já haja a predisposição para tal atuação. Além disso, deve-se também construir a noção de que a mulher pode contribuir para a manutenção dos grupos e possibilitar a ampliação dos recursos. Tem sido cobrada cada vez mais a participação feminina, e ela tem se colocado como peça fundamental na diversificação dos cargos, seja no executivo como no legislativo, apesar de ainda não ter chegado à Câmara dos Deputados, o que é um reflexo do país, onde somente 77 deputadas mulheres conseguiram se eleger no pleito de 2018²⁶, apesar de ter aumentado das 51 eleitas em 2014.

Isso demonstra também que os recursos familiar e partidário, caso sejam mobilizados seguindo a lógica do agrupamento no qual esteja inserido, a mulher pode alcançar seu próprio espaço, contribuindo para a composição de laços para além da “casa” ou que envolvam

²⁶ <https://www.camara.leg.br/noticias/545897-bancada-feminina-na-camara-sobe-de-51-para-77-deputadas/> acesso em 18/08/2019.

“cuidado”. Com essa perspectiva, valendo-se dos exemplos de Maisa Mitidieri e Goretti Reis, além de darem continuidade ao legado da família, puderam elaborar a própria identidade do ser deputada através das experiências adquiridas no cotidiano desses grupos, antes mesmo de existir a conversão ao papel de legisladora, aliando também o recurso profissional para validar suas capacidades de ocuparem esses cargos.

4.3 – QUANDO HÁ MAIS DE UMA POSSIBILIDADE: ENTRE O ESTADUAL E MUNICIPAL NA POLÍTICA DE GRUPOS

Quando tratei da circulação de atores políticos em grupos diferentes, foi me questionado se isso estava relegado somente aos cabos eleitorais (SANTOS, 2016), tendo em vista que são indivíduos com maior facilidade de circulação e que não necessariamente precisariam ter um vínculo totalmente consolidado com os grupos políticos. Entretanto, também é possível mostrar que essas alianças ultrapassam a base eleitoral nos municípios e chegam ao nível estadual. Além disso, as dinâmicas municipais muitas das vezes acabam por não refletirem as alianças a nível estadual. Ou seja, o que acaba contribuindo para as recomposições partidárias, seria justamente essa dinâmica fluida entre os dois níveis.

Para demonstrar essa situação, essa Tese apresenta os casos dos grupos Andrade, Mitidieri, Reis, Ribeiro e Monteiro. Conforme demonstrado no capítulo 3, esses grupos conseguem diversificar as suas representatividades nas bases eleitorais a nível estadual, alcançando municípios que viabilizam a expansão de suas alianças. Mas, quando se trata do nível municipal, as relações modificam completamente.

Destaco aqui que, a partir do momento em que falamos nessa Tese sobre os agrupamentos no contexto estadual, estamos lidando com dois momentos completamente diferentes, assim como no contexto nacional. Após as eleições de 2018, onde ficaram evidentes as desavenças nos agrupamentos de Eduardo Amorim e Valadares Filho, ficou perceptível que essa fluidez das relações políticas pode proporcionar instabilidades que geram os afastamentos daqueles que tinham acabado de chegar. Com isso, no que concerne às alianças e amizades políticas, é mais importante ainda deixar claro o papel de cada ator no agrupamento, além do tipo de apoio que irá receber.

Seguimos com o caso da Família Mitidieri, que optou por se aliar a outros deputados na legislatura estadual de 2019-2023, e que nos ilustra tal evento. O PSD do Estado de Sergipe viveu uma curiosa realidade de mando e, de certo modo, acabou chamando a atenção nos bastidores da atividade política estadual. Mas, aparentemente, não gerou discordâncias ou

desencontros. Na condução desse partido há dois grupos de origens diferentes. Atualmente, o partido é presidido no Estado pelo deputado estadual Jeferson Andrade, que também tem em seu vínculo familiar o gosto pela política, mas isso se dá numa parceria plena com a família Mitidieri, essa sim tradicional na política através da imagem do ex-deputado Luiz Mitidieri; devido a esse fato, leva-se a pensar que o presidente da Executiva é o deputado federal Fábio Mitidieri.

Fábio Mitidieri (PSD) preside a Executiva Municipal de Aracaju; o ex-deputado estadual Luiz Mitidieri, que passou a atividade política para a filha, a deputada Maisa Mitidieri, chegou a afirmar que a unidade do seu grupo com o dos Andrade deixa o PSD mais forte. Além disso, o ex-deputado, as duas alas do PSD vivem “uma sintonia muito boa”. Em entrevista a um portal de notícias local, o ex-deputado reafirmou que “essa foi uma união que desde que começamos até hoje não tivemos nenhum tipo de problema, e se Deus quiser vamos continuar juntos. Os Mitidieri e os Andrade juntos são mais fortes do que cada um isolado. E a gente vem trabalhando nesse sentido, porque hoje, juntos, somos um grupo muito forte no Estado”²⁷. Esse mesmo discurso foi formulado pelo deputado Jeferson Andrade, que acabou consolidando essa amizade política entre os grupos familiares.

É de conhecimento da comunidade política que, apesar de Jeferson Andrade ser o presidente estadual, há uma divisão consensual das decisões com os Mitidieri - com Luiz, Fábio, Maisa. Além disso, outros integrantes do partido tem uma grande voz e ativa, por sinal, como Robson Viana e a deputada estadual Goretti Reis. Mesmo assim, as últimas reuniões se basearam na busca de nomes fortes para as eleições de 2020. Para Jeferson Andrade, a convivência dos dois grupos sob o mesmo teto do PSD é como se fosse algo em família; esse traz um fato de sua relação com o filho mais novo do Mitidieri pai, Luiz Junior, com o qual estudou junto e que hoje é médico. Por conta disso, as relações políticas se tornam mais fáceis de serem levadas e quando surgem alguns conflitos, eles são resolvidos sem grades dificuldades.

Tanto Jeferson Andrade quanto Luiz Mitidieri levam em conta o fato de o PSD ter composto o Governo de Sergipe, na pessoa Belivaldo Chagas. Ambos os líderes políticos veem na imagem do atual governador do Estado de Sergipe como um grande aliado, alguém do mesmo grupo com quem podem confiar. Tendo em vista que foram eles quem o convidaram

²⁷ <http://jlpolitica.com.br/coluna-aparte/fabio-mitidieri-aceita-sugestao-de-luiz-e-admite-trabalhar-por-2022-mas-com-grupo-unido/notas/cupula-do-psd-de-sergipe-reune-dois-grupos-diferentes-mas-harmonicos-e-quer-muito> acesso em 19 de janeiro de 2019.

para fazer parte do partido, ter o maior ator político do executivo estadual no mesmo lado é de um grande trunfo.

É nesse momento em que podemos visualizar as relações políticas saindo do âmbito municipal e passando para o nível estadual; a imagem do sertão sendo representada pelo deputado Jeferson Andrade e a capital, como também o município de Boquim, com a imagem de Maisa Mitidieri, pensando assim na Assembleia Legislativa. O grupo vê a relação com Belivaldo Chagas como de grande importância para todo Executivo, o Legislativo e o Judiciário, pois veem no governador um indivíduo que consegue transitar nos três poderes, além de beneficiar o crescimento da Executiva Estadual do PSD.

Apesar disso, é necessário ter cautela. Ao visualizar a imagem das eleições municipais de 2020, precisa-se ter em mente as possibilidades que o partido e os grupos teriam ao lançar determinados candidatos, ou também quem iriam apoiar. Talvez venha dessa unidade dos dois grupos e mais do fato de dispor do Governo do Estado a visão de Jeferson Andrade de um PSD forte e com vontade política para o ano eleitoral. É importante pensar também como que o partido se encontra em outros municípios. A exemplo, temos a já mencionada deputada Goretti Reis, uma das representantes do município de Lagarto, tia do deputado federal Fábio Reis, do MDB e do ex-deputado federal Sergio Reis, também do MDB e atual nome do grupo Saramandaia como pré-candidato à prefeitura de Lagarto. Entretanto, Goretti e Sergio Reis já vieram a se desentender há alguns anos, causando então uma rixa dentro do próprio grupo. A então deputada sempre colocou a prefeitura do município como o seu maior sonho político, pois enfim poderia dar continuidade ao legado dos Reis que foi iniciado com o seu pai, o ex-prefeito e ex-deputado Arthur Reis.

Imagem 6 – Goretti Reis e Maria do Carmo Alves



Imagem reprodução Ascom Parlamentar ALESE

Por muitos anos, Goretti Reis foi uma das grandes aliadas do antigo governo de João Alves, além de grande apoiadora da atual senadora Maria do Carmo Alves. A foto acima foi de um dos diversos encontros entre as duas legisladoras, esse específico ocorrido em outubro de 2019. Na ocasião, a deputada solicitava apoio para políticas públicas voltadas para mulheres, pauta essa já trabalhada nessa tese. Nas eleições de 2014, foi possível identificar um conflito político-partidário onde devido a sua antiga filiação partidária, lhe impedia estar no mesmo palanque que os seus candidatos. Se via entre os grupos de Jackson Barreto e o de João Alves. A mesma situação foi passada por Gustinho Ribeiro, quando se candidatou ao primeiro mandato como Deputado Estadual pelo PSD nas eleições de 2014, onde tinha apoio de Jackson Barreto (MDB), mas seus outros candidatos eram da coligação de Eduardo Amorim. Essa mistura de redes e de grupos políticos pode se tornar uma faca de dois gumes, caso o ator político não saiba lidar com essa variedade de nós²⁸.

Imagem 7 – Lançamento da campanha eleitoral PSD, PMDB e PT

²⁸ Para mais detalhes acerca dessa problemática, consultar SANTOS (2016).



Imagem reprodução Universo Político

Na imagem acima, temos as figuras de Gustinho Ribeiro (antes PSD e atual SD) o atual senador Rogério Carvalho (PT), o ex-governador Jackson Barreto (MDB), o deputado federal Fábio Mitidieri (PSD) e o então candidato a vice-governador Belivaldo Chagas (antes PSB e atual PSD). Entretanto, para a sua candidatura a deputado federal nas eleições de 2018, Gustinho Ribeiro optou por romper com Belivaldo Chagas, então candidato ao Governo Estadual, justamente por ele se encontrar como aliado ao grupo Saramandaia em Lagarto, com a então aliança de Goretti Reis e o restante da Família Reis. Gustinho então optou por se aliar a Eduardo Amorim, então senador e candidato a governador. Nesse mesmo momento, o Bole-Bole, grupo de Gustinho Ribeiro, se encontrava aliado ao então prefeito de Lagarto Valmir Monteiro, que tinha como vice-prefeita a esposa de Gustinho, Hilda Ribeiro. Em novembro de 2018, Valmir Monteiro é afastado da prefeitura, assumindo interinamente a sua vice, gerando assim um novo cenário em um dos municípios mais importantes do Estado. Consequentemente, Valmir Monteiro é preso e Hilda assume efetivamente como Prefeita.

Imagem 8 e 9 – Hilda Ribeiro e Gustinho Ribeiro



Imagens Reprodução Instagram @gustinhoribeiro

É comum observa a presença da mulher na política, principalmente no poder Executivo. Geralmente tem-se a primeira-dama como a Secretária de Ação Social ou alguma pasta que envolva o “cuidado”. A mulher também acaba sendo a protagonista ao assumir o lugar no marido/pai/irmão em outro cargo, como vimos no tópico anterior. Entretanto, assumir e executar o papel de prefeita sem uma experiência prévia na gestão pública, não é um fato rotineiro, mais ainda quando o seu marido já tem uma história consolidada na política.

Dessa maneira, acaba sendo vítima de comentários misóginos em relação à sua atuação como chefe executiva, no caso aqui ilustrado na imagem de Hilda Ribeiro. Constantemente, é visto por parte de seus opositores o seu questionamento não como prefeita, mas simplesmente como a “esposa figurante” que acaba acatando os mandos de seu marido, que teria mais voz por ser deputado e líder do grupo político em Lagarto. Como qualquer outro aliado político, as relações que compõem o cotidiano da política são as engrenagens que fazem com que a dinâmica seja diversificada, com seus altos e baixos. Ainda assim, por mais que a mulher venha ganhando espaço, a sociedade ainda acaba enxergando-a como uma marionete à serviço do seu “dono” e “mentor”.

Porém, o que leva a um ator político, querendo consolidar a sua carreira dentro de um grupo político a se dispor a um evento o que pode lhe causar situações constrangedoras? Ora, o mundo da política se mantém através dessas dinâmicas. Acerca desses problemas, podemos identificar também alguns macrotemas que concentram os estudos sobre carreiras, como as ambições e motivações, os arranjos institucionais que impactam as trajetórias, o impacto do

empenho parlamentar dentro das casas e o recurso político advindo das esferas do Executivo, bem como alguns padrões de carreira identificados em estudos exploratórios e descritivos.

No entanto, é importante considerar que não é simples estabelecer padrões gerais considerando apenas as preferências e ambições dos deputados, uma vez que há diferenças ideológicas e sociais que podem ser significativas nas carreiras parlamentares. No caso brasileiro, não seriam ideológicas de fato, mas sim partidárias, onde as coligações mudam completamente a cada eleição e que dependem diretamente da construção e manutenção das bases eleitorais. Além disso, há também a própria lógica do agrupamento e dos partidos que devem ser levadas em consideração, haja vista que, no caso sergipano, a concentração dos partidos em determinados grupos se coloca como estratégia crucial para a manutenção das redes.

Apesar de não haver conclusões definitivas sobre ambições progressivas e real preferência por cargos do Executivo, é possível dizer que assumir postos no Executivo municipal, estadual ou federal agregam e ampliam o recurso político aos parlamentares. Em casos em que o candidato não possui recursos para financiamento de campanha, redes de contatos articuladas ou mesmo reputação pessoal sólida, a ocupação de um cargo no executivo poderia agregar recursos políticos nesse sentido, gerando apoio e trazendo votos em uma eleição futura.

Nesse sentido, os padrões de recrutamento impactam bastante nas decisões dos parlamentares, uma vez que a dependência do partido pelo parlamentar impacta nas possibilidades de suas escolhas. Em recrutamentos endógenos, a dependência e lealdade partidária é maior, o que dá menos autonomia, ou liberdade reduzida na escolha de oportunidades distintas, para o parlamentar direcionar sua carreira. De certa maneira, essa menor autonomia acaba se tornando um suporte garantido, pois o sentimento de adesão e de pertencimento ainda é uma característica dos grupos, principalmente os locais.

Com relação a ambição destaca-se Schlesinger, em seu livro *Ambition and Politics* (1966), no qual apresenta os conceitos de ambição discreta, ambição estática e ambição progressiva na explicação sobre o comportamento dos políticos nas disputas eleitorais. Ambição discreta seria a intenção do candidato de permanecer no cargo durante um mandato apenas. Já a ambição estática seria o desejo de permanecer no mesmo cargo, pleiteando a reeleição, enquanto a ambição progressiva seria a intenção de pleitear cargos mais altos no sistema político.

Complementando o cenário conceitual, Pereira, Leoni e Rennó (2003), apresentam a ideia de ambição regressiva, na qual o parlamentar busca pleitear cargos mais baixos do que já

ocupa. A explicação para isso envolve uma série de ponderações considerando a teoria da escolha racional, na qual os parlamentares ponderariam os riscos e recursos disponíveis para pleitos de ambição progressiva e optariam por empreender esforços de maneira mais lógica e segura em uma eleição com mais possibilidade de sucesso.

Santana (2008), por sua vez, introduz o conceito de ambição dinâmica, que reflete o comportamento de parlamentares sem objetivos de carreira claramente definidos e que alternam a ocupação de cargos nas arenas do legislativo e executivo. Essa quarta categorização surge, segundo a autora, para abarcar os casos nos quais o único objetivo certo do parlamentar é continuar na vida pública, ou mesmo nos casos em que não há muita disponibilidade de cargos em disputa.

Temos também a definição de Bourdoukan (2006) do conceito de “ambição executiva”, a ideia a ser mais explorada nesse trabalho. Esse tipo de ambição expressa justamente o maior interesse dos parlamentares por cargos dos três níveis do Executivo em detrimento do Legislativo. Isso basicamente pela maior possibilidade de obtenção de recursos pública, a dizer “benefícios privados – basicamente cargos e demais recursos de patronagem – ou benefícios coletivos – basicamente a produção de políticas públicas” (BOURDOUKAN, 2006).

Pereira, Leoni e Rennó (2003), argumentam que apesar da natureza de ambição política em pleitear cargos mais altos, nem sempre essa é a decisão estratégica mais adequada em termos da permanência na vida política, porque é importante considerar o cenário político do momento e os recursos disponíveis para tal. Então nem sempre a ambição progressiva imperará nas escolhas de carreira. Isso conduz algumas explicações quanto a escolha por cargos menores no Executivo local, por exemplo, como identifica Samuels. Samuels (2003) aponta para a preferência dos políticos brasileiros em ocuparem cargos no Executivo, como o caso da deputada Goretti Reis. Ele chama esse fenômeno de “ambição extra-legislativa”, que ocorre apesar dos incentivos naturais à reeleição na Câmara, pelo fato de os deputados já serem “candidatos natos”, ou seja, com a prerrogativa de pleitear novamente o cargo. Para Samuels, candidatos com mais recursos ou força política arriscariam o pleito de cargos no Executivo, o que para o autor corresponderia à ambição progressiva no caso brasileiro. Sendo assim, permaneceriam a disputar espaço na câmara baixa parlamentares mais fracos politicamente. Entretanto, deve-se obedecer aos direcionamentos do agrupamento; devido a isso, Goretti Reis ainda não conseguiu alcançar o seu momento de “independência”.

Como consequência teríamos um corpo legislativo mais fraco e com poder de decisório e de agenda concentrado nas mãos de alguns líderes. Isso, segundo Samuels, é o que valoriza cargos no Executivo em detrimento do Legislativo, uma vez que no primeiro há mais poder

concentrado nas mãos do indivíduo que ocupa o cargo. Pegurier (2012), por sua vez, acredita que a valorização de postos no Executivo (principalmente local) é um reflexo da intensa urbanização sofrida no Brasil no início do século XX.

Com relação a isso, Santana (2008) apresenta dados dos candidatos à reeleição de 1990 a 2004 na Câmara dos Deputados, revelando que no Brasil a média de deputados que buscam a reeleição é de 72% e que a autora considera uma taxa alta, concluindo que o argumento de Samuels pode não ser o mais apropriado para o caso brasileiro. A conclusão de Santana sobre a premissa de Samuels também é observada em Pegurier (2012) em sua revisão sobre trajetórias na Câmara dos Deputados do Brasil. O fato da não-reeleição pode estar ligado à alta competitividade que o próprio Samuels apresenta.

No entanto, é importante destacar que, considerando as estratégias de cálculo racional dos custos eleitorais, nem sempre as preferências dos parlamentares estarão refletidas nos indicadores de ambição progressiva. Ou seja, após considerar os riscos e recursos disponíveis para o pleito, nem sempre a escolha sobre qual cargo disputar refletirá as preferências genuínas do político, uma vez que há tanto variáveis contextuais quanto institucionais podendo impactar no resultado esperado.

Para além dos momentos eleitorais é relevante explorar a circulação entre Executivo e Legislativo. Entretanto, depende muito da estratégia do grupo político. No caso do grupo Saramandaia, caso a deputada Goretti Reis saísse para a disputa municipal, o grupo perderia um grande nome no legislativo estadual, tendo em vista a possibilidade de eleição com o sobrinho, que não ocupa atualmente nenhum cargo eletivo. Com essas informações é possível compreender com mais clareza o cenário em que os parlamentares empreendem em termos de carreira e suas motivações com relação aos cargos eletivos.

Dessa maneira, em relação aos grupos dos Reis, Ribeiro e Monteiro, a dimensão do município se torna crucial para as suas dinâmicas pois eles dependem diretamente das suas bases, tendo em vista que disputam as adesões locais já historicamente consolidadas politicamente. A nível estadual, as alianças eram meramente partidárias, tendo sido necessária a desfiliação de alguns atores justamente porque acabava por chocar com as relações que giram em torno do Bole Bole e Saramandaia, como foi o caso de Gustinho Ribeiro e Goretti Reis.

É preciso ter cautela, no entanto, com relação a conclusões categóricas sobre padrões de trajetória considerando o recrutamento e fidelidade partidária, porque como bem destaca Marengo (2001), “partidos apresentam uma configuração híbrida quanto a trajetórias e vínculos de lealdade de seus membros”. No caso brasileiro principalmente, onde há um leque de variáveis históricas, sociais e institucionais que impactam as decisões de carreira dos

parlamentares. Além dos fatores externos ao indivíduo, sejam eles partido, cenário institucional, recursos, cabe buscar a compreensão das decisões de carreira pensando em escolhas racionais que o deputado faz ponderando todo o cenário político envolvido e recursos políticos aos quais tem acesso.

Pereira, Leoni e Rennó (2003) trazem essa perspectiva de escolha racional, que se configura como explicação bastante consistente. Bourdoukan (2006) também agrega nesse sentido quando profere ao parlamentar a possibilidade de análise sobre os recursos públicos ao seu dispor, podendo ser menor ou maior dependendo da participação ou não da coalizão de governo. Nesse caso, de qualquer forma entram questões de preferências, uma vez que cabe ao parlamentar o cálculo de utilidade e análise de satisfação com relação aos recursos políticos disponíveis.

Complementarmente a essas últimas abordagens, temos o trabalho de Santos (2010), que contextualiza a alternância de cargos entre Executivo e Legislativo no momento de amadurecimento democrático que temos hoje. O autor destaca que para compreender o padrão de trajetória dos parlamentares brasileiros é importante situar algumas variáveis históricas que tiveram impacto nos resultados eleitorais e, conseqüentemente, nas carreiras políticas que temos hoje. Uma dessas variáveis é a disponibilidade de cargos com a transição democrática. Com as eleições diretas para cargos do Executivo municipal e estadual, há um aumento de oferta de cargos políticos, o que impacta o cálculo racional para escolha de oportunidades. Além disso, a entrada de novos partidos na arena política, desembocando hoje em um multipartidarismo exacerbado, traz um cenário mais instável e competitivo, contexto ainda de adaptação para os candidatos que almejam a permanência na vida pública.

Todavia, com a oferta de vários cargos, pode ser então o cenário propício para novas disputas internas e externas a nível local e estadual. Quanto a essa necessidade de ampliação da ocupação dos postos, Lewin (1993) identificou que

Coesão e fragmentação eram, portanto, lados opostos da mesma moeda da sobrevivência e perpetuação da família. Como sugere Oliveira Vianna, a solidariedade da família de elite era muitíssimo tênue. A intensificação do conflito baseado parentela – conflito intrafamiliar, bem como interfamiliar –, que se associa à República Velha, merece ser reconsiderada em termos do sistema de parentesco, pois este fornecia uma resposta padronizada à intensificação dos conflitos familiares associados a um período de crescimento rápido. (p. 128)

Essas divergências locais permitem ainda enxergar a importância de que, ao elaborar a construção das redes de base familiar, produzindo novos laços relacionais, os grupos precisam se solidificar para poder justamente se colocarem dentro da disputa política, tanto a nível municipal como também estadual. Tendo em vista que o interior do estado acaba produzindo

pequenos grupos, além de que a própria formação de Sergipe foi baseada na parentela e na existência de vários pequenos engenhos (PETRARCA, OLIVEIRA, 2017), é preciso que em municípios como Lagarto, Itabaiana e Boquim, os grupos políticos tenham estratégias para lidar com as disputas locais, sabendo assim em quais agrupamentos se aliarem e em quais redes de base familiar irão, enfim, se inserir.

4.4 – CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO ATOR NA POLÍTICA DE GRUPOS

Em toda essa Tese, foi colocada em evidência a relação entre recurso familiar, agrupamentos e política profissional, entretanto, outra palavra-chave pode receber destaque. Conforme foi sendo discutida essa relação, e de acordo com a perspectiva do Interacionismo Simbólico – a qual nos utilizamos para compreender as relações e visões de mundo dos atores sociais –, trago, nesse último tópico do texto, a noção de “representação” do sociólogo Erving Goffman. Ela se constitui importante, tendo em vista que o próprio ator político vive em um palco, onde há a construção e a necessidade de uma personificação. Não especificamente a personificação nos moldes da dominação carismática de Weber, mas, devido ao fato de que há várias demandas no jogo político, principalmente se pegarmos os três passos de Hughes (1964): apresentação, iniciação e conversão.

Voltando ao conceito de Representação, Goffman (2014, p. 34) afirma que seria “toda atividade de um indivíduo que se passa um período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre esses, alguma influência”, ou seja, trazendo para o nosso objeto de estudo, existe a possibilidade de um ator político deixar de representar? A incorporação do papel do mesmo não se dá presente, independente do “cenário” ou do “público”? Mas, esse papel é o papel formal, representado dentro das Casas, ou o informal, representado nas ruas, nas suas bases eleitorais? De fato, existe diferença entre elas? Um político não deixa de ser político por não ter mais o seu mandato, apesar de acabar perdendo a legitimidade se forcarmos somente nessa representação formal.

Tendo colocado esses questionamentos, pode-se também valer de outro conceito do mesmo sociólogo. O conceito de Fachada (GOFFMAN, 2014, p. 34) viria a ser o “equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante a sua representação” o qual possibilitaria responder, ou pelo menos, dialogar com o objeto dessa pesquisa. Ainda assim, pode-se ir mais longe. O conceito que Goffman apresenta seria o de “Fachada Social”, e aqui especifico pelo menos três tipos de fachada para discutir ao que concerne ao objeto de estudo dessa Tese: Fachada Política, Fachada Familiar, e Fachada

Profissional. Apresentarei primeiro o porquê chamo cada um deles assim e posteriormente, exemplificarei com os atores do universo empírico.

A ideia de “Fachada Política” seria em relação a como o ator se apresenta politicamente no sentido não somente político-partidário, mas também como ele se relaciona com a sua base eleitoral, se consegue, por exemplo, dar conta da representatividade em vários municípios ou acaba somente se concentrando em um só, com a justificativa de se colocar como principal nome. Pode-se pensar que teria a ver com o chamado “capital político” de Bourdieu, entretanto, a dramatização do que viria ao “ser político” não confere somente ao que ele carrega como trunfo político, mas sim, e principalmente, a como ele encena a personificação. Em que medida a sua conexão com aqueles que contribuem com a sua encenação perpassa para além das campanhas eleitorais? Como já mostrei em minha dissertação (SANTOS, 2016) e Bezerra (1999), o contato que o ator político necessita e deve fazer é constante. Ou seja, a sua “Fachada Política” é algo que vai além do que ele consegue controlar, e muita das vezes acaba-se confundindo com o seu próprio eu. Não deixa de ser político. É uma atuação contínua.

Já “Fachada Familiar” seria como e em qual nível se encontra a representação desse ator dentro do seu grupo familiar, se ele continua utilizando o discurso familiar pós-eleição ou se preferiu construir sua personificação para além do “nome familiar”. Consequentemente, a sua relação com os outros integrantes é de extrema importância, pois são elas que acabam validando a permissão do uso do nome e do vínculo ao grupo. Dissidências ocorrem, como também retomada de alianças. Observar como e quando elas ocorrem é relevante pois isso demonstra a estabilidade e perpassa segurança aos aliados e à base eleitoral de maneira geral. A existência de brigas internas é algo inerente à dinâmica política, todavia, o que vai fazer diferença na condução desse tipo de fachada, será como os atores gerem essas dissidências sem que interfira diretamente na personificação da família e do agrupamento.

Por fim, “Fachada Profissional” seria como os atores políticos se valem do seu mandato dentro da Assembleia, Câmara ou Senado, quais as demandas e causas apresentadas como importantes por eles. Ou seja, como foi construída e consolidada a imagem de que viria a ser um político profissional sério e que cumpre o seu papel de representante do povo ou dos estados. Esta última pode se colocar como principal a partir do momento em que o mandato é iniciado, levando o ator político a se afastar das outras duas fachadas, porém, não necessariamente. Quando tratamos de atores que estão iniciando a sua carreira na política profissional, é mais recorrente ver esse certo afastamento, ou a necessidade constante de se mostrar como competente e que o seu trabalho vai além do grupo que o elegeu.

É importante destacar aqui também que essas três fachadas podem ser apresentadas em conjunto, em níveis diferentes, ou somente duas delas acabam tendo maior visibilidade. Saliento que, como foi mostrado na Introdução, a relação entre o recurso familiar, agrupamentos políticos e a política profissional tem se mostrado como crucial para determinados atores que visam a construção e/ou manutenção de uma carreira política. Assim, se faz necessário atentar-se a que modalidade o ator está recorrendo, caso queira identificar e analisar a sua atuação antes, durante e depois do “tempo da política”.

O objetivo com essa conceitualização é justamente para facilitar o entendimento da dinâmica política profissional e de grupos, tendo em vista que são necessárias uma adesão e a incorporação de trejeitos, modos, discurso, ou seja, vivenciar a experimentação da vida política. Assim como a vida social, a Sociologia da Política, especificamente, deve se preocupar em como o jogo político se apresenta dentro do seu próprio mundo, como também para a sociedade civil. Sendo assim, os trabalhos acabam girando em torno da ideia de campo, *habitus* e capital de Pierre Bourdieu, entretanto, essa pesquisa encontrou meios analíticos dentro do Interacionismo Simbólico para compreender as representações políticas. Indo além, é de conhecimento geral que a política brasileira é muito fluida, sem grandes enquadramentos e varia de acordo com a dinâmica dos grupos, e institucionalmente, como os partidos conseguem inserção nos municípios e estados.

Voltando à análise, é importante salientar que, ao apresentar esses três tipos de Fachada, não necessariamente o ator político se valerá somente de um ou dos três tipos, mas determinados comportamentos acabam se sobressaindo, principalmente a depender de que contexto estejamos analisando; por exemplo, durante a campanha eleitoral, o recurso familiar se coloca como determinante, mas ao alcançar o pleito, o ator já não o retoma, criando uma desvinculação como forma de demonstrar que há a capacidade de manter o mandato devido às próprias competências, assim como pode acontecer de forma inversa. Seria então o que podemos chamar de “bastidores da política”, expressão que já é bastante usada até pelo senso comum.

Muitos atores políticos foram mencionados até aqui, nomes que se repetem por várias eleições, de mandatos diferentes, como também novos nomes se colocaram como protagonistas da política estadual. Entretanto, alguns acabam se sobressaindo; a respeito disso, temos os casos como os de Gustinho Ribeiro e Fábio Reis, ambos deputados federais com berço político no município de Lagarto, como já mencionado no capítulo anterior. Esses fazem parte dos dois grupos mais tradicionais do município, Bole Bole e Saramandaia, com mais de 40 anos de história de disputas eleitorais, políticas e empresariais.

A construção da Fachada Política desses dois atores se deu de maneira diferente. O primeiro precisou começar no primeiro nível da hierarquia da política eletiva, como Vereador, passando para Deputado Estadual e em seguida para Deputado Federal; o segundo alcançou o sucesso eleitoral já como Deputado Federal. Apesar de o primeiro ter seu berço político em Lagarto, acaba tendo representatividade também no município de Salgado, onde há agregados políticos em cargos eletivos e delegados. O segundo, devido aos seus primeiros passos dentro da Casa do povo, a necessidade de se apresentar em vários outros municípios, o fez com que sua representatividade política não ficasse relegada somente de onde nasceu politicamente. Todavia, quando se trata do município de base, ambos têm suas raízes bastante consolidadas. Até a escrita dessa Tese, o Bole Bole se encontrava no controle do Executivo municipal, com a esposa de Gustinho Ribeiro (SD) enquanto prefeita, Hilda Ribeiro (SD).

Vale salientar também que Hilda foi eleita como Vice-Prefeita de Valmir Monteiro, ex-Deputado Estadual – devido à sua prisão por suspeita de lavagem de dinheiro e teve seus direitos políticos cassados – e pai de Ibrain Monteiro (PSC), atual Deputado Estadual. Com a posse da vice-prefeita, a presença de Gustinho Ribeiro (SD) passou a ser bem mais frequente, principalmente como forma de retomar sua base, e reconquistar os dissidentes com o racha da aliança entre os Monteiro e os Ribeiro, aliança essa que já vinha há um tempo sofrendo altos e baixos. A partir daí o grupo Saramandaia acabou por se mostrar mais unido e a retomada de antigos nomes como o ex-deputado estadual Sérgio Reis (MDB), que se apresentou como pré-candidato a Prefeito de Lagarto. Além da Câmara dos Deputados, há a Assembleia Legislativa com Goretti Reis (MDB), nome recorrente na política estadual. É interessante observar que até então esses mesmos atores se valem da Fachada Familiar, seja no momento do período eleitoral, como também durante os seus mandatos.

Devido ao fato de carregarem historicamente essa disputa de grupos no município e que acaba sendo conhecida no Estado como um dos municípios com uma política chamada de “tradicional”, não há como desvincular essas duas Fachadas. Ambas já se tonaram inerentes a esses atores também pelo fato de que fazem questão de estarem sempre resgatando o discurso e a personificação da adesão e sentimento de pertencimento a um grupo tradicional e que, através de seus mandatos, possibilitam o desenvolvimento do município.

O deputado federal Gustinho Ribeiro (SD) segue uma linha sucessória dentro da política partidária e acaba estendendo o nome de sua família não só para a chefe executiva de Lagarto, mas também para o secretariado do município. Luiza Ribeiro, sua tia ocupou o posto de Secretária da Saúde, deixando-o vago para assumir a Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) por indicação de seu sobrinho e Polyana Ribeiro, sua irmã,

ocupando então o posto vago. Além disso, esta última é a primeira-dama do município de Salgado, à 54 km da capital sergipana, esposa de Duílio Ribeiro (PSB). O mesmo município tem aliados dos Reis para as eleições de 2020. A validação da Fachada Familiar estaria então mantida, assim como de Goretti e Fábio Reis.

Dessa maneira, também vemos a Fachada Profissional. A partir do momento em que verbas são direcionadas, o político em questão relaciona o seu nome a determinada obra, entretanto, quando o executivo e legislativo são de grupos opositores, a Fachada Profissional se sobressai com o intuito de demonstrar a capacidade institucional e profissional do ator político. Essa mesma situação acabou por ocorrer com os grupos já citados nesse tópico. Seria possível então que o background familiar se dissipe em meio à tantas possibilidades na construção do profissional da política? A resposta é sim. Mas, nesse caso, o recurso familiar deixaria de ser importante para a construção do ator político? Não.

Salientei aqui que o recurso familiar não é o mais importante, ou até mesmo o único recurso que o ator pode acionar para conseguir a vitória ao pleito. Desde toda a Tese, tenho demonstrado que esse mesmo recurso combinado a outros, acaba se tornando um trunfo para a estruturação de uma carreira na política partidária. Pensando isso, demonstro o caso do deputado estadual Rodrigo Valadares, eleito em 2018 pelo PTB ao seu primeiro mandato, que atualmente preferiu deixar de lado o sobrenome da família e se encontra construindo o que viria a ser o “Deputado Estadual Rodrigo”. Acabou por passando por uma mudança na sua imagem que acaba sendo representada tanto em seus discursos, como também no seu logotipo²⁹, o que será possível visualizar mais à frente.

A família Valadares apareceu aqui nessa tese primeiramente na imagem do ex-governador de Sergipe Antonio Carlos Valadares, sendo esse o tio-avô de Rodrigo, e tio do ex-deputado federal falecido Pedro Valadares. Destacamos então o nome desse último, que durante a campanha eleitoral de Rodrigo, foi constantemente mencionado, possibilitando o resgate da imagem e trajetória do ex-deputado, como é possível visualizar na imagem abaixo:

²⁹ Apesar das divergências acerca de qual termo seria o correto, agradeço especialmente ao meu amigo Edem Guimarães pelas dúvidas tiradas do mundo da Publicidade e Propaganda.

Imagem 10 e 11 – Campanha eleitoral Rodrigo Valadares 2018



Imagens: reprodução instagram @rodrigovaladares_

Ao observar a sua propaganda, além da figura do pai, chama a atenção a posição do nome “Valadares”, bem posicionado, com mais destaque que o primeiro nome, proporcionando elaboração do desenho da história familiar no que viria a ser o “novo” numa das famílias mais tradicionais do Estado politicamente falando. Rodrigo Valadares se aliou ao então candidato ao governo do estado e seu primo Valadares Filho, onde os quais oportunizariam à população sergipana ter o contato com as novas figuras dessa velha família. Apesar de Rodrigo ter passado muito tempo fora do município de Simão Dias, berço da família Valadares, ele conseguiu encontrar bastante aceitação justamente pelo histórico familiar. Conseguiu alcançar 2.800 votos, e no Estado com um total de 15.221 votos, somente 2 votos a mais que o candidato Vardo da Lotérica, também do PDT, atual vereador do município de Itabaiana. A decisão de quem seria o eleito ficou a cargo da contabilização dos votos da última urna do estado.

Após a sua campanha e ao assumir o mandato, o deputado assume de fato uma postura de oposição ao governo tanto em seus discursos, como também no seu logotipo:

Imagem 12, 13 e 14 – Propaganda com a primeira alteração do logotipo



Imagens: reprodução instagram @rodrigovaladares_



Imagens: reprodução instagram @rodrigovaladares_

Se confunde com a “Fachada Profissional” já a partir das Imagens 3, 4 e 5 onde é visualizada a tentativa de criação da própria imagem: um Rodrigo Valadares agora então deputado estadual, dando mais destaque ao seu nome do que ao da família, mas ainda com a presença dele. Devido às cores azul e vermelho do partido em que Rodrigo se encontrava filiado, o PDT, sua logo foi sendo construída de acordo com a fase que vinha passando político-profissionalmente. Durante o primeiro ano de sua legislatura, o deputado foi se afastando de seu partido e ensaiando uma posição à direita, como mencionamos no capítulo anterior. O seu nome acabou recebendo mais destaque e o sobrenome foi reduzido. Do vermelho, azul e branco,

passou então para o verde, quando já estava consolidada a sua vontade de sair do PDT e ingressar no PSL.

Imagem 15 e 16 – Logotipo sem o sobrenome Valadares



Imagens: reprodução instagram @rodrigovaladares_

Um deputado estadual que vai além dos recursos que possibilitaram o seu mandato e que consolida a sua projeção enquanto um “profissional da política sério”, chamando para si o discurso de um político que está alinhado ao Governo Federal e que, consequentemente, viria a ser a resposta para a população sergipana em meio a um governo estadual “pautado na esquerda”. Dessa maneira, o rompimento traz então a consolidação do político habilitado para uma atuação livre de interferências, somente aquelas ideológico-institucionais.

No Brasil como em outros países, a maleabilidade própria da carreira política e a incerteza característica das disputas eleitorais permitem “saltos” de patamar. Mudanças inesperadas no clima de opinião propiciam avanços rápidos de atores vinculados a perspectivas antes minoritárias e, por vezes, premiam *outsiders* que disputam posições consideradas inatingíveis e, por isso, rejeitadas por políticos mais experientes; dessa maneira, faz sentido ler o jogo político brasileiro em termos de uma carreira hierarquizada. São mesclados cargos no Poder Executivo e no Poder Legislativo – o Poder Judiciário, por suas características, fica excluído *a priori*.

Uma carreira “ideal” combina experiências nos dois poderes. O Executivo confere maior notoriedade, já que cada cargo é “único”. Chefiar um Poder Executivo, em especial, significa disputar e ganhar uma eleição de alta visibilidade, seguida de um mandato também

com grande publicidade potencial. O Poder Legislativo, por outro lado, é o espaço por excelência da socialização da elite política, em seus diferentes níveis (municipal, estadual, nacional). Assim, os grupos familiares buscam variar os nomes dos seus integrantes e os cargos os quais disputam e a depender, venham a manter por vários pleitos.

Na medida em que o progresso na carreira depende tanto da popularidade (no sentido de capacidade de cativar o público *externo* ao campo político, o cidadão-eleitor comum) quanto do reconhecimento dos pares, que garante o apoio às candidaturas e as nomeações para os postos não-eletivos, a combinação de experiências gera as carreiras mais bem equilibradas. A compreensão da relação entre os meios de comunicação de massa e a política exige a superação dos esquemas simplistas em que, muitas vezes, caem tanto o discurso do senso comum quanto o acadêmico. A própria mídia alardeia sua irrelevância, fiel à ideologia da objetividade de seu jornalismo e do caráter apolítico do entretenimento que oferece a seus espectadores.

Boa parte da Ciências Sociais revela uma aceitação tácita dessa ideologia, optando pela comodidade de trabalhar com modelos do jogo político herdados do século XIX ou do começo do século XX, quando os meios de comunicação de massa apenas iniciavam seu desenvolvimento. Mas há também o reverso da moeda, a visão, alimentada decerto pelo avanço das técnicas publicitárias nas campanhas eleitorais e mesmo na gestão governamental, de que hoje a política foi engolida pela mídia e tornou-se uma mera forma de “entretenimento visual” (JANEWAY, 1999, p. 60).

Em primeiro lugar os partidos disputam simultaneamente por vários cargos enquanto o político, em função da legislação brasileira, poderá disputar e exercer somente um mandato por vez. Outra limitação é que candidatos estão sujeitos a restrições no exercício dos cargos executivos que não vigoram para os partidos políticos. Vedada uma segunda reeleição, um Prefeito ou Governador deve procurar por uma alternativa para continuar a carreira política após o término do segundo mandato. Muitas lideranças políticas migram entre a disputa de um cargo ou outro, a depender do interesse do grupo político, como já mencionado o caso de Goretti Reis.

É de conhecimento que candidato e partido estão intrinsecamente vinculados um ao outro nas eleições brasileiras, uma vez que não há a possibilidade de candidaturas avulsas de lideranças sem filiação partidária. Igualmente, partidos políticos não podem disputar eleições sem candidatos. A disputa eleitoral por duplas partido-candidato é o resultado de um processo de escolhas e acordos mútuos, mais do que uma decisão isolada dos atores envolvidos. Desta forma, o processo eleitoral, é antecedido por uma fase de intensa sondagem, avaliação e escolha de candidatos por partidos e de partidos por candidatos.

Também vale ressaltar que o enfoque aqui recai somente sobre os titulares das chapas quando na verdade sabemos que a negociação entre vários atores envolve apoios de outros atores em função do preenchimento de posições de candidatos a Vice-Prefeito, Vice-Governador ou Suplente de Senador, como o caso do suplente do Senador Rogério Carvalho (PT), o empresário Jorge Mitidieri. O objetivo dessa análise do personalismo na política é avaliar como ele se relaciona com a estruturação dos sistemas partidários a nível municipal. Em primeiro lugar, é avaliada a importância de políticos individuais na disputa a partir da capacidade das lideranças políticas de disputar os cargos eletivos mais importantes no Estado durante um longo período. Este critério de avaliação emula o procedimento sob a ótica da importância de lideranças políticas individuais na organização da disputa eleitoral.

Considera-se sistemas partidários mais personalizados aqueles nos quais poucos líderes monopolizam o direito de disputar estes cargos centrais. O agrupamento disputando as eleições e ocupando os cargos chaves é menor. Onde os partidos alternam os candidatos a lideranças individuais estão menos presentes na memória política do eleitorado, portanto observamos um grau menor de personalização das disputas. Um momento importante para a avaliação da personalização ou partidarização das eleições é a fidelidade partidária dos candidatos.

Em contextos nos quais candidatos se mantêm filiados ao mesmo partido durante toda sua carreira política, a análise do peso da liderança em contraste com a importância da sigla partidária se torna mais difícil. Onde a relação entre partidos e políticos se desfaz com maior frequência esta dissociação oferece uma oportunidade para identificar a importância maior do partido ou da liderança política. Isso só seria possível se o ator já tivesse uma carreira política mais consolidada, possibilitando assim um maior peso ao seu nome. Tomei como exemplo a deputada estadual Goretti Reis que se encontra no seu quarto mandato e que nesse último, acabou sendo eleita por outro partido, o PSD, sendo que antes era filiada ao DEM (antigo PFL).

Sua trajetória dentro da Assembleia Legislativa lhe proporcionou segurança para essa nova empreitada partidária, tendo em vista as mudanças nas alianças estaduais. Nas eleições de 2014, a deputada precisou dividir em diversos momentos com candidatos de Coligações diferentes, devido ao fato das alianças de seu sobrinho Fábio Reis (MDB) também estarem em jogo. Enquanto Goretti tinha apoio da Senadora Maria do Carmo Alves (DEM), esposa do ex-governador João Alves Filho (DEM), Fábio Reis tinha como apoio o ex-governador Jackson Barreto (MDB).

A observação empírica mostra que a probabilidade de exercer um poder político (seja qual for) aumenta conforme a posição na hierarquia social e que a posição social de origem (medida, por exemplo, pela última profissão antes da entrada na política) dos políticos é tanto

mais elevada quanto mais altas as posições ocupadas na hierarquia política. Basta, portanto, deixar o livre jogo da concorrência política agir para que agentes privilegiados pelas hierarquias sociais se apossam das posições de poder político e assim reforcem a supremacia social e a autoridade política que a marca. Nas condições de um mercado político simbolicamente hierarquizado, a concorrência política só pode ser uma forma de seleção social.

Dessa maneira, as relações privilegiadas que se estabelecem entre os organismos políticos e certos grupos sociais tendem a especificar as condições gerais da concorrência e do sucesso políticos, favorecendo o recrutamento de quadros em consonância com a base social do partido e reforçando os laços entre o partido e sua base. Além disso, os atores políticos só conseguem destaque nesses grupos caso consigam mobilizar de maneira estratégica o recurso familiar e o recurso partidário, haja vista que ambos possibilitaram à metade dos eleitos na Alese e na Câmara a entrada e a manutenção de cargos. A construção do “fazer política” se dá através dos agrupamentos pois eles quem acabam ditando a dinâmica e se valendo da institucionalidade dos partidos políticos para, assim, fortalecer sua representatividade no estado e principalmente pelo interior dele.

CONCLUSÕES

Esta tese de Doutorado analisou a relação entre recurso familiar, agrupamentos e política profissional tendo como universo empírico os deputados estaduais e federais eleitos nos pleitos de 2014 e 2018 no estado de Sergipe: sete deputados federais e dezessete deputados estaduais. Alguns critérios analíticos foram criados que possibilitaram o direcionamento da pesquisa e assim, facilitar a sua execução. Importante destacar que esse número aumenta tendo em vista que utilizamos esses atores como um ponto de partida para poder dar conta do problema de pesquisa.

Para poder dar conta dessa relação, foi problematizada a questão de não somente um recurso específico como validador, mas sim um conjunto que possibilite a inserção e êxito na política profissional além disso, possibilitam a formação de padrões de recrutamento que constroem lógicas específicas a partir dos grupos políticos. Diferentemente de outros trabalhos, que focam somente em um aspecto (família, partido ou agrupamentos), a proposta deste é fazer um mosaico com a literatura e usá-la para ajudar a pensar tanto no ator político em si, na sua carreira e suas interações, nos eventos que o possibilitaram à política profissional, como também pensando além dele, no espaço em que este ator está inserido tanto social quanto politicamente, nas redes e agrupamentos, no sistema partidário, etc.

A tese dessa pesquisa seria que as lógicas dos agrupamentos e dos partidos em Sergipe devem ser levadas em consideração, uma vez que a concentração dos partidos em determinados grupos se coloca como estratégia crucial para a manutenção das redes, além de ser característica histórica desse contexto. Além disso, quando são feitos os recrutamentos dentro dos próprios grupos, a dependência e lealdade é maior, diminuindo a autonomia, ou então tendo a liberdade reduzida na escolha de oportunidades distintas para o parlamentar direcionar sua carreira.

De certa maneira, essa menor autonomia acaba se tornando um suporte garantido, pois o sentimento de adesão e de pertencimento ainda é uma característica dos grupos, principalmente aqueles situados a nível municipal. Quando feito de maneira inversa, corre o risco de desestabilizar a estrutura do grupo e assim, não contribuindo para a manutenção dele no poder político. Isso só reafirma que a política feita dentro dessa dinâmica não pode ser algo calculado pelos atores, mas deve ser construída estratégias que vislumbrem essas eventualidades, sempre ponderando os benefícios e malefícios de inserir alguém que não já venha das redes já construídas.

Assim sendo, as dualidades entre interior *versus* capital e grupo *versus* agrupamento, demonstram que só foi possível entender o contexto estadual sergipano partindo,

primeiramente, do contexto municipal e de suas dinâmicas. Isto posto, acabou por remeter à própria história de Sergipe; a partir do momento em que grupos do interior vislumbravam uma situação de igual desigualdade perante aqueles que se destacavam na Grande Aracaju e norteavam os agrupamentos, compartilhavam assim interesses comuns e por conseguinte, criaram ligações que proporcionaram um crescimento em sua representatividade político-partidária.

De início, analise a história social dos agrupamentos familiares na política em Sergipe para assim compreender a dinâmica política, além de examinar as condições que possibilitam a esses agrupamentos e famílias se perpetuarem na política. Foi possível também analisar em torno de quem as redes entre os grupos do Interior do estado se formaram e se mobilizam. Outro direcionamento foi justamente entender a configuração partidária estadual de acordo com essas redes de relações, haja vista a necessidade de tratar sobre a via institucional da política: os partidos. A análise das mudanças vividas nos municípios do Interior mediante o impacto partidário, onde vários deputados se viram na necessidade de mudar de partido, pois poderia influenciar nas relações entre grupos se constituiu como um ponto importante.

A necessidade de compreender a incorporação da herança política através do matrimônio ou apadrinhamento se mostrou um ponto válido, tendo em vista que não é somente pela descendência que o recurso familiar se mostrou uma estratégia importante. Assim, foi possível também identificar alguns elementos que viabilizaram o desenvolvimento da carreira política dos atores em questão, principalmente como eles se mostram através de uma apresentação pública do *self*, ou melhor dizendo, como se proporcionou a construção de fachadas que vieram a exprimir o objetivo geral dessa pesquisa.

Dessa maneira, foram feitos extensos levantamentos de dados, tendo em vista que muito do material que seria necessário para a Tese já se encontrava produzido. Os portais do Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro do CPDOC foram de extrema importância, haja vista que os dados objetivos foram cruciais para a elaboração do que podemos chamar de “perfis político-profissionais”, levando em consideração também que a política profissional se faz através da junção dos elementos “apresentação, iniciação e conversão”.

Nesta Tese, não foi um dos pontos analisar como que se deu a entrada na política, mas como que a política de base familiar interferiu e interfere na atuação do ator político. Os sites desses deputados, os discursos proferidos nas tribunas, as postagens nas redes sociais, a própria campanha eleitoral e o resgate de determinados elementos possibilitaram o levantamento de várias informações que poderiam ter sido repassadas através de entrevistas. Todavia, devido

aos imprevistos mencionados na introdução, não foi possível realizá-las, o que não acabou por inviabilizar o andamento da pesquisa.

Além do mais, durante a pesquisa do Mestrado, tive a possibilidade de acompanhar muitos desses atores aqui analisados, tendo participado de reuniões de campanha, comícios, almoços, viagens, entre outros eventos políticos. Obviamente teria sido mais enriquecedor poder ter feito novamente esse mesmo tipo de trabalho, entretanto, tendo em vista a quantidade de informação que esses meios disponibilizam, já havia um então vasto material. Foi possível também fazer análises que a Dissertação acabou não comportando, como por exemplo, a relação entre partidos e o impacto dos agrupamentos nas bases eleitorais, mesmo tendo sido trabalhada a perspectiva dos grupos.

Entretanto, foi através das observações nesse campo que alguns questionamentos me surgiram, e que obviamente não haveria condições de tratar na Dissertação tendo em vista somente os dois anos de pesquisa. Como eu busquei analisar o ofício de cabo eleitoral, consegui observar a dinâmica aberta que os grupos proporcionavam a esses atores. Esses então circulavam entre os agrupamentos juntamente cabos eleitorais de outros grupos. Até então, a minha perspectiva era que os grupos estavam acima da dinâmica dos partidos, justamente por conta dessa fluidez. Aliada a ela, houve também demais trabalhos dentro do Laboratório de Estudos do Poder e da Política que tratavam da problemática da rede de base familiar que puderam proporcionar outras perspectivas dentro do estado de Sergipe.

Assim sendo, as indagações giraram em torno de entender se esses grupos políticos realmente são divididos, ou ainda mais: se esses grupos estavam inseridos em agrupamentos. Importante destacar que tomo o termo “agrupamento” como aquele que acaba comportando vários outros grupos, tendo em vista as possíveis circulações entre atores. Esta última seria uma das questões que foi basilar para compreender a dinâmica de partidos em Sergipe: como é possível a transação de atores em grupos “diferentes”?

Tendo em vista que a tese tratou acerca do recurso familiar, de famílias políticas que controlam grupos, e puxando o histórico da política estadual com determinadas famílias se mantendo no poder por várias décadas, ainda haveria então uma hegemonia familiar ou essas famílias fazem parte de uma rede? A Tese mostrou que a rede de base familiar permanece sendo uma realidade em Sergipe e que elas conseguem conciliar suas bases eleitorais e ainda assim, permanecerem em cargos de representatividade; essas no caso seriam as que fazem parte de um mesmo grupo. Em relação às famílias que fazem parte de grupos locais rivais, as estratégias partem para dois vieses: i) investem todos os seus recursos na sua base, ou ii) amplia a sua base justamente para não ir de encontro e correr riscos.

Historicamente, a política do Estado de Sergipe passou pelas mãos das redes de base familiar desde a sua formação e desde então foi traçando estratégias para a sua manutenção. O matrimônio foi uma dessas e que acabou por proporcionar a formação da família Franco, uma das mais tradicionais da política sergipana, tendo em vista os vários integrantes dela que vieram a ocupar cargos de destaque tanto no Executivo quanto no Legislativo. Além disso, conseguiram abranger outros espaços a exemplo do empresariado, industrial, cultural e midiático. Entretanto, com o tempo eles passaram a ser prioridade enquanto o espaço da política foi sendo deixado de lado. A última eleição em que integrantes dessa família concorreram foi em 2014 e ainda assim ocupando cargos secundários. Há muito se fala que os Franco continuam atuando nos bastidores da política, mas é fato que a relevância não é a mesma, tendo em vista os novos protagonistas que vem surgindo a cada pleito eleitoral.

Como então fazer prevalecer o recurso familiar como estratégia se as famílias aparentam ser aliadas? Esse foi um dos questionamentos que acabou por me intrigar já durante a pesquisa do Mestrado, tendo em vista a complexidade das redes de relações de base familiar em Sergipe. Porém, seria justamente aí que encontraríamos a nossa resposta. Além de proporcionar a manutenção desses agrupamentos, o recurso familiar se constituiu como elemento importante para a preservação da carreira político-profissional juntamente ao recurso partidário, porém, não o único.

A profissão da política aqui tratada gira em torno dos mandatos eletivos e delegados e que necessitam de vários elementos para ser praticada. Por não ser uma ocupação legitimada no que concerne aos meios de credenciamento como já era mencionado por Eliot Freidson, necessita de elementos que contribuam para que seja reconhecida, apesar de ainda carregar o estigma de “não ser profissão”, sendo a “vocação” ou a vontade de “ajudar” sendo os critérios norteadores da atuação da política no Brasil.

Os casos aqui mencionados também demonstram a mesma linha que Everett Hughes analisou sobre os passos da “aprendizagem, iniciação e conversão”; de certa maneira, novos atores sempre passarão por uma luta pela credibilidade de seu trabalho e ao mesmo tempo, sofrer comparações com outros atores da mesma família e/ou grupo. A deputada Maisa Mitidieri se enquadra nesse contexto tendo em vista a sua inexperiência na política profissional, mas ao mesmo tempo em que o seu pai Luiz Mitidieri era acompanhado por ela, nas visitas, reuniões, idas às sessões na Assembleia, fiscalização dos projetos, passando assim pelo estágio da aprendizagem. Com o lançamento da candidatura a deputada estadual em 2018 se enquadraria como sua iniciação justamente por estar de fato utilizando o seu próprio nome e

projetar para além do nome do pai; a conversão então se deu com a diplomação para exercer o mandato.

Consequentemente, foram identificados quatro padrões de recrutamento que contribuíram para a compreensão da composição político-partidária dos grupos políticos em Sergipe; além do recurso familiar, o recurso partidário e a procura por atores que venham a se agregar nessas redes de relações possibilitam novas dinâmicas e que acabam interferindo no andamento das mesmas. Ou seja, se elas acabam sendo incluídas no cotidiano dos grupos ou se são mera composição de chapa para as eleições estaduais, o que em alguns casos, isso foi confirmado, pois quando esse agrupamento não consegue mais renovar os seus atores dentro do espaço da base familiar, faz-se necessária a inserção dos agregados com maior potencial para a política partidária, saindo assim dos bastidores da política.

Através do universo empírico, os padrões de recrutamento identificados foram nomeados como tradicionais, intermediários, matrimoniais e profissionais. O primeiro padrão diz respeito àqueles que, dentro do seio familiar, conseguiram proporcionar uma continuidade e reprodução do discurso tradicional, que buscam expandir para outros integrantes dessa família e consequentemente, engendram a dinâmica político-partidária com outros atores, a exemplo dos Mitidieri, Reis, Ribeiro e Monteiro. O segundo padrão foram enquadrados Maria Mendonça, Luciano Bispo, Paulinho da Varzinhas Filho e Venâncio Fonseca, referindo-se aos que possuem uma carreira na política eletiva, mas que não proporcionam uma expansão ou que os seus apadrinhados não conseguiram dar continuidade, ou seriam os que já ocupam o lugar de outros através do matrimônio.

O terceiro padrão identificado reafirma como a mulher se constituiu enquanto personagem que configura importância para a rede de base familiar, tendo em vista que o seu papel vai além do matrimônio, mas que possibilita uma nova gama de elementos que proporcionam a ampliação dessas redes, a exemplo de Diná Almeida e Silvia Fontes. Entretanto, a estratégia matrimonial não é utilizada somente com a mulher; quando esta ocupa primeiro a posição política e necessita dar seguimento, o esposo assume o lugar outrora feminino, como o caso de Dr. Vanderbal. O quarto e último padrão de recrutamento identificado foi chamado de “profissional” onde Georgeo Passos, Rodrigo Valadares e Talysson de Valmir foram inseridos, tendo em vista que, apesar de possuírem uma construção político-partidária através das redes de base familiar, são novos atores que buscaram constituir-se mais para o lado profissional da política, e assim sendo, vivendo para a política, enquanto representantes partidários.

A partir do momento em que há, por exemplo, duas famílias em um grupo, sem levar em consideração os agregados, tem-se então uma vasta base e outras associações que possibilitariam então a essas famílias terem integrantes de ambas as famílias em cargos eletivos. Isso ficou constatado a partir dos casos dos Andrade e Mitidieri. Ambas as famílias se encontram no mesmo grupo, mesmo partido, e acabam por dividir vários colégios eleitorais. Entretanto, as estratégias utilizadas pelo grupo oportunizaram a manutenção dos Mitidieri na Assembleia Legislativa partido da renovação com o nome de Maisa Mitidieri. Além disso, propiciaram a Fábio Mitidieri ampliar também o seu eleitorado.

O investimento nas bases se mostrou extremamente importante, tendo em vista que são elas quem dão o suporte e colocam as famílias e seus representantes nessa posição de mando. Com isso, cria-se espaços para que esses atores consigam ocupar e consequentemente, viabilizando a ampliação das redes. Isto posto, para lidar com o desenvolvimento dessas redes, os partidos devem ser colocados em primeiro plano justamente para evitar atritos em uma futura eleição, e por acabar ramificando em mais grupos.

Ao falar em partidos, um detalhe importante é que as novas relações precisam estar alinhadas institucionalmente. Essa situação é revista justamente durante as prévias das campanhas, momentos esses que permitem a filiação e desfiliação partidária. Entretanto, durante um mandato isso pode ocorrer, mas no que concerne ao aceno a outros partidos. Podemos associar ao caso do deputado Rodrigo Valadares que mesmo filiado ao PDT e estando presidente do partido, desde o início de seu mandato deixava clara a sua vontade e futura desfiliação do partido para assim, migrar para o PSL, em que seu irmão Fábio Valadares está presidente.

Quando foi apresentado o questionamento sobre de que maneira os partidos políticos conseguem ser encaixados nessas redes de relações, foi pensando justamente devido ao fato de que foi mostrado que famílias políticas e grupos do interior do Estado tinham integrantes em agrupamentos e que esses poderiam ser chamados de “adversários”. Esse conflito é representado pela disputa já histórica entre os Reis e Ribeiro no município de Lagarto; Gustinho Ribeiro se filiou ao PSD que compôs a chapa para o governo de Jackson Barreto em 2014, sendo que Fabio Reis também faz parte do agrupamento por ser filiado ao então PMDB. Posteriormente, para as eleições de 2018, Gustinho se filiou ao Solidariedade, fazendo parte então do grupo dos Amorim.

Foi mostrado o caso de Goretti Reis que esteve presente no agrupamento dos Alves e filiada ao DEM, que tem como presidente o genro de Maria do Carmo e João Alves. Devido às incompatibilidades entre os grupos, a deputada necessitou partir para a desfiliação justamente

por pressão familiar, tendo que encerrar assim uma relação partidária construída já há muito. A situação era tão adversa que nas eleições em 2014, no comício de inauguração dos comitês de Goretti Reis e Fábio Reis, a então candidata ao Senado, Maria do Carmo, precisou falar antes de Jackson Barreto e Fábio Reis, justamente por conta desses empecilhos que é reavaliar as redes e pesar os prós e contras das alianças dela.

Para compreender a distribuição dos grupos e das famílias uma das estratégias foi identificar a partir dos territórios que compõem o estado de Sergipe. Partimos dos 8 territórios: Alto Sertão Sergipano, Médio Sertão Sergipano, Baixo São Francisco, Leste Sergipano, Agreste Central, Centro Sul Sergipano, Grande Aracaju e Sul Sergipano. Ao observar os atores eleitos que fazem parte das redes de base familiar, algumas já se destacam tendo em vista a origem deles. Todavia, isso não explica como que ele conseguiu ser eleito, pois deve ser levado em consideração o efeito que esse candidato tem em outros locais, como também a potencialidade de suas redes.

Para conseguirmos visualizar esses impactos, busquei demonstrar a relação desses deputados para com a sua cidade natal ou de residência. Caso o ator político não conseguisse sobressair em sua própria cidade, como então ele poderia alcançar um bom resultado para ser eleito? Dessa maneira, o olhar deve estar atento sobre como a influência dos atores se encontra com os seus territórios bases, principalmente se nele já existem outros atores que também ocupam lugar de destaque. Assim, mostrei como a relação partido/grupo se constitui como elemento significativo para o estabelecimento e fortalecimento das redes de base familiar, da mesma maneira que é importante ampliar essas redes para além do seu território base, pois é daí que se cria uma personificação do futuro político-profissional, e se esse já estiver incluso, possibilita uma renovação da apresentação pública do *self*.

A exemplo disso, por serem a via institucional e organizacional da política, os partidos são estruturas que conduzirão de certa maneira a forma como os grupos irão administrar as relações construídas para a cooptação e conservação de novos integrantes. Assim sendo, uma das estratégias que esses grupos mobilizam seriam através dos diretórios estaduais. Possuir a presidência de um partido é garantir o impulsionamento de elementos que podem garantir certa estabilidade dentro dessas relações. Entretanto, deve-se destacar que esses partidos, em certa maneira, acabam tendo de estar alinhados também com os grupos nacionais. Os direcionamentos feitos na Câmara dos Deputados acabam dando corpo a algumas desavenças para com o nível local.

O que fica claro é que por essa característica subjetiva e fluida, a política seja difícil de lidar no seu sentido prático, o que acaba por impedir justamente uma espécie de lógica

organizacional devido ao fato de as relações dentro dessas redes se sobressaírem e não a “ideologia” do partido e do plano governamental. Pode aparentar que aqui seja uma crítica à essa “ausência de racionalidade” do processo político brasileiro, mas seria mais uma constatação em relação à espontaneidade das relações políticas.

O sentimento de paixão, de necessidade de adesão a um grupo, dos desentendimentos, das raivas, vinganças, contratempos que existem na política acabam refletindo nas bases eleitorais. Voltando à análise dos territórios, vemos o embate entre o tradicional e o novo. Mas esse novo não é tão novo assim; segue uma linha dentro da carreira político-profissional de outros integrantes, segue a linha de um grupo.

Partir pelos territórios sergipanos possibilitou que fosse demonstrado como certos atores acabam se sobressaindo para além da sua base, ou melhor dizendo, constituem uma extensa base eleitoral e dinamizam o estado. Em relação aos oito territórios, alguns grupos conseguiram sobressair, outros tiveram de dividir os colégios eleitorais, outros foram palco de uma ampla rede de base familiar; esta última se mostrou como característica e que dependem diretamente da organização partidária.

Os territórios do Alto Sertão Sergipano e Médio Sertão Sergipano tem como principais nomes os Andrade e Mitidieri, evidenciado por Nossa Senhora de Lourdes ser um dos municípios. Apesar do seu pequeno tamanho, ter uma representatividade em uma das regiões mais distantes da capital possibilita assim um respaldo maior em relação aos outros candidatos e políticos, justamente porque o sentimento de pertencimento ainda persiste. Os Mitidieri entram nesse território principalmente pela presença de Maisa Mitidieri, que conseguiu aumentar a base eleitoral herdada de seu pai, 6 vezes deputado.

Sobre essa relação entre os Andrade e Mitidieri, ressaltamos tanto a parceria partidária através do PSD, como também pelo contato que Luiz Mitieri teve há muito com o ex-deputado Ulices Andrade, seguido pelo seu filho Jeferson Andrade e atualmente estando representados por esse último juntamente com Maisa Mitidieri na Alese e Fabio Mitidieri na Câmara dos Deputados. Além disso, esse grupo conseguiu maior projeção após conseguir conquistar o maior nome dos agrupamentos estaduais, o atual governador de Sergipe, Belivaldo Chagas, além também de conseguir que outros nomes da política local agregassem ao projeto do agrupamento; mais uma vez, possuir a presidência do diretório estadual abre oportunidades de crescimento, mas, mais uma vez, sabendo usar as estratégias das redes de relações.

O território do Baixo São Francisco se tornou palco dos dois maiores agrupamentos estaduais: o liderado por Belivaldo Chagas, na imagem do deputado Jeferson Andrade e o liderado por Eduardo Amorim, representado pelo Dr. Vanderbal. Este último conseguiu maior

repercussão, mesmo estando em seu segundo mandato eletivo, através da sua esposa Dr.^a Angelica, ex-prefeita de Japoatã e ex-deputada estadual, a qual também ocupou a presidência da Assembleia Legislativa. Essa relação familiar também vai além, pois outros familiares da Conselheira ocuparam cargos no executivo e legislativo do município. As relações pelo interior do estado muitas das vezes se tornam elementos constitutivos para a manutenção de famílias no seio da política, e como já foi mencionado, o sentimento de respeito e adesão a um grupo possibilita a sua perpetuação.

Já o Leste Sergipano é o único território em que não há uma evidência específica de grande porte das famílias políticas, constituindo então um aporte para as redes de base familiar, com alguns municípios dando mais espaço, como exemplo Divina Pastora, Rosário do Catete e Santa Rosa de Lima, onde Jeferson Andrade, Georgeo Passos e Dr. Vanderbal tiveram mais destaque. Diferentemente do território do Agreste Central, onde há uma representatividade muito forte.

Puxado pelo município de Itabaiana, maior colégio eleitoral do território, temos 3 deputados estaduais, mas com repertórios diferentes no que concerne ao desenho político de suas carreiras. Maria Mendonça e Luciano Bispo são os nomes mais tradicionais no município e que precisaram encarar o filho do atual prefeito itabaianense para o pleito de 2018 e que conseguiu conquistar não só a preferência em Itabaiana, mas em grande parte do território do Agreste Central. Consequentemente, isso levou a uma baixa na base eleitoral de Maria Mendonça, fazendo-a perder 13.039 votos e assim, diminuir a sua credibilidade. Luciano Bispo continuou sendo o segundo no município, mas graças ao partido e ao seu posto de Presidente da Alese.

Houve municípios que acabaram por dar a preferência a Georgeo Passos, já em seu segundo mandato no legislativo estadual. Também por utilizar o recurso familiar, foi possível conquistar 3 municípios, enquanto Talysson foi o preferido em 7; importante destacar também que nesse mesmo território o grupo dos Andrade e Mitidieri também tiveram presença marcada nos colégios eleitorais, como em Carira com Maisa Mitidieri e Nossa Senhora Aparecida com Jeferson Andrade.

O Centro Sul acabou por ser marcado por uma extensa rede de base familiar, onde os Reis, Ribeiro, Monteiro, Almeida e Valadares disputaram entre os 5 municípios do território. As três primeiras famílias possuem grande representatividade em um só município (SANTOS, 2014). Primeiro os Reis contra os Ribeiro, tempos depois os Monteiro se aliam aos Ribeiro, mas essa relação sempre sofreu rachas e realinhamentos. Atualmente encontram-se em oposição, o que dificulta mais ainda a manutenção da rede. Tobias Barreto conta com os

Almeida, que também tiveram uma pequena participação em Lagarto; Simão Dias e Poço Verde optaram pelos Valadares e Riachão continuou dando a preferência aos Mitidieri.

A Grande Aracaju também segue um pouco a linha do Leste Sergipano, onde os municípios não se enquadram necessariamente nas redes de base familiar. Entretanto, exemplos como Laranjeiras, Maruim e Riachuelo continuaram dando preferência ao grupo do PSD. Outros municípios deram destaques a candidatos que já possuíam cargos no legislativo ou que ficaram na suplência. Enquanto no Sul Sergipano, há uma divisão entre os Mitidieri, Fonseca, Mota e Monteiro em grande parte do território; onde eles não estão presentes se dá pelo fato de já haver nomes de peso no município, como é o caso de Estância.

A partir desse cenário, foi possível ver que há um novo alinhamento político e a reformulação das redes de base familiar em Sergipe, tendo em vista a saída das tradicionais famílias políticas do estado e a consolidação de novos nomes de famílias do interior que acabavam por ter destaque somente em seus municípios. Isso possibilita também a mudança do olhar que os estudos sobre a política em Sergipe têm sobre quem realmente faz a dinâmica político-partidária. As famílias tradicionais Rollemberg, Franco e Alves já não possuem tanto espaço como antes, seja através dos mandatos ou pelas redes. Essas famílias se concentravam mais na Grande Aracaju e ditavam aos grupos do interior quais estruturas que seriam seguidas.

Dessa maneira, por mais que alguns municípios que já se destacavam antes, conseguiram se manter, se renovar através de outros atores, e outros municípios passaram a se evidenciar por meio da construção de novos laços dentro das redes de base familiar. Seguidamente, há também a necessidade da formalização desses atores no sentido da construção do que é o deputado para com a sua base eleitoral.

Isso foi percebido através do uso da categoria de Fachada, formulada por Erving Goffman. Através da atuação dos deputados e dos elementos que são mobilizados pelos mesmos para a construção do *self*, pudemos identificar três tipos de Fachadas: Política, Familiar e Profissional. “Fachada Política” foi pensada em relação a como o ator se apresenta politicamente no sentido não somente político-partidário, mas também como ele se relaciona com a sua base eleitoral, se consegue, por exemplo, dar conta da representatividade em vários municípios ou acaba somente se concentrando em um só, com a justificativa de se colocar como principal nome. Para isso, utilizamos o exemplo de Gustinho Ribeiro e Fábio Reis, atuais deputados federais de partidos e grupos diferentes e que passaram pelo processo de construção do *self* político por mandatos diferentes. Enquanto Gustinho começou de baixo na hierarquia política – de vereador, para deputado estadual e agora deputado federal –, Fábio Reis iniciou já executando o mandato em Brasília pela Câmara e ocupando o lugar que seu pai esteve.

Já a categoria da “Fachada Familiar” enquadra o como e em qual nível se encontra a representação desse ator dentro do seu grupo familiar, se ele continua utilizando o discurso familiar pós-eleição ou se preferiu construir sua personificação para além do “nome familiar”. Consequentemente, a sua relação foi colocada como crucial para com os outros integrantes, pois são elas que acabam validando a permissão do uso do nome e do vínculo ao grupo. Dissidências ocorrem, como também retomada de alianças. Com isso, inserimos o caso de Goretti Reis e Fábio Reis, que mesmo já tendo um histórico de mandatos, continuam validando a sua atuação em favor do grupo familiar e do grupo político, mesmo que isso necessite o rompimento com outros grupos.

Já a última “Fachada Profissional” seria como os atores políticos se valem do seu mandato dentro da Assembleia ou Câmara – no caso desse objeto, mas que se enquadraria os outros cargos eletivos, ou até mesmo os delegados pensando assim nos Secretários –, quais as demandas e causas apresentadas como importantes por eles. Resumidamente, como foi construída e consolidada a imagem de que viria a ser um político profissional sério e que cumpre o seu papel de representante do povo ou dos estados.

Importante destacar que a categoria profissional pode passar a ser colocada como principal a partir do momento em que o mandato é iniciado, levando o ator político a se afastar das outras duas fachadas, porém, não necessariamente. Para esse caso, trouxe como exemplo Rodrigo Valadares; para conseguir se eleger, necessitou da Fachada Familiar para ao mesmo tempo construir uma Fachada Política que viesse a lhe proporcionar a conquista do mandato. Posteriormente, ao assumir o cargo de deputado estadual, a sua imagem enquanto integrante da família Valadares e filho de Pedrinho Valadares vai dando espaço para o “Deputado Estadual Rodrigo”, o qual já no primeiro ano da sua atuação conseguiu montar a apresentação do seu *self* em cima do um “ideal profissional”.

Como o objetivo da pesquisa seria justamente analisar a relação entre o recurso familiar, agrupamentos e a política profissional, a construção dessas três categorias se fez importante aqui tendo em vista a maleabilidade que a política proporciona e, dessa maneira, elas podem ser apresentadas em conjunto, em níveis diferentes, ou somente duas delas acabam tendo maior visibilidade. Esses três elementos têm se mostrado como fundamentais para determinados atores que buscam a construção e/ou manutenção de uma carreira política. Dessa maneira, a conceitualização ajuda a atentar-se a que modalidade o ator está recorrendo, caso queira analisar a sua atuação na elaboração do seu *self* político, independente de que fase do “tempo da política” ele esteja.

Foi dedicado um tópico do capítulo 4 acerca da participação feminina no legislativo estadual, e apesar de termos certa representatividade, Sergipe não possui um nome feminino na Câmara Federal. Quase todas que estão atualmente, entraram na política através do recurso familiar. Por mais que haja a obrigatoriedade de uma cota ser preenchida só por mulheres, o incentivo necessita também partir de outros espaços, pois os partidos muitas vezes acabam por lançar candidaturas femininas simplesmente como forma de completar os números. Apesar disso, as atuais deputadas fazem questão de destacarem esse problema que é refletido em todo o espaço da política.

Por muito tempo, a mulher foi vista somente como um “suporte” ao seu esposo, o acompanhando nos comícios, preparando o almoço das reuniões com os correligionários, mas o contrário não acontece. Dificilmente enxergaremos uma candidata ser acompanhada pelo marido, principalmente se este não fizer parte da política. Todavia, a política continua sendo um espaço predominantemente masculino, apesar de a mulher ser maioria em nosso país; a participação feminina, assim, somente passa a ter lógica dentro do contexto das redes de base familiar como forma de possibilitar diversificação e ampliação das estratégias.

Um ponto que não foi abordado nessa Tese, mas que surgiu no momento das análises dos dados levantados – que futuramente será objeto de outra pesquisa –, foi a relação entre o Tribunal de Contas do Estado com integrantes da Assembleia Legislativa. Ex-deputados passaram a compor o quadro de Conselheiros do TCE e conseguiram ao mesmo tempo inserir integrantes diretos de suas famílias para ocuparem os seus postos. Os deputados estaduais Jeferson Andrade e Dr. Vanderbal, o deputado federal Gustinho Ribeiro e o ex-deputado André Moura são os atores que possuem relação com o Tribunal e que receberam a incumbência de dar continuidade dos trabalhos de seus pais, e no caso de Dr. Vanderbal, da sua esposa.

Menciono aqui porque se coloca como uma estratégia inserir órgãos auxiliares de fiscalização como espaços de dominação desses grupos dirigentes. É importante lembrar também que quando mencionamos o poder e a política, passamos por um terreno completamente vasto, que vai além das relações partidárias e que incorporam elementos e atores que podem contribuir direta ou indiretamente para esse encadeamento de vínculos.

A partir dos dados e das análises feitas em cima deles, essa Tese demonstrou que o interior do estado tem conseguido um protagonismo maior em comparação com os pleitos anteriores, além de que os agrupamentos giram em torno das redes de base familiar concentradas por Jeferson Andrade, Maísa e Fábio Mitidieri, Goretti e Fábio Reis, Gustinho Ribeiro, Ibrain Monteiro, e Talysson de Valmir. Assim como eles representam grupos políticos,

essa representação também perpassa pelos territórios estaduais em sua maioria, como forma de constituir uma base eleitoral mais forte.

As lideranças políticas mencionadas acima acabam por constituir os 3 grandes agrupamentos os quais optamos por representar por aqueles que disputaram o cargo ao governo estadual: Belivaldo Chagas, Valadares Filho e Eduardo Amorim. Não somente por isso, mas eles também ocupam as executivas estaduais dos partidos PSB e PSDB, exceto pelo caso de Belivaldo Chagas, que alcançou a vitória e que seu partido é presidido pelo correligionário Jeferson Andrade. Além do PSDB, Amorim tem o PL (antigo PR) sob o comando de seu irmão Edivan Amorim.

Dessa maneira, foi possível identificar a recomposição política de Sergipe que vem se desvencilhando da imagem dos Franco e dos Alves e construindo uma espécie de “nova-velha rede de base familiar” com novos atores, mas com os mesmos sobrenomes que antes não tinham tanto destaque estadual, levando-se em consideração o abafamento dos grandes cargos que aqueles que ocupavam o Executivo Estadual conferiam aos pequenos grupos interioranos. Por muito tempo eles serviram somente como base para a estrutura desses agrupamentos.

A partir do momento em que esses últimos foram se desgastando e não conseguindo alavancar nenhum grande nome dentre os seus, e também por conta da alta diversificação no seio dessas famílias, outros grupos focaram nas articulações entre os pares, possibilitando então uma maior projeção política. É graças à retomada do discurso da necessidade de que o interior do Estado precisava de uma maior representatividade que essas redes de base familiar conseguiram, assim, ir ocupando aos poucos as posições de destaque. Dessa maneira, foi possível identificar a recomposição política de Sergipe que vem se desvencilhando da imagem de antigas famílias tradicionais e construindo uma espécie de “nova-velha rede de base familiar” com novos atores, mas com os grupos renovados e que antes não tinham tanto destaque estadual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, L. História e Política: uma análise da circulação da Elite Política Parlamentar do Piauí (1994-2010). In: **Encontro Nacional de História Política: histórias, rupturas institucionais e revoluções**, 2017, João Pessoa.

ARRAES, Ricardo. O baby boom da oligarquia: de como a senda eleitoral reproduz a elite dirigente no Piauí. **Revista Eleições e Cidadania**, Teresina: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, n. 5, p. 19-54, jun., 2013-2014.

_____. **Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982 – 1995**. 2000. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP.

BACOT, Paul. En haut et du mauvais côté. Les professionnels de la politique au miroir des citoyens. In. Offerlé, M. **La profession politique**. XIXe-XXe siècles, Paris, Belin, 1999.

BARBOSA, Ivan. Pebas e Cabaús: **Lutas oligárquicas e dominação patrimonial em Sergipe: 1892/99**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999, 106 f.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. A Sociologia das Profissões: em torno da legitimidade de um objeto. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)**, Rio de Janeiro, n. 35, 2º semestre de 1993, pp 3-30.

BARREIRA, Irllys. **Chuva de Papéis. Ritos e Símbolos de campanhas eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BECKER, Howard. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEZERRA, Marcos. **Em nome das bases. Política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: FGV, 1957.

BOMFIM, Fagner. **Os vereadores e o ofício da política em Riachuelo: recursos sociais, redes de relações e dominação**. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019

BRIQUET, Jean-Louis. "L'imperatif du changement. Critique de la classe politique et renouvellement des parlementaires dans la crise italienne (1992-1994)". In. OFFERLÉ, M. **La profession politique** XIXe-XXe siècles, Paris, Belin, p. 93-134, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDOUKAN, Adla Y. Trajetórias de Carreira e Arenas Políticas. **5º Encontro da ABCP**. Belo Horizonte, 2006.

BURT, Ronald. **Structural holes**, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1992.

CAMARGO, Carla. **Partidos e grupos políticos num município do sertão de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2012.

CANDIDO, A. The Brazilian Family. Smith, T. L. e Marchant, A. (Eds), **Brazil, portrait of a continent**. N. Y.: The Dryden Press, 1951

CANEDO, Letícia. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). **Pro-Posições** – vol. 13, n. 3 (39) – set./dez. 2002.

_____. Heranças e aprendizagens na transmissão da ordem política brasileira. **Cadernos CERU**, série 2, nº 15, 2004.

_____. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.8, n.15, jan./jun. 2011.

CARNEIRO, Ana. 2017. “A falação dos parentes ou o casamento como acontecimento latente”. In: John Comerford, Marcos Otavio Bezerra e Moacir Palmeira (Org.). **Questões e dimensões da política**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017, pp. 289-302

CARVALHO, J. M. Barbacena: a Família, a Política e uma Hipótese. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 20, 1966, p. 153-194.

_____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **DADOS**, vol. 40 no. 2. Rio de Janeiro, 1997.

COMERFORD, John. **Como uma família. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, 420 p.

CORADINI, Odaci. **Em Nome de Quem? Recursos sociais no recrutamento de Elites Políticas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

CUNHA, N. V. Como se fabrica um policial: considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional. **Comum** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 9, n.22, p. 198-207, 2004.

DANTAS, Ibarê. **A Tutela Militar em Sergipe (1964-1984)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

_____. **A Revolução de 1930 em Sergipe**. São Cristóvão, Editora UFS, 2013.

_____. A Política em Sergipe Provincial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 46, p. 33-42, 2016.

_____. **Coronelismo e Dominação**. 2ª ed. revista e ampliada. Aracaju: Criação, 2019.

_____. **Eleições em Sergipe: (1985/2000)**. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2002.

_____. **História de Sergipe República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel**. O Patriarca do Serra Negra e a Política Oitocentista em Sergipe (1825-1909). Aracaju: Criação, 2009.

_____. **Os partidos políticos em Sergipe, 1889-1964**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

DESPOSATO, Scott. 2009. Party switching in Brazil: causes, effects and representation. In: Willian B. Heller and Carol Mershon, **Political parties and legislative party switching**. eds. P. 109-144. United States: Palgrave Macmillan.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Portugal: Porto editora, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998.

FREIDSON, E. La Teoria de las Profesiones Estado del Arte. **Perfiles Educativos**, año/vol. 23, número 093, Universidad Nacional Autónoma de México, 2001.

FIGUEIREDO, V. SILVA, C. Família, Latifúndio e Poder: as bases do coronelismo no Norte de Minas Gerais durante a Primeira República (1889-1930). **Diálogos** (Maringá. Online), v. 16, n.3, p. 1051-1084, set.-dez./2012.

FIGUEIRERO, A. LIMONGI, F. **Congresso doce. Executivo amargo. Insight – Inteligência**, v.2, n.8, pp.8–18, 1999.

_____. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: Ranulfo; Carlos; Alcântara, Manuel (Orgs.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. pp.147–19

FIGURELLI, Mónica. Historias de familia, historia de propiedad: dinámicas de parentesco en torno a un antiguo latifundio del Nordeste de Brasil. **Revista De Antropologia**, 60(1), 2017, 242-262

FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002

GAXIE, D. As lógicas do recrutamento político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 165-208.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

_____. **Manicômio, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GRAHAM, R. **Clientelismo e Política no Brasil no Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1997.

GRILL, Igor G. Processos, Condicionantes e bases sociais da especialização da política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. **31º Encontro Anual da ANPOCS**; Seminário Temático 16: Elites e Instituições Políticas. 22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu, MG.

_____. **“Heranças Políticas” no Rio Grande do Sul**. São Luís: EDUFMA, 2008.

_____. As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 10(2): 160 159-197, ago./2004.

_____. “Famílias”, ascensão social e alinhamentos partidários no Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2, jul/dez, 2012, p. 137 – 157.

_____. SEIDL, Ernesto. A Política como objeto de estudo das ciências sociais. IN: GRILL & SEIDL. **As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

HELLER, Willian B; MERSHON, Carol. 2009a. Introduction: legislative party switching, parties and party systems. In: Willian B. Heller and Carol Mershon. **Political parties and legislative party switching**, eds. P. 03-28. United States: Palgrave Macmillan.

_____. 2009b. Integrating theoretical and empirical models of party switching. In: Willian B. Heller and Carol Mershon. **Political parties and legislative party switching**, eds. P. 29-51. United States: Palgrave Macmillan.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HUGHES, Everett. **Men and their Works**. Collier-Macmillan Canada, Ltd.: Toronto, Ontario, 1964.

_____. Ciclos, Pontos de Inflexão e Carreiras. **Teoria e Pesquisa**, vol. 46, janeiro de 2005.

KUSCHNIR, Karina. **O Cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Política e sociabilidade: um estudo de Antropologia social**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

LANDÉ, C.H. “Introduction: the dyadic basis of clientelism”. In: SCHMIDT, S.W. etalli. (Eds.). **Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism**. Berkeley, University of California Press, 1977.

LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos**. Ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEAL, Natacha. “De sangues, purezas e misturas bovinas. Políticas e saberes da criação”. In: John Comerford, Marcos Otavio Bezerra e Moacir Palmeira (Org.). **Questões e dimensões da política**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017, pp. 303-318

LEANDRO, Hélio. **A política como "vocação" familiar: "Os Rollemberg" e a dinâmica política em Sergipe (1885-1964)**. Monografia (Departamento de Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe, 2011.

LEHINGUE, P. Vocation, art, métier ou profession? Codification et étiquetage des activités politiques. In. OFFERLÉ, M. **La profession politique XIXe-XXe siècles**, Paris, Belin, p. 93-134, 1999.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNO, Lucio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v.9, n.1, 2003, p.44-67.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um Estudo de Caso de Oligarquia de Base Familiar**. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Arthur. **Direito, política e poder – padrões de recrutamento dos desembargadores de Sergipe (1891-2018)**. 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019

LOVE, Joseph. BARICKMAN, Bert. Elites Regionais. IN: HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARENCO, André. "Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: Tendências e descompassos". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.16, n.45, 2001, p. 69-83.

MARQUES, A. **Intrigas e Questões. Vingança de Família e tramas sociais no Sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro, Relume Dumará. 2002.

MERCKLÉ, P. **La sociologie des reseaux sociaux**. Paris: Nouvelle Edition, 2004.

MIGUEL, L.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58, nº 3, 2015.

MONTALVÃO, Arivaldo. **Recrutamento de elites parlamentares em Segipe: deputados da ARENA (1965-1979)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2011.

MONTEIRO, José. **A política como negócio de família: para uma sociologia da política das elites e do poder político-familiar**. São Paulo: LiberArs, 2016.

OFFERLÉ, Michel. Profession et Profession Politique. In. OFFERLÉ, M. **La profession politique XIXe-XXe siècles**, Paris, Belin, p. 93-134, 1999.

OLIVA, T. Estruturas de poder. In: Dilma Maria F. L. Diniz. (Org.). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: Banese/UFS, 1991.

_____. **Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

OLIVEIRA, R. **Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Editora Insight, 2012.

OLIVEIRA, W. PETRARCA, F. Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 16 - Nº 37 - Set./Dez. de 2017.

_____. Os Estudos de Elites no Brasil: um ensaio crítico sobre a produção recente. In: REIS, E. T.; GRILL, I. G. **Estudos sobre Elites Políticas e Culturais**. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2016. v. 2. p. 141-165.

PALMEIRA, M. Voto: racionalidade ou significado?. **RBCS** 20: 26-30, 1992.

_____. Política, Facções e Voto. In. PALMEIRA & GOLDMAN (coord). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra-capá Livraria, 1996.

PALMEIRA, Moacir. BARREIRA, César. **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

PALMEIRA, Moacir. HEREDIA, Beatriz. **Política Ambígua**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2010.

PEIRANO, Mariza. A Índia das aldeias e a Índia das castas: reflexões sobre um debate. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 1, 1987, p. 109-122.

PETRARCA, F. Exercício Profissional, Formação Universitária e Atuação Política. **34º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 2010**.

_____. De Coronéis a Bacharéis: reestruturação das elites e medicina em Sergipe (1840-1900). **Revista Brasileira de História (Online)**, p. 89-112, 2017.

_____. Entre jalecos, bisturis e a arte de fazer política. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 26, p. 573-591, 2019.

_____. Composição social, critérios de seleção e lógicas de recrutamento da elite médica em Sergipe. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (online)**, v. 35, p. 1-21, 2020

PERUTTI, Daniela. “Políticas do território e territórios da política em uma família quilombola de Goiás”. In: Marques, Ana Claudia D. R. & Leal, Natacha Simeí (orgs.), **Alquimias do parentesco: casas, gentes, papéis, territórios**. São Paulo: Gramma, 2017 (no prelo).

QUEIROZ, M^a. I. P. de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

PHÉLIPPEAU, Eric. Sociogênese da Profissão Política. IN: GARRIGOU, A & LACROIX, B. **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

REIS, E. PETRARCA, F. Profissões e espaços da política: As potencialidades de uma agenda de pesquisa. **Repocs**, v.12, n.23, jan/jun. 2015.

ROCHA, P. **Família e o espaço da política: recursos sociais e usos do parentesco no Legislativo Federal**. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2015. 56 f.

SAINT MARTIN, Monique de. **L'Espace de la Noblesse**. Paris: Editions Métailié, 1993.

_____. “Da reprodução às recomposições das elites: As elites administrativas, econômicas e políticas na França”. **Revista Tomo**, n. 13 jul./dez., 2008, São Cristóvão. (p. 43 – 73).

SAMUELS, David. **The Gubernatorial Coattails Effect: Federalism and congressional elections in Brazil: Ambition, federalism and legislative politics in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SANTANA, Luciana. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Teoria e Sociedade**, n.16: 130-155, 2008.

SANTOS, P. **O ofício de cabo eleitoral: entre campanhas, comícios e o dia a dia da política**. 116 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2016.

_____. Famílias e agrupamentos: sobre seus domínios e diversificações. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 3, p. 215-232, 2017a.

_____. O papel do cabo eleitoral nas disputas pelo poder local: saber profissional, campanha política e facções em Arapongas/SE (2014-2015). **Revista Eletrônica de Ciência Política - RECP**, v. 8, p. 71-93, 2017b.

_____. Profissionalização política e rede de base familiar em Sergipe: entre alianças e disputas. **42º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2018a.

_____. Rede de base familiar em Sergipe: disputas partidárias, alianças e profissionalização política. **IX Seminário Nacional de Sociologia e Política**, Curitiba, 2018b.

SAWICKI, Frédérick. Classer les hommes politiques. Les usages des indicateurs de position sociale pour la compréhension de la professionnalisation politique. In. OFFERLÉ, M. **La profession politique XIXe-XXe siècles**, Paris, Belin, p. 93-134, 1999.

SCHLESINGER, Joseph A. **Ambition and politics: political careers in the United States**. Chicago: Randy McNally, 1966.

SPECK, B. NETTO, G. Partidos e lideranças nos sistemas partidários subnacionais. Estudo exploratório de dois estados brasileiros. **41º Encontro Anual da Anpocs**, 2017, Caxambu, MG.

STECKEL, Daniela de Oliveira Gomes. **Veredas e 'atalhos': recrutamento e seleção de elites políticas em Sergipe**. São Cristóvão, SE, 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

TAVOLARO, S. A Tese da Singularidade Brasileira Revisitada: Desafios Teóricos Contemporâneos. **Dados** [online]. 2014, vol.57, n.3, pp.633-673.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. 7ª ed., Rio de Janeiro: EDUFF., 1987.

VIEIRA, Bergson. **Recrutamento e seleção de elites partidárias em Sergipe**: o caso dos líderes do Partido Verde. São Cristóvão, SE, 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2013.

_____. OLIVEIRA, Wilson. Modalidades de carreira e formas de reconversão da militância político-partidária. **Conversas & Controvérsias**, v. 5, p. 264-284, 2018.

VILLELA, J. Família como Grupo? Política como agrupamento? O Sertão de Pernambuco no mundo sem solidez. **Revista De Antropologia**, São Paulo, USP, 2009, V. 52 Nº 1.

_____. Os Vivos, Os Mortos e a Política No Sertão De Pernambuco. **Rev. Hist.** (São Paulo), n. 173, p. 329-358, jul.-dez., 2015

WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Cultrix, 2008.